

REVISTA BRASILEIRA DE
CULTURA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO FEDERAL DE CULTURA

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

19

Janeiro/Março — 1974

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

Publicação trimestral do Conselho Federal de Cultura

DIRETOR

Mozart de Araújo

CONSELHO DE REDAÇÃO

Octavio de Faria

Djacir Menezes

Adonias Filho

Pedro Calmon

Afonso Arinos de Mello Franco

Redação: Palácio da Cultura — 7º andar
Rio de Janeiro — Brasil

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

ANO VI

JANEIRO/MARÇO - 1974

N.º 19

Sumário

ARTES

CALDEIRA FILHO	«... De Três Raças Tristes»? ..	9
----------------	---------------------------------	---

LETRAS

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO ..	Serenano de Rezende	43
VICENTE DE PAULO VICENTE DE AZEVEDO	O Barão de Penedo. Poeta Satírico	51
TEIXEIRA SOARES	Andanças de Pedro Malasartes	71

CIÊNCIAS HUMANAS

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS	Aspirações Brasileiras.	83
NAPOLEÃO FIGUEIREDO/NAIZA VERGOLINO e SILVA	A Deformação Científica e Suas Implicações no Processo Educacional.	89
GLYCON DE PAIVA ...	Geologia e Desenvolvimento do Brasil.	111
ANTÔNIO DE OLIVEIRA	Um Livro Maranhense Pioneiro dos Estudos Científicos no Brasil?	129

PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO

MÁRIO BARATA	Rodrigo M. F. de Andrade e a Preservação dos Monumentos Arquitetônicos e da Paisagem no Brasil.	139
DONATO MELLO JÚNIOR	O Capitão-Engenheiro João André Schwebel Documentarista da Amazônia.	147

Artes

" ... de três raças tristes"?

CALDEIRA FILHO

MÚSICA BRASILEIRA

Tens, às vezes, o fogo soberano
do amor: encerras na cadência, acesa
Era requiebro e encantos de impureza,
Todo o feitiço do pecado humano.

Mas, sobre essa volúpia, erra a Tristeza
Dos desertos, das matas e do oceano:
Bárbara poracê, banzo africano,
E soluços de trova portuguesa.

És samba e jongo, chiba e fado, cujos
Acordes são desejos e orfandades
De selvagens, cativos e marujos:

Em nostalgias e paixões consistes,
Lasciva dor, beijo de três saudades,
Flor amorosa de três raças tristes.

OLAVO BILAC

«... de três raças tristes.»

Será? A resposta é este Ensaio, isto é, simples proposição opinativa, não dogmática, para ser posta em discussão.

CALDEIRA FILHO

BRANCOS

O primeiro documento a consultar é a Carta de Pero Vaz de Caminha. Lida e relida, nada se encontrou ali referente à presumida tristeza do português. Não se confirma o juízo do historiador da música brasileira (R 6): «melancólico era o lusitano, ousado mas triste, vivendo no mar e com a saudade da pátria no coração», e nem tenha sido ele (R Introdução XXXI) «o homem que veio singrando os mares nas caravelas com a nostalgia da pátria distante. . .». Isso é pensamento romântico, que o homem da Renascença não abrigava em seu espírito aventureiro. Ao contrário, como refere Caminha: «Creio, Senhor, que com estes dois degredados ficam mais dois grumetes, que esta noite se saíram desta nau no esquife, fugidos para terra. Não vieram mais. E cremos que ficarão aqui, porque de manhã, prazendo a Deus, fazemos daqui nosia partida.» Tão saudosos, por que fugiriam?

E quem era o português que veio ao Brasil? Consultemos primeiro Paulo Prado. Historiando a penetração do planalto piratiningano, e referindo-se mais particularmente às vias de acesso que, partidas do litoral, deveriam vencer a (P 23) «alta muralha negra de arvoredo que, para os lados do poente, fechava os mangues do litoral.» Para tanto, teria de escolher entre as várias trilhas e os diversos caminhos possíveis, e nenhum era fácil. «Vão por lá umas terras tão altas (P 23 «Informação de Anchieta») que dificultosamente podem subir nenhuns animais, e os homens sobem com trabalho e às vezes de gatinhas por não despenharem-se e por ser o caminho tão mau e ter ruim serventia padecem os moradores e os nossos grandes trabalhos.» E o Governador D. Duarte da Costa escrevia a D. João III (P 23): «o ouvidor geral me disse que na dita capitania de São Vicente havia um caminho de 5 ou 6 léguas, o qual era tão mau e áspero por causa dos lameiros e grandes ladeiras que se não podia caminhar por ele...» E Fernão Cardim (P 23) : «... todo o caminho é cheio de tijucos, o pior que nunca vi, e sempre íamos subindo e descendo serras altíssimas e passando rios caudais de água frigidíssima.» com todas as suas dificuldades, prevaleceu como o menos pior o chamado Caminho do Mar, a atual Estrada Velha São Paulo-Santos.

com estas citações, chegamos a uma observação que nos interessa. Nas predestinações históricas e étnicas do Paulista essa função seletiva do Caminho do Mar é incontestável e providencial para a formação do caráter e tipo. A população do planalto se conservou afastada dos *contágios decadentes* (o grifo é nosso) da raça descobridora.» (P 26) .

Temos na expressão *contágios decadentes* uma primeira informação psicológica quanto ao elemento branco, em geral o português, uma das três raças tristes do poeta. «As virtudes do tipo ancestral alteraram-se com a absorção, pelas índias, de cerca de 80.000 dos seus habitantes,

«... DE TRÊS RAÇAS TRISTES?»

num reino que talvez mal ultrapassasse o milhão. E o enriquecimento enorme do Reino, «a mestiçagem e a corrupção desvirtuaram as qualidades do caráter nacional.» (P 26). Seus restos, o que restava do Portugal heróico, no deserto piratiningano, «no meio deste sertão e cabo do mundo», como dizia o Padre Cardim, «isolava-se, ao findar o sec. XVI, um núcleo de rude população quinhentista, que ia aumentar e proliferar protegido pela própria Natureza hostil.» (P 25). Temos já os *contágios decadentes* e a *rudeza* como elementos do perfil psicológico do português colonizador.

Que gente era esta, afinal? (P 26): «Além dos indivíduos esparsos que na futura capitania veio encontrar o donatário, o primitivo núcleo de povoamento foi constituído pela gente que trouxera a frota colonizadora. «Eu trazia comigo alemães e italianos, e homens que foram à índia e franceses», diz o Diário de Pero Lopes. A maioria naturalmente seria de portugueses entre os quais os genealogistas citam vinte e sete cavalheiros fidalgos, como Góis, Lemes, Pintos, etc, tronco primitivo de quase todas as cinquenta e duas famílias paulistas de ascendência conhecida. Fisicamente tôda essa gente de Portugal quinhentista era de tẽmpera dura e aspecto agreste.» Perdoe o leitor a extensão desta transcrição, mas ela é importante.

Ainda o mesmo autor (P 26) : «O português desta época era fragueiro, abstmio, de imaginação ardente, propenso ao *misticismo* [o grifo é nosso]. O caráter independente, não constringido pela disciplina, ou contrafeito pela convenção. O seu falar era livre, não conhecia rebuscos nem eufemismos de linguagem. Ninguém pensava em acobertar fatos notoriamente públicos, quaisquer que fossem. *A tempera era rija, o coração duro* [grifo nosso]. com a rudeza de costumes, que assinalava aqueles tempos, a segurança da própria pessoa, família e haveres, dependia em grande parte da força e energia individual, daí freqüentes homisios, agressões, feridas e mortes, que habituavam à contemplação da violência e da dor, infringida ou recebida. Cruezas que hoje denotariam a vileza de um caráter perverso, não tinham nesses tempos semelhante significação. A força muscular era tida em grande apreço. Um viajante alemão da época, descreve os portugueses como feios, de cor morena e cabelos pretos. *Dados ao folgar* [grifo nosso] não gostam do trabalho; são grosseiros e gente sem bondade nem misericórdia, incluindo a própria Corte do rei. Muitos vivem unicamente de pão e água.»

Mas, dados ao folgar, e tristes?

Continua a citação: «Faltam dados positivos sobre a situação social dos colonos que acompanhavam Martim Afonso, mas por esses tempos uma grande parte devia constar de degredados. As possessões ultramarinas, diz Costa Lobo, foram sempre para Portugal o ergástulo dos seus delinqüentes. Dos duzentos e cinquenta e seis casos, em que a famosa *Ordenação do Livro V* fulminava a pena de degredo, era em oitenta e sete o Brasil designado para o lugar dele.»

CALDEIRA FILHO

Do Governador Tomé de Souza, veterano de lutas na África e tramas de administração na Ásia, diz o nosso autor (P 41): «Nessa escola de imoralidade que fora a Índia, a sisudez e a ponderação do seu caráter tinham-no protegido contra as delícias e os desmandos da corrupção asiática. Um humorismo brusco, à portuguesa, feito de mil experiências, temperava a rispidez inteiriça do seu quinhentismo.»

«Para essa gente desabusada e rude...» Sim. Mas, onde a tristeza?

A figura de João Ramalho, cuja história, tão controvertida, tornou-se lenda, não despertou porém interesse a Tomé de Sousa. (P 45): «Era um simples português como os outros, e que aqui vivia antes da chegada de Martim Afonso, traficando nas feitorias do litoral. O fato repetia-se ao longo da costa: dessa gente dizia Melo Câmara «são homens que se contentam com terem quatro índias por mancebas e comerem os mantimentos da terra.» No norte tivemos Caramuru, no sul o Bacharel de Cananéia, Antônio Rodrigues, e João Ramalho e centenas de outros que o individualismo da época isolava pelas praias intermináveis do litoral. Ora, com quatro mancebas cada um e comendo os frutos da terra, isto é, sem lavrá-la, sem o peso do trabalho, não lhes devia ser assim tão triste a vida.

A razão de ser das Bandeiras, seus fins, suas aventuras; a guerra contra os ataques dos gentios, a caça destes para escravizá-los, a vertigem do ouro, as expedições motivadas pelo ódio ao espanhol para conter o avanço castelhano, e tudo quanto mais se sabe por relatos minuciosos de duas bandeiras (P 81) — demonstram bem as qualidades guerreiras das gentes de Piratininga. Em tais lides, não haveria, certamente, lugar para tristezas. Eram homens de ação (P 87) embora «sem os requintes de crueldade e aspereza dos conquistadores espanhóis» (P 88) — o que é um traço digno de nota no temperamento ora em estudo.

A heterogeneidade étnica é assim testemunhada (P 46): «Desde os primeiros tempos da capitania que pelo planalto se infiltrava e pululava uma vida misteriosa de aventureiros e europeus, resgatando índios ... (...) Conviviam estreitamente com os selvagens, de quem aprendiam a língua e os costumes; de um deles conta um jesuíta que, barbarizado de todo, somente à força entrava nas capelas e só a pulso era obrigado a se ajoelhar diante do Santíssimo Sacramento.»

No século XVIII era grande a decadência de Piratininga, devida a fatores cuja exposição não é aqui oportuna (P 98). Retirados em pequenas propriedades agrícolas, o roceiro trabalhava no ano dois a três meses. Prevalcia o mutirão. Diz uma informação da época (P 98): «O que pretende fazer sua roçada ou derrubada de mato, convoca os seus vizinhos para certo dia em que, depois de comer muito e beber melhor, pegam nos machados e nas foices, mais animados da caninha do que do amor ao trabalho ... Há além disto duas coisas mais que

«... DE TRÊS RAÇAS TRISTES»?

distraem o povo do trabalho e que arruinam o comércio: uma é o jogo e outra é a dança. Levam muitos lavradores a maior parte das noites embebidos em semelhantes folias e dormem de dia...»

Quanta tristeza!

Paulo Prado acha que os traços do temperamento paulista atual (em vida do autor) (P 102) «se delineiam com vinco mais fundo nesse período da História de São Paulo. Daí nos veio o taciturno e desajeitado amuo, o silencioso descontentamento dos espíritos que, remota herança da desconfiança inata do índio e da «apagada e vil tristeza» do português saudoso, assinalava um dos governadores do século XVIII, escrevendo ao Marquês de Pombal: «Este costume de viverem dispersos, metidos pelas roças, tem feito hábito, de sorte que só fazem gosto da solidão e para ela fogem. Se alguém, fazendo viagem, encontra por acaso um destes, ou lhe foge e fica tão assustado e preocupado que nem o chapéu lhe tira, se lhe diz a mínima palavra desconfia e mata logo...»

Concorda-se com o amuo e a desconfiança. Pudera! Nas condições da época ... Mas com tristeza, não. Taciturnos, por isolados, sim. Tal não reflete porém a tristeza poética, sentimental e romântica do autor do soneto; e nem constitui traço permanente do caráter paulista. Se o constituíssem, porém, amuo, desconfiança e taciturnidade, seriam traços regionais e não nacionais, não abrangeriam tôda uma «raça», coisa esta, de resto, de difícil definição no *melting-pot* brasileiro.

Um retrato, agora menos pessimista, do piratiningano do começo do séc. 19 (P 105) : «A população, observam Spix e Martius, conserva-se em grande parte sem mistura; os mestiços com índios têm, conforme o grau de cruzamento, a pele cor de café, amarelo-clara ou quase branca. como testemunho da mistura de sangue restam-lhe o rosto largo, arredondado, com ossos faciais salientes, os olhos pretos, não muito grandes e certa instabilidade no olhar. São tidos como os mais vigorosos e sadios habitantes do Brasil. A força muscular que desenvolvem quando se trata de domar cavalos ou de laçá-los, é não menos admirável que a facilidade com que agüentam labores continuados e fadigas, sede e fome, frio e calor, privações de tôda espécie. As Paulistas, acrescentam, são de figura esbelta, embora de constituição forte, graciosas nos movimentos, mostrando nos traços do rosto belamente arredondados um agradável conjunto de alegria e franqueza: são sem dúvida as mais belas mulheres do Brasil.» E a respeito os ilustres viajantes referem o conhecido provérbio então corrente e tantas vezes citado: «Merecem louvores na Bahia, *Eles, não Elas*; e Pernambuco, *Elas, não Eles*; em São Paulo, *Eles e Elas. ..*». A impressão geral não é de tristeza. ..

Todavia, ela se insinua na descrição da «paisagem» ou aspecto do meio (P 142) : «É fácil imaginar pelo que nos resta do aspecto primitivo da terra, a terrível opressão de isolamento e hostilidade que devia infundir no colono dos tempos da descoberta a paisagem tão pouco européia

CALDEIRA FILHO

que o recebia no seu agressivo mistério.» Salienta a influência dos fatores climáticos e paisagísticos, e continua: «Nessa luta contra a ação deprimente do meio físico, o homem, se triunfava, perdia as qualidades que o distinguiam do gentio bravo. É conhecida no paulista a sua teimosa taciturnidade, o seu viver tristonho, a sua desconfiança amuada que o destacaram, desde os séculos passados, como o mais triste *dos habitantes de um país triste.*» [grifo nosso].

Simplemente inadmissível, em vista do que até agora foi dito. E contraditório também. No segundo trabalho, *Retrato do Brasil*, (P 196) são mencionadas algumas causas da propensão para a melancolia. «No Brasil a tristeza sucedeu à intensa vida sexual do colono, desviada para as perversões eróticas...». Logo tristeza é *resultado* da saciedade. Mais adiante afirma (P 197): «A poesia popular, as lendas, a música, as danças, revelam a obsessão melancólica que só desaparece com a preocupação amorosa ou lasciva.» Agora, a tristeza antecede ao amor? A preocupação amorosa ou lasciva é causa da tristeza?

Sobre o elemento branco temos ainda alguns depoimentos interessantes no livro *Gregorio de Matos* de Maria de Lourdes Teixeira. Deixando Paulo Prado, vamos, em sua companhia visitar Salvador e a Bahia em geral.

«Impelidos por disposições legítimas ou pela esperança de fácil enriquecimento e vida folgada, muito mais liberta de peias morais e de leis coercitivas do que ocorreria na metrópole (...) apenas cuidavam de extrair tudo aquilo que pudesse transformar-se em abastança a ser gozada no Reino.» (...) Em sua *História do Brasil*, João Ribeiro cita a sentença do Bispo de Leiria: «Vá degredado para o Brasil, d'onde voltará rico e honrado.» (M 5). Tornados opulentos senhores, numa pretensa aristocracia rural, procuravam nas uniões legais preservar a pureza do sangue. «Mas só legais, pois, espuriamente, continuavam a proceder do modo já assinalado pelo Padre Nóbrega: «A gente da terra vive em pecado mortal, e não há nenhum que deixe de ter muitas negras das quais estão cheios de filhos.»

Não lhes devia, pois, ser muito triste a vida. A população era muito misturada, e lembrava «uma Singapura americana, bárbara e primitiva, além de exótica.» (M 6).

Enriquecidos (os portugueses) «... passavam a usufruir a mais folgada das existências, deixando de uma vez por todas o trabalho para os subordinados e negros». (M8). Grande luxo na vida exterior, mormente solenidades religiosas, procissões, etc, e simplicidade relaxada na intimidade do lar, a não ser em ocasiões especiais, filhos educados em Coimbra, entregues ao jogo e à luxúria, e uma vida social que era um misto de grandeza e rudimentaridade. «Era o tempo (fim do séc. 17) em que pelo número de escravos se depreendiam as posses de uma casa-grande. Estas até bandas de música possuíam muitas vezes, formadas

«... DE TRÊS RAÇAS TRISTES?»

por negros especialmente ensinados por professores vindos da Europa, as quais não só se exibiam por ocasião das festas religiosas, dos saraus familiares, aniversários, casamentos, batisados, como até mesmo durante as refeições dos grão-senhores do patriarcado do açúcar.» (M 57).

Sob o manto da religião, imperavam a sexualidade e a ganância. Um irmão do satírico doutor Gregorio de Matos, apelidado o fioca *do Inferno*, padre jesuíta chamado Eusebio, foi excluído da Companhia por ter vários filhos. O que teria provocado ao Padre Antônio Vieira esta manifestação: «O Padre Eusebio de Matos tem tanto merecimento, que ainda a ser certo o que lhe querem impor os seus inimigos, o devia a Companhia sustentar com filhos e tudo, só por não perder tão grande homem.» Ou, acrescenta a autora; segundo versão consignada por Sílvio Romero, teria dito Vieira: «Pois muito mal fizeram os jesuítas, que tarde se criarão para a Companhia outros Matos.» (M 75).

como quer que seja, a saudade, a nostalgia, a tristeza estavam ausentes da vida de uma das três raças tristes. Divertiam-se os homens com as «cabrochas de múltiplos matizes», como fazia o citado poeta, já em sua fase de decadência física e moral. Em seus versos refletia-se, com algum exagero, mas sem inverdade, a degradação geral da sociedade. De suas sátiras se disse então: «Maior fruto fazem as sátiras de Gregorio de Matos do que os sermões de Vieira», e que, na opinião do vigário Maldonado, da matriz de Santo Antônio Além do Carmo «o nosso poeta servia de refrear as indômitas ações do bárbaro proceder da Bahia.» (M 92).

Continua a autora apresentando sempre o mesmo quadro negador da tristeza. Falando da personalidade do seu biografado, escreve: «Na atmosfera cálida, luminosa e afrodisíaca da Bahia, as mulheres negras, mulatas, caboclas, trigueiras e brancas poriam com certeza uma nota obsidiante. como conservar o equilíbrio, a castidade, e isentar-se a essa influência um homem com o temperamento do amoroso de Dona Ângela? Nada condizia ali com o espírito contemplativo e ascético que os jesuítas em vão tentavam impor e que o próprio poeta uma vez ou outra espelha em seus poemas bucólicos ou religiosos. Nem a claridade avassalante, nem a terra fértil, nem a gente morena, pletórica, vivendo sob o signo da sexualidade e da cupidez. A parenética dos frades perder-se-ia na vibração criadora do ambiente. Os próprios santos, nas suas materializações imagísticas nas igrejas, eram copiosamente barrocos nas linhas e nas roupagens, nos coloridos e nos dourados, nas curvas abundantes, muito diferentes da espiritualidade gótica, esta por sua vez tão contrastante com certos aspectos grosseiros e cruéis da Idade Média, com sua linguagem bárbara, escandalosa. (Já o barroco em si representa um estímulo à sensualidade, sendo como é a glorificação dos sentidos e do movimento, uma hipérbole permanente, sendo uma de suas características — segundo Dámaso Alonso — a predominância da vista sobre os outros sentidos.) . À beira do oceano de cintilantes tonalidades, de onde emer-

CALDEIRA FILHO

giam através da imaginação popular os mitos femininos aliciadores de que Iemanjá ou Dona Janaína é a mais bela expressão; ao pé da mata poderosa onde se unem as feras e os insetos enchendo a noite de estertores e de uivos: entre os eitos e as senzalas prolíficas, onde só o amor faz esquecer por momentos a miséria da condição servil, e as casas-grandes gozadoras, patriarcais, a hipertrofiarem o clã através de legiões de filhos legítimos e bastardos, o homem necessariamente se abismaria entre as imperiosas solicitações da carne e o apavorante terror do pecado.» (M 131).

com esta citação um tanto longa, mas esclarecedora, julgamos ter apresentado um quadro suficientemente representativo da atitude psicológica do elemento português, no rigor climático de Piratininga, nas aventuras ali desenvolvidas, e na moleza sensual da vida litorânea.

Saudade? De que teriam saudade os portugueses se encontravam ou criavam no Brasil situação infinitamente melhor do que no país de origem?

Para o nosso argumento, é útil assinalar, como coadjuvante das características da população que então se criava, o elemento judeu. Trouxe muita coisa, menos tristeza.

Apoiado em Costa Lobo (*História da Sociedade em Portugal no século XV*) observa Paulo Prado (P 27) : «... aos elementos povoadores de São Paulo convém ajuntar uma muito sensível mescla de sangue judaico. Desde a própria descoberta da América, e também do Brasil, que a ciência e o comércio israelita dominavam nos nossos continentes: já se disse com ironia que para gozo dos judeus se descobrira o Novo Mundo». «uma grande parte do comércio brasileiro começou a ser composta de cristãos-novos, diz um historiador.» (H. Handelman, *Geschichte von Brasilien*, 1860). Em São Paulo, sem querer indagar das origens controvertidas do patriarcal e misterioso João Ramalho, o afluxo de sangue judeu é sensível (P 28), marcando caracteristicamente o tipo racial e a própria vida dos habitantes da capitania. Um documento do Governador do Rio da Prata, de 1639, queixando-se das invasões dos aventureiros paulistas (Pastells, *Historia de la Compania de Jesus*, v. II) revela que a maior parte destes, por serem delinquentes, facinorosos, desterrados de Portugal por «sus delitos, son christianos nuevos, y se sabe que a los indios que se les reparten, los ponem nombres del Testamento Viejo.»

Um testemunho autorizado e amplo sobre a presença dos judeus em Piratininga é dado por Anita Novinsky in *São Paulo, Povo, Espírito, Instituições*, J. V. Freitas Marcondes e Osmar Pimentel (Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1968). Acompanhemos a autora em sua clara exposição, colhendo aqui e ali observações mais pertinentes ao nosso fim.

Assinala (pg. 110) que nos «três primeiros séculos de nossa história, a sociedade colonial esteve ligada indissolúvelmente ao elemento israelita

«... DE TRÊS RAÇAS TRISTES?»

ou cristão novo oriundo de Portugal, e profundas foram as marcas deixadas na constituição étnica e psicológica do povo brasileiro. «Convertidos ao cristianismo, chegaram ao Brasil com os portugueses, constituindo-se pouco a pouco uma sociedades de cristãos e judeus. Uniram-se na luta comum, dominar a terra, conquistar o El Dorado, abalaram as barreiras do Santo Ofício. O tipo do cristão novo colonial caracterizava-se pelo espírito aventureiro face ao desconhecido, às ameaças das tribos selvagens. Porém (pg. 112) «nas novas terras descobertas os portugueses cristãos velhos e cristãos novos diluem-se numa aspiração que foi comum aos lusitanos em geral, marcados ambos por um espírito simultaneamente prático e imaginativo, dado a imagens proféticas mas de significado imediato e terreno.» Processou-se logo inevitável miscigenação. Mas o tipo judaico não abandonou sua extrema mobilidade e foi visto, como se vê de relação de nomes e sobrenomes citados pela autora, na época, em vários pontos do país, nas minas e nas caçadas de índios. Não se furtou tão pouco à mistura com não brancos, e mulatos e mamelucos. Havia «descendentes de israelitas, muitas vezes seguindo os rituais judaicos, através de toda nossa história colonial.»

A descendência israelita não foi excluída dos quadros sociais da colônia, nem mesmo quando judaizante, faziam parte de famílias de governança, da classe eclesiástica tanto que «o cargo mais importante, de Provincial, foi ocupado no Brasil durante certo período pelo padre Inácio de Tolosa, cristão novo, em substituição a Manuel de Nóbrega.» (pg. 114). «Aqui, na colônia, o fato de descendentes de hebreus pertencerem à Ordem de Loyola era bastante conhecido.» (pg. 114). Não eram raros os casamentos mistos, mencionados também por Paulo Prado. Continua a autora: «Ocupavam-se dos mais variados trabalhos e defendiam seus interesses, não como uma comunidade unida e solidária de cristãos novos, mas conforme as regiões em que viviam e as posições políticas e econômicas que ocupavam. As perseguições de que eram alvo por parte da Inquisição e as tradições judaicas que muitos cristãos novos praticavam em conjunto e em segredo foram fatores que intensificaram em muitos casos a solidariedade entre eles, porém não funcionou no sentido de fracioná-los na sociedade global. Lavradores, mercadores, médicos, almocreves, comerciantes, proprietários rurais, ocupantes de cargos por vezes importantes, indicavam uma vitalidade em cujo seio em vão se procuraria a tristeza.

E na Bahia do século XVII (M 6)» ... a cidade do Salvador (...) passava já a apresentar-se com aspecto de cidade (...) com uma população colorida e heterogênea, formada por negros, e seus descendentes, mestiços de todas as gradações de pele, índios e mamelucos, religiosos e noviços em quantidade, mazombos e oito mil brancos, senhores da terra, burocratas da colônia e comerciantes portugueses, espanhóis, açorianos, *judeus* (grifo nosso) e mouros. uma Singapura Americana bárbara e primitiva, além de exótica.» (...) «O comércio, no qual predominavam os judeus, se fazia nas lojas, nos armazéns e

CALDEIRA FILHO

por meio de vendedores ambulantes e mascates em quantidade, em cargueiros que penetravam o sertão a dentro com seus burros, em demanda de distantes engenhos, que constituíam a mais ponderável clientela.» (M 7). Levariam eles a tristeza nas lojas, nas lavouras e nos baús? Não há tristeza a assinalar. E tiveram-na os judeus, dispersos e perseguidos desde séculos, e sempre dóceis na adversidade? Antes, há razões para alegria, em vista da tolerância de que sempre gozaram na convivência com os portugueses.

Retrato do Brasil de Paulo Prado é um ensaio sobre a Tristeza Brasileira, publicado em 1928, constante dos capítulos «A luxúria», «A cobiça», «A tristeza» e «O romantismo», e várias vezes reeditado. Aqui continuamos tendo em vista o volume indicado no início.

O assunto de que trato leva-me a procurar a objetividade dessa tristeza e, não a encontrando, discordar das afirmações de tão ilustre intelectual, o que pode parecer temerário para um simples professor de música. Mas contradições há que precisam ser apontadas, afirmações insuficientemente demonstradas que pedem contestação.

Já no início, «A Luxúria» (P 149) lê-se: «Numa terra radiosa vive um povo triste. Legaram-lhe essa melancolia os descobridores que a revelaram ao mundo e a povoaram. O esplêndido dinamismo dessa gente rude obedecia a dois grandes impulsos que dominam tôda a psicologia da descoberta e *nunca* (grifo nosso) foram geradores de alegria: a ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene que, como culto, a Renascença fizera ressuscitar.» Considerar tristeza a sensualidade livre que a Renascença fizera ressuscitar, é forçar as coisas. «É assim que a volta ao paganismo (...) é assim que o retorno ao ideal antigo teve como melhor resultado o alargamento, para assim dizer, das ambições humanas de poderio, de saber e de gozo.» Pergunta-se: E da tristeza também? Teria sido triste a Renascença?

E continua sobre o novo mundo (P 155): «Paraíso ou realidade, nele se soltara, exaltado pela ardência do clima, o sensualismo dos aventureiros e conquistadores. Aí vinham esgotar a exuberância de mocidade e força e satisfazer os apetites de homens a quem já incomodava e repelia a organização da sociedade européia. Foi deles o Novo Mundo.»

Mais alguns traços psicológicos — ausente a tristeza — encontram-se neste parágrafo sobre o declinar do movimento (P 189): «Junto aos novos descobertos vinha, porém, morrer enfraquecida, mas sempre alucinada, a bandeira. Conservava, como desde os tempos piratininganos, os traços característicos de sua formação: Interesse, Dinamismo, Energia, Curiosidade, Ambição. Faltavam-lhe os estimulantes afetivos de ordem moral e os de atividade mental. Nunca soubera transformar em gozo a riqueza conquistada. A sua energia intensiva e extensiva concentrava-se num sonho de enriquecimento que durou séculos mas sempre enganador e fugidio. com essa ilusão

«... DE TRÊS RAÇAS TRISTES?»

vinha morrer sofrendo da mesma fome, da mesma sede. da mesma loucura. Ouro. Ouro. Ouro. Cobiça.»

No capítulo «Tristeza», assinala a licenciosidade, luxúria, crueldade, dominado por «dois sentimentos tirânicos» (P. 195): sensualismo e paixão do ouro. A história do Brasil é o desenvolvimento desordenado dessas obsessões subjugando o corpo e o espírito de suas vítimas.» (...) Na terra virgem tudo incitava ao culto do vício sexual. (...) Desses excessos de vida sensual ficaram traços indeléveis, no caráter brasileiro.» A tristeza não testa porém, presente neles, segundo a enumeração do autor: esgotamento de funções sensoriais e vegetativas estendido à inteligência e aos sentimentos, saciedade, a fascinação do ouro e por vezes, extrema crueldade. Continua o autor (P. 195): «Na luta entre esses apetites — sem outro ideal, nem religioso, nem estético, sem nenhuma preocupação política, intelectual ou artística — criava-se pelo decurso dos séculos, uma raça triste.» Ora, isto é inaceitável. Segundo o autor, a satisfação até à saciedade das paixões gera a melancolia. E afirma (P. 196): «No Brasil a tristeza sucedeu à intensa vida sexual do colono.» Teria então esta cessado? E os outros estímulos por ele mencionados, todos conducentes à ação, ao desempenho das virtudes viris antes assinaladas, teriam como resultado também a melancolia? E quando foram melancólicos os abusos venéreos? E o bandeirante indómito foi um triste? O mameluco também?

«O fato é que há povos alegres e povos tristes». (P. 196). Mas o Brasil não tem um povo homogêneo, uma psique comum, um traço geral característico e muito menos permanente. Haverá diferenças regionais. Mas a música a que se refere Bilac é a música brasileira, e não a nordestina, gaúcha ou paulista. A generalização é aí a falha maior. Assim também Paulo Prado. Continua ele (P. 197): «Há povos tristes e povos alegres. Ao lado da taciturnidade indiferente ou submissa do brasileiro, o inglês é alegre (?) apesar da falta de vivacidade e da aparência...» Mas, por que o brasileiro não há de ser alegre, apesar de idêntica aparência? Por que o mesmo tipo temperamental é, num caso, essencial e no outro acidental? E fica-se surpreso ante afirmação como esta em que se refere à influência climática (P. 197): «No Brasil, o véu da tristeza se estende por todo o país, em todas as latitudes, apesar do esplendor da Natureza, desde o caboclo, tão mestiçado de índio da bacia amazônica e dos sertões calcinados do Nordeste, até a impassibilidade soturna e amuada do paulista e do mineiro. Destacam-se somente nesse fundo de grisalha melancolia o gaúcho fronteiriço, mais espanholado, com um folclore cavalheiresco levemente nuançado de saudade que o acompanha nas correrias revolucionárias — e o carioca, já produto de cidade grande e marítima, em contacto com o estrangeiro e entregue ao lazzaronismo do ambiente.» Gritante inverdade. Quer isto dizer que fazem exceção

CALDEIRA FILHO

a essa exceção os produtos de todas as demais cidades grandes e marítimas do Brasil?

Contradiz-se o autor (P. 197): «A poesia popular, as lendas, a música, as danças, revelam a obsessão melancólica que só desaparece com a preocupação amorosa ou lasciva.» É-lhe, pois, posterior. Mas não afirmou ele, anteriormente, ser esta preocupação *causa* da tristeza?

Essa tristeza não aparece nas páginas seguintes, onde o autor faz referências particulares a cada elemento étnico do povo do Brasil. Assinala aspectos verdadeiros e nem sempre elogiáveis da vida social na miscigenação incessante. Mas não encontrou lugar para colocar ali a tristeza... A visão do autor é incompreensível para nós. Não chega ele a considerar o romantismo uma infecção, acolhida em Escolas de Direito, principalmente em São Paulo? Por que infecção? «Deformou insidiosamente o organismo social». (P. 217). Hipertrofia da imaginação e exaltação da sensibilidade, diz o autor, são suas características patológicas. Dá ao Brasil, neste momento de progresso material e de mentalidade prática e concisa, o aspecto anacrônico de gente viva falando uma língua morta. Tudo avassalou: política, literatura, artes, viver cotidiano, modos de sentir, afeições», (P. 217). Mas, pergunta-se: poderia ter sido de outro modo? Seria possível riscar da História o Romantismo?

É intenso e estranho teste antiromantismo de Paulo Prado, no qual fundamenta parcialmente a sua idéia de sermos um povo triste. Condena o romantismo literário e observa (P. 218): «Só escapam à nefasta influência os simples, os analfabetos, os *que representam ingenuamente* [grifo nosso] a alma popular ou então os raros que tentaram e souberam evitar o perigo de deformação literária.» Ele ironiza. Mas, quem são estes raros? Continua: «Época dos lagos serenos, dos lares de prata, dos sinos da tarde. Foi moda que passou.» Para ele, o romantismo é gerador de tristeza: «O romantismo foi de fato um criador de tristeza...» como então, pode ser a característica permanente de um povo ou de uma raça? É não foi um fenômeno local nem nacional. Foi universal.

Contestando o escritor paulista, temos em vista tão somente recusar a legitimidade do qualificativo «triste» para a música e o povo brasileiros. E denunciar também o *parti-pris*, consciente ou simplesmente estético, de Olavo Bilac. «Quase todos os nossos poetas desse tempo morreram moços e tiveram o pressentimento dessa fatalidade. Morte e amor.» E Chopin, Schumann e Schubert também...

* * *

O musicólogo Renato Almeida consigna (R. 60): «No ponto de vista sentimental, a nossa música é triste e langorosa, sendo o amor o motivo predileto das suas cantilenas. Sem embargo, a fanfarronada,

«... DE TRÊS RAÇAS TRISTES?»

os assuntos brejeiros e a sàtira social são *igualmente* [grifo nosso] aproveitados, além da persistente e inevitável sugestão de magia, em confusões religiosas e fetichistas.» O advérbio *igualmente*, como se vê, anula a predominância da característica de tristeza dada em primeiro lugar. Está nela presente uma circunstância não essencial, mas acidental, o romantismo, fato transitório, que teve «algo» antes e «algo» depois. O autor deve ter consignado ali uma conotação melódica, sentimental, a da modinha aliada talvez à ária de ópera italiana, que tanto agrado causou no Brasil.

O autor (R.65) expõe uma opinião de Sílvio Romero sobre a poética da modinha, por muitos considerada a mais rica das formas. «Dá-se apenas o seguinte: quando nas modinhas de origem puramente literária, os versos são belos e singelos e a música é simples e boa. essas canções correm de boca em boca e se popularizam. Daí é que proveio o erro dos críticos: tomar a poesia bárdica popularizada pela genuína poesia popular.» E observa Renato Almeida: «Há um pouco de exagero no conceito de Sílvio Romero. uma vez que a modinha desceu ao povo, o que não é simples efeito de algumas delas se terem popularizado, mas de uma razão mais profunda de penetração na alma popular, ela se tornou, musicalmente sem dúvida, uma forma direta de expressão, não raro anônima. Que houve muito excesso nos juízos sobre a modinha, mostra-nos o tempo *que ela não conseguiu vencer para perpetuarse*, exatamente porque *não [oi uma forma espontânea capaz de vingar e tornarse tradicional]* [grifos nossos]. Ora, se o langor, a tristeza e o amor choroso não tinham força própria para vingar, como pode o sentimento geral de tristeza ser uma característica? É que lirismo e tristeza são coisas diferentes. Tristeza é uma categoria na idéia geral de lirismo. Este, sim, poderia ser dado como predominante em nossa índole musical, ou pelo menos, na índole musical do português e do elemento branco em geral, aqui chegado desde a descoberta.

O português, em cuja bagagem não veio tristeza alguma, como já se mencionou atrás, deu-nos coisas informadas por outros sentimentos. Rica é a relação de suas festividades te cantos religiosos, tais as folias e bailes do Divino, Corpus Christi, (R. 125) Santos do mês de junho (R. 129), danças de finados (R. 133), a zoolatria de certas pajelanças «em que a alma do bicho quer dançar», etc.

Pergunta o autor (R. 124): «Que música serviria a essas festividades? Naturalmente coisas religiosas de mistura com profanas, e, por certo, o *divertimento* [grifo nosso] prevaleceria sobre a edificação religiosa.» Onde, pois, a tristeza?

Luciano Gallet (*Estudos de Folclore*, Carlos Wehrs, Rio, 1934, com nutridíssima Introdução de Mário de Andrade) é também a favor da tristeza. Mtencionando (pg. 63) o «Caráter Geral da Contribuição Portuguesa para a Música Folclórica Brasileira» (incluo esta observação relativa ao folclore porque Olavo Bilac fala em Música Brasileira, sem

CALDEIRA FILHO

especificação de nível ou faixa cultural) anota, entre outras contribuições: «Grande quantidade de formas melódicas, em um sem número e qualidade de canções, algumas das quais conservam ainda caráter de origem. A maioria delas, dentro de um sentimento geral de nostalgia e tristeza, que se encontra ainda agora, nos cantos populares portugueses, sem fortes característicos rítmicos, como os africanos, mas de cunho expressivo acentuado, comum na raça latina.»

O caráter tristeza ainda agora presente em músicas de Portugal, não é exclusivo; convive com a alegria das danças, cantos, bailados das festas populares, nada tristes, por certo. Logo, não se pode concordar em que a maioria delas seja de caráter triste. Não consegui encontrar a tristeza que outros sentiram... E se tal cunho expressivo é comum na raça latina, não é especificamente português...

Nos estudos do musicólogo português Fernando Lopes Graça — *A canção popular portuguesa*, Lisboa, 1953 — e de Lopez Chavarri — *Música Popular Española* (Editorial Labor, S.A., 1927) — não se encontra a tristeza como característica racial.

ÍNDIOS E MAMELUCOS

Seria também triste a raça dos indígenas brasileiros? Quem os viu e ouviu pela primeira vez foi Pero Vaz de Caminha. Sua impressão foi totalmente outra, como se vê da sua Carta a El Rey D. Manuel. Domingo de Pascoela, 26 de abril, a missa no ilhéu. «Enquanto estivemos à missa e à pitegação, seria na praia outra tanta gente, pouco mais ou menos como a de ontem, com seus arcos e setas, a qual andava folgando.» (...) «E, depois de acabada a missa, assentados nós à pregação, levantaram-se muitos deles, tangeram corno ou buzina e começaram a saltar e a dançar um pedaço.» «Além do rio, andavam muitos deles dançando e folgando, uns diante dos outros, sem se tomarem pelas mãos. E faziam-no bem. Passou-se então além do rio Diogo Dias, almoxarife que foi de Sacavém, que é homem gracioso e de prazer; e levou consigo um gaitero nosso com sua gaita. E meteu-se com eles a dançar, tomando-os pelas mãos; e eles folgavam e riam e andavam com ele muito bem ao som da gaita. Depois de dançarem, fez-lhes ali, andando no chão, muitas voltas ligeiras e salto real, de que se espantaram e riam e folgavam muito.» Segunda-feira, 27 de abril: «... vieram então muitos (...) e depois pouco a pouco misturaram-se conosco. Abraçavam-nos e folgavam.» (...) «E, segundo dizem esses a que lá foram, folgavam com eles.» (...) — «E o Capitão mandou (...) a Diogo Dias por ser homem ledo, com que eles folgavam.» Terça-feira, 28 de abril. Foram os portugueses à terra, viram alguns indígenas na praia. «Depois acudiram muitos, que seriam bem duzentos, todos sem arcos; e misturaram-se todos

«... DE TRÊS RAÇAS TRISTES?»

que alguns nos ajudavam a acarretar lenha e a meter nos batéis. E lutavam com os nossos e tomavam muito prazer.» Ao recolher-se à nau, Sancho de Tovar trouxe «dois mancebos dispostos e homens de prol. Mandou-os nessa noite mui bem pensar e tratar. Comeram toda a vianda que lhes deram; e mandou fazer-lhes cama de lençóis, segundo ele disse, Dormiram e folgaram aquela noite. Quinta-feira, trinta de abril: «Neste dia, enquanto ali andaram, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som dum tamboril dos nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus.»

Onde a tristeza? O que Pero Vaz de Caminha acentua é a «inocência» do indígena. A missa de sexta-feira, primeiro de maio, foi presenciada por numerosos deles. «Entre todos estes que hoje vieram, não veio mais do que uma mulher moça, a qual esteve sempre à missa e a quem deram um pano com que se cobrisse. Porém, ao assentar, não fazia grande memória de a estender bem, para se cobrir. Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal, que a de Adão não seria maior, quanto a vergonha. Ora veja Vossa Alteza se quem em tal inocência vive se converterá ou não, ensinando-lhes o que pertence à sua salvação.»

Observações posteriores mostram o indígena como visto pelos portugueses, no seu afã de catequese e nos desmandos dos colonizadores. É preciso não esquecer que as diferenças de tribo para tribo anulam as generalizações derivadas de uma ou outra observação particular.

Vejam agora um outro trabalho: *Notas para o estudo do conceito de educação entre o Indígena do Brasil*, de Lúcia Magalhães (Publicações Avulsas do Museu Nacional *11* > 8, Rio, 1951).

São numerosas as citações da Autora, pelo que é mais prático extrair diretamente os textos interessantes, sem menção de páginas num folheto constante de 40.

Diz Fernão Cardim, comparando os meninos portugueses e os índios: «... tem os seus jogos, muito variados e graciosos, em os quais se arremedam muitos gêneros de pássaros, e com muita festa e ordem não há mais que pedir. E os meninos são alegres e dados a folgar e folgam com muita quietação e amizade, que entre eles não se ouvem nomes ruins, nem pulhas, nem chamarem nomes aos pais e mães e raramente quando jogam se desconcertam, nem desavém por coisa alguma, e raramente dão uns nos outros, nem pelem...» (*Tratado da Terra e da Gente do Brasil*). Já Saint-Hilaire observa que as crianças indígenas «saltavam e riam de todo coração.» E de novo Fernão Cardim: «Logo de pequeninos, ensinam-lhes os pais a cantar e a bailar e os seus bailos não são diferenças de mudanças, mas é um contínuo bater de pés estando quedos ou andando ao redor» (...) «pois cem homens bailando e cantando em carreira...»

Tristeza, isso? E os padres notaram terem eles «muitos jogos a seu modo, que fazem com muito mais festa e alegria do que os meninos portugueses.» E Nóbrega: «ensinam-lhes jogos que usam lá

CALDEIRA FILHO

os meninos do Reino e tomaram-nos tão bem, e folgam tanto com eles que parece que tôda sua vida se criaram nisso.»

Afegria, pois, e sempre. Alguma tristeza ocasional não é tristeza tribal nem racial: as mães pranteavam o sofrimento dos filhos nos ritos de perfuração das orelhas, faces e lábios, como refere o Pe. Simão de Vasconcelos.

Esse traço de alegria no perfil do indígena é completado por muitos outros, entre os quais afeição pelo cônjuge e pela prole, respeito dos filhos para com os pais, honestidade no proceder. Ainda no trabalho de Lúcia Magalhães encontram-se citações exemplificadoras. São sinceros «... porque mostram sempre no coração o que dizem pela boca.» «Nenhuma coisa própria tem que não seja comum, e o que tem há de partir com os outros principalmente se são coisas dfe comer, das quais nenhuma coisa guardam para o outro dia, nem cuidam de entesourar riquezas.» Eram generosos, cediam imediatamente a outro aquilo que de sua propriedade o tivesse agradado. E eram honestos. Há testemunhos da sua inviolável fidelidade em suas transações, jamais, segundo Ferdinand Denis, romperam um tratado de paz feito com os conquistadores, boa fé que lhes informava o viver cotidiano. Assim, o perfil moral do indígena, configurado no Peri de Alencar, musicado por Carlos Gomes, não é uma romântica ficção artística, mas revivescência de uma figura real.

Todavia, alguma malandragem aparecia de vez em quando. Voltemos à Carta de Caminha: «Mandou o Capitão àquele degredado Afonso Ribeiro, que se fosse outra vez com eles. Ele foi e andou lá um bom pedaço, mas à tarde tornou-se, que o fizeram vir e não o quiseram lá consentir. E deram-lhe arcos e setas; e não lhe tomaram nenhuma cousa do seu. Ant'es — disse ele — que um lhe tomara umas continhas amarelas que levava, e fugia com elas, e ele se queixou e os outros foram logo após, e lhas tomaram e tornaram-lhas a dar; e então mandaram-no vir.»

Afirmações, tais as de Porto Seguro, de serem falsos, infiéis, inconstantes, ingratos e indolentes, não invalidam as outras em contrário. Referem-se ao indígena não no seu meio natural, onde o comportamento autêntico se manifesta, mas ao indígena que fugia às restrições colonizadoras dos portugueses. Indolentes, por não sentirem motivação para um trabalho imposto. Falsos, para se libertarem de compromissos extorquidos, e assim por diante. Daí a afirmação de Renato Almeida (R. 5): «melancólico era o índio fugidio e indolente, que vivia a vida cheia de nostalgia, num perpétuo espanto pelas coisas que o cercavam e embrenhando-se pelas matas a fugir do assaltante branco.» Poderia ele sentir-se atemorizado, revoltado; mas, melancólico?

Paulo Prado mostra o tipo que surgiu do cruzamento do branco europeu de várias raças com o índio nômade, tipo que ele, vernáculamente chama «mamaluco» em lugar do mais divulgado «mameluco».

«... DE TRÊS RAÇAS TRISTES?»

Do cruzamento desse índio nômade, habituado ao sertão como um animal à sua mata, e do branco aventureiro, audacioso e forte, surgiu uma raça nova, criada na aspereza de um clima duro, no limiar de uma terra desconhecida. No desenvolvimento fatal dos elementos étnicos num meio propício, mais do que em outras regiões do país, em São Paulo medrou forte, rude e frondosa a planta-homem (P. 29). com as virtudes e os vícios que injetaram no sangue do gentio.

Independência. «Às primeiras tentativas de colonização organizada (P. 30) o mameluco do planalto apareceu nas suas roças de Santo André e de Piratininga como um independente e insubmisso às leis da Metrópole e às ordens dos seus representantes.» O primitivo aldeamento da Borda do Campo foi considerado «antro de bandidos» por Ulrico Schmidel, em 1553, em viagem de Assunção a São Vicente. O Padre Simão de Vasconcelos escreve (P. 31): «São os mamalucos Ramalhos de árvore ruim piores frutos. E, referindo-se aos paulistas, dizia em 1691 o Governador da Capitania do Rio de Janeiro: «Ahi vivem quasi à lei da natureza e não guardam mais ordens que aquelas que convém à sua conveniência.»

Independentes, e de uma sinceridade brusca e ativa. Anteriormente (P 31) Anchieta narrava (1554) que um desses mamalucos, ameaçado pelo Santo Ofício por entregar-se a «práticas gentílicas», respondera: acabarei com as Inquisições a frexas! E o padre a comentar: «São cristãos e filhos de pais cristãos! quem na verdade é espinho não pode produzir uvas.»

Amoralidade. Eram truculentos também e até à Europa, após o Colônia e a América espanhola, chegaram notícias dos «crimes hediondos» de que se os acusavam. «Era um misto de terror e admiração, criando, por assim dizer, um tipo lendário — preador de gentio e pioneiro de riquezas — a que se atribuía todos os vícios e todos os desvarios que a época cultivava.» (P. 34). uma testemunha da época — 1629 — retratava-os como desalmados e orgulhosos, ignorando as leis do Rei e as de Deus, corruptores da justiça ou aterrorizadores de seus ministros. Suas pisadas empestavam o chão por onde andavam; são lobos carniceiros, e, em família, polígamos, donos de mulheres casadas, solteiras ou indígenas. Capturavam e vendiam índios e se vestem de seda, bebem bom vinho e compram tudo quanto lhes excita o desejo de posse. Arrasadores de aldeias, ferindo e matando com muita crueldade, como se se tratasse de cães ou cavalos, deixando abandonados pelos caminhos, sem nenhuma alimentação, os que caíam detentes. E por isso em 1632 o Vice-rei do Peru, Conde de Chinchón propôs a compra de São Paulo e ainda que comprada ou não, mandasse S.M. destruí-la pelos muitos crimes que tem cometido».

Tais excessos, diz Paulo Prado, explicavam-se como reação às brutalidades dos conquistadores e «afirmavam, no entanto, as qualidades fortes da raça, criada asperamente nas suas montanhas, longe das

CALDEIRA FILHO

tanto conosco influencias deprimentes da Metrópole ou do litoral.» Mas não os deixou a alegria, como se viu em anterior citação de Paulo Prado.

E depois começam as Bandeiras, «kvas e levas de expedicionários, numa tosca organização militar, dominados por duas paixões: o amor à riqueza te o ódio ao espanhol» (P. 38). Raça forte, sim. Mas triste também?

«A mestiçagem criara, porém, desde o princípio, um tipo étnico admiravelmente constituído para o povoamento e conquista do sertão. Foi o Mamaluco» (P. 49). Nada triste, porém, Resistente no desconforto das vilas e nas dificuldades da vida no sertão, devido a eventuais faltas de artigos de primeira necessidade. «Nesse deserto, revelava-se a superioridade da mestiçagem fortificada pela ambiência. Do índio. vinha-lhe o ardil, o instinto, a maleabilidade, a coragem impassível, a observação agudíssima apurando os sentidos. Do branco, a obstinação, a inteligência, a imaginação, a cobiça.» (P. 50). Mais adiante informa o escritor: «O cruzamento com o indígena corrigiu de modo feliz a excessiva rigidez, a dureza inteiriça e fragueira do colonizador europeu do século XVI; o índio, nesse amálgama trouxe o elemento mais afinado, a agilidade física, os sentidos mais apurados, a intensa observação da Natureza, quase milagrosa para o homem branco. Um governador, em 1692, dizia: «Paulistas embrenhados são mais dextros que os mesmos bichos ...» (P. 86). E outros traços são assinalados. com abundante residuo indígena de independência, ambição do mando, liberdade, inquietação e um irrequieto espírito de mudança, mas com absoluta ausência de tristeza. Ainda no século passado, Martius encontrou esse homem e essas qualidades, fortaleza, longevidade, desejo de enriquecimento lá nas longínquas regiões amazônicas.

Raça triste, essa? Aos perigos enfrentados pelas entradas e aos da natureza, juntava-se o «indômito e vingativo antropófago, «o gentio bárbaro» que assolava os brancos nas povoações litorâneas, que lhes devorava os prisioneiros e lhes disputava o terreno, em guerra renhida e encarniçada.» (P. 85)

«Logo, porém, a guerra, a gana da fortuna rápida, e sobretudo a ânsia da catequese que procurava o índio para os resgatar e livrar da antropofagia, como no regime das sinistras *encomiendas* espanholas, trouxeram rapidamente a escravização organizada do indígena. O índio deixara de ser o «papel branco» a que se referia Manoel da Nóbrega, apto para nele se escreverem as virtudes mais necessárias». (P. 74). Só em 1758 foi-lhe restituída a liberdade.

E quanto à música daí derivada: «Ultimamente notou-se (R 8) uma preocupação acentuada em buscar inspirações na música dos índios. já que estes permanecem com o estranho sortilégio de serem os mais legítimos de todos os brasileiros, como autóctones. A velha tecla romântica vibrou e alguns compositores se abeberaram nessa fonte com ansiedade, conseguindo realizações apreciáveis. Mas, o que se pode tirar daí — como tudo que tiramos até hoje dos índios — são exotismos

«... DE TRÊS RAÇAS TRISTES?»

capazes todavia de servir para a nossa música artística, mas não para acentuar-lhe o caráter nacional. *Não acredito que* venham algum dia a influir na música brasileira.» [grifo nosso].

Então, a triplice tristeza, se existente, sofre redução de um terço...

Afirmando depois a existência de uma música brasileira (R 20) mestiçada de ameríndio, negro e lusitano que lhe deram algumas das suas características, assinala: «Mas, além disso, essa música, na languidez, no alambicado, na vivacidade, no sensualismo, na mordacidade de nossa gente, tem um caráter inconfundível e uma fisionomia peculiar e marca um clima musical especificamente brasileiro.» Nesses traços todos, nenhuma relevância para a *tristeza*, bilaqueadamente fundamental. Cita Hornbostel quanto às canções (?) dos índios (R. 26): «Exatamente a conservação firme de uma mesma medida fundamental — através de todas as liberdades nas criações rítmicas e melódicas imprimem às canções dos índios — até mesmo às *alegres* [grifo nosso] e profanas — algo de severo e sobrenatural.»

Os índios tinham seus divertimentos. Observa Renato Almeida: «Não se podem determinar com precisão nem as transformações do elemento ritual da dança *para diversão apenas* [grifo nosso] e o mutirão no baixo Amazonas «reunião em que alguém, com um trabalho a fazer, reúne companheiros e os recebe com *festas e danças* [grifo nosso] (R. 32).

Os portugueses talvez não tivessem visto o índio dançar. «Interessava-os mais os meneios de uma cunhantã jeitosa, que logo lhes alvoroçaria a sensualidade grossa de marinheiros.» O jesuíta, este sim, venceu o índio porque dele se aproximou cantando, viu-os dançar e caiu também na dança. O indígena gostou dessa gente e pediu aos padres que cantassem se não lhe fizesse mal algum e, em troca, lhes deu farinha e inhames. Assim, mansamente os filhos de Loyola foram chamando à devoção os índios.» (R. 150).

Ainda uma vez: gente dada, afável, sem traço de tristeza. Isenta dela está a dança dos Caiapós (R 265): «Não representam um auto, nem tem dança dramática, apenas um cortejo de indivíduos vestidos de índios, em formação de dois a dois, a dançar pelas ruas, tendo à frente o Cacique, com uma buzina de chifre a tiracolo. (...) Não têm cantigas e a música é uma rítmica de batidos elementar, se a isso se pode chamar música.» E que tristeza pode haver nisso? Idêntica ausência pode ser notada no Auto dos Pajés (R. 275): «... o personagem principal era uma serpente, que os índios combatiam e matavam, dançando e cantando. As cenas eram ruidosas e movimentadas, lembrando a vida dos selvagens, lutas, caçadas, rastreamentos. Esse auto teria sido aquele representado diante de Henrique II e Catarina de Medicis, em Ruão, na célebre festa brasileira realizada por um grupo de índios chefiados pelo pajé Morbicha, que foram levados à França por marinheiros normandos, festa que Ferdinand Denis nos descreve, através do fascículo de um escritor anônimo do séc. XVI. Nesse

CALDEIRA FILHO

bailado, como o número de índios não ultrapassasse de cinquenta e se exigissem mais figurantes, fantasiaram-se de caboclos marinheiros franceses que tinham visitado o Brasil, e conheciam os costumes dos silvícolas.» Ridiculamente estupendo...

Viviam os indígenas em estado natural. A mansidão notada por Caminha não anula a bestialidade da vida assinalada por vários autores: antropofagia, sacrifício de prisioneiros, cerimônias, adornos, tudo enfim, se revelavam muitos sentimentos — afinal eram seres humanos — não denunciam a *tristeza* como nota dominante. Onde foi encontrá-la o poeta? Concordam os estudiosos em que a influência do índio, ou de sua música, foi pequeníssima e desapareceu no contexto cultural. Não era triste, porém, e se o fosse, não teria podido transmiti-la, pela razão acima.

NEGROS E MULATOS

Começemos com Paulo Prado. «As primeiras expedições que aportaram ao Brasil trouxeram certamente escravos de África; devia havê-los até na própria frota de Cabral, diz Varnhagem». (P 75). Entrou aqui a escravidão trazida por Portugal. Florestan Fernandes («O negro em São Paulo», in *São Paulo Espírito, Povo, Instituições*, Pioneira Editora, S. Paulo, 1968) afirma à p. 130: «... os negros vieram em 1530 com Martim, Afonso de Souza, como bagagem dos colonizadores». Por outro lado (R 6) melancólico era o negro, caçado, roubado e escravizado, que sofria no cativo uma dor irremissível e aniquilante». Mário de Andrade (*Compêndio de História da Música, São Paulo, 1933*) assinala a vasta influência exercida pelo africano em nossa música popular, instrumentos, cantos e danças e nota: «Parece que a música foi o derivativo principal que os africanos tiveram no exílio da América». Mas não fala em tristeza. como observação geral, pode lembrar-se que esfaz triste não é ser triste.

Na Bahia do século XVII (M 9) «As pretas forras e as mulatas ostentavam luxo desbragado e acintoso, recamadas de pulseiras, colares, amuletos de ouro e tôda espécie de enfeites e balangandãs». Pelo amor (M 21) «as senzalas aumentavam constantemente, num fervilhar de vida e de mestiçagem forte. como já foi mencionado (M 57) os negros recebiam educação musical e os mulatos (M 64) na sátira de Gregorio de Matos, tinham ali seu paraíso, pois que (M 65) .

... ser mulato,
ter sangue de carrapato
cheirar-lhe a roupa a mondongo
é cifra de perfeição
Milagres do Brasil são.

«... DE TRÊS RAÇAS TRISTES?»

Luciano Gallet (ob. cit. p. 51) recorda-lhe o feitio original. «Tôda essa gente trazia em si humilhação e revolta, saudade e rancor, recordações e desespero. Tudo lhes tinha sido roubado. Sobrava apenas, o que era intimamente deles, feitio, índole, usos, cantares e danças». É exato. Mas, afeitos ao novo tipo de vida, eram exuberantes na vitalidade, no divertimento, e na luxúria, como já vimos. Continua Gallet (p. 52): «Desaparecida a esperança de liberdade, com a tentativa de Palmares, mesmo vencidos, pouco a pouco o seu domínio se ampliava e estendia inconscientemente pelo Brasil afora. E em breve os negros participavam da vida brasileira de minuto a minuto; nas fazendas como escravos, nas casas de cidade como serviçais, trabalhadores braçais nas ruas. Em todas as circunstâncias, entravam com o seu contingente de trabalho e sofrimento, de tristezas e alegrias, de religião e diversões». E mais adiante: «Os escritores da época, referem-se sempre a eles, com citações de vida à parte, que englobam moradia, vestuários, cerimônias, instrumentos, religiões e festas». Isto pois — principalmente o espírito de diversão e festa — «era intimamente deles». como se vê, estamos procurando, sem resultado, a tristeza como característica racial e original do negro.

Nos muitos estudos sobre o negro não se alude ao que agora interessa: a tristeza «intrínseca». Esta, quando presente, não parece ser elemento preponderante nem característico na psicologia racial. Afirmá-lo seria uma inexatidão, pois estenderia o caráter eventual ao específico, e deste ao geral, o que é inadmissível. Mesmo o negro escravo não mostra nenhum «relax» impregnado de tristeza. Ao contrário, entrega-se à euforia da dança primitiva, à expansão do movimento corporal.

A libertação de 13 de maio de 1888, chamada pelos opositores «lei dos bacharéis e dos mulatos», fez que os negros abandonassem as fazendas e procurassem as cidades em busca de novas perspectivas. Forte então a corrida aos empregos ou procura de trabalho e oferta de mão-de-obra. Assim revitalizados, que lhes seria da tristeza?

Oneyda Alvarenga, *Música Popular Brasileira* (Globo, p. 25) não inclui a tristeza entre os traços temperamentais do negro. «Se se pode dizer com relativa segurança que, estruturalmente, a contribuição negra não é muito grande, é evidente, entretanto, que em muitas das manifestações da nossa música popular, o caráter delas mostra bem que o negro concorreu em não pequena parte para lhes conferir esse ar, irreduzível a dados positivos, que todas as músicas nacionais têm. Um calor, uma doçura voluptuosa, um ritmo riquíssimo, ora violento, ora se diluindo em bamboleios, que se aparentam à sensualidade e aos requebros com que o negro marcou claramente quase todas as danças nacionais».

Rossini Tavares de Lima, *Abecê do Folclore* (Ricordi, S. Paulo, 1968, p. 89) observa: «Enquanto outros povos cantam em um ou no

CALDEIRA FILHO

máximo dois registros, os negros da África apresentam no seu canto uma grande liberdade. Em conseqüência, a música africana surge como uma das mais variáveis e imprevisíveis do mundo. O cantor parece não respeitar regras ou modelos. *Brinca* com a voz, passando do grave ao falsete, intercalando grunhidos e gritos. A máscara é extremamente mutável e dramática. Ele ringe, resmunga, faz alarido e *também ri*, enquanto o europeu se atem à melancolia». (grifos nossos.)

Renato Almeida refere-se também aos mestiços cantadores (p. 116) e lhes menciona a ação no processo de formação de nossa música popular.

Entre eles se destaca o mulato. São, em muitos casos, tipos que não tendo entrada nas casas-grandes nem querendo trabalhar na lavoura, «ficaram malandreado e vivendo ao Deus-dará. Fizeram-se também guardas de engenho, participaram das Bandeiras e mais tarde se fizeram capitães-de-mato. Pouco dados ao trabalho, vieram a ser o «malandro, o peralta, o desordeiro, o capadócio. . .». «Constituíram uma massa de inadaptados que, somente após a Independência, atuaram na vida nacional, alguns com grande destaque. O recalçamento de muitos (R 117) se sublimou em formas líricas e foram os mestiços que se apropriaram dos cantos lusos, negros e índios, para criar infatigavelmente a música brasileira, ajuntando-lhe essa languidez na voz e, na dança, esses requebros sensuais, esses rebolados e essa coreografia mexida, mais do corpo que dos pés, e que se tornou o encanto das mulatas». Der prezaram o falar português, a energia do negro e a «bobice» dos índios pasmados. «No sangue do mulato e do mameluco estava tudo isso, mas na fusão, ao meio da ardente natureza tropical, quebraram-se as violências. Vieram essas moleza e essa doçura tão característica da nossa música popular. Espalharam-se pelas cidades e ingressaram nas Bandeiras e «levaram por tôda parte essa alma lírica brasileira, resultante da miscigenação dos latifúndios». «O negro é da dança, do batuque, do coco-de-engenho e de praia, do jongo, da roda do samba. Mas a cantiga é do mestiço, do caboclo danado, do cabra valente, do mulato pachola». Assim, muita dança, sensualidade e divertimento. Mas não *tristeza*.

Atribui-se uma origem negra do lundu (R 72): «O lundu ou lundum ou landu, música de canto e dança, que os negros de Angola trouxeram, é uma toada com ritmo cadenciado e onomatopaico, representando os requebros luxuriosos e lascivos das mucamas e influiu, como afirma Guilherme de Mello, sobre o indígena (indígena deve significar aqui não apenas o índio, mas o nacional) produzindo a nossa chula, o nosso tango e o nosso lundu propriamente dito». Seu texto é de caráter cômico, irônico, indiscreto, em andamento mais vivo do que a modinha. Tal contribuição foge à tristeza. É alegre, sem dúvida. Mário de Andrade notou-lhe também as características sensuais. E acabou subindo aos salões.

«... DE TRÊS RAÇAS TRISTES?»

Choros também não são tristes e, remotamente, têm origem africana (R 112). Urbanizou-se depois e veio a constituir o choro carioca, nascido na Cidade Nova. «Se em geral é sentimental, muitos são alegres e espletados, como aquele magnífico «Apanhei-te cavaquinhos, de Ernesto Nazareth».

Mais adiante esta observação (R 151): «o negro, cantor e dançador por excelência, já vinha sambando lúgubremente nos navios negreiros, naquele «sonho dantesco» da narrativa patética do grande Castro Alves. Aqui chegando, nas horas vagas, ia batucar e sambar e parece que se desforrava do sofrimento nos requebros e saracoteios da dança». Se fosse essa uma raça triste, sua desforra teria outro caráter. «Enquanto a negralhada se divertia nos seus folguedos, os senhores brancos viviam muito mais insipidamente, ociosos e libertinos. Pode uma raça triste reagir pela alegria?

Tratando das danças populares brasileiras, continua o autor (R 155) : «A dança brasileira tem porém o destino de acompanhar a tristeza da sua música. Ela é quase tôda, ou tôda ela mestiçada. Guardou o ritmo africano e aproveitou as melodias que aqui chegaram e aqui se transformaram, para depois modificar todo esse material numa criação própria e vivaz». Vivaz e triste? Não pode ser. Páginas antes (R 147) fala da beleza dos seus cantos de feitiçaria, sua sugestão original, mas nega-lhe qualquer influência direta sobre a música brasileira. «Note-se, porém, que não digo que essa música não venha a ser aproveitada artisticamente, *mas sua penetração na alma brasileira é impossível*». (grifo nosso) . E nem essa é triste, tampouco.

A informação de Renato Almeida é ampla, e não cabe aqui em maior dimensão. Tão-sòmente mencionem-se a lubricidade do batuque e do samba, a embigada, o bamboleio do corpo, o saracotear dos quadris; as maravilhas rítmico-melódicas do baião (R 160); e as características variadas, mas com a tristeza sempre ausente, dos derivados. Alegres e vivas são as toadas das Chulas (R 172), a predominância dos negros no carnaval carioca que ninguém dirá seja uma festa triste, como também não são tristes os Congos ou Congadas. E nem o Maracatu. «A música do Maracatu (R 268) é vibrante, barulhenta, percutiva e muito ritmada, sendo uma das maiores sugestões rítmicas que conheço» . Até aqui, porém, nada de tristeza racial.

Não obstante sua importância na demografia nacional acrescida da «lei áurea» para os índios, em 1758, da intensidade assimilacionista, observa Florestan Fernandes (ob. cit. p. 146): o negro não pode recriar no Brasil as culturas transplantadas, e nem «conseguiu erigir-se em porta-voz de uma «raça» e da «cultura» correspondente». como se vê, não há traço de tristeza nas características raciais e consequentemente, no comportamento do negro entre nós.

CALDEIRA FILHO

O POETA

Acompanhemos agora, por alguns instantes, o poeta de «A Música Brasileira» na biografia que dele fez Fernando Jorge, de quem disse Menotti Del Picchia, em Introdução: «Esta esplêndida biografia de Olavo Brás Martins dos Guimarães Bilac — legítimo Príncipe dos Poetas do seu tempo — traz chancela de autenticidade». Não vamos estudar o Poeta, mas colher, aqui e ali, argumentos pertinentes a este ensaio.

Olavo Bilac (1865-1918) tinha em mente indeléveis impressões de cenas de escravidão. Eis o Rio que ele via na adolescência (F 36) : «O Rio de Janeiro daquele tempo não era uma cidade confortável. A viajante austríaca Ida Pfeiffer já se havia queixado, em suas impressões de viagem, da quantidade de formigas, baratas, bichos de pé e pernii-longos, que encontrara na terra carioca. O Rio assemelhava-se, neste ponto, às urbes africanas. Mulatas de ancas largas, de leque em punho, como corpo sarapintado por panos de cores berrantes, atravessavam, garbosas, as ruas estreitas, atulhadas de poeira. Negros esbaforidos, vergados ao peso de enormes fardos, ritmavam seus passos pelo som monótono de melopéias estridentes. Apenas a Rua do Ouvidor, rutilante de luxo, parecia uma artéria parisiense transplantada para os trópicos. Os episódios da escravidão deixaram, desde cedo, um doloroso vestígio na alma do rapazinho. O futuro confidente de estrelas nunca mais poderia esquecer as cenas deprimentes que presenciou. Nessa época de oprobrio anterior à luminosa data de 13 de maio de 1888, Bilac conheceu um singular fazendeiro italiano. Esse estrangeiro, apesar de ser um poderoso senhor de escravos, era um feiticista da palavra *liberdade*. Tinha vindo, na infância, para a América do Sul, e, em sua mocidade, estivera no Uruguai e na Argentina, participando das guerras civis dessas duas nações. Pelejara contra dois tiranos: Rosas e Francia. Depois disso lhe restou no espírito um amor apaixonado pela liberdade. Se ouvia falar nela, logo ficava doido de entusiasmo. Os seus olhos fulguravam, as suas faces se coloriam de intenso rubor, o seu sangue, em estos de febre, precipitava-se, célere, nas veias. Após as peripécias em que se vira envolvido, tornou-se no Brasil proprietário de uma fazenda. Dedicara-se ao cultivo do café, possuindo cinquenta escravos vigorosos. Assim que a aurora surgia, apanha o seu precioso rebenque e ia em direção ao lugar em que cativos mourejavam. Tal rebenque constituía uma relíquia do tempo em que lutara no sui. Na **sua** fazenda não existia feitor encarregado de incutir disciplina por meio do chicote, pois ele próprio, o audaz fazendeiro, nos momentos necessários, aplicava a punição. Entretanto, aquilo que tinha causado espanto ao jovem Bilac, foi ter visto, na velha prata fosca que encastoava o famoso relho, esta expressiva frase, artisticamente gravada a buril: «Viva la libertà!»

«... DE TRÊS RAÇAS TRISTES?»

Em outra ocasião (F 37), convalescendo em uma fazenda do interior veio despedir-se dele o feitor, um mulato forte, de fisionomia dura «e músculos mais duros ainda». «O feitor exclamou: Adeusinho, «seu» doutor! Vou refazer as forças... Olhe que estes negros dão cabo de um homem! — Acredito, «seu» João, acredito, respondeu Bilac. É o diabo ter a gente de ganhar o pão à custa do suor das costas dos outros... Passe bem!»

No indígena, via a bravura, o heroísmo (F 85). Em uma festa de homenagem a Gonçalves Dias, presentes o Imperador e a viúva do homenageado, além de numerosos convidados, «Olavo diz, pela primeira vez, versos em público. Recita seu soneto sobre o mavioso cantor de Marabá:

Celebraste o domínio Soberano
Das grandes tribos, o tropel fremente
Da guerra bruta, o entrechocar insano
Dos tacapes vibrados rijamente,

O maracá e as flechas, o estridente
Troar da inúbia, e o canitar indiano...
E, eternizando o povo americano,
Vives eterno em teu poema ingente.

Estes revoltos, largos rios, estas
Zonas fecundas, estas seculares
Verdejantes e amplíssimas florestas

Guardam teu nome: e a lira que pulsaste
Inda se escuta, a derramar nos ares
O estridor das batalhas que cantaste.

O movimento pela libertação dos escravos ganhava, dia a dia, maior força (F. 88): «Bilac também se empolga pela causa da Abolição. Decerto lhe vinham à lembrança as cenas confrangedoras que presenciara: homens seminus, a arrastarem correntes pesadas, mulheres esqueléticas, em andrajos, tentando dar alimento aos filhinhos esfomeados, velhos combalidos, de carapinhas argéneas, a mourejarem de sol a sol, no rude amanho da terra, enfim, tôda uma procissão de miseráveis, a expor suas dores e mazelas, num espetáculo de tragédia e ignomínia».

Estudante de direito em São Paulo, após cinco anos de medicina no Rio, tendo deixado inconclusos ambos os cursos, passou dias no litoral hospedado em casa de Vicente de Carvalho. «Ele também assistiu (F 105) nesses dias de vilegiatura, à chegada em massa de escravos

CALDEIRA FILHO

que tinham fugido das fazendas para se açoitarem no grande quilombo do Jabaquara. Esse espetáculo nunca mais se apagaria da sua memória. Aquela torrente de cativos, aquele «êxodo do sofrimento, da desesperação e da revolta», como disse dias depois, não era apenas um rio humano, mas um agitado e negro oceano, a precipitar-se do alto da serra, numa arrancada trágica e sublime».

Note-se aqui o último adjetivo: *sublime*. É o esteta a absorver o abolicionista, e o episódio a transformar-se em tema, talvez, porém, uma involuntária mas penetrante impressão do biógrafo. Eu sou tentado a ler ali: «arrancada trágica, *mas* sublime...

como a confirmar este meu sentir, leio (F 125) o tema tratado com ironia. «Em 22 de outubro (1887, ano da visita de Ramalho Ortigão ao Rio, anotação minha) sob o pseudônimo de Pe-Ho, publica na «Vida Semanaria» alguns versos irônicos, nos quais satiriza a indiferença dos escravocratas e a passividade dos cativos:

Basta de prantos! não temos
pena de vossa aflição. . .
E, além disto, não queremos
Perturbar a digestão.

Fugis? Pregai a doutrina
Da liberdade? pois bem:
Lá vai bala, carabina
Que é o que melhor vos convém.

Haveis de ficar de novo
Submissos, trêmulos. . . Sim!
Isto de escravos e povo
Deve ser tratado assim.

Nós somos brancos e nobres
E temos educação;
Vocês são negros e pobres...
Agüentem pau... Pois então?

Veio afinal a Lei Áurea. Após descrever cenas de entusiasmo e comoção no Paço, o entusiasmo frenético nas ruas, diz o autor (F 145) : «Bandos de pretos, a chocalharem maracas, sacudindo reco-recos, fornecem vasão à doida alegria que os embebeda». O que se libertara fora também a alegria, por séculos contida, mal extravasada nas batucadas, das senzalas e festas rurais, mas, a meu ver, não extinta nem substituída pela tristeza como característica racial. Ao contrário, não seria a alegria uma das características do ser humano?

«... DE TRÊS RAÇAS TRISTES?»

uma outra observação é oportuna. Bilac partiu para a Europa em 1890. Parisiense por instinto, inteligência e sentimento, visceralmente requintado e embriagado de intelectualidade e civilização, pergunta em carta a Max Fleiuss (F 209): «como vai essa terra ignóbil?» Para ele, o Brasil não passava de uma «Cafraria portuguesa, que a generosidade dos povos persiste em chamar país civilizado». Em nota nº 77, ao pé dessa pag. 205, diz Fernando Jorge: «Saudando Afonso Arinos na Academia Brasileira de Letras, em 18 de setembro de 1903, Bilac afirmou: «Felizmente, o «pessimismo» é quase sempre uma doença apenas literária. Dizer mal da pátria não é desprezá-la: é fazer literatura à custa dela». Tais palavras, pergunta o biógrafo, seriam uma justificativa para o seu impiedoso julgamento de 1890?

Ora, aí temos fortes indícios da significação, para Bilac, da *tristeza* que ele sentiu nas três raças: um tema poético, de base objetiva, é certo, mas principalmente um estímulo que desencadeou o processo criador, como tantas vezes se verifica. E autoriza também a concluir que considerar triste uma raça, não é qualificá-la, mas fazer poesia à custa dela. . . Em música são numerosos os exemplos, denunciados pelo fato de se transformarem tais estímulos em subtítulos ou apelidos para certas composições: valsa do minuto, sonata luar, sinfonia do relógio, etc, estímulos que Debussy tomou francamente por títulos de muitas de suas peças, embora, nos Prelúdios os colocasse ao fim deles...

E a arte dos sons não figurava entre as preferências de Bilac (F 229): «Jantava às seis horas. Depois costumava assistir a alguma peça de teatro. Mas não gostava muito de ópera. E segundo Guimarães Passos (F 230): «O artista impecável da Delenda Cartago não tem grande admiração pela pintura, nem morre de amores pela música...»

Este desamor pela música, uma espécie de alergia estética, certamente diminui o valor de quanto afirma a respeito dessa arte.

Em 1894, após alguns dias de prisão política e refúgio em Minas, respondeu aos amigos que o aconselhavam uma estação de águas: (F 251): «Qual nada! Preciso mas é de um vasto banho, um banho no oceano, ensaboado a vagas, para tirar-me do corpo as crostas de sujeira e da alma a impressão desses dias melancólicos. Para tamanha calamidade só um sanatório de civilização: Paris! Estou farto de montanhas, de várzeas, de borboletas e pirilampos, de cheiro de capinzais, de fortum de suarda e de cantilena à viola. Quero ar puro, asfalto, luzes, espírito e arte. Paris! «Compreende-se a reação do poeta ante as realidades mais ou menos gradeadas da política. Não seria também o seu amor à terra natal mero tema artístico? Ele mesmo dissera: falar mal da pátria não é desprezá-la: é fazer literatura à custa dela!

Estas e outras contradições poderiam ser apontadas na vida e na obra do poeta. Viveu intensos momentos de exaltação e de depressão. Em qual deles estaria a descoberta da tristeza com que termina seu

CALDEIRA FILHO

famoso soneto? Evidentemente não se pode esperar de um poeta — de uma imaginação em ato — o rigor científico de um sábio. Mas é que as «verdades» dos poetas dizem muito mais do que as sentenças dos sábios. E se eu me tivesse colocado no ponto-de-vista daquele, este ensaio não teria razão de ser. E daí, quem sabe? Seria eu talvez mais feliz, ou menos infeliz como poeta do que como sábio. . . Afinal, a arte existe para nossa felicidade.

Todavia, a palavra final, no caso, é dada pelo próprio poeta. Sua posição é afirmada na conferência «Os poetas brasileiros são tristes» indicada na bibliografia.

Afirma, de início (O 31) que os poetas brasileiros são tristes, o que se verifica na poesia popular e na música que as acompanha. Há ali uma mistura de sensualidade e de melancolia, de volúpia e de tristeza, revelação de amargo pessimismo de que estão repletas as quadrinhas melancólicas das serenatas. Acha, porém, (O 33) que isso é um preconceito a ser destruído.

Nega a tristeza como traço geral (O 35): «Mas seremos nós, uma população de doentes, 20 milhões de neurastênicos? Por que o seríamos? Se admitirmos sem hesitação a teoria do meio, reconheceremos que não há no Brasil um só motivo para que cada brasileiro seja um cipreste humano, sempre debruçado sobre a cova em que jaz sepultada sua alegria. com este céu? com esta luz? com esta vegetação? com este perpétuo sorriso aberto em tudo?» (...) «Stendhal, que muito antes de Taine, traçou as linhas gerais da «teoria do meio», escreveu que em Londres há dias em que a gente se enforca sem motivo sério, unicamente por influência do nevoeiro». Lembro a frase: «Il y a des jours où l'on se pend». Mas continua o poeta: «No Brasil só vejo influências que nos podem levar à cantoria e à dança». Passa então a explicar como destruir o preconceito. Observa (O 36) haver um abismo entre o homem-máquina e o homem-pensamento, ou utilidade e estética, segundo penso. Expõe o mecanismo da criação poética, constante de três momentos: 1º emoção; 2º incubação, por vezes longa; e 3º expressão. Exemplifica (O 41): «Um homem jovial pode ser um poeta triste. No momento em que um grande infortúnio nos fere, temos apenas alma para sofrer e chorar. Depois, sim! Depois é que o sofrimento pode cristalizar-se em versos. Quando, depois da incubação indispensável, o poeta começa a exprimir a emoção que o impressionou — já não é o homem quem ali está; é o pensador, é o artista. Imaginai este caso, que não é fantasiado por mim. Um Poeta estudante, boêmio, em fim de mês, no pobre quarto da república em que mora. . . Para iludir o estômago, que pede um almoço. . . impossível, esse Poeta está escrevendo versos. Versos de amor, versos líricos, versos tristes, cheios de ais, cheios de suspiros, e cheios de tantas lágrimas, que se elas fossem reais, o papel, o tinteiro, a mesa, o Poeta ficaria nadando num vasto mar de pranto. De repente, batem à porta: é um carteiro. uma carta

«... DE TRÊS RAÇAS TRISTES?»

registrada... É a mesada! É dinheiro! O estudante dá um salto, beija o vale postal, beija o carteiro e põe-se a rodopiar pelo quarto, numa valsa infernal. Vai sair, vai almoçar, vai forrar da miséria o estômago... Mas lembra-se do soneto inacabado: e, apesar de estar alegre como um dia de sol, acaba o soneto no mesmo tom, com os mesmos ais, os mesmos suspiros, as mesmas lágrimas. O homem está contente, porque tem dinheiro, vai almoçar: mas o poeta continua a ser triste porque é poeta...»

Faça o leitor um paralelo entre tal situação e a outra, em que alternam senzala e batuque, e tire suas conclusões.

E Bilac insiste (O 46): «Os poetas brasileiros são tristes, sim! Mas não porque sejam homens tristes. São tristes porque são poetas. São tristes todos os homens que sabem sentir e pensar». Então, a música brasileira é a flor amorosa de três raças de poetas... «Na juventude (O 47) a alvorada do amor que deveria ser sempre infinita alegria, é entretanto, de infinita tristeza». Juventude, amor e morte. «Mais tarde (O 50) poderá continuar a ser triste, mas não tristeza que vem do sentimento e sim do pensamento». E continua (O 51): «A poesia é triste porque o poeta se tornou pessimista», o que exemplifica com quadrinhas populares e também com poesia erudita. Mas; «Os poetas brasileiros não têm o monopólio da tristeza poética... São tristes porque são poetas — e todos os poetas são tristes. Alguns, lamurientos e tolos, são os tocadores da «gaita sentimental»; outros, os verdadeiros poetas, nobremente e majestosamente tristes, de uma tristeza misturada de orgulho e revolta, desafiando a natureza hostil e a dor implacável, são os senhores da grande e sagrada lira que Simônides e Timothêo (sic) consagraram aos cânticos heróicos afrontadores da miséria humana. Todos os poetas são tristes...»

Não levemos a sério os primeiros e respeitemos os segundos, aconselha, porque (O 57): «Os poetas são estuários, em que se vêm confundir as torrentes de idéias e de sentimentos que agitam as idades, são espelhos em que se vêm refletir e concentrar os feixes de raios ardentes em que se abrasa e consome o Ideal Humano. E como o mundo será sempre triste, porque a vida será sempre um mistério — também os poetas serão sempre tristes, porque serão sempre os intérpretes desta grande e dolorosa dúvida humana, desta curiosidade insaciável, desta desesperadora ignorância do que somos e do que seremos».

Tais palavras, embora esquecidas da alegria do grandíssimo poeta que foi São Francisco de Assis, dão ao célebre soneto uma dimensão filosófica, universal. Refletem a posição estética — real ou simplesmente artística — do poeta, e por isso não especificamente poética, mas extensível à música, objeto deste trabalho. A música seria então a expressão da tristeza como traço fundamental do gênero humano. Seria destino

CALDEIRA FILHO

do homem chorar incessantemente a perda do paraíso? E residiria aí a raiz da sua expressão poético-musical, e mesmo, conseqüentemente, de sua expressão artística total?

No caso objetivo que nos ocupa, o Poeta atribuiu às três raças um caráter essencial de tristeza: em vão o procuramos nos textos transcritos. Resumindo-lhe o pensamento: A expressão musical das raças lhes reflete o temperamento. A música da raça (?) brasileira é triste. Logo, as raças formadoras são tristes.

A primeira asserção é aproximadamente exata, mas de modo muito geral e vago. Não há raça com temperamento único: em todas elas há indivíduos de todos os temperamentos. A segunda generaliza um aspecto parcial, o que, por insuficiência de enumeração de particulares, invalida a inferência. E nada resta de válido para a última asserção.

Na Conferência referida, Bilac elucida bem o caráter unicamente poético ou literário do sentimento como tema para poetar, o que poderia denunciar, no caso, uma tendência para a poesia, e anular a pretensa legitimidade inclusa na parte final do soneto: a tristeza como traço predominante no povo «de um país como este.. .»

CONCLUSÃO

1 — O soneto supõe a distinção entre as raças no Brasil, por hipótese conservadas puras. Esquece a miscigenação profunda que desde cedo se processou no país.

2 — Não há documentação que evidencie a tristeza como traço racial no negro, no índio e no português.

3 — *Estar* triste não significa ser triste. A tristeza notada foi episódica, como manifestação romântica, principalmente pela modinha, produto semi-autêntico e escassamente representativo.

4 — A tristeza, no caso do soneto, é mero pretexto poético, estimulação à criação, o que se dá de modo geral na criação poética, segundo o grande poeta patrício.

5 — JÊ negada pelo poeta a possibilidade da tristeza no ambiente ou no «meio» brasileiro, tal como o descreveu, contradizendo-se, portanto.

6 — Por que somente a música e a poesia seriam tristes como resultado da tristeza racial? Tôda arte brasileira — pintura, escultura, arquitetura, coreografia, etc. — deveria, pois, ser de uma tristeza mortal.

7 — Confirmará a história das artes a presença da tristeza como denominador comum na criação artística universal?

Eis os fatos que este Ensaio põe em discussão.

«... DE TRÊS RAÇAS TRISTES»?

NOTA

As principais fontes utilizadas, neste trabalho, são acompanhadas de uma maiúscula, e esta é que aparece no texto.

PAULO PRADO — P — *Paulística e Retrato do Brasil* (Coleção Documentos Brasileiros, v. **152**, coedição Conselho Estadual de Cultura de São Paulo — Livraria José Olímpio, Rio, 1972) .

MARIA DE LOURDES TEIXEIRA — M — *Gregorio de Matos, Biografia e Estudo* (coedição Conselho Estadual de Cultura [São Paulo] Livraria Martins Editora, São Paulo, 1972).

RENATO ALMEIDA — R — *História da Música Brasileira*, 2ª Ed. correta e aumentada com 151 textos musicais. F. Briguiet & Comp. Editores, Rio de Janeiro, **1942**.

OLAVO BILAC — O — *Conferências Literárias — A tristeza dos poetas brasileiros* (Livraria Francisco Alves, Rio, 1912).

FERNANDO JORGE — F — *Vida e Poesia de Olavo Bilac* (Livraria Exposição do Livro, São Paulo, s/data).

uma citação conterà, entre parênteses, a inicial correspondente ao autor e o número da página. Exemplo: (P 25).

Autores menos citados serão indicados por extenso em cada caso.

Letras

Severiano de Rezende

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

A AMIZADE entre Alphonsus de Guimaraens e Severiano de Rezende, principiada na juventude, permaneceu inalterada para sempre. Natureza tão diversa, Severiano de Rezende, como assinalou João Alphonsus em nota à edição que organizou das *Poesias* de seu pai, «foi o seu amigo fraternal, por uma dessas estranhas combinações da vida, contraste vivo de Alphonsus, pelo temperamento exuberante, pelo espírito sem timidez, ao contrário vivo e resoluto e ousado, pelas atitudes de combatente à *outrance*, pelo próprio físico alto e forte.»

Sabe-se que em 1920 Severiano de Rezende publicou o seu único livro de poesia, *Mistérios*, edição das Livrarias Aillaud e Bertrand, Lisboa. Ao enviar um exemplar a Alphonsus, fê-lo à maneira muito sua, nesta dedicatória que tão bem condiz com o seu temperamento: «Meu querido Afonso, eis os *Mistérios*, em que o teu nome perenemente fulgurará, como o meu perenemente fulgura no *Setenario* e na *Dona Mística*. Teu, de sempre para sempre Rezende. Paris — Fev. 1921.»

De sempre e para sempre... De fato, mesmo longe da pátria, mesmo na Paris em que viria a morrer em 14 de novembro de 1931, (nascera em Mariana a 23 de janeiro de 1871), Severiano de Rezende sempre pôs o pensamento no amigo distante perdido em velhas cidades

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

do interior mineiro. Em 1915, vindo ao Brasil, fez mesmo questão de revê-lo. Escreveu-lhe datando apenas de «domingo — Belo Horizonte»:

Meu Afonso

Imagina que só ontem à noite uns rapazes me avisaram de que havia no Hotel Internacional um telegrama para mim. Lá fui, não pude obtê-lo ontem, e hoje de manhã mo trazem ao Hotel Avenida, onde estou. Mando-te hoje duas palavras respondendo às tuas, e agora escrevo-te, tendo-te querido escrever todos estes dias, do que me impediu o turbilhão em que ando aqui. Vi o Artur (*) logo que cheguei e só ontem o Arcanjo, (**) com quem conversei longamente. Eu devia ter-te escrito logo ao chegar para te animar a vir, mas a tua carta, chegada em S. Paulo na véspera da minha partida, reçumava tal desânimo, que eu pensei vã a hipótese da tua vinda mesmo aqui. Se te decidires, vem logo, eu ficaria mais um dia, e conversaríamos na possibilidade da tua ida a S. Paulo. Tens necessidade de tomar um banho ruidoso de movimento. O nosso Vale, (***) que te quer muito, retemperar-te-á com uns vinhos e umas iguarias e com tôda a animação que criou em volta de si. Eu estou aqui cavando a vida e ainda não realizei o a que aqui vim. Mas tenho esperanças. Vem, com uma grande mala, e abalemos para S. Paulo por uns 15 dias. Aqui combinaremos tudo. Traze-me versos inéditos. A tua lista patriarcal da tua prole pôs-me em êxtase jubiloso. Parabéns, e a d. Zenaide. Pena tenho de não poder ir ver tôda essa tribo. Vem, pois, até cá, com grande abraço do teu Rezende. Hotel Avenida.

Alphonsus foi a Belo Horizonte; lá lhes seria oferecido pelos intellectuais, a ele e Rezende, um banquete, no Clube Acadêmico. Mas não foi a São Paulo, como lhe sugeria o amigo. Retornou a Mariana, onde recebeu pouco depois esta carta:

Rio, 3-XI-1915

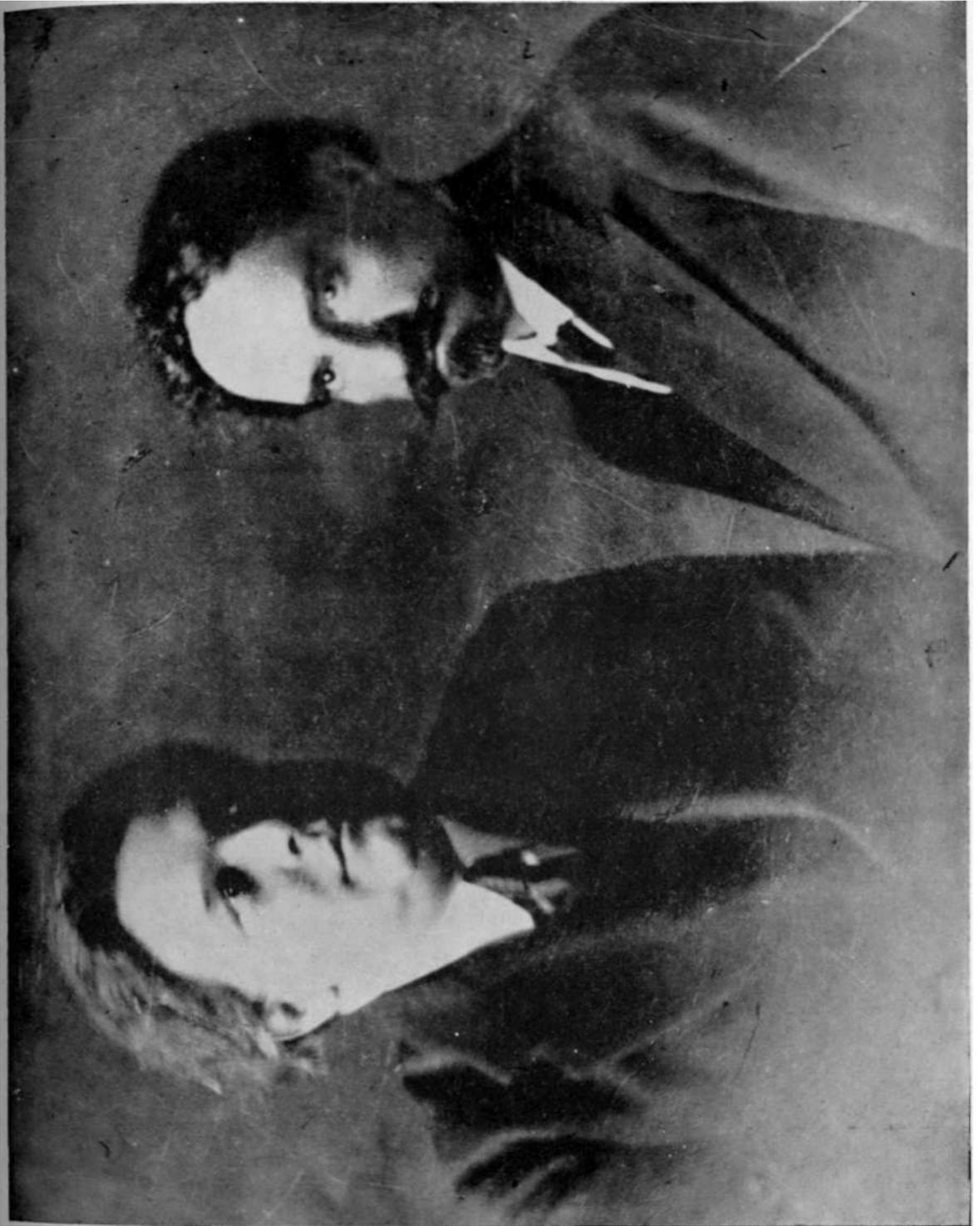
Meu Alphonsus

Rápidas linhas para te perguntar se recebeste de S. Paulo dois livros que te mandei e que encarreguei a Casa Garraux de registrar: *Musadiscs*, do Rostand, e *Trophées*, do Herédia. E — *memento homo!* — nao te esqueças que deves mandar-me os teus versos todos — depois de os fazeres copiar — o que espero estar em elaboração adiantada — e que além dos teus versos em questão — os outros, humorísticos, que te deve fornecer pândego amigo teu ouropretano que os tem colecionados. E é só por hoje. Recomendo-me a d. Zenaide e à tua rapaziada feminina e masculina. Teu velho Rezende. Rua Dona Mariana, 135 — Botafogo».

(*) Artur: Artur da Costa Guimarães, irmão mais velho de Alphonsus.

(**) Arcanjo: Archangelus de Guimaraens, também poeta, irmão mais moço dois anos que Alphonsus.

(***) Freitas Vale, o poeta Jacques d'Avray.



Severiano de Rezende e Alphonsus de Guimaraes em fotografia feita em Belo Horizonte em 1915

SEVERIANO DE REZENDE

(Ao alto da página, uma pergunta: «Não escreveste a mestre Vale?»).

Depois Severiano de Rezende partiu para não mais rever o amigo.

Curioso é que pedisse a Alphonsus também os seus versos humorísticos. Aliás, escrevendo a Alphonsus de S. João dei-Rei, a 29 de dezembro de 1893, dir-lhe-ia a certa altura: «A história da carta sobre os *cartões* do Zé Vicente, já se sabe, foi arranjada por ti, pândego velho».

O MÍSTICO

Mas o que mais interessa nessa carta é esta revelação: «Cada vez mais ando maravilhado pelo ocultismo. Quanta ciência, quanto saber e que deslumbramentos de verdade!».

Ao celebrar-se, em 1971, o centenário de seu nascimento, publicou-lhe a grande poetisa Henriqueta Lisboa, de novo, os *Mistérios*. Edição preciosa essa, do Centro de Estudos Mineiros, de Belo Horizonte, contendo excelente introdução de Henriqueta Lisboa e um glossário preparado com a habitual competência pelo prof. J. Lourenço de Oliveira. À pag. 10, dirá Henriqueta Lisboa, na sua análise dos *Mistérios*: «A agonia religiosa, até agora esboçada, vai ter plena expansão na seqüência que se denomina «Livro da contrição e da mágoa». Aqui se encontra o poeta na sua máxima estatura e capacidade artística. Dedicada a Alphonsus de Guimaraens, o amigo a que se refere como sendo «dileto entre os diletos, perfeito entre os perfeitos e eleito entre os eleitos», a coletânea se compõe de 36 poemas. É uma súpula de grandeza anímica e perplexidade interior. Aqui se apura um estilo: todas as minúcias concorrem para valorizar uma atitude ou proposição subjacente, sem prejuízo da fluência e espontaneidade da linguagem. Aprofunda-se a angústia metafísica, há maior intimidade entre a alma e os próprios mistérios (...). Ele tem sede de absoluto, anela a perfeição, tenta elevar-se até Deus, alvo supremo. Para exprimir a intensidade de emoções e reflexões, ainda vacilante como indivíduo, o poeta encontra metáforas sincréticas e cadências em que se dulcificam os acentos rítmicos. É a hora do simbolismo. O jogo das imagens prevalece sobre o período discursivo, intercalado de sinais e sugestões. Mas ao contrário dos poetas da decadência, dos quais recebe inegáveis influxos, cultiva a virtude teologal que os outros não possuem, a esperança, como brasa a arder sob as cinzas do ambiente que o oprime».

Sabe-se que tendo sido padre e deixado a batina, Severiano de Rezende jamais perdeu a fé. João Alphonsus dirá ainda na nota por nós citada: «A fé, o padre-boêmio nunca a perdeu, e em 1915, quando veio ao Brasil e se encontrou com Alphonsus em Belo Horizonte, era

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

por iniciativa do Padre que os dois, sempre que passavam por um templo, se recolhiam a este para rezar; de tal modo que, de regresso a Mariana, Alphonsus o contou à sua esposa e revelou sua admiração por essa fé inquebrantável do amigo».

Severiano de Rezende não só não perdeu a fé; defendeu-a sempre, com a costumeira eloquência. A propósito, vale a pena transcrever um soneto seu em duas versões: uma, no original que confiou a Alphonsus de Guimaraens e a outra, definitiva, que incluiu em *Mistérios*. A primeira tem o título de *Tempus Faciendi* e está datada de «Festa de S. Pedro Mártir, 29-abril-97». Pouco importa que ainda seja do seu tempo de sacerdote: nele se mostra por inteiro o paladino da fé que foi até o fim e é importante por nô-lo apresentar, ainda tão moço, aos 26 anos, em atitude de desencanto perante o que via em volta, diante de um tempo em que já não se amava, como outróra, a Santa Igreja. E importante também para que o leitor, num confronto, possa verificar a maneira de compor do poeta, pois são consideráveis as variantes entre o texto manuscrito e o definitivo. Vejamos a primeira versão:

Ó minha alma, silêncio: o ódio, em fúria, flameja,
O pecado mortal as almas dilacera,
E não se ama, oh! como outróra! a Santa Igreja,
E o inferno avança, e o erro avassala, e o mal prospera.

O homem diante de Deus quis ser como uma fera,
Contra ele ousou tramar a mais louca peleja.
Oh! ninguém ama, ninguém crê, ninguém espera,
E o Anjo Exterminador num céu de fogo (*) adeja.

Levantai-Vos, Senhor, como nos prometestes,
A terra nunca viu tempos tristes como estes,
Vede como está morto o coração humano!

Guardai o Episcopado, os Monges e os Conventos,
E em meio à guerra amarga e aos fundos sofrimentos,
Fortalecei, Senhor, o Ancião do Vaticano!

A versão definitiva é esta:

Tempus, faciendi. Domine

Salmo CXVII

Céus e terras, silêncio: o ódio antigo esbraveja
O pecado mortal as almas dilacera
E já não se ama, oh! como outróra, a Santa Igreja,
E o inferno avança e o erro avassala e o mal prospera.

(*) O Poeta escreveu debaixo de «fogo» a palavra «sangue».

SEVERIANO DE REZENDE

O homem quis contra Deus antecipar a Fera
Vindoura, e em vão travou treda e insana peleja.
Oh! ninguém ama, ninguém crê, ninguém espera
E o Anjo Exterminador num céu de chama adeja.

Exsurgi, Senhor Deus, como nos prometestes,
A terra nunca viu tempos tristes como estes,
Penosos e fatais para a pobre alma humana.

Ah! cresça e viva e reine e impere aos quatro ventos,
Ó velhas catedrais, ó vetustos conventos!
A Santa Religião Católica Romana.

UM POEMA E SUA EXEGESE

com o título de «Canção» e datado de Abril — 97, Severiano de Rezende deu também a Alphonsus um autógrafo do poema que incluiria em *Mistérios* sob o título de «Prece», tendo ao alto as palavras: *Hodie dicuntur Psalmi Graduales Rubrica do Breviário Romano*, que não constam do manuscrito. Este traz ao final uma Nota em que o poeta faz a exegese do poema.

Ao poema, com a exegese, seguida de outras considerações suas, deu Alphonsus publicidade no primeira número de *Conceição do Serro*, de 20 de março de 1904, jornal que seria órgão oficial do município e que o poeta dirigiria até 12 de fevereiro de 1905. O título é ainda «Canção» e há três variantes: na 2ª estrofe, 4º verso, está «rezo» e no livro «oro»; na 4ª estrofe, verso 2ª, vem «Que é o penhor mais seguro e que é o sinal mais certo» e no livro «Que é o penhor mais seguro, oh! e o sinal mais certo»; e na 2ª estrofe, 5º verso, vem «Caminhe embora o passo incerto» e no livro «Caminhe embora fraco e incerto». Outras poucas existem, na pontuação. Vamos ao poema e ao comentário:

CANÇÃO

I

Ó Senhor, ó Jesus,
A viagem como é longa e áspera no deserto!
E eu sem valor para levar a Cruz,
Esta leve e pesada cruz,
Neste longo e breve deserto...
Ó Jesus, ó Senhor,
Quase sem luz, e com que amor? e o passo incerto!
Guardando sempre o salutar temor,
Ohi ainda, ainda rezo com fervor,
Caminhe embora o passo incerto.

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

II

Ó dai, Senhor, a luz

Para ver e seguir o caminho mais perto
Que ao solo jrial do vosso amor conduz,
Brando coração de Jesus,
Em tão formosa chaga aberto.
D ai-nos, Jesus, o amor,

Que é o penhor mais seguro e que é o sinal mais certo
Da glória e do mirifico esplendor,
Em que hei de ser, ó meu Senhor,
De Vossa Luz todo coberto.

III

Õ Senhor, ó Jesus,
como é doce viajar séculos no deserto,
E carregando a mais pesada cruz.
Quando sabemos que estais perto,
E que a vossa luz nos conduz.
Ó Jesus, ó Senhor,

Perto de Vós que em tudo estais, qual é o deserto?
O Vosso amor tudo enche de esplendor...
Ó coração em chaga aberto,
Tudo é esplendor em vosso amor.

(Diga-se, ainda, que certas palavras aparecem aqui com inicial minúscula quando trazem maiúscula no livro; e que nesta última estrofe, último verso, está «no» em vez de «em» no livro).

Agora o comentário:

CANÇÃO

Do Padre J. Severiano de Rezende

A canção profundamente mística que por conveniência de paginação publicamos na segunda página, foi dirigida ao redator desta folha (já lá se vão sete anos) com a seguinte nota do próprio punho do autor:

«É esta canção como que no gênero das de S. João da Cruz, de quem as estrofes são quase sempre misteriosas. Tem a sua chave nos três graus ascensionais da vida mística.

O 1^o grau é o das tentações, provações e escuridões da alma, incertezas e ansiedades. É a via purgativa. O 2^o grau é aquele em que,

SEVERIANO DE REZENDE

livre a alma das primeiras provações, entra a ser iluminada, esclarecida e consolada pelo seu divino Esposo. É a via iluminativa. O 3º grau é o em que a alma, como que arrebatada no conhecimento de Deus e em tudo desprendida da terra, se abraça e estreita com Deus nas delícias da contemplação e do êxtase. É a via unitiva».

Pertence esta canção, na verdade, à poesia medieval, e bem merece ser comparada com as de San Juan de la Cruz, o torturado poeta da *Noite Escura da Alma*. Descreve o Santo espanhol nessa poesia o caminho que a sua alma percorreu até chegar a Cristo: em ânsias, inflamada em divino amor, às escuras, velada e desconhecida, sai ela, por ditosa ventura; sem outra luz que não fosse a que do coração lhe vinha, somente pelo seu resplendor íntimo, que era como um sol a pino, seguiu até encontrar a quem bem a conhecia, em lugar onde o ermo era completo. E a sua alma, — a noite da sua alma — chegou até lá, até a perfeição mais suprema mais clara que uma alvorada.

A linguagem continua, alcandorada como a dos *Cânticos dos Cânticos*. E o poeta conclui com a seguinte estrofe, de beleza extrema, quando a alma repousa no seio de Jesus, o Amado:

«Quedei-me e olvidei-me,
O rosto reclinado sobre o Amado;
Cessou tudo e deixei-me,
Deixando o meu cuidado
Entre alvas açucenas olvidado.» (*)

San Juan de La Cruz, o venerável Doutor da Igreja, foi com Santa Teresa de Jesus, a excelsa Doutora Carmelitana, a encarnação mais viva da poesia na idade-média, essa época de terrores, essa noite (luminosa por vezes, embora) de onde havia de surgir o claro dia da Renascença.

Foram aqueles séculos, agitados por fastos tão memoráveis, a era dos grandes santos, — doutores e hinólogos; sob a agonia que pairava sobre todas as almas, surgem os versículos pungentes do *Dies-hae*, (**) o hino solene do dia final.

* É a seguinte a estrofe no original:

«Quedé-me e olvidé-me,
El rosto recliné sobre el Amado,
Cesó todo, e déjeme
Dejando mi cuidado
Entre las açucenas olvidado.

Em soneto do seu livro *Pulvis*, disse Alphonsus:

«Entre alvas açucenas olvidado
(como S. João da Cruz, que assim o disse),
Que eu para o céu em noite ideal partisse
Quis o destino meu, quis o meu fado».

(**) Alphonsus encerrou com a tradução do *Dies Irae* seu primeiro livro, *Kiriale*.

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

Havia uma grande sede de infinito, uma aspiração elevadora a Deus, simbolizada nos graus do êxtase, que é, como diz Santa Teresa, o sono voluptuoso das potências da alma arrebatada ao seio divino: *vôo da alma, arrebatção súbita, suspensão íntima.*

como os faquires do Oriente, os ascetas de então, na ascese da vida contemplativa, elevam-se ao céu, por entre nuvens polvilhadas de oiro.

A poesia moderna muito se inspira no misticismo medievo: Baudelaire e a alma atribulada pelo temor do inferno, decantando os horrores de tudo quanto é o mal em versos dignos de Dante; Verlaine é a alma que em doce serenidade alcança a paz completa esparzindo em *Sagesse* e *Bonheur* páginas que parece virem da *Imitação de Cristo*.

Entre os nossos melhores poetas cabe lugar saliente ao ilustre padre Severiano de Rezende, que é, como se sabe, exímio prosador e polemista» .

O Barão do Penedo — Poeta Satírico

VICENTE DE PAULO VICENTE AZEVEDO

PARA estas linhas, outro poderia ser o título: *Carvalho Moreira — estudante —* ou — *Carvalho Moreira em Olinda e em S. Paulo.*

Na excelente e documentada biografia de autoria do embaixador Renato Mendonça *Um diplomata na Corte de Inglaterra — O Barão do Penedo e sua Época.* (Brasiliana, vol. 219), lêem-se «reminiscências sugestivas» provindas do próprio punho do biografado.

Essas reminiscências de Olinda vêm a calhar ao nosso objetivo; são, de fato, sugestivas, e por isso transcritas vão aqui; porém da fonte, ou seja a obra fundamental de Joaquim Nabuco, *Um Estadista do Império, Nabuco de Araújo*, tomo I", nota I, à pag. 14:

«A nossa vida era Olinda era completamente escolástica. Concorria para isso a isolamento da velha cidade, limitada em número de estudantes, sem recursos, nem distrações. Conheciam-nos, por assim dizer, todos os moradores a começar pelo chantage da Sé. Socialmente, as idéias, os hábitos, o espírito de corporação formavam para os acadêmicos uma existência à parte. Dominávamos completamente a cidade a título de corpo acadêmico. A vivenda era geralmente em comum com alguns colegas, quase sempre co-provincianos, a que chamávamos *repúblicas*. A Bahia dava então maior contingente de estudantes do que todo o Norte, o que talvez concorria para o bairrismo de província que então existia; mas como acadêmicos, eram todos uníssonos e solidários. Olinda semelhava a antiga Coimbra donde tinham vindo alguns Brasileiros findar o Bacharelado, desde que se haviam criado em 1827 os dois Cursos jurídicos em Pernambuco e em S. Paulo. Menos a batina e o gorro da velha Universidade, tudo mais foi trazido por estes primeiros íncolas da nova Academia: os costumes, os ditos chistosos ou cabalísticos, até as denominações que ainda hoje ficaram de *calageste* e *futtica*.

VICENTE DE PAULO VICENTE AZEVEDO

«O estudo acadêmico era sério e proveitoso. A freqüência obrigatória das aulas no tempo letivo e dos exames em geral de alguma severidade tornavam o curso anual objeto de cuidado para o estudante carecedor desse estímulo. O corpo de professores não era muito notável em sua totalidade, mas nele figuraram com grande brilho os doutores Pedro Autran, Moura Magalhães, e mais tarde Paula Baptista, já filho da mesma Academia. . . Sob esse regime e com os mesmos professores havia nesse tempo em volumosos grupos grandes estudantes de diversas províncias, tais como Teixeira de Freitas, Nabuco, Ferraz, Cotegipe, Souza Franco, Sinimbu, Furtado e outros.»

Estas recordações de Olinda lançadas a pedido de Joaquim Nabuco, soam com um tom de ingenuidade, quase que de inocência. Entretanto, estão longe de representar e corresponder ao que ali se passou. uma borrasca. uma estudantada das mais bravas, fruto da exuberância tropical de senhor de engenheiro em Alagoas e de colega da Província do Piauí. Conseqüências: imediata, um processo crime; remota, a mudança para S. Paulo. com o tempo tornou-se verdadeiro intercâmbio a remoção de estudantes de S. Paulo para Pernambuco (primeiro Olinda, depois Recife). Em 1839 apenas se ensaiava. Salvo erro terá sido a primeira. A leitura dos processos de transferência dá a impressão de tratar-se de uma novidade, hipótese não prevista pelos Estatutos, os primeiros, de autoria do visconde de Cachoeira, mandados adotar pela mesma lei de II de agosto de 1827, embora redigidos para um curso jurídico na Corte, que não chegou a instalar-se: decreto de 25 de janeiro de 1825.

Se era útil a convivência de moços provindos de todos os rincões do Império de tão vasta dimensão territorial e escassa população, não menos proveitosa esta mudança de província para província, do norte para o sul e vice-versa. Era o trato, o convívio da flor da mocidade intelectual, e com as amizades, firmava-se o sentimento de unidade nacional. É o pensamento de Haroldo Valladão (*História do Direito especialmente do Direito Brasileiro*, parte II², Rio, 1973): na convivência, na amizade, «nessa comunhão espiritual, nas duas cidades, dos estudantes do norte, do sul e do centro do país se plasmava lei de II de agosto de 1827, embora redigidos para um curso jurídico e política, base indestrutível da unidade brasileira.»

Apenas exemplos para ilustrar: poetas, Silveira e Souza, catari-nense, estuda em S. Paulo e é professor no Recife; o fluminense, o boêmio Fagundes Varella, de S. Paulo passa para o Recife, cursa ali o terceiro ano, volta e abandona os estudos. Castro Alves: matricula-se no Recife. Vem para S. Paulo, onde conclui o terceiro ano. O mineiro Aureliano Lessa deixa S. Paulo e forma-se no Recife. Grandes vultos da história e das letras: Teixeira de Freitas, o baiano de Cachoeira e Joaquim Nabuco, de S. Paulo passaram para o Recife. Enquanto Ruy Barbosa e Castro Alves vieram do Recife conhecer a gélida Paulicéia. Verdadeiros centros catalisadores da cultura. Estabe-

O BARÃO DO PENEDO — POETA SATÍRICO

leceu-se um como que sistema de vasos comunicantes, na feliz expressão de Haroldo Valladão.

Os motivos que ocasionavam esta contradança eram os mais variados. Juca Párannos, o futuro barão do Rio Branco (assinava então, José Maria da Silva Párannos Júnior) passou de S. Paulo para o Recife. Em notas autobiográficas explicou: depois de permanência no sul do Brasil, e até, em companhia do pai, em repúblicas latino americanas, desejou conhecer o norte. Já José de Alencar, adolescente vindo do Ceará para S. Paulo, daqui passou para o Recife, onde cursou um ano. Voltou e formou-se aqui.

Mas Carvalho Moreira e seu colega Francisco José Furtado tiveram problemas muito especiais. Contrariados com o que se passara na pitoresca cidadezinha pernambucana requereram transferência para S. Paulo. Nada como mudar de ares.

Informações contidas na *Biografia* vão ilustrar estas linhas:

«Em 1838, quando Carvalho Moreira devia terminar o curso jurídico, houve por ocasião dos exames do quinto ano numerosas simplificações que causaram o maior desagrado.

«Os estudantes capitaneados por dois bacharéis invadem o edificio da Faculdade aos assovios e berros estridentes, exibindo a força dos pulmões.

«Insultam os lentes, xingando-os à vontade nos termos mais livres, em meio à assuada renitente. O distúrbio infernal não pôde ser contido senão graças à força pública enviada especialmente pelo presidente da Província.

«Entre os estudantes comprometidos no sarilho estavam Carvalho Moreira e seu amigo José Furtado, empresário do *Argus Olindense*.

«O Padre Lopes Gama aproveita o incidente para uma lição de ordem e disciplina. Comunica o ocorrido por ofício ao Presidente Rego Barros.

«O promotor público de Olinda, Nabuco de Araújo, contemporâneo de Moreira e Furtado, tem ordens de agir e, vedando os olhos com o véu transparente da justiça, denuncia os antigos companheiros como incursos nos arts. 285 do Código criminal e 2º da lei de 6 de junho de 1831 — ajuntamento ilícito.»

O desfecho do processo crime, se é que, por denúncia da justiça pública, houve realmente processo crime, foi rápido e favorável aos réus estudantes. Inconcebível outra solução: os artigos do Código Criminal e da lei de 6 de junho de 1831, invocados, não tinham aplicação alguma no caso: o tumulto poderia configurar injúria verbal, art. 236, § 5º: «Em discursos, gestos, ou sinais reputados insultantes na opinião pública.» Mas a reunião, ou agrupamento de estudantes na escola de direito, o seu lugar, o seu meio, jamais poderia ser considerado ajuntamento ilícito. Teria, assim, o promotor público, amigo dos denunciados, ajeitado a defesa e a absolvição? É possível: o processo nasceu inviável.

VICENTE DE PAULO VICENTE AZEVEDO

Outra observação a fazer: Carvalho Moreira e seu colega Francisco José Furtado (dê-se-lhe por inteiro o nome) foram envolvidos sem razão; ou compraram briga alheia: não eram bacharelados, nem receberam a nota considerada deprimente, mancha na carta de bacharel, a simplificação: cursavam o 4º ano e vieram freqüentar o 5º e último em S. Paulo.

Do arquivo da Faculdade de Direito constam os dois processos de transferência. Em ambos vêem-se as bordas queimadas e as folhas prejudicadas pela água. Mas perfeitamente legíveis. como é sabido, um incêndio atingiu e prejudicou bastante o Arquivo da Faculdade de Direito de S. Paulo. Pôde ser restaurado pela dedicação e competência do Dr. Júlio de Barros: Melhor sorte teve, ainda assim, que o de Olinda-Recife: um incêndio e o equivalente de várias mudanças, tornaram-no imprestável.

O documento junto ao pedido de transferência de Olinda para S. Paulo, assim o de Carvalho Moreira, como o de Furtado, é um requerimento dirigido ao diretor da escola de origem, que proferiu em ambos, este despacho:

«Nada me consta oficial, e legalmente contra o comportamento do Suplicante que o iniba do que pretende. Olinda, 29 de outubro de 1838.
(a) Miguel do Sacramento Lopes Gama, Diretor interino.»

Assim se identificam os dois estudantes: Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, filho de João Moreira de Carvalho, nascido em Penedo, Província d'Alagoas, a 25 de dezembro de 1815. O capitão-mór João Moreira de Carvalho era homem de posses, de hábitos afidalgados, com gestos de generosidade a mais acolhedora. São dados que se lêem na biografia: português de Aveiro. senhor de engenho, O «José Furtado», *do Argus Olindense*, corresponde a Francisco José Furtado, de uma família honesta e regular abastança, nasceu em Oeiras, então capital da Província do Piauí, no dia 3 de agosto de 1818. Seu pai, do mesmo nome, era hábil cirurgião, que estudara em Inglaterra, e muito viajara pela Europa. (O *Conselheiro Francisco José Furtado*, Biografia e Estudo de História Política Contemporânea, pelo Cons. Tito Franco de Almeida. Rio de Janeiro, Eduardo e Henrique Laemmert, 1ª ed., 1867).

Do confronto das datas se conclui que os estudantes não foram prejudicados pelo processo criminal que teria sido promovido pelo então promotor e futuro senador José Tomaz Nabuco de Araújo. Saudosos tempos em que a Justiça era rápida! Já houve disto entre nós. Quem o diria?

Não podemos aplaudir, nem sequer justificar os atos de indisciplina, arruaças, insultos a plenos pulmões, etc. etc. Mandam, porém,

O BARÃO DO PENEDO — POETA SATÍRICO

a verdade e a justiça admitir que os lentes de Olinda não possuíam autoridade intelectual, nem títulos para manchar uma carta de bacharel em direito com a nódoa de uma aprovação simples. E quem o diz? É o mesmo diretor Lopes Gama que provocou o processo. Registra «com franqueza e lealdade» que os lentes eram escolhidos «por escandaloso patronato», sem gozar «de nenhum crédito literário.» Vai muito além: «com poucas e honrosas exceções, só se cuidou de arranjar afilhados, de sorte que homens, que sempre foram conhecidos por zeros na República das letras, estão ocupando os importantíssimos lugares de lentes nas Academias jurídicas do Brasil.»

«Pelo triste ordenado de um conto e duzentos mil réis, numa Província, onde os víveres, onde tudo se vende por preço exorbitante», (*Biografia* citada), — como exigir competência, devotamento, amor às letras, o desterro de Olinda, verdadeiro sacrifício?

Para que se avalie o quanto era exíguo, para não dizer miserável o ordenado de um conto e duzentos mil réis — *anuais*, entenda-se bem — basta considerar que a mesada de um estudante, solteiro e sem representação, era em média de cinquenta mil réis. Os mais abonados, apontados como ricos, recebiam oitenta. Alguns tinham a seu serviço um escravo, ou pajem. Bernardo Guimarães, o fabuloso Bernardo, alugava o seu escravo para reforçar a renda. No Recife, houve casos idênticos: um estudante paulista chegou a penhorar o escravo!

Carvalho Moreira excluiu da pecha de mediocridade, o professor Autran. Tratava-se, porém, de vinho de outra pipa, que não a rancenta Universidade de Coimbra: Pedro Autran da Matta e Albuquerque, que na segunda série lecionou Direito das Gentes e Diplomacia, matéria nova, doutor em direito pela Universidade de Aix-en-Provence, onde, por coincidência, defendeu teses no mesmo dia em que era promulgada a lei de II de agosto de 1827, que criou as primeiras escolas superiores no Brasil, de direito em S. Paulo e Olinda, de medicina no Rio e na Bahia. Foi diretor da Faculdade. Lecionou outras disciplinas, como Direito público, Direito natural, Economia política, durante cerca de sessenta anos. ⁽¹⁾

Na escolha (?) dos professores, mais feliz foi S. Paulo do que Olinda? com a mais tolerante boa vontade que nos for dada, somos obrigados a reconhecer que não. E a fonte de informações é também idêntica: os relatórios ao ministro do Império do primeiro diretor, general José Arouche de Toledo Rendon, formado em Coimbra. Para dar a medida: dos primeiros professores foi Baltazar da Silva Lisboa. Terá sido representante da classe dos *afilhados*, nomeado por influência do irmão, este, sim, ilustre, o visconde de Cairu. Para aferir da mentalidade deste professor improvisado basta referir: propôs que a palmatória fosse

(1) Prof. Haroldo Valladão, *História do Direito* citada, pag. 44.

VICENTE DE PAULO VICENTE AZEVEDO

estabelecida para castigo dos estudantes, tal como se fazia nas escolas primárias. Tão manifesta se revelou a sua inépcia, que foi despedido por indecente e má figura. Voltou para o Rio de Janeiro. Vestia-se como um mendigo e morava de favor no Mosteiro de S. Bento.

O primeiro professor de Processo e primeiro secretário teria tido seu nome muito merecidamente sepultado no mais profundo olvido não fosse a glória literária de seu neto e homônimo, Luiz Nicolau Fagundes Varella.

Qual o processo para a nomeação dos professores antes do estabelecimento dos concursos? O requerimento, o pistolão, «... só se cuidou de arranjar afilhados»; «escandaloso patronato» segundo as cruas expressões do padre Lopes Gama, diretor em Olinda. O panorama entrevisto à distância de mais de século e meio é o seguinte: a troca de miserável remuneração, sujeitavam-se à transferência da Corte para uma cidadezinha secundária e sem conforto, como S. Paulo ou Olinda, advogados ou políticos fracassados, sem um mínimo de esperança. É lembrar de novo o caso de Varella, o velho: formado em Coimbra, foi deputado às Cortes constituintes de Lisboa pela Província do Rio de Janeiro. Sua atuação, além de nula, foi das mais desastrosas: prestou-se, a troco da vaidade de uma transitória presidência, ao papel de ser no Congresso voz discordante no coro dos deputados brasileiros capitaneados por Antônio Carlos. Estes, de tal forma foram hostilizados, que tiveram de abandonar Lisboa.

Isto é o que sabemos, o que chegou ao nosso conhecimento pelo estudo da história das duas faculdades.

Daí germinar interrogação em nosso espírito, ante a informação e afirmação contida nestas linhas de meu Mestre Haroldo Valladão: «O preenchimento das primeiras cátedras, de livre escolha do Governo, recaiu em ilustres personalidades, formadas pelas Universidades de Coimbra, de Paris, d'Aix-en-Provence, de Goettingen, de Bolonha (Cit, pag. 24).

Além de Pedro Aufran da Matta e Albuquerque, não temos notícia de outro. Paris? Goettingen? Bolonha? Que bom, que bom teria sido! E Heidelberg e Oxford, melhor ainda!

Não poderia, nem por sombras, nem por luzes, o estudante Carvalho Moreira imaginar as surpresas que lhe reservavam os fados com a transferência de Olinda para S. Paulo. Citemos aqui períodos de sua biografia:

«É em S. Paulo que Carvalho Moreira atravessa a primeira barreira da vida. Casa-se. E casa-se bem, numa das mais gloriosas famílias do patriciado paulista, a grei dos Andradas.

«O namoro começara no último ano da Academia. com certeza foi na igreja de S. Francisco, — como que o padroeiro saudoso acompanha sempre a Moreira, — que os jovens se encontraram muitas vezes.

O BARÃO DO PENEDO — POETA SATÍRICO

«Carlota Emilia de Aguiar e Andrada, em sua cadeirinha levada por dois negros vigorosos, lá ia todos os dias santos de guarda cumprir os deveres da devoção.

«No largo de São Francisco, centro de vibração e ponto de encontro da cidadezinha alegre, batiam fortes aqueles corações moços quando, nesse ano de 1839, repicavam os sinos da capela secular.

«De todos os cantos, enfeitadas e sorridentes, com ingenuidade encantadora e graciosa, surgiam as beldades da terra de Piratininga, fazendo escravos apaixonados na galeria numerosa dos acadêmicos.

«Começava o plenilúnio do romantismo.» (Renato Mendonça, obra citada).

Ao leitor rogamos que, para renovar o seu gozo espiritual, proceda à releitura destas linhas. Quando a imaginação e a fantasia empolgam e se apoderam da pena do historiador, a verdade já fugiu às carreiras, e está a perder de vista: nem cadeirinha, nem namoro na igreja de S. Francisco, nem sequer casamento em S. Paulo. «S. Paulo cidadezinha alegre»?! Onde encontrou o historiador esta maravilhosa *trouvaille*? No jardim florido e colorido de sua imaginação! Não é o que testemunha um paulista contemporâneo e insuspeito, nada menos do que o poeta Álvares de Azevedo: «Nunca vi lugar tão insípido, como hoje está S. Paulo. Nunca vi coisa mais tediosa e inspiradora de *spleen*. Se fosse eu só que o pensasse, dir-se-ia que seria moléstia — mas todos pensam assim. A vida aqui é um bocejar infindo.» (Carta de Álvares de Azevedo, 12 de junho de 1849). O poeta, paulista pelo nascimento, raciocina com lógica: «Se fosse eu só que assim pensasse, dir-se-ia que era moléstia.» Alhures colecionamos, em consunância, vários outros depoimentos. Ferreira de Menezes, que não era byroneano, nem romântico, nem neurastênico, é positivo e até documentado em suas reminiscências publicadas com o título: *Minhas recordações*.

O quadro da cadeirinha da menina Cariota Emilia levada por dois negros vigorosos, esse, então, é um cromo vivo e recortado com tanta graça, com cores tão românticas, que dá dó desfazer. É para lá de delicioso. Talvez em Salvador, talvez no Recife (no Recife, como quer Gilberto Freyre) houvesse cadeirinhas de arruar. Mas em S. Paulo, não. No Museu Paulista do Ipiranga existe, ou existiu, uma cadeirinha muito rica e finamente decorada, atribuída a Domitila de Castro, marquesa de Santos. Mas a autenticidade é mais do que duvidosa. A simplicidade da vida de Domitila em S. Paulo é focalizada por instantâneo de Jsabel Burton: recebeu a visita do cônsul inglês em Santos e em S. Paulo na sua residência da Rua do Carmo (na mesma rua em que moravam Burton e a esposa, também escritora) na cozinha e fumando. Era então corrente senhoras de sociedade fumarem, ou tomarem rapé. Faziam-no, porém, na absoluta intimidade. Hoje não

VICENTE DE PAULO VICENTE AZEVEDO

há traste velho que se não atribua à marquesa de Santos; nem imagem antiga, que não seja do Aleijadinho. Pouquíssimos são os autênticos.

Para encerrar o caso da cadeirinha: Cariota Emilia não era filha única; teve mais cinco irmãs: Maria Bárbara, primogênita, que morreu solteira; Francisca, conhecida pelo apelido de Chiquinha; Leonor, Adelaide e Luiza. Ora, a mãe, Maria Zelinda, prima do marido, não podia ficar atrás. Seriam, portanto, sem contar a menina Luiza, seis cadeirinhas e doze negros vigorosos... etc. Ora, não parece negro demais para as posses de Francisco Xavier da Costa Aguiar, embora abonado negociante? E a procissão das cadeirinhas atravessando a cidade, percorrendo as ruas desertas da pacatíssima S. Paulo!

Quando e como se conheceram os jovens Francisco Ignacio e Carlota Emilia? Seguramente em Santos, porque a mudança da família de Santos para S. Paulo só ocorreu em abril de 1848, quando, casados há nove anos, moravam no Rio de Janeiro. Quem nos proporciona essa e outras informações é o poeta Álvares de Azevedo em carta à Mãe. Seu colega de Academia, Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, a quem dá o apelido de Chico, formou-se em direito no mesmo ano de 1848. São numerosas as alusões (em sete cartas, há dez) às meninas, irmãs do Chico Xavier, às quais dá o tratamento, num arbitrário plural, de as *Xaviéis*: «... resolvi-me a dançar aqui com uns pares certos, dos quais não prescindindo, e em desdouro meu, ou de S. Paulo, não são da terra — são as Xaviéis — Olímpia — e Milliets, que são todas santistas.» Esta Olímpia é, nada menos, do que Olímpia Coriolana da Costa, que veio a ser esposa do grande Gonçalves Dias.

Na impossibilidade de transcrever todas as referências, sirva esta de amostra: Carta de 4 de junho de 1848. «Na 4ª feira, 29 do passado, houve uma *soirée* na casa das Xaviéis pelos anos de uma delas. Para melhor saber Vmcê. do assunto de tal reunião, leia este improviso do aquático poeta pai delas:

Viva quem faz anos hoje,
A quem tenho tanto amor
Quem quizer saber quem é,
É minha filha Leonor.

«Este destempero de pé quebrado foi pronunciado no meio da sala, de cálix de licor na destra.

«Dancei umas 8 contradanças e valha-me Deus! dancei com todos os pares bons da sala — a saber: as 3 Xaviéis — AD. Olímpia — e as 2 filhas do Cônsul da França em S. Paulo — Milliet — das quais, como mandei dizer a Nhanhã, uma anda na roda da fama e talvez case com o Chiquinho Xavier que forma-se este ano — e foi

O BARÃO DO PENEDO — POETA SATÍRICO

para obstar este casamento, que a família dele transplantou-se para a Paulicéa.»

Chiquinho Xavier identifica-se na pessoa do Dr. Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, barão de Aguiar de Andrada, diplomata, que faleceu em Washington, como ministro plenipotenciário, quando ali tratava da questão das Missões, em 1892. Não se casou com a Milliet, e sim com a prima D. Jesuína da Costa Aguiar de Andrada. Eram muito comuns os casamentos entre primos: José Bonifácio, o moço, casou-se em primeiras nupcias com uma das *Xavieis*, Adelaide Eugênia.

Correm os anos e as Xavier, ou Xavieres, ou Xavieis continuam a figurar na crônica social de S. Paulo. Já então o poeta na crista da onda era outro, Fagundes Varella, a quem o crítico chamou: o *novo Azevedo*.

«Para que nada se perca do sainete característico, vamos transcrever a crônica social de 1864:

«NOTICIÁRIO

Efetou-se anteontem à noite um sarau literário e artístico em casa do acadêmico Sr. Sizenando Nabuco. A festa foi brilhantemente concorrida, como se propunha a luzida reunião. A poesia e sua aliada, a música, entoaram as suas notas cristalinas em meio dos entusiásticos aplausos dos circunstantes.

Diversas poesias foram recitadas, umas análogas ao ato, e outras, puras fantasias, a revelarem a poética imaginação dos seus jovens autores.

Os cantores da festa foram os Srs. Guimarães Júnior, Varella, Silveira, Menezes e Figueira.»

A propósito convém identificar os nomes menos conhecidos, porque Varella e Guimarães Júnior dispensam esclarecimento. *Silveira* — é Alfredo Silveira da Mota; *Menezes* — é José Ferreira de Menezes, o anjo da guarda de Varella, a amizade que só a morte cortou; *Figueira* — é Luiz Ramos Figueira, que assinava *Frei Guia*, autor do pretensioso romance *Dalmo*, ou os *Mistérios da Noite*; Antônio Manoel dos Reis, o *Reis patusco*.

Dentre as figuras femininas destacavam-se as Xavier, Luízinha e Chiquinha. Aquela, ao piano, repetiu um dos sucessos da época, // *bacio*, valsa de Arditi; em seguida o *Adeus*, da ópera Maria Stuart e o *Capricho*, de Gorla; a pedido, o galope *Sans Souci*, de Ascher, opus 83. Sua irmã — o cronista social atrevidamente escrevia *Xiquinha Xavier* — cantando a ária do primeiro ato da ópera de Verdi, *La Traviata*.» (*A Vida Atormentada de Fagundes Varella*, páginas 199 e 200).

VICENTE DE PAULO VICENTE AZEVEDO

Consigna Renato Mendonça na Biografia que tendo colado o grau (podemos dar a data exata: 4 de novembro de 1839) o jovem bacharel viajou para as Alagoas, foi tomar a bênção da mãe, pois o pai já era falecido; participar e pedir licença para se casar.

O dia do enlace foi escolhido a capricho: natal de 1840, também aniversário do noivo. O padre José Antônio da Silva Barbosa lançou no livro I^o, de Casamentos, pag. 103 e verso na paróquia de Santos:

«O Dor. Franco Ignco Carvalho Mor».

com D. Carlota Emilia de Andra. Agar,

Aos vinte e cinco de Dezembro de mil oito centos e quarenta nesta Cidade, em casa da residência de Francisco Xavier da Costa Aguiar, de licença minha em presença do Reverendo Patricio Manoel de Andrada, pelas nove horas da tarde, eperante as testemunhas abaixo a sinadas, se cazarão por palavras de presente o Doutor Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, natural da Villa do Penedo Provincia das Alagoas, filho legitimo do Capitão João Moreira de Carvalho, e de sua mulher Dona Maria Joaquina de Almeida e Silva; todos moradores, e Freguezes da mesma Villa do Penedo; com Dona Cariota Emilia de Andrada Aguiar, natural desta Cidade, filha legitima de Francisco Xavier da Costa Aguiar, e de sua mulher Dona Maria Zelinda de Andrada Aguiar. Não receberão as Bênçãos por ser cm tempo prohibido; do que para constar fiz este assento.

José Antonio da S* Barbosa.

como testemunhas — João Pedro Dias Vieira.

Franco. Xer. da Costa Agar, d Andra.

Que melhor presente de aniversário podia o jovem bacharel receber do que a tímida noivinha? Que melhor maneira de comemorar o grande, o maior dia do ano, em que se rememora o nascimento do Redentor?

Francisco Ignacio vindo de tão longe, encontrara em Santos a sua metade. Não fosse o receio de alongar demasiado este apanhado de notas, faríamos o retrospecto da verdadeira dinastia de grandes damas que a família Andrada possuiu. A começar por D. Maria Flora Ribeiro de Andrade, irmã do Patriarca. É sabido que a trindade Andradina se compunha de seis irmãos: José Bonifácio, Antônio Carlos, Martim Francisco, o Padre Patrício Manoel (que oficiou o casamento, como se vê do registro), e duas irmãs, Maria Flora e Bárbara Joaquina. Esta, casada com o capitão-mor Francisco Xavier da Costa Aguiar, viria a ser avó de Carlota Emilia, a futura baronesa do Penedo. Conheceu-as D. Pedro ainda príncipe regente, em Santos, quando da visita, em 1822, a família de seu ministro. Imperador, não tardou nomear D. Maria Flora camareira-mor de

O BARÃO DO PENEDO — POETA SATÍRICO

S. M. a Imperatriz Leopoldina, funções que exerceu até que seus irmãos deixaram o governo. Demitiu-se, voltou para Santos, onde morreu solteira contando 87 anos.

Dinastia de grandes damas, dissemos. E podemos dar nosso depoimento pessoal: alcançamos D. Narcisa, filha de José Bonifácio, o moço, e de sua esposa e prima, Adelaide Eugênia da Costa Aguiar de Andrada. Foi casada com o Dr- Paulo de Souza Queiroz, sem descendência. Um porte de rainha, ou melhor: de fazer inveja a rainhas.

Ao dar-lhe por esposa Carlota Emilia, o destino bafejou Francisco Ignacio de forma generosa: os testemunhos sobre Carlota Emilia são honrosos e carinhosos. Para um homem de sociedade e diplomata, foi um presente do céu. Haja vista ao que sobre ela escreveu Joaquim Nabuco em *Minha formação* (Rio, 1900, ed. Gamier), pag. 107, cap. 32 — Grosfenor *Gardens*:

«Não tenho aqui espaço nestas páginas para colocar os retratos do dono e da dona da casa. Só direi do primeiro, nas suas roupas de doutor de Oxford, que o seu molde diplomático está para o Brasil tão irreparavelmente perdido como para Veneza os dos seus embaixadores dos séculos XVI e XVII. Da baronesa do Penedo basta-me dar este traço: vivendo por mais de trinta anos com a corte e a sociedade inglesa, ela não pôs nunca no segundo plano as suas amidades, ainda as mais humildes e exerceu sempre a hospitalidade da sua *mansão* de Londres à moda de nosso país, com a mais igual afabilidade para todos, o que bem mostra a altivez de raça de uma Andrada.»

Londres foi o primeiro posto diplomático de Joaquim Nabuco, no esplendor de sua mocidade, exemplar de elegância e beleza masculina, que mereceu o cognome de *Quincas, o belo*.

«A Legação do Brasil estava naquele tempo no seu maior brilho: pertencia ao número das casas que tinham o privilégio de receber a realza, isto é, o príncipe e a princesa de Gales.»

Em outros passos de *Minha formação* de novo se refere ao casal que soube honrar o Brasil não só em Londres, mas em Washington, Paris e Roma.

* * *

«Nada me consta, oficial e legalmente contra o procedimento do Suplicante, que o iniba do que pretende.» Dava, nestes termos, o diretor da *Academia Jurídica*, de Olinda, a sua última palavra sobre a tempestade de arruaças, gritos e insultos. Nenhum ressentimento. Esquecia, perdoava.

Entretanto... na mesma moeda de perdão e esquecimento não pagou o estudante alagoano, o senhor de engenho do Penedo. A sua

VICENTE DE PAULO VICENTE AZEVEDO

mágoa, a sua revolta extravazou num poemeto satírico, extrema raridade bibliográfica, muito apreciada, flor da paulistana, jóia da brasiliana:

A *Camelleida*
ou
A *Congregação dos Lentes de Olinda.*

Poema heroi-comico-satirico.
Obra posthuma
do
Dalai-Lama do Japão.

S. Paulo, Typographia Imparcial de Silva e O Rua Nova de S. José n. 41. — 1839.

Na primeira página a figura de um camelo com suas duas gibas no dorso e a quadra em baixo:

À minha espera
Outros lá estão,
Para reabrir
A Congregação.

São quarenta páginas, formato pequeno, sendo cinco de dedicatória, trinta de texto do poema e cinco de notas-

Primeira nota aos versos:

Da burrical Congregação
D'Academia Jurídica d'Olinda...

«Todo mundo bem sabe que está mui devida e honrosamente excetuado o Illmo. Sr. Dr. Autran.»

A segunda nota é deliciosa:

«Quem negará que se agarrarão a laço Lentes que devião fundar a Academia de Olinda? Quem fez Doutor o Pe. Antonio José Coelho, que estando a pique de ser reprovado no 5^o ano, nem ao menos fora bacharel *simpliciter*, se não encontrasse a caridade do Dr. José Joaquim da Cruz, que assistindo a votação pedio aos seus collegas examinadores — *que não enxotassem* os padres do Brasil, e *deixassem passât a besta, por ser o único que ali se achava então?* — Em que Academia do mundo foi Doutor Mané *Bijéto*, por outra Manoel Maria do Amaral? Quem doutorou Fillipe Jansen de Castro e Albuquerque? Não há muitos annos que tomaram elles o grau de doutor em Olinda, já depois de Lentes.»

O BARÃO DO PENEDO — POETA SATÍRICO

Nesta nota o autor *d'A Camelleida*, estabelece a distinção entre bacharel formado e doutor em direito. Assim dispunha o regime universitário de Coimbra. No curso jurídico havia três graus: o de bacharel, no fim do 4^a ano; o de bacharel formado, no 5^o, e o de doutor em direito, para o qual se exigia dos bacharéis formados, a defesa de teses. O título de doutor outorgava direitos, como o de obter nomeação para juiz mediante requerimento. Carvalho Moreira quer assinalar que os professores não se sujeitaram às provas de defeza de teses: tiveram o grau de doutor pela nomeação para lentes. Por outras palavras: doutoraram-se mutuamente.

DEDICATÓRIA

Ao Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Padre Mestre Miguel do Nascimento Lopes Gama;

Meretissimo Ex-Diretor interino da Academia das Ciencias Sociais e Jurídicas da Cidade de Olinda, Professor de Rhetorica do Collegio das Artes da mesma Academia, Ex-Director do Collegio dos Órfãos da mesma cidade, Pregador da Capella Imperial, Cantor do Luiz do Rego, Deputado á Assembléia Provincial de Pernambuco, Refutador Completo da pestilencial doutrina do interesse. Autor do novo sistema Material-Teológico, Redactor do Popular, e Escriptor do Carapuceiro &c. &c.

Tenho a honra de ser de V. Revma.

Muito respeitador, e obrigado. — *O Dalai-Lama do Japão.*

A descrição de Olinda:

PRECIOSA

Não longe da formosa Mauricéa
Por feitos gloriosos conhecida
Entre as dezoito estrellas que abrilhantam
A Brazileira Esphera está plantada
Sobre um outeiro a desditosa Olinda.
Por um lado banhada d'Oceano
Jã florescente, hoje decahida
Offerece a mais linda perspectiva
Ao nauta sôfrego que demanda a terra.
São bellos os contornos da Cidade,
Tão vistosa *de foca, quanto é dentro*
Teia irregular, e mal calçada.
Conventos derrocados, e vazios,
Enfermos edificios, destacados
Em vedetas perdidas, vão formando
As solitarias ruas tortuozas
Por onde passam os afamados bandos
De seus novos Colonos Acadêmicos,
Que para as aulas presto se encaminham

VICENTE DE PAULO VICENTE AZEVEDO

Ao som do monòtono badalo.
Peias verdes ruas não se encontram
Moradores da terra transitando;
Apenas magotes se divisam
Conegos obesos, cachaçados,
As preguiçosas pernas extendendo.
Um antigo Mosteiro de S. Bento
Foi ali de improviso transformado
Em Academia de Direito.
Pouco mais de dois lustros ha corrido,
Mais dói o menos preço em que foi tida
A educação de nossa mocidade.
Talento e luzes não eram
Para ser nomeado Professor
Dessa escola nova ali fundada.
Ser Padre velho, Cónego formado
Ter ouvido de Say quatro lições
Descosidas, e ter um atestado.
Dizer que esteve em França ou em Coimbra
Era bastante; tudo mais supria
Indigna, escandalosa patronage.
Desta sorte o sandeu e o pedante
Na cadeira de lente empoleirado.
Qual se supunha ser em carne e osso
O velho Pegas, Mendes, ou Velasco,
Qual não menos tolo acreditava
Ser João Baptista Say em corpo e alma.
Qual enfim se julgava Pardessus
Quando a esmo citada as Ordenanças
Da marinha de França ou de Bilbáu.
Etc. Etc.

Dalai-Lama do Japão. . Estravagante, híbrido pseudônimo! Quem nos diz que por detraz dele se ocultava Francisco Ignacio de Carvalho Moreira? Um enigma, uma charada literária indecifrável, não fosse a informação precisa de Paulo Antônio do Valle no *Parnaso Acadêmico Paulistano*, prefácio, página IX:

«...o poema *A Camelleida*, publicado em 1839, e atribuído a Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, ilustre barão do Penedo, quando estudava o 5^o ano em S. Paulo. É um poemeto herói-cômico... só contém uma atroz injúria, em vez de ser uma narrativa que faça rir sem escândalo.»

É o quase anônimo José Furtado, apontado na *Biografia* como o redator do *Argus Olindense*? O companheiro de jornal e de remoção para S. Paulo, cujo diploma de bacharel tem a mesma data, 4 de novembro de 1839? Não lhe prejudicou a carreira a estudantada olindense. Homônimo de seu pai, Francisco José Furtado, hábil cirurgião

O BARÃO DO PENEDO — POETA SATÍRICO

que estudou na Inglaterra e muito viajou pela Europa; e de D. Rosa da Costa Alvarenga- Repetindo, embora, o nome paterno, nunca usou o Júnior, nem Filho. É que perdeu o pai em tenra idade.

A fonte de informações a seu respeito é a obra editada no Rio de Janeiro por Eduardo e Henrique Laemmert, 1867, *O cons. Franco José Furtado*, Biografia e estudo de História política contemporânea, pelo cons. Tito Franco de Almeida. À página 9 lê-se breve alusão ao caso que deu origem à mudança para S. Paulo: «Cursava, ainda, as aulas acadêmicas, quando Furtado no 4º ano jurídico, foi redator principal do *Argus Olindense* tendo por companheiros alguns amigos estudiosos e de ânimo forte, tanto que denunciaram abusos de lentes, como da fatal política que sufocava a heróica província de Pernambuco, então açoitada pela baixeza, pela adulação e excessos de tôda casta. Era, porém, desigual a luta entre estudantes e lentes, e para não cortarem a carreira que tinham preferido, Furtado e colegas mais comprometidos foram obrigados a emigrar para a academia de S. Paulo. Desapareceu, então, o *Argus Olindense*, que pouco mais viveu do que a vida de uma rosa, deixando rastro luminoso, que se perpetuou enquanto permaneceu em Olinda a Academia.»

Seguiu, por vocação, a carreira política. Enquanto seu colega Carvalho Moreira, como ele nascido em Província do Nordeste, passou grande parte de sua longa existência no estrangeiro, filho de um usineiro de açúcar que, talvez, nem a Corte haja conhecido, — Furtado, filho de cirurgião que estudou na Inglaterra e muito viajou pela Europa, talvez nem uma só viagem tenha realizado ao velho mundo. Sua carreira política se distingue por uma ascensão constante, ininterrupta, até alçar o mais alto degrau: vereador e presidente da Câmara de Caxias; deputado à assembléia provincial do Maranhão; deputado à assembléia geral legislativa em 1848; presidente desta assembléia; senador do Império, o posto vitalício mais cobiçado; presidente do conselho de ministros, o ápice que um político podia aspirar, a primeira autoridade, na administração pública.

Se alguns estadistas (como Nabuco de Araújo) recusaram essa honra, outros, como Furtado, foram surpreendidos pelo convite imperial. «Havia 16 anos que um liberal não era presidente do conselho de ministros!» (Tito Franco, cit., pag. 184). De Joaquim Nabuco o comentário: «com Furtado, porém, a surpresa era absoluta e ferira a todos.»

A obra de Tito Franco, à qual lançou comentários à margem o próprio Imperador, é antes de tudo um documentário político da época. O gabinete Furtado enfrentou árduos problemas internos e externos — como a crise bancária, a bancarrota que arrastou à falência as mais acreditadas firmas; e externos, como as primeiras medidas diplomáticas e militares em relação à guerra do Paraguai.

VICENTE DE PAULO VICENTE AZEVEDO

Em meio a tantos problemas em que se entrelaçavam ambições políticas, teve tempo e vagar para, num exemplo de sentimentos de humanidade e respeito aos direitos fundamentais, à liberdade, de direito e de processo penal, ferir problema que até agora, mais de um século decorrido, não teve, ainda, satisfatória solução: o das prisões sem culpa formada, sem ordem judicial, e sem flagrante; as chamadas *prisões para averiguação*. com base em dispositivos constitucionais, do Código penal, do Código de processo penal e de leis complementares, a Circular do Ministério da Justiça datada de 2 de janeiro de 1865 é de uma clareza, precisão e energia exemplares. Os resultados práticos terão sido nulos: mas a circular honra sobremaneira o Ministério que zelava pelo respeito à liberdade e aos direitos fundamentais do cidadão-

É realmente admirável, surpreende, mesmo, que da paupérrima sementeira de Olinda e de S. Paulo, tivessem brotado verdadeiros autodidatas, juristas como Teixeira de Freitas, Nabuco de Araújo, Paula Pessoa, Paula Baptista, Carvalho Moreira, Ramalho, Pimenta Bueno. Aí estão o Código Criminal do Império, o Código Comercial, o Regulamento 737, verdadeiros monumentos jurídicos, que tanto nos honram.

Furtado pouco aprendeu em Olinda? Pouco aproveitou em São Paulo? Estudou depois, e não era despiciênda a sua cultura jurídica. Atacado por Zacarias de Góes e Vasconcellos que, indicador em riste, transportava para as lides parlamentares atitudes de professor de direito, respondeu à altura, e mesmo, com vantagem:

———«O Sr. Furtado: E eu já disse que V. Excia. sustentou aqui essa interpretação citando Ferreira Borges, Azuni e Emerigon. Ora, eu oponho a doutrina de Ferreira Borges, de Azuni e Emerigon a de Merlin e de Rogron, a doutrina do nosso, e do Código Comercial Francês; oponho finalmente a própria anterior opinião de S. Excia.»

Doutra feita, desafiou Zacarias a que apontasse o artigo do Código Comercial:

———«O Sr. Furtado: — Oh! Senhores! Eu já expliquei o Aviso, já provei que S. Excia, não mostrou nada.

———O Sr. Zacarias: — Mostrei.

———O Sr. Furtado: — V. Excia, sempre supõe que mostra tudo; vamos adiante. .. Primeiramente não há artigo no Código que proíba que se possam dar concordatas depois de constituído o contrato de união-

O BARÃO DO PENEDO — POETA SATÍRICO

———O Sr. Zacarias: — O Código expressamente o proíbe.

———O Sr. Furtado: — Mostre o artigo!

———O Sr. Zacarias: — Mostrarei.» Mas a verdade é que não mostrou.

Machado de Assis, que com ele conviveu, refere: na intimidade, Zacarias era afável e mesmo encantador. Li isto algures e agora verifico que não se encontra na versão de *O Velho Senado* contida na primeira edição das *Páginas Recolhidas*.

Mas o parlamentar se mostrava sempre azedo, agressivo, autoritário. Travavam-se diálogos saborosos, como aquele em que o contendor foi Cotegipe; não consta dos Anais, é referido pelo visconde de Taunay nas suas *Reminiscências* (não confundir com as *Memórias*).

———O Sr. Zacarias: — Traduziu mal.

———O Sr. Furtado: — É defeito de minha inteligência, não posso acompanhar o vôo das águias.»

- O Sr. Zacarias: — De uma andorinha pode, sobre o que depois falarei. V. Excia, tem estado a olhar para o espaço a ver se as andorinhas políticas emigram...

- O Sr. Furtado: — Ainda não as vi, por mais que tenha olhado para o espaço.»

Exemplos de linguagem parlamentar, ou daquilo que assim se chamava. Muito mudadas andam as coisas.

* * *

Não é aqui o lugar. Ademais, para nos alongarmos na apreciação da história política do Império, falece-nos também a competência. Mesma esta breve dissertação sobre a figura de Francisco José Furtado teve como precípua finalidade mostrar que, em campo diverso embora, não ficou aquém de Carvalho Moreira o redator principal do *Argus Olindense* e participante das vaias e injúrias à Congregação da Academia Jurídica de Olinda, ocorridas sob as arcadas, no claustro do mosteiro de S. Bento, batisado, ali, como em S. Paulo, com o nome coimbrão de *os gerais*.

Se não teve na política imperial a estatura de um Rio Branco, de um Zacarias de Góes e Vasconcellos, de um Paulo José Soares de Souza, Pimenta Bueno, Saraiva, Ouro Preto, — todavia foi duas vezes ministro, deu nome a um gabinete ministerial, ocupou a mais alta posição política abaixo do Imperador, pautou seus atos, sua conduta, por uma linha de perfeita dignidade e compostura.

VICENTE DE PAULO VICENTE AZEVEDO

Nem a Carvalho Moreira, nem a Francisco José Furtado causou mocha a estudantada de Olinda. Furtado esqueceu o incidente. Não lhe deu maior importância. Carvalho Moreira glosou-o no poemeto herói-cômico «A Camelleida.» Paulo Antônio do Valle traduziu o pseudônimo esdrúxulo: *Dalai Lama — do Japão*.

Tudo o que até aqui se escreveu tem alicerce em documentos e na palavra dos autores. Para amenizar a aridez das páginas rigorosamente históricas, e tomando por exemplo e modelo o biógrafo de Carvalho Moreira, — lícito nos seja, por momentos somente, mergulhar a pena do historiador nas tintas da fantasia:

— Data: 25 de dezembro de 1840. Local: a cidade de Santos, Província de S. Paulo, residência de Francisco Xavier da Costa Aguiar d'Andrada. Personagens principais, além dos noivos, Dr. Francisco Ignacio de Carvalho Moreira, Carlota Emilia de Andrada Aguiar, o Padre Patrício Manuel de Andrada, muito senhor de si, muito à vontade, depois de ter celebrado, com palavras de presente, a cerimônia do casamento Dentre outros inúmeros e brilhantes convidados, o primo Padre Belchior Pinheiro de Oliveira.

Diante da farta mesa de doces, em cujo centro luzia a grande compoteira de cristal, o Padre Belchior dirige-se ao noivo e aborda assunto de sua especial predileção:

— Olhe, meu caro Sr. Dr. Carvalho Moreira, use, mas não abuse. O *doce do príncipe* é delicioso, mas também... é perigoso. Outros nomes lhe dão, mais prosaicos: *espera marido, ovos queimados*. . .» E diante da interrogação estampada no rosto do jovem, serviu-se da oportunidade para, mais uma vez, desfiar a descrição, tão de seu agrado, da jornada da Independência, o seu testemunho presencial entre a gloriosa tarde de 7 de setembro de 1822.

— O Príncipe mandou-me ler alto as cartas trazidas por Paulo Bregaro e Antônio Cordeiro. As Cortes exigiam o regresso imediato do príncipe; a prisão e o processo contra José Bonifácio; a princesa recomendava prudência e pedia ao príncipe que ouvisse os conselhos de José Bonifácio; este era positivo: há somente dois caminhos a seguir: obedecer, voltar para Portugal prisioneiro das Cortes, sujeito a toda sorte de humilhações, — ou ficar, proclamar a independência do Brasil, tornando-se seu rei, ou imperador; o rei D. João VI recomendava obediência às leis portuguesas. (A noiva, embora já soubesse quase de cor a narrativa, tantas vezes já ouvira — acompanhava atenta, sem perder palavra).

O BARÃO DO PENEDO — POETA SATÍRICO

O príncipe D. Pedro, trêmulo de raiva, (proseguiu o narrador) arrancou de minhas mãos os papéis e, amarrotando-os, pisou-os, e deixou-os na relva. Eu os apanhei e guardei. Depois, abotoando-se e compondo a fardeta (a esta altura a noivinha não conteve a aflição de que estava possuída, e interrompeu):

— Padre Belchior! Padre Belchior! segure a língua! não perca a compostura!» Para ela se voltou sorridente o padre:

— Tranqüila, menina, fique tranqüila! Eu sei respeitar as ocasiões. «E compondo a fardeta (pois vinha de quebrar o corpo à margem do riacho Ipiranga, agoniado por uma desinteria, com dores, que apanhara em Santos), virou-se para mim e disse:

— E agora, Padre Belchior?

— Se V. Alteza não se faz rei do Brasil, será prisioneiro das Cortes, e talvez deserddado por elas. Não há outro caminho senão a separação e a independência.»

D. Pedro caminhou alguns passos silenciosamente, em direção aos animais que se achavam à beira da estrada. De repente estacou já no meio da estrada dizendo-me:

— Padre Belchior, eles o querem, eles o terão. As Cortes me perseguem, chamam-me com desprezo de *rapazinho* e de *brasileiro*, pois verão! Proclamo o Brasil independente de Portugal!

— Viva a Liberdade! Viva o Brasil separado! — Viva D. Pedro! foi a nossa resposta.»

Diante da guarda já formada, o príncipe desembainhou a espada e disse:

— Pelo meu sangue! pela minha honra! pelo meu Deus, juro fazer a liberdade do Brasil!

Firmou-se nos estribos, ficando de pé na besta baia:

— Brasileiros! Nossa divisa será de hoje em diante *Independência ou Morte!*

O detalhe da lambiscaria causadora da principesca perturbação intestinal encontra-se noutro testemunho. Desde então a sobremesa passou a se chamar em Santos, o *doce do príncipe*.

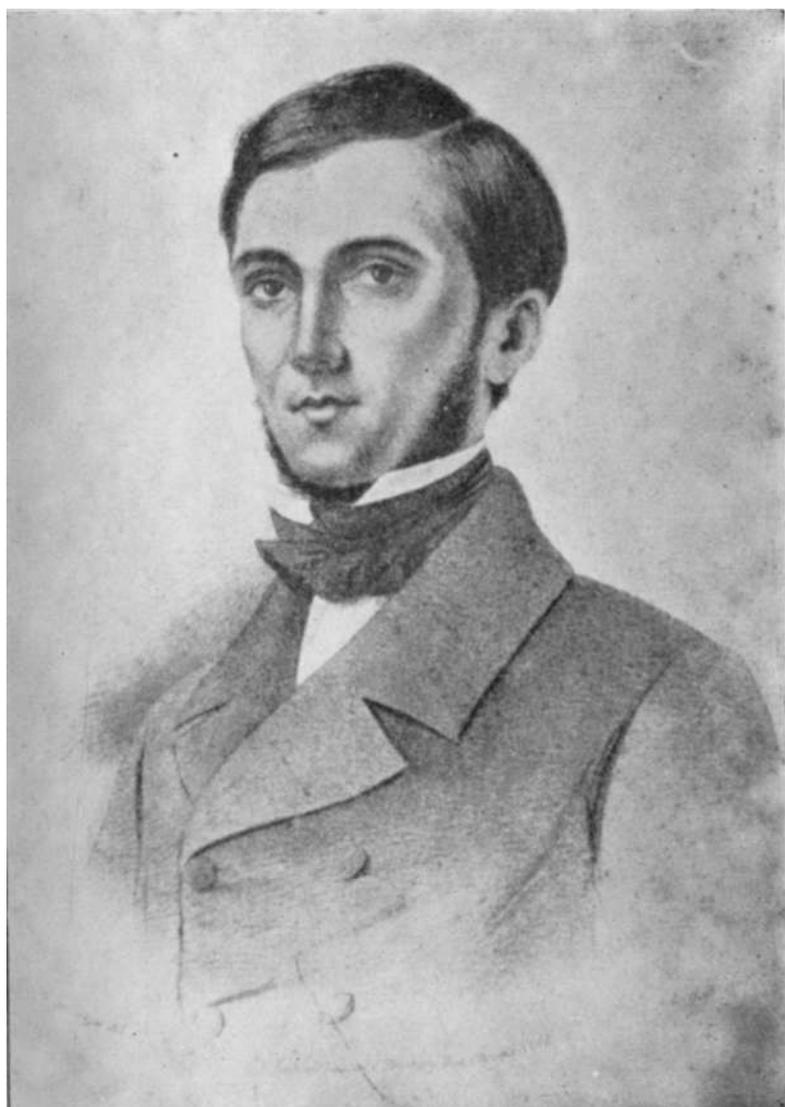
Os portugueses possuem marcada predileção pelos doces de ovos. Felizmente não seguimos, nós brasileiros, a tradição dos pantagruélicos

VICENTE DE PAULO VICENTE AZEVEDO

banquetes lusitanos, especialmente os eclesiásticos. Ficou na historia aquele com o qual o bispo de Beja homenageou o general Saldanha, mais tarde figura destacada na campanha da Restauração, ao lado do duque de Bragança, D. Pedro IV de Portugal. Depois dos aperitivos (em Portugal chamam-se *abrideiras*; no Brasil brasileiro *tira-gosto*) teve início uma série de sete sopas; em seguida, trinta pratos e o arremate de uma infinidade de doces de ovos. Tudo regado por farta e generosa vinhaça. Isto não é sonho, ou antes pesadelo: é registrado por Marcos Cheke, *Carlota Joaquina*, tradução de Gulmara Lobato de Moraes Pereira, pag. 221). Conseqüência destes exageros de mesa e sobremesa: o futuro duque de Saldanha e colaborador de D. Pedro levou seis meses a discutir com as vísceras o banquete do bispo de Beja!

O Doce *do Príncipe* apareceu nos diplomáticos jantares dos barões do Penedo? De conjeturar que sim, tão gratas recordações traziam aos anfitriões os *os queimados!*

Trinta anos de convivência são sobejos para contagiar costumes. Carvalho Moreira muito aprendeu com os ingleses. Por exemplo: salvas as aparências, muita coisa se permite. Mesmo sem chegar ao extremo de... a hipocrisia ser a sombra da virtude. *De bajo de mi manto, ai rei mato*. Duas pessoas, duas pelo menos, poderiam testemunhar: Carlota Emilia e Eduardo Prado. Isto, porém, são outras histórias, ou estórias, como se convencionou chamar.



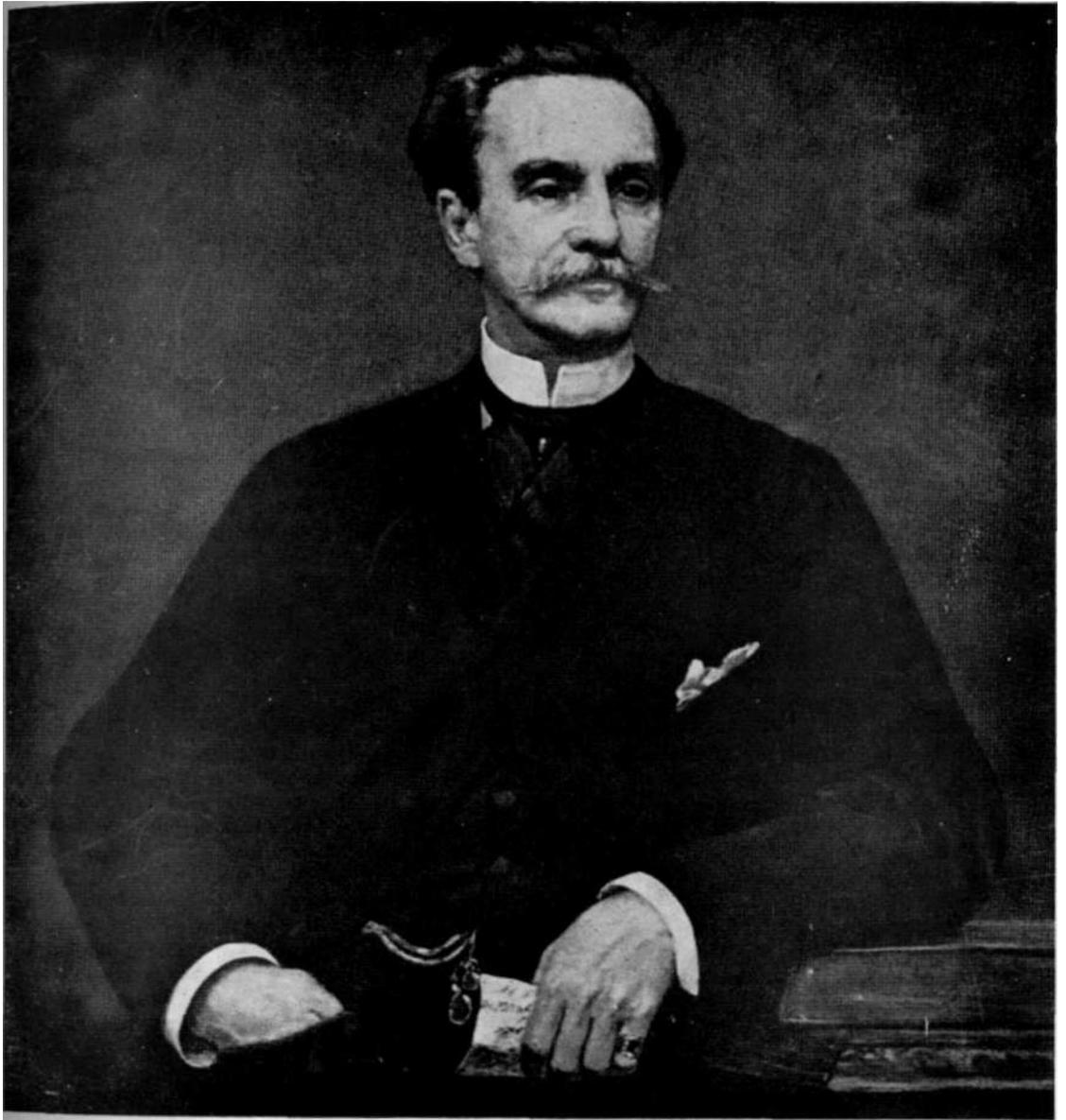
CARVALHO MOREIRA
na mocidade

O. Do. Fran. Ign. Carvalho e M. A.
com D. Carlota Emilia de Albuq.
Ag. ar

Arvinte e cinco de Dezembro de mil oitocentos e
quarenta e oito em Casa da medecina
de Francisco Xavier da Costa e Aguiar, de l. con-
ta minha em presença do Reverendo Patri-
cio Manoel de Andrade, pelas nove horas
da tarde, perante as testemuhas abaixo
assinadas, os cazaes, por palavras da
pobreza o Doutor Francisco Ignacio de Car-
valho Moreira, natural da Villa do Ri-
udo e Provincia das Alagoas, filho legiti-
mo do Capitão João Moreira de Carvalho,
e de sua mulher Dona Maria Joaquina de Al-
meida e Silva. Dos moradores, e frequentes da
municipalidade de Alagoas, com D. João Carlos da
Cidade, filho legitimo de Francisco Xavier
da Costa e Aguiar, e de sua mulher Dona e l. l.
ru de l. l. e de Andrade e Aguiar. e São se-
cubao as Bmçães por ser em tempo probi-
bido. o que para cumprir se fez com as escriptas.
Como testemunhas - José Antonio de S. B. do B. do

João

*Registro do casamento do Dr. Francisco Ignacio de Carvalho Moreira (barão do Penedo)
com D. Carlota Emília de Rndrada Aguiar: 25 de dezembro de 1940.
Diocese de Santos (Estado de S. Paulo) — Livro I de casamentos, pag. 103.*



Barão do Penedo — Óleo de Ethel Murtlock
— Palacio do Itamarati



Pinto e Polceno, R. de Gonçalves Lima, N. 37

FRANCISCO JOSÉ FURTADO

Nascido em 3 de Agosto de 1818

FRANCISCO JOSÉ FURTADO
Nascido em 3 de agosto de 1818

Andanças de Pedro Malasartes

TEIXEIRA SOARES

O FOLCLORE nosso é como aquele maravilhoso Palácio de Coral do *Malasarte* de Graça Aranha. O fascínio do folclore está no maravilhoso. Mercê do maravilhoso transcendemos a medida de espaço e de tempo. E isto porque folclore é magia. Magia que nos transporta a um tempo sem tempo, a um maravilhoso que nos embebe de sortilegio sem que possamos libertar-nos dessa ambiência feita de lendas, façanhas, cantos e contos.

Por isso, através dos países mais cultos do mundo, aprofundam-se as pesquisas folclóricas. É o caso de um Stith Thompson, nos Estados Unidos; é o caso de um Von Sidow, na Suécia; é o caso de um Anatole Le Braz ou de um Saintyves, na França; é o caso de um Leite de Vasconcelos ou de um Luiz Chaves, em Portugal; é o caso de um Pereda Valdés e de um Lauro Ayestarán, no Uruguai; é o caso de um Câmara Cascudo, no Brasil.

Se o sortilégio do folclore está no maravilhoso, está na magia ancestral, então por que motivo tentar trilhar terreno tão difícil, quando sabemos justamente por causa da dificuldade do terreno a trilhar que iremos chegar a um país que nos absorverá com sua profunda intriga? Mas, os investigadores da cultura primitiva e do folclore não desanimam, porque sabem que, lá longe, lá muito longe, o Palácio de Coral terá suas portas abertas para nós. O drama de Graça Aranha nos intriga e nos prende, porque Dionísia lá está com sua linguagem poética a provar que tem o segredo das raízes primeiras

TEIXEIRA SOARES

e das causas primeiras: «Lá do outro lado do mar, da minha praia imensa, eu sou a que os homens amam e que sempre lhes sorri», consoante as palavras dela no drama de Graça Aranha.

O sortilégio básico do folclore está na sua desmesurabilidade. Território fantasioso, difícil de trilhar, onde raças e raças se encontram; ou donde raças e raças partiram para seguir caminhos diferentes. Porque, em sua essencialidade, o folclore é o primitivo transformado em linguagem falada, em dança popular, em vestimenta típica, em aboio de vaqueiros ou ponteio de cantadores de viola. Quantas e quantas vezes, em terra estranha, não se me deparou de imprevisto esta ou aquela aproximação folclórica a demonstrar a singular permeabilidade de lendas e tradições de um país para outro? Certa vez, no Uruguai, li que Acuña de Figueroa, numa sátira, logo após a independência nacional, assinalava no seu tempo a mania curiosa de se cantarem canções noutras línguas, quando as nacionais ficavam relegadas a plano secundário. E lá dizia o poeta censor:

«Es moda solo cantar
en portugués o italiano,
que el hacerlo en castelhano
es cosa antigua y vulgar;
querer un *triste* entonar
que el alma toque y encienda,
merece una reprimenda;
pues solo deben las niñas
cantar arias o modifias
o cosas que nadie entienda».

Esta anotação interessante se encontra no livro de Cédar Viglietti, *Folklore en el Uruguay*, publicado em Montevidéu em 1947 (às págs. 83). Trovas, ritmos musicais, bailados, canções transmigram. E transmigram, porque tudo isso procede de muito longe e foi conhecido por variadas gentes em variadas terras.

O caso da figura burlona e aventureira de Pedro Malasartes é matéria que desafia folcloristas brasileiros. É um aventureiro cínico e mentiroso, mas aventureiro sem idade, porque se mantém cristalizado numa perigosa mocidade. Depois de muito viajar pelo mundo ocidental europeu a fazer das suas, como um irmão de Til Eulenspiegel, embarcado em nau portuguesa, ele desembarcou no Brasil onde ficou inteiramente à vontade, fazendo diabruras sem conta. Zomba de capitães-mores, de clérigos e de beatas. Na floresta tropical ele se sobrenaturaliza em assomos de audácia. Participa de acontecimentos imprevistos, porque sabe criar acontecimentos imprevistos. Aparece em tôda a parte, fazendo logros aos capitães-mores ou participando de festas indígenas, como a tacunaira, festa dos Tembés, no vale amazônico. Em viagens rápidas ele desce ao fundo de grutas, participa dos bailados dos Manducurus, os mais guerreiros índios da Amazônia,

ANDANÇAS DE PEDRO MALASARTES

entra em navios de velas soltas para se apoderar de jóias e dinheiro, e de repente tanto está em Colônia do Sacramento, lá na riba setentrional do rio da Prata, como está em Belém do Pará. Mas ele não parou em Belém do Pará, porque suas andanças o levam sempre para mais longe,

Pedro Malasartes andou pela América Latina. Tanto esteve no México, como em Nova Granada; tanto freqüentou palácios de vice-reis como participou de bailaricos indígenas ou africanos, mostrando suas habilidades em congadas, maracatus, batuques, jongos, baianas, fobós, fungangás, sambas e carnavais. Porque Pedro Malasartes, como seu irmão mais novo Macunaíma, esteve em toda a parte, participando dos «doze leões de África», inventando mil e uma artimanhas, dançando, cantando, furtando, seduzindo donzelas. Pedro Malasartes transfigurou-se em música, em ação e magia. Foi herói em variadas regiões do Brasil colonial, onde conheceu o viver duro tanto dos brancos como dos índios e dos negros. Se revelou algum heroísmo, foi emérito na trapaça, na velhacaria, na ordinance. E isto porque Pedro Malasartes foi um mito ubíquo e perigoso. Na terra verde e luminosa ele presenciou muitos dramas cruéis inventados pelos brancos contra os índios e os negros. Mas, ao mesmo tempo, se certificou do destino heróico daqueles conquistadores que fizeram sua a trova dramática:

«Eu quero bem à desgraça,
que sempre me acompanhou;
tenho ódio à ventura,
que bem cedo me deixou».

Pedro Malasartes é marinheiro, soldado, cigano, aventureiro, viajante; e vai peregrinando por montes e vales, atravessando rios e florestas, sempre interessado em rir-se do próximo, máxime quando este é poderoso. Quando suas façanhas o teriam levado a pleitear como prêmio a Nau Catarineta, ele ouviu a resposta decisiva que já teria sido dada a outros:

«A Nau Catarineta, amigo,
é de El-Rey de Portugal;
mas ou eu não sou quem sou
ou El-Rey ta há-de dar».

Mário de Andrade, incansável pesquisador, entendeu que o romance da Nau Catarineta deve datar do século XVIII, decorrente de uma primeira versão antiga, do século XVI que se perdeu. (Ver *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo, janeiro de 1941, às págs. 63 e segs.). Contudo, por que motivo não aceitar a Nau Catarineta como datando realmente do glorioso período dos Descobrimentos? Por que motivo não aceitar a Nau Catarineta como integrante do prodigioso

TEIXEIRA SOARES

Volksepos daqueles homens das aventuras no século XVI da China, da Índia, da África e do Brasil?

Bem, encerrado este comentário vamos encontrar no folclore *llanero* da Colômbia, da região do rio Arauca, Pedro Malasartes (o famoso Pedro de Urdemalas do velho romanceiro espanhol de 1615) vivendo na figura do índio Marcos Páez, bem como nas de outros charlatães que, de remontada por aqueles afluentes do Orinoco, anunciaram o fim do mundo envolto em chamas gigantescas.

Mas, tudo isso vem de muito longe, porque nos tempos velhos e revelhos da Idade Média as campanhas de cristãos contra mouros despertaram imenso entusiasmo e naturalmente suscitaram quantidade comprida de lendas ou de cantigas. Lá está em Rodrigues Lapa a lindíssima cantiga que contém o tema da conquista de Sevilha pelos cristãos:

«— Madre, queroje'eu ir veer
meu amigo que se quer ir
a Sevilha el-rei servir;
ai, madre, ir-lo-ei veer.
— Filha, ide, eu vosqu'irei.
— Faredes-me atan prazer,
ca non sei quando mi o verei!»

É preciso pensar que a referência mais antiga existente em Portugal a Pedro Malasartes se encontra numa cantiga que faz parte do Cancioneiro da Vaticana e que diz «*chegou Payo de maas artes*». Seria essa cantiga do século XV ou XVI? Naqueles tempos todos quantos andassem em guerras aprendiam ardis, astucias, enredos para se libertarem de perigos ou para passarem logros nos adversários. Pedro de Malas Artes ou Pedro Malasartes esmerou-se como um burlador invencível, um aventureiro de um cinismo desmedido, um charlatão capaz dos truques mais espantosos. Nos séculos de transição da Idade Média para o Renascimento Gil Vicente se impôs como o fixador de um idioma português populesco e maravilhoso, que será a última expressão de genialidade do Medievo. Se pudéssemos descobrir, verso por verso vicentino, as referências tradicionalistas existentes em cada um deles, por certo descobriríamos muita coisa folclórica do tempo. Assim, por exemplo, segundo a lição de Paulo Quintela, quando no *Auto da embarcação da Glória*, o Diabo diz:

... si mirais dahi veréis
ado (onde) sereis morador,
naquellos fuegos que veis,
y llorando cantareis
nunca fue pena **mayor**,

ANDANÇAS DE PEDRO MALASARTES

.— esse verso «Nunca fué pena mayor» é o início da primeira canção musicada por Juan Urrede, que se encontra no *Cancionero musical de los siglos XV y XVI*, de F.A. Barbieri. A letra dessa canção é da autoria de Garcia Alvarez de Toledo, o primeiro Duque de Alba.

Tirso de Molina, grande clássico castelhano, numa comédia intitulada *Don Gil de las Calzas Verdes* afirmou que a heroína da peça se assemelhava a Pedro de Urdemalas. Isso vem provar que no século de ouro da literatura espanhola Pedro de Urdemalas era figura corrente da vivência populesca representando por certo um garboso sujeito, um imprevisível herói da literatura de cordel ou da literatura oral transmitida de feira a feira, de aldeia a aldeia.

Valendo-me de informação de Mestre Câmara Cascudo, eu soube que nos meados do século XVI Salas Barbadillo publicou a primeira parte de *El sutil cordovés Pedro de Urdemalas*. Procurei em vão conhecer esse texto ou a obra de Ramón Laval que lhe diz respeito, Naquele final da Idade Média e no Renascimento, as tradições populares viajavam depressa de país a país não só por causa das peregrinações religiosas, a Santiago de Compostela por exemplo, mas também por causa da imensa curiosidade de viajantes e marinheiros tanto do Mediterrâneo como do Mar do Norte ou do Atlântico, assim que os Portugueses deram início à sua epopéia ultramarina com a conquista de Ceuta em 1412. Que as tradições, lendas e cantigas viajassem depressa temos prova por exemplo na Lenda ue Ulenspiegel, de Charles de Coster, publicada no texto integral da edição de Paul Lacomblez (Bruxelas, 1921). Esse conjunto de lendas, esse aproveitamento de um fundo tradicionalista riquíssimo, pletórico da vitalidade das terras de Brabante e das Flandres, como se fosse um painel de Breughel, representou por certo a confluência de aportes popúleseos tipicamente flamengos, tipicamente baixo-alemães, tipicamente franceses.

As peripécias de Pedro Malasartes, — ou pelo menos algumas — já se encontravam no *Asno de Ouro*, de Apuleu, de maneira que a pesquisa de ciência folclórica é imensamente perturbadora, dada a sua extraordinária variedade de fontes, de variantes ou de aproximações.

Os grandes investigadores do folclore, como Stith Thompson por exemplo, se deram ao trabalho de coligir uma quantidade bastante numerosa de variantes, o que prova que o ciclo de Pedro Malasartes teve início muito remotamente talvez na Europa oriental entre povos pastores de uma época em que eles começavam a ser cristianizados; ou então de fontes recebidas através dos Árabes, durante o período fascinante das Cruzadas.

Daí, pois, a perplexidade dos pesquisadores e dos verdadeiros mestres do folclore. E, quantas vezes, relendo-se Chaucer ou Rabelais, não vamos encontrar neles uma prodigiosa riqueza folclórica, ou que

TEIXEIRA SOARES

se supõe de radicação folclórica. Isto é justamente o mais difícil de se avaliar na balança de precisão da ciência folclórica, porque o minério raro por sua qualidade é encontrado em diferentes áreas do mundo, mostrando assim que as variantes são numerosas e os temas de um mesmo ciclo representam do mesmo modo um enriquecimento populesco, que não se sabe quando começou.

Leite de Vasconcelos, em suas *Tradições Populares de Portugal* (Lisboa, 1882), registrou uma história a respeito de Pedro Malasartes e o Homem de Visgo; mas, no Brasil, as andanças e aventuras de Pedro Malasartes criaram um clima de admiração popular pelo herói; motivo por que Malasartes está em nossa imaginação, a todo o instante, como símbolo de astúcia, de malvadeza, de esperteza. É, por assim dizer, um herói nacional. Evidentemente não pretendemos recensear todas as variantes (para mais de 200 ou 300, segundo alguns folcloristas) existentes a respeito de Pedro Malasartes. Mas, em sua perene mocidade, Malasartes zomba de tudo. No drama de Graça Aranha o herói burlão confessa :

«E por que me queres meter num círculo como um peru? Eu rio e posso chorar também. Não sou nunca o mesmo. Para mim, viver é mudar».

Dionísia afirma:

«Eu vejo o mar e sobre ele o vento que passa. É a alegria, e ela faz estremecer. .. O mar sofre?»

Pedro Malasartes graceja de tudo, zomba dos humanos que ele considera fracos mas perversos, e procura levar sua vida mutável e imprevista a realizações cada vez mais complicadas de domínio sobre esses pobres diabos, por ele transformados em títeres da sua diabolice permanente.

Lidando com Malasartes, estamos por conseguinte lidando com um herói que vive no maravilhoso. Suas façanhas, em sua aparente simplicidade, mostram que os padecentes das suas malvadezas ou astúcias são pobres diabos, ciganos, ladrões, viajantes que se embrenham pelos sertões, — e Malasartes está em cima das árvores de tocaia, imaginando coisas que serão realizadas com a rapidez do imprevisto,

Mais que tudo importa considerar o seguinte: — Pedro Malasartes é uma figura livre no mundo, que não se compromete com ninguém, que procura divertir-se à custa dos poderosos, que realiza suas aventuras de conformidade com seus planos traçados no átimo de um minuto; de maneira que o que está feito, está feito e, por isso, ele segue para diante à procura de novas circunstâncias favoráveis aos seus desígnios. Pedro Malasartes vale-se de uma matéria-prima exclusivamente sua, — e esta matéria-prima é seu domínio sobre os humanos, porque ele, mesmo per-

ANDANÇAS DE PEDRO MALASARTES

tencendo aos humanos, vive numa categoria superior aos míseros e vaidosos humanos. Pedro Malasartes despreza os covardes, os embuçados em hipocrisia, os traidores deselegantes cuja portela estreita é escura e tortuosa.

Vale aqui recordar, porque ademais ameniza o assunto, uma informação muito engraçada de Paul Valéry a respeito do grande pintor Degas e que se encontra nesse livro delicioso, *Degas Danse Dessin*. O pintor famoso teve veleidades de ser poeta e andou tentando perpetrar uns tantos sonetos. Certa vez, jantando em casa de Berthe Morisot com Mallarmé, Degas lamentou-se muito, iniciara um soneto, mas não avançara um passo; no entanto, afirmou, idéias não lhe faltavam. .. Ao que Mallarmé, com muita doçura, respondeu (e deixemos as palavras em francês): «Mais, Degas, ce n'est point avec des idées que l'on fait des vers. .. *C'est avec des mots. . .*»

Poderíamos dizer que, ao tentarmos fazer uma análise das andanças de Pedro Malasartes pelo mundo, idéias não nos faltaram; mas nos faltaram palavras para descrever o sortilégio permanente dessa figura folclórica a transitar, a esquivar-se no mundo maravilhoso que está paredes-meias com o nosso mundo diário, o nosso mundo banal de todos os dias. Na minha excelente edição de «The Canterbury Tales», de Chaucer, *traduzidas* («translated») por Nevill Coghill (The Penguin Classics, Londres, 1951) reli o «Canon's Yeoman's Tale», onde encontrei muita informação sobre costumes populares e prática da alquimia. Dessa Idade Média, que não era a época do obscurantismo como muitos a descreveram, surgiram muitas e muitas lendas, canções, bailados e ritmos musicais que vieram até hoje, caídos no imenso domínio público do populesco. Na Idade Média surdiram os mananciais da poesia popular de todos os povos da Europa ocidental e mesmo da oriental. Por conseguinte, o assunto torna-se fascinante àquele que cuidar de ir de pesquisa em pesquisa através desse reino encantado, — o das lendas e tradições populares da Europa ocidental e oriental, da Europa dos rios gauleses, ibéricos e romanos; da Europa dos rios germânicos e dos rios eslavos.

No Brasil, não faltaram trabalhos críticos a respeito de Pedro Malasartes. Por isso, será justo fazer menção dos estudos elaborados por Câmara Cascudo, Amadeu Amaral, Lindolfo Gomes e outros. como os estudos folclóricos adquirem de dia para dia maior importância na temática da cultura nacional, esperemos que investigadores proporcionem achegas inéditas ao conhecimento dessa figura tradicional dos contos populares de Espanha e de Portugal.

Na imensa magia do mundo brasileiro com o seu prodígio de águas imensas e murmurantes, de montanhas verdejantes de florestas, de várzeas esmeraldinas a área temática de Pedro Malasartes adquire um sortilégio permanente, ao qual não escapam nem os humildes no seu popu-

TEIXEIRA SOARES

lesco, nem os eruditos nos seus jogos culturais. Ao som de jongos, bambelós, congados, maracatus, batuques e pandeiradas, Pedro Malasartes se esgueira, se volatiliza nas suas façanhas ímpares e sempre variadas. Porque se trata de *alguém* que é bem nosso como as figuras consagradas do Curupira, do Caipora, do Saci, do Matintapereira, de Macunaíma. Pedro Malasartes representa aquele homem vivaz, dinâmico, imprevisível, tão diferente daquele «homem triste» pintado num triste retrato do Brasil. Os folcloristas valorizam o estudo dos assuntos folclóricos através das três fases do processo crítico, — a colheita, o confronto e a pesquisa da origem. Mas, ocorre-me agora; quantas figuras da Idade Média não poderiam ter dado figuras de novela popular? Sordello, por exemplo, o maior trovador italiano do século XIII, que foi elogiado por Dante no seu *De vulgati eloquentia* e no *Purgatório*, herói do poema de Robert Browning, não foi desordeiro, conquistador de mulheres, chefe de bandos armados e afinal a primeira voz do patriotislano? Quantas figuras inventadas pelo romancista popular nesse tempo não poderiam ter sua matriz em figuras humanas autênticas? Por conseguinte, as façanhas, os ditos, as facécias de Pedro Malasartes poderiam ter sido decalcadas de uma figura autêntica, que houvesse existido. Em abono do que estamos afirmando, recorreremos a conceitos de Jacques Boulenger, extraídos do prefácio por ele escrito à edição de Rabelais, publicada pela Biblioteca da Plêiade (Paris, 1934):

«Je suis persuade qu'une des causes essentielles, peut-être la principale, de l'immense succès qu'obtint Rabelais, c'est qu'il avait su prendre le ton oral, le ton des conteurs des veillées paysannes. Car nous ne connaissons qu'une infime partie de l'ancienne littérature de notre pays: celle qui a été écrite. Les légendes, les contes des saints, des géants, des fées qui passaient de bouche en bouche et de génération en génération, et qui pour le peuple, durant des siècles, ont été l'histoire, la science, la vérité, nous les ignorerons toujours».

como dissemos linhas atrás, imaginemos se pudéssemos conhecer, nos seus íntimos refolhos, o significado folclórico de muitos versos de Gil Vicente; e se tivéssemos um conhecimento seguro dos matizes da linguagem vicentina; quanto não teria lucrado o conhecimento da evolução da língua portuguesa!

II

A poesia popular é um espelho mágico. Desde o momento que os irmãos Grimm publicaram em 1812 os seus *Kinder-und Hausmärchen*, o estudo das lendas antigas dos povos europeus se intensificou. Em 1835 os mesmos Grimm publicaram sua *Deutsche Mythologie* e lançaram as bases da interpretação histórica e social de velhas lendas e superstições dos povos europeus. Assim, uma ciência nova — não exageramos se lhe dermos o nome de ciência — abriria um caminho imenso que apro-

ANDANÇAS DE PEDRO MALASARTES

ximaria os povos mais cultos do mundo na pesquisa de um passado muito remoto proporcionado por velhas lendas e superstições. Surgiu assim o Folclore. A nova ciência valorizou extraordinariamente esse passado mitológico dos povos da Europa ocidental e, ao mesmo tempo, lhes fortaleceu o cerne da nacionalidade. Tradição é alicerce de nacionalidade. Aprimorando-se na interpretação e no conhecimento de suas tradições, os povos mais cultos estão robustecendo o sentimento de nacionalidade. O estudo do folclore representa sempre excepcional conquista cultural. Povos bárbaros ou atrasados ou subdesenvolvidos não se interessam pelo folclore. Por conseguinte, o folclore tem um profundo significado *nacionalista*. Razão por que esse significado nacionalista se encontra nas obras de Stith Thompson e em suas notáveis indagações a respeito dos contos dos índios norte-americanos (1929); bem como se encontra na obra de Alice Cunningham Fletcher a respeito da história e da canção dos índios dos Estados Unidos (1900). Muitos ingleses (dentre os quais Sir James George Frazer com sua monumental *The Golden Bough*) estudaram profundamente o folclore das regiões mais importantes da Inglaterra, da Escócia e da Irlanda. A «ressurreição cultural» da Irlanda foi feita sobre o estudo das velhas lendas celtas por James Stephens, Synge, Lady Gregory, W. B. Yeats e vários outros. Livro admirável, da autoria de um diplomata inglês que serviu no Japão na época do Imperador Meiji, e esse diplomata se chamou A. B. Mitford (mais tarde Lord Redesdale), teve o título significativo de *Tales of old Japan*.

Covarrubias Orozco, no seu *Tesoro de la Lengua Castellana*, em pleno século XVIII já chamava a atenção dos entendidos para as copias populares e os «cantarcillos triviales que deben venerarse por su anti-güedad y sencillez». O estudo do folclore é difícil, porque requer do investigador não apenas paciência, mas erudição e muito bom gosto. Menendez Pidal dirá que «la variante es la esencia vital de la canción popular»; e o mesmo sábio espanhol dirá que de um romance antigo, como «La guardadora de un muerto», só se conhecem restos na Catalunha e em Tânger; e dirá que do velho romance espanhol «Quejas de doña Jimena ante el rey», que não mais se canta em Espanha, corre uma versão em Tânger, cantada pelos judeus tangerinos. (Ver »F/or nueva de romances viejos», do mesmo Menendez Pidal, às pag. 42).

Estamos, pois, fascinados pelas *trouvailles* que se possam encontrar nas investigações folclóricas. Veja-se o que faz Mestre Câmara Cascudo com inconsútil ciência, dominando soberbamente o campo do folclore nacional. No passado Celso Magalhães, Melo Moraes Filho, Sílvio Romero, Nina Rodrigues, Basílio de Magalhães e Arthur Ramos deixaram contribuições de primeira ordem para o estudo do nosso folclore.

Mas que dizer da busca de novas variantes das andanças de Pedro Malasartes? É de se imaginar que, no ambiente mágico da realidade folclórica brasileira, a influência do negro (já assinalada em nosso foi-

TEIXEIRA SOARES

clore por Nina Rodrigues) haja contribuído para a criação dessas variantes que devem ser coligadas, pesquisadas e transmitidas ao conhecimento dos poucos que entre nós cuidam de assuntos folclóricos.

Esta é a verdade: poucos são entre nós os que cuidam de assuntos folclóricos. Trata-se de um trabalho desinteressado, que não encontra apoio de sociedades acadêmicas ou de mecenas. No entanto, não deixemos de pensar no caráter *nacionalista* do folclore. Pedro Malasartes vale como um símbolo aparente da psique brasileira, porque em si traduz a maneira de pensar ou de agir de muitos que se dedicam nos dias de hoje à vida dos golpes fraudulentos ou à prática de variada intrujice para se tornarem notórios nos meios em que vivem.

Afinal de contas, Pedro Malasartes vive como uma personalidade sedutora, mítica e presente, pretérita e futura, personalidade que tem algo de herói das velhas gestas populares.

Ciencias Humanas

Aspirações Brasileiras

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

As aspirações de um povo variam em função do tempo, das conjunturas e de circunstâncias de toda espécie. uma aspiração material é a do bem-estar, do progresso. Outra, a da independência, e com ela a da participação no processo universal. A independência, através dos tempos, é uma constante que, ainda no século XIX, movimentara algumas áreas da Europa, em nações submetidas ao jugo despótico de outras, na América Latina e hoje na África e na Ásia.

O nacionalismo, de que Hans Kohn nos fez a história pormenorizada, está na ordem do dia. É como que uma idéia trepidante, que envolve todo o mundo. Quando a Europa reage à absorção capitalista dos Estados Unidos ou quando, entre nós, sustentamos a necessidade de fugir a essa mesma absorção, estamos todos submetidos à força penetrante do ideal nacionalista que, insiste-se, é a grande explosão do momento histórico.

Será conveniente assinalar todavia que, quando insistimos na tese da necessidade natural do nacionalismo, estamos pensando em temas sadios de defesa de nosso patrimônio natural e espiritual. Em nenhum momento, na história dos povos, os que se deixaram levar pelo ideal nacionalista puderam permanecer incólumes, íntegros e salvos da conquista alheia. Não esqueçamos o pensamento de Bolívar, encerrado seu segundo período de governo, após a independência de sua pátria — «nenhuma nação protege outra desinteressadamente». O ideal nacionalista vale assim para fazer frustrar o apetite dos outros.

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

As aspirações no Brasil, no período colonial, eram regionais ou locais. Refletiam um estado de espírito ainda sem a preocupação de um Brasil global, mas, fundamentalmente, das unidades em que ele se dividia. Era natural que assim fosse, dada a organização vigente. Foi, assim, no movimento para a expulsão dos holandeses e nos movimentos de Beckman, Mascates, Emboabas, conspirações mineira, baiana e fluminense. Nestas três últimas já se podendo, é certo, vislumbrar um princípio de sentimento maior que o puro pensamento local.

A formação do espaço físico-político não resultou, também, de um estado de consciência nacional. Foi operação realizada descontinuadamente, como empresa de Estado, mas Estado português, para crescimento de seu império ultramarino ou empresa de iniciativa dos que o promoviam e muitas vezes até contraviavam determinações de Lisboa. Defendeu-se esse espaço integrante de um império ultramarino, no caso o português.

O esforço para alcançarmos a independência, esse parece que constituiu a primeira manifestação efetiva de sentimento realmente nacional como aspiração coletiva. Falou ao coração de todos os brasileiros que, agora, pulsavam em termos de um sentimento nacional ponderável.

Veio, depois, a preocupação da manutenção de integridade nacional, isto é, a defesa do território nas disputas de fronteiras com os povos vizinhos.

A unidade nacional compôs, como consequência, a terceira grande preocupação. Os episódios republicanos e de secessão, da Confederação do Equador e da República de Piratini, não provocaram eco na consciência nacional. Tão pouco importariam, realmente, em manifestações iniciando a secessão. Explodiam como manifestações de protesto contra o sistema político vigente. Eram manifestações republicanas, naturais num continente em que, como monarquia, compúnhamos a exceção. A idéia de união indissolúvel do país não encontrou nunca limitações. E pode ser compreendida, também, como uma consequência da força de unidade do povo português, de que somos legítimos herdeiros.

Os regionalismos que se acentuaram sob a República, em nenhum momento serviram, porém, a qualquer manifestação contrária à unidade nacional. Constituíram, antes, forças sensíveis à aglutinação unitária da pluralização do País. É real, mas em nada se assemelha ao que ocorre em outros países, onde valem como forças desagregadoras, perturbadoras até dos sentimentos de solidariedade ou de integração cultural. A pluralização brasileira, configurada na regionalização natural, física e econômica e no processo de desenvolvimento mais veloz no Sui e menos veloz no Nordeste, no Centro-Oeste e no Norte, não importa em demérito da Unidade. Não foi suficiente para criar o espírito anti-unitário, antinacional. A todo momento o que é evidenciado nas manifestações espontâneas, e não comandadas, quando está em jogo a se-

ASPIRAÇÕES BRASILEIRAS

gurança e a continuidade do Brasil, é a existência, com o espírito local ou regional, de um espírito nacional acentuado. Os desequilíbrios regionais, conseqüentes ao progresso acelerado em certos trechos do país, ao lado de um desenvolvimento lento de outros, é que tem permitido uma visão imediatista, mas falsa, de certos perigos futuros a essa mesma unidade.

A guerra contra a ditadura paraguaia, o abolicionismo, a autonomia e a federação das Províncias compuseram outros episódios que marcaram aspirações momentâneas, mesmo porque satisfeitos os anseios, desfaziam-se por si, naturalmente. Movimentos de opinião, na verdade galvanizaram o Brasil.

Na atualidade, como expressão de uma vontade, de uma decisão nacional, as aspirações são as seguintes:

- a) desenvolvimento, através da conquista de progresso comunicado a todas as regiões. Progresso decorrente da ocupação do espaço e da melhor vinculação das populações;
- b) bem-estar social, em que não haja uma concessão feita a determinadas camadas da população brasileira, mas uma conquista de todo o povo brasileiro;
- c) ascensão cultural das multidões das cidades e das áreas rurais, que desejam participar, com maior intensidade, do processo acelerado de valorização nacional;
- d) reforma da estrutura econômica, de modo a permitir que ocorra o crescimento da renda nacional e a impedir que a riqueza privada permaneça em poucas mãos. A aspiração é, portanto, uma melhor distribuição dessa riqueza para uma mais integral elevação do padrão de vida nacional;
- e) estrutura política realística e não fantasiosa, sem a preocupação dos modelos externos, mas sem fugir aos imperativos das mudanças universais; atendendo-se à nossa tradição, à nossa realidade social e cultural e às conquistas de um direito que seja comum a todos e não apenas a alguns;
- f) integração nacional, promovida pela ação do poder público e da iniciativa privada, mobilizando-se a nação, com o que serão preenchidos os vazios, dinamizada a ação coletiva com vistas à potencialidade do país, liberto de primarismos, de complexos negativos, e efetivamente conscientes de seu papel no mundo em mudança.

No particular da estrutura política, de lado a exaltação ideológica estranha, ou a demagogia de falsos líderes, devemos considerar que há

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

uma experiência, que não pode ser ignorada, mas há igualmente uma realidade positiva e, sob certos aspectos, negativa, que deve ser considerada. Nenhum povo deve ter instituições que não lhe sirvam à sua própria natureza, pelo simples fato de que em outros países essas instituições deram bons resultados. Cada país tem sua consciência e sua feição própria, particular. Não há nações iguais. Todas diferem entre si. Seus regimens, portanto, devem servir a elas e não constituir meras cópias, sem objetividade e sem possibilidades de êxito.

A propósito, vale recordar o pensamento de um estrangeiro, um inglês, Thomaz Ewbank, que nos visitou ao tempo do Brasil-Império. Em seu livro «A vida no Brasil», agora editado pela «Conquista», na coleção «Temas Brasileiros», escrevia ele: «nenhum povo pode servir de modelo para qualquer outro, pois não há dois que se encontrem nas mesmas circunstâncias e condições. A influência do clima, sabemos nós, é onipotente, e como os brasileiros ocupam uma das maiores e mais belas partes das regiões equatoriais, cabe-lhes determinar até que ponto podem a ciência e as artes, dentro dos trópicos, competir com o progresso nas zonas temperadas. Quanto ao progresso, é a brasileira, de todas as nações latinas, a mais avançada depois da francesa. Na Câmara e no Senado encontram-se estadistas capazes e esclarecidos, e os representantes do Império no estrangeiro se equiparam em talento aos embaixadores de quaisquer outros países. Quanto aos elementos materiais tem mais alto destino à sua frente. Que tenham os brasileiros sabedoria bastante para realizá-lo.»

No caso brasileiro, é preciso considerar que temos alcançado uma posição tódá especial no quadro universal.

Não nos alimentamos do desejo de supremacia continental ou de inferiorização de nossos irmãos do continente, com os quais desejamos conviver em harmonia, em entendimento, em vinculação e nunca de aspirações imperialistas. Em nossa história não há o capítulo da ação predatória política, visando menoscabar ou despersonalizar os vizinhos apesar das reservas que nos fazem e são. de certo modo, o fruto de velhas diferenças entre portugueses e espanhóis, de que somos os descendentes diretos, eles e nós.

Somos a maior potência, do ponto de vista demográfico, da latidude. Somos, nas Américas, excetuando os Estados Unidos, o maior centro de atividades industriais e culturais. Constituímos, igualmente, na área do mundo subdesenvolvido, uma área em franco distanciamento dos demais pela velocidade de nosso esforço progressista. Possuímos uma tradição pacífica das mais vivas. Conseguimos vencer as distâncias religiosas e raciais. A política que estamos adotando para encerrar o desequilíbrio entre regiões e proceder a uma integração efetiva do país, é uma política certa, que serve às nossas melhores aspirações.

ASPIRAÇÕES BRASILEIRAS

As perspectivas que se abrem, no Brasil, levam, no entanto, a exigir uma meditação cautelosa acerca do papel futuro que teremos de desempenhar. Faz-se necessário, portanto, vencer hesitações, desequilíbrios entre as regiões e formar quadros capazes de atender ao chamado do país na hora de sua intervenção mais impetuosa nos destinos universais. A projeção brasileira terá de começar pela América. Seguindo-se pela África, para culminar no mundo maior. A potencialidade brasileira é hoje objeto da consideração de ensaístas, geógrafos, economistas, sociólogos, demógrafos que nos acompanham o desenvolvimento. Leia-se, a propósito, os livros brasileiros de: General Mário Travassos («A projeção continental do Brasil»), Pimentel Gomes («Porque não somos uma grande potência» — «O Brasil entre as cinco maiores potências no fim deste século»). Leia-se, mais, Charles Wagley («A Revolução Brasileira»); Jean Chardonete («Les grandes puissances. Étude économique»); Demangeot, «Le Continent Brésilien». A revista «Marchés Tropicaux et Méditerranéens», número de 1º de junho de 1967, dedicou um de seus números ao Brasil, que ali é chamado de «Une nation ou un monde?»

como formar, porém, quadros, para chegar a esse estado de consciência e a essa maturidade, dispondo de elementos classificados para o exercício impetuoso desse objetivo ?

O papel das Universidades, na formação, terá de ser o mais decisivo. Impõe-se, conseqüentemente, a reformulação do sistema universitário para que haja um ensino pragmático, que sirva ao crescimento do país, cabendo, ainda, às universidades, uma participação efetiva, intensa, objetiva, no exame e no estudo das soluções da problemática nacional, porque elas não poderão permanecer na condição, ultrapassada, de meras formadoras de quadros profissionais e liberais.

Não devemos esquecer:

- 1 — A *extensão* geográfica nos dá a condição de país-continente.
- 2 — O *clima* tropical não é contrário à habitabilidade.
- 3 — *Os solos* não são pobres. Os que não possuem o humos que os torne ricos podem facilmente ser dominados e enriquecidos.
- 4 — O *subsolo* é uma garantia de riqueza. Todos os dias descobrimos minérios.
- 5 — A *rede hidrográfica* é imensa e permitirá um plano de extensão para a circulação de homens e mercadorias.
- 6 — *Os acidentes* fisiográficos em nenhum momento ou região constituem obstáculos à ação do homem.
- 7 — A *floresta* também não constitui obstáculo à instalação dos homens em qualquer ponto do território nacional. E serve às atividades econômicas como matéria-prima de alto valor.

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

- 8 — Não há abalos sísmicos, nem tufões, nem maremotos que sejam calamidade ou catástrofe. As enchentes, como parte da geografia das calamidades, não representam a periodicidade perigosa, sendo, antes, episódios passageiros que podem ser eliminados ou discriminados nos seus efeitos negativos.
- 9 — *O crescimento* demográfico vale como uma revolução. Deve ser orientado para que haja melhor distribuição e ocupação racional e continuada do espaço. A contenção da natalidade, face às imensas faixas do território por ocupar, não parece a política certa, pelo menos hoje.
- 10 — *Na luta* contra a morte, há um sucesso admirável. As endemias estão sendo vencidas. A vida humana tem garantias efetivas para multiplicar-se no tempo.
- 11 — *Não há xenofobia*, o que permite o recebimento de contingentes alienígenas que nos cheguem para participar serena e mansamente do processo de desenvolvimento. As aspirações nacionais, solidarizantes de todos os brasileiros, estão contidas, em última análise, na efetuação de sua potencialidade e de sua afirmação como nacionalidade indivisível.

A Deformação Científica e suas Implicações no Processo Educacional: O Estudo da Formação do Povo Brasileiro como Exemplo ⁽¹⁾

NAPOLEÃO FIGUEIREDO

&

ANAÍZA VERGOLINO E SILVA

O QUADRO DE REFERÊNCIA

NOSSO propósito não diz respeito a nenhuma especulação teórica. Ao contrário, refere-se a uma realidade existente em nossa comunidade. É fruto de observação sistemática, durante cinco anos, no ensino da disciplina ETNOLOGIA E ETNOGRAFIA DO BRASIL, para as terceiras séries dos Cursos de Geografia e História da Universidade Federal do Pará, muito embora, nessa análise, conte-se igualmente com a experiência colhida pelo ensino da disciplina ANTROPOLOGIA CULTURAL, excepcionalmente dado a cursos tais como Administração, Enfermagem, Serviço Social, Odontologia e ainda para Cursos Especiais como Formação de Professores de Primeiro Grau.

(1) uma Nota Prévia do presente ensaio foi apresentada em 1970, sob forma de comunicação, com o título — O ENSINO E A DEFORMAÇÃO CIENTÍFICA, por ocasião da realização da 1ª Semana de Estudos Históricos. Em Belém do Pará.

Durante esse período, vinha-se aplicando no início do curso, um teste de sondagem, o qual continha, entre outras, as seguintes perguntas:

(...) — *Suponhamos que Você estivesse no Museu Paraense Emílio Goeldi ciceroneando um amigo vindo de outro Estado. Se ao mostrar-lhe as cerâmicas da Fase Marajoara e de Santarém, o amigo achasse as mesmas parecidas com as cerâmicas da região Andina-Colombiana e da América Central, e voltando-se para Você lhe perguntasse?*

a) *os fabricantes desses artefatos não teriam vindo por acaso dessas regiões?*

b) *os colonizadores da Amazônia teriam conhecido os fabricantes desses artefatos?*

O que Você responderia a esse amigo?

() — *Os livros que Você utiliza para seus alunos no curso médio, dão idéias gerais sobre o número e localização dos grupos indígenas do Brasil. como Você responderia, se um aluno lhe perguntasse?*

a) *Professor, quantos índios tem no Brasil?*

b) *Em que lugares eles habitam?*

(. . .) — *Importantes revistas como «Manchete», «Fatos & Fotos», «Cruzeiro», etc, tornaram praxe fazer reportagens sobre rituais de Umbanda realizados nas praias brasileiras, na passagem do Ano-Novo.*

O que Você acha que é Umbanda?

A tabulação dos resultados desse teste, nos levou a conclusões verdadeiramente assustadoras. Se nenhum aluno dentre os estudantes matriculados no último semestre de uma faixa de conteúdo do Curso, havia respondido acertadamente sobre elementos básicos dos Estudos Sociais, gerais e especificamente sobre a região Amazônica; e considerando-se que a grande maioria já exercia o magistério médio na Capital ou mesmo em distritos da cidade (Icoaraci, por exemplo), como estaria sendo realizado o processo educacional, uma vez apurada a pobreza de conteúdo informativo e formativo desse aluno-mestre?

uma única conclusão se nos apresentava para justificar esse desastre: a defasagem entre Ensino e Informação Científica. Por outro lado, dois elementos se nos afiguraram como responsáveis por esse fato: livros didáticos e formação desse professor, falência a nosso ver, iniciada no curso primário.

A DEFORMAÇÃO CIENTÍFICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO...

Esse problema vem sendo constatado através de um experimento real e mensurável. Os semestres letivos de ensino da disciplina Etnologia e Etnografia do Brasil, há muito vêm se mostrando um constante desafio à habilidade dos professores, e também à capacidade dos alunos, os quais, subitamente, se vêem obrigados a reformular conhecimentos ou aprender novamente «tudo do começo». A «crise», por outro lado, atinge ainda os professores da disciplina, que se esforçam por manter a continuidade dos objetivos aos quais o curso se propõe. O planejamento e objetivos propostos, entretanto, já foram por vezes mutilados, pois o aspecto de análise crítica que deve norteá-lo fica sacrificado em função de extensas unidades meramente informativas, dado o desconhecimento de conceitos básicos por parte dos alunos, e o insuficiente «background» apresentado pelos mesmos (salvo, por certo, as exceções). Unidades que poderiam ser transformadas em problemas, cuja resultante da discussão serviria como uma nova experiência para vivência no presente e futuro profissional, não vem sendo sequer tentadas, uma vez comprovada a incapacidade criativa de cada aluno, fruto da falta de oportunidade que lhe fora dada pelas disciplinas sociais, no decorrer de todo seu curso, do nível médio ao superior. como resultante, vem-se recebendo o aluno habituado a ser um «discente repetidor», tornado agora, já profissional, que é, um «docente repetidor», que descarta completamente o aspecto subjetivo de sua matéria didática, e o que é pior: divorciado de um conhecimento sobre a região na qual atua.

O contacto com esses problemas relacionados à má qualificação de livros didáticos, formação e atuação de professores de nível médio e para o nível médio, e a ausência de funcionalidade entre o «que» se ensina e «para onde» e «para que» se ensina, trilogia que se transforma num dos muitos círculos viciosos educacionais, motivou-nos o presente ensaio, que julgamos não ser inútil, mormente quando o Governo tudo investe na «Década da Educação».

como fonte preliminar para um «survey» exploratório, elegemos a Universidade Federal do Pará, em seus três níveis de ensino (superior, médio e primário), como ponto de partida para uma pesquisa de maior envergadura.

A finalidade é a de se mostrar de que forma, através do ensino de uma unidade básica dos Estudos Sociais, tal seja — A FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO —, como a má coordenação didática do tema, acrescida da ausência de um ensino integrado à Região, pode resultar numa visão estereotipada da realidade nacional ou regional, o que resultaria ao final numa própria inutilidade dos fins educacionais.

como critério básico, procedeu-se ao levantamento das atividades dos professores ao ministrarem essa parte do programa, considerando-se:

1. Livro texto indicado e utilizado em classe.

NAPOLEÃO FIGUEIREDO & ANAÍZA VERGOLINO E SILVA

2. Outro qualquer tipo de atividade realizada com o intuito de orientar melhor a aprendizagem sobre o assunto em questão.

Quanto ao ensino médio, preferimos não considerar o problema dos ensinamentos dados aos adolescentes do Colégio da Universidade, como seria de esperar. Porém, os ensinamentos levados por nossos alunos-mestres das terceiras séries, aos adolescentes dos diversos colégios da comunidade.

As razões para o estabelecimento de tal critério foram as seguintes:

1. Os professores do Colégio da Universidade, que têm a seu cargo o ensino de disciplina onde se analisa a Formação do Povo Brasileiro, já haviam sido anteriormente nossos alunos e por conseguinte, muitos já tentavam reformulações em suas classes, considerando-se o tipo de ensino e estrutura daquele estabelecimento;
2. Alguns dos atuais professores do Colégio da Universidade, que foram nossos alunos, conosco não haviam perdido contacto, recorrendo por vezes a nós, no sentido de orientação sobre o assunto, sempre que visavam alguma atividade;
3. Na hipótese de não haverem sido nossos alunos, ou mesmo não haverem reformulado seus conhecimentos, a amostragem, numericamente considerada, seria nesse caso irrisória, frente à população escolar da comunidade.

Assim sendo, pareceu-nos ser mais indicada, a amostragem fornecida pela somatória das atividades de nossos alunos-mestres dos Cursos de Geografia e História, nos diversos estabelecimentos públicos e particulares de ensino em Belém.

Considerando-se que nesse período (1968-1971) tivemos 105 alunos regularmente matriculados, dos quais a quase totalidade exercia o magistério de nível médio, onde, pelo menos, cada um desses alunos-mestres ministrava aulas para quarenta estudantes, teríamos um total médio (muitos deles possuíam mais de uma turma, enquanto uma minoria não lecionava), de 4.200 adolescentes que recebiam ensinamentos sobre esse tema, de forma incompleta, desatualizada ou errada (Ver Anexo I).

Acrescente-se a esse total o número de 6.000 crianças que, no nível primário em 1971-1972, aprendiam ou potencialmente aprenderiam essa unidade, ou parte da mesma, de forma idêntica a que fora evidenciada para o nível médio, pois no Curso de Formação de Professores do 1º Grau (1ª a 6ª Séries), tivemos como alunos 150 professores primários matriculados no mesmo (Ver Anexo II).

A DEFORMAÇÃO CIENTÍFICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO...

SUGESTÕES PARA REFORMULAÇÃO DE CURRÍCULOS E PROGRAMAS

1. *Introdução*

O presente roteiro procura sistematizar a experiência acumulada no ensino da disciplina ETNOLOGIA E ETNOGRAFIA DO BRASIL, quer para cursos regulares da Universidade Federal do Pará (3^{as} séries dos cursos de Geografia e História), quer para cursos especiais mantidos pela mesma (Formação de Professor de 1^a Grau) .

No passado, a opção feita pela antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, de manter apenas a Licenciatura para todos os seus cursos, motivou que os objetivos da então Cátedra de Etnologia e Etnografia do Brasil fossem reformulados. O cunho da «ciência pura» cedeu lugar ao binômio ANTROPOLOGIA X EDUCAÇÃO. Tal fato acentuado em 1968, 1969, 1970, 1971 e 1972, repercutiu no treinamento dos alunos, pois procurando-se dar maior «aplicabilidade» ao curso, realizava-se trabalhos práticos dentro da dicotomia ENSINO X DEFORMAÇÃO CIENTÍFICA. Em decorrência disso, num «survey exploratório» realizado pelos professores da disciplina, nesse período, apurou-se que 255 alunos-mestres (cursos de Geografia e História) e professores primários (Curso de Formação de Professores de 1^o Grau) militantes de diversos estabelecimentos de ensino da comunidade, difundiam conhecimentos desatualizados, resultando num ensino incompleto ou mesmo errôneo de algumas unidades do Programa dos então chamados Estudos Sociais.

As resultantes de uma análise crítica da situação evidenciaram como responsáveis pela limitação qualitativa de ensino dois elementos:

1. os veículos de difusão do conhecimento (livros didáticos);
2. a formação do elemento humano (professores) .

De certo modo, nosso objetivo será então, basicamente, fazer a colocação do que julgamos ser:

1. Insatisfatório nos programas vigentes;
2. negativo nos livros didáticos:
 - 2.1. quanto aos aspectos objetivos (problema de conteúdo);
 - 2.2. quanto ao aspecto subjetivo (problema de estereotipia);
3. falho na formação de profissionais do magistério;
4. inútil para a funcionalidade do ensino (ensino integrado à região) .

II. CRITICAS

1. *Questões sobre Programas*

Estes continuam diluindo-se no arranjo sistemático e na distribuição formal das unidades, pelos índices dos livros didáticos. Lamentavelmente, observa-se uma completa distonia entre o pensamento histórico e o processo histórico. Mantém-se a tradição da maior importância e significação da história colonial em relação à nacional, seja imperial ou republicana, esta, quase sempre um borrão de nomes presidenciais e datas de significação duvidosa. O caráter de um programa integrado à região é completamente descurado (História) ou parcialmente tratado (Geografia), ocorrendo, entretanto, por vezes, erros nos dados informativos (Geografia — Ver item 2.1.), ou formativos (idem item 2.2) . Além disso, mesmo com a vigência da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 4.024 de 20-12-61, alterada pela Lei nº 5.540 de 28-11-68 e 5.692 de 11-8-71) nunca os professores costumaram tratar, senão excepcionalmente, de assuntos não relacionados nos compêndios. A mesma distonia é observada ainda na coordenação da matéria didática. Objetivamente, a cronologia e a onomástica são grandemente enfatizadas, enquanto que o aspecto subjetivo não é levado em conta. Não se pergunta «por que se ensina» e «para que se ensina» . O conceito do Velho Programa ainda continua dominante: um arranjo sistemático das soluções resultantes do passado. Nenhuma correlação ou integração é observada no ensino dos Estudos Sociais.

Os livros-textos são isolados, e mesmo se isolados, nenhuma tentativa tem sido feita para relacionar as unidades de Geografia e História fazendo com que uma siga imediatamente a outra, por exemplo: uma unidade sobre Geografia de nosso Estado seguida de outra sobre História de nosso Estado. E finalmente, quanto ao método: a memorização continua sendo o método preferido pela «clientela professoral». Em 100% dos casos analisados estuda-se o «presente» partindo-se do «passado» (História); «descreve-se» em lugar de «induzir-se» (Geografia) . Desta forma, essa submissão ao «passado» e ao «descritivo», vai radicalmente de encontro e termina por invalidar os mais simples princípios pedagógicos da teoria da aprendizagem.

2. *Questões sobre Aspectos Negativos nos Livros Didáticos*

Inicialmente, relacionamos abaixo o levantamento de alguns dos livros didáticos utilizados pela grande maioria dos alunos-mestres como livro-texto:

A. CLASSE DE HISTÓRIA

- A.1. AccioLY & TAUNAY — *História do Brasil* (1ª e 2ª séries ginasiais)

A DEFORMAÇÃO CIENTÍFICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO...

- A.2. BORGES HERMIDA, A. J. — *Historia do Brasil* (1ª e 2ª séries ginasiais)
- A.3. MARISTAS, IRMÃOS — *História do Brasil* (1ª e 2ª séries ginasiais)
- A.4. SILVA, JOAQUIM — *História do Brasil* (1º e 2º séries ginasiais)

B. CLASSE DE GEOGRAFIA

- B.1. AZEVEDO, AROLDO — *Geografia do Brasil* (Ciclo colegial)
- B.2. AZEVEDO, AROLDO — *As Regiões Brasileiras* (Vol. III)
- B.3. DIAS, OTACÍLIO — *Curso Moderno de Geografia do Brasil* (1ª vol.)
- B.4. MÁRCIO, DAVID — *Geografia Regional do Brasil* (2ª vol.).

Quais os aspectos insatisfatórios desses manuais (1)? Seleccionamos como assuntos propícios a uma crítica sobre conteúdo e estereótipos nos compêndios correspondentes, os seguintes: Problemas de Arqueologia Brasileira; Contingentes étnicos formadores da atual sociedade brasileira; Realidade Nacional (estudo das Regiões Culturais do Brasil); Amazônia como região cultural (ensino integrado à região).

2.1. Aspecto Objetivo (*Problemas de Conteúdo*)

A. Nenhuma referência é feita à Pré-História Brasileira. O assunto não é mencionado nos compêndios, como também o é totalmente desconhecido pelos professores.

B. Necessidade de atualização e visão global de problemas de âmbito geral, tal como seja o povoamento da América. Os livros registram ainda teorias pertencentes ao campo das hipóteses. As contribuições atuais, do mesmo modo, são também desconhecidas por professores e ausentes nos livros didáticos.

C. Estudos etnológicos e etnográficos sobre o Indígena Brasileiro, o Negro, o Branco, no que diz respeito a seus usos e costumes, classificações, importância étnica e cultural (reais), distribuição espacial, montante da população, depopulação e suas causas, etc. são baseados em notas de cronistas, viajantes e missionários dos séculos XVI, XVII, XVIII, o que resulta em imagens distorcidas da realidade.

(1) As críticas apontadas dizem respeito apenas aos assuntos vinculados de forma mais ou menos profunda ao programa da disciplina. Basicamente seriam: o ensino da formação étnica e cultural da sociedade brasileira e a visão contemporânea da mesma.

NAPOLEÃO FIGUEIREDO & ANAÍZA VERGOLINO F. SILVA

D. Do mesmo modo, o são as ilustrações nas obras. Frequentemente, aparecem no mesmo compêndio pranchas de Debret e Rugendas ao lado de quadros de museus de arte moderna ou detalhes de murais de Portinari. Há de se perguntar: qual o real objeto de percepção, e que tipos de conceitos poderão ser manipulados pelo processo pensamento de uma criança ou adolescente, que toma contacto com o mundo exterior através de imagens tão paradoxais? As resultantes por certo serão as premissas, proposições, generalizações, conclusões, eivadas de estereótipos.

E. Necessidade de ser colocado em vigor o princípio de um estudo regional. Nada é estudado sistematicamente sobre nossa região, e quando tais estudos são feitos, algumas vezes apresentam erros de caráter informativo (1). Essa ausência de conhecimento regional acarreta:

- nada sabermos sobre nossa pré-história, daí, como exemplo, atribuímos aos nu-aruaques a elaboração da cerâmica marajoara e a incapacidade de professores orientarem atividades extra-classe no Museu Paraense Emílio Goeldi;
- nada sabermos sobre nossa evolução político-administrativa;
- nada sabermos sobre nossa formação étnica e cultural no passado, e nem sobre nossa realidade cultural no presente.

F. A quase inexistência de motivação para estudos sociais da região tem resultado numa bibliografia especializada, restrita a somente alguns aspectos, porém, muitas vezes desatualizada. Do fato resultam grandes dificuldades, como, por exemplo, os problemas de determinados Órgãos Oficiais, que encontram dificuldades em conseguir fontes quando desejam montar Planejamentos, tal como ocorre na consecução de planos turísticos para o Governo do Estado.

2.2. *Aspecto Subjetivo (Problemas de Estereotipia)*

A. Urgência de correção de textos onde se lê sobre o índio:

- «cultura quase nula em certas tribos ...» Ou «apresentando civilização rudimentar em outras...» (livro A.4.);
- «andam nus; pintam-se de urucu; usam botoques; vivem nas matas como bichos...» (livros Classe A);
- «fazem guerra por motivo fútil; se escondem, matam e devoram as pessoas; cujos cadáveres são preparados para horríveis banquetes; e praticam a antropofagia por gula ou por ódio» (livros Classe A);

(1) Livro B-4, pg. 176 sobre o extrativismo da castanha-do-pará.

A DEFORMAÇÃO CIENTÍFICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO..

- «apenas alguns têm agricultura; outros eram nômades, procurando caça e pesca...» (livros Classe A).

Ora, tais idéias não somente atestam a falta de conhecimento, por parte dos autores, de certos conceitos básicos ou específicos das Ciências Sociais (cultura, civilização, antropofagia, etc); como também descrevendo a cultura indígena dessa forma, subjetivamente criam estereótipos de que os índios são «atrasados», um «bicho exótico», ferozes, vingativos, vadios.

B. Urgência na correção dos textos, onde se lê sobre o Negro:

- «eram dóceis e servis, adaptando-se assim facilmente à agricultura...» (livros Classe A);
- «banzo, doença de tristeza...» (livros Classe A);
- atualização quanto aos dados históricos;
- acréscimos quanto à análise de categoria social num Brasil nacional, o que se fez diferente, conforme a região analisada, segundo o aspecto econômico. Do mesmo modo, os ensinamentos deturpados concorreram para a formação de uma imagem do homem de cor, como pessoa apática, servil, preguiçosa, indolente, marginal, etc. refletido nos ditos populares: «preto quando não suja, tisma»; «Preto não nasce, aparece»; «preto não mora, se esconde».

C. Necessidade de que em lugar da enumeração de listas de funcionários do Governo Português Colonial, sejam ensinadas, em sala de aula, análises sobre o grau de evolução do mesmo Governo quando do descobrimento e nossa colonização; bem como o verdadeiro sentido do que representou e qual foi a estratégia da colonização portuguesa na América. Isso acrescido do estudo sério sobre os demais contingentes étnicos que nos formaram, concorreria para que nós, os brasileiros, diminuíssemos a nossa tendência de auto-desvalorização frente a outros povos.

D. Necessidade de ser incluído nos programas (em particular os de História) estudos sobre os demais contingentes alienígenas, e o porque da forma e razão de suas participações no processo sócio-cultural brasileiro. Tal acréscimo no conteúdo concorreria não somente para que entendesse e se iniciasse um estudo integrado à região, como ainda ajudaria a diminuir a nossa também tendência de autodesvalorização regional.

NAPOLEÃO FIGUEIREDO & ANAÍZA VERGOLINO E SILVA

Finalmente, sendo os programas ministrados, os mesmos «programas» existentes nos livros-textos, poderíamos concluir dizendo:

a) os «programas» de História do Brasil têm seu conteúdo baseado em observações de leigos, o que resulta em interpretações errôneas da realidade. Tais análises dão continuidade no ciclo médio à aprendizagem de um conteúdo muitas vezes errado (ausência de revisão dos manuais), bem como à formação de estereótipos iniciados no curso primário, pelo fato dos autores elaborarem textos de Estudos Sociais, contrariando o princípio do relativismo cultural;

b) os «programas» de Geografia do Brasil, inversamente aos de História, tendem para uma preocupação com o «presente» de nossa realidade. Entretanto, algumas vezes se apresentam falhos ao conteúdo, em decorrência ou da desatualização das fontes consultadas ou da omissão dos assuntos. O livro B.4, por exemplo, na parte sobre os aspectos humanos do Brasil, abstrai a população indígena, como se essa não fosse parte integrante do contexto brasileiro. Entretanto, comparativamente aos de História não conduzem ou facilitam à formação de estereótipos.

3. FALHAS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

Somos de opinião que o mal se encontra no próprio círculo vicioso dos currículos e programas em que se apoia até o momento o sistema educacional brasileiro. A somatória dos estereótipos apontados no item 2, em sua totalidade negativos, gerados pelo livro didático e transmitidos de geração em geração, vão concorrer para criar atitudes e valores prejudiciais para o homem brasileiro, bombardeado que é, desde a infância até a maturidade, desde o curso primário ao superior, pela deformação emanada dos livros didáticos e sua repetição pelos quadros docentes em todos os seus níveis (salvo minoria); pela publicidade negativa e superficial dos veículos de comunicação (reportagens sobre Umbanda e/ou Macumba), a influenciarem o caráter nacional.

Alguns estereótipos afetam o próprio país, tais como os que se referem às suas regiões e aos tipos humanos correspondentes, como por exemplo, a atribuição dada ao caboclo amazônico como tendo uma índole indolente e preguiçosa, em razão da herança indígena de que é portador, num atestado errôneo de noções sobre cultura indígena ou desconhecimento das condições da região.

A DEFORMAÇÃO CIENTÍFICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO...

Muitos deles dizem respeito a outras etnias, religiões, etc. De uma análise mal orientada sobre grupos étnicos tais como africanos e portugueses, carregamos até hoje preconceitos de que pessoas de cor são inferiores, incapazes de ascender socialmente; ou ainda que portugueses são ignorantes, para não se transcrever o exame sobre o índio e a Consciência Nacional (1) feita por Cardoso de Oliveira.

Poderíamos exemplificar com o que ocorre em nossa região. Em grande parte da Amazônia, as frentes pioneiras de penetração nacional que num processo histórico passado e atual se defrontaram ou defrontam com grupos indígenas, tinham e têm sobre estes um estereótipo formado: todo índio é traíçoeiro, vingativo ou ladrão. Isto gerou uma atitude traduzida no lema de seringalistas & balateiros & castanheiros: «índio comigo é na bala»; «pra cabôco é bala»; «de índio eu quero é distância». Em tempos recentes, o sensacionalismo feito em torno de atitudes como essas gerou um grave problema de política externa. Alguém poderia dizer que atitudes como essas dos extratores seria em decorrência de falta de instrução, e não em consequência de um ensino deformado. Porém, quem nos assegurará que os que já cursaram uma escola primária, média ou superior, perderam tal noção?

Por outro lado, o problema do Ensino x Deformação Científica acarreta problemas de ordem didático-pedagógica. O raciocínio é simples: já demonstramos anteriormente (item 11.1.) como os «programas» voltam-se para o «passado-descritivo». Ora, crianças e adolescentes têm uma preocupação inversa, isto é. pelo «presente intuitivo». Num mundo de comunicações em que vivemos, os estudantes levam para suas salas de aula dúvidas sobre o cotidiano (que índios estão sendo encontrados na Transamazônica? por exemplo), e o professor de curso médio ou primário não responde. E não o faz, porque não estudou aqueles nomes estranhos, diferentes... Não responde, porque não existem nos livros... O livro só fala nos Tupis do litoral, dos Tapuias no interior, dos Tupinambás, etc... Por outro lado, chega o dia de uma atividade extra-classe no Museu Paraense Emílio Goeldi (a orientadora Educacional solicita, o diretor do Colégio exige). E agora? O que vai dizer? Nada é sabido porque nada foi estudado sobre a Região... E lá se vai a funcionalidade do ensino...

O quadro pessimista traçado foi, infelizmente, a realidade por nós constatada.

(1) Oliveira, Roberto Cardoso de — «O índio na Consciência Nacional: América Indígena, Vol. XXVI, n» 1. México, 1966.

III. *Sugestões para a funcionalidade do ensino*

Além das medidas gerais implicitamente colocadas, sugeriríamos, como medidas destinadas à reformulação de Currículos e Programas, os seguintes acréscimos:

1. A LONGO PRAZO

- 1.1. Quanto aos currículos — ampliação para além dos cursos normais de disciplina (s) ligada (s) à Região;
- 1.2. Quanto às metas dos currículos — procurar ensinar aos alunos o reconhecimento e definição dos assuntos de conflito, nacionais e regionais, cuidando-se de que a prioridade seja dada a tudo aquilo que contribua para que entenda e, futuramente, possa enfrentar os problemas regionais de seu tempo;
- 1.3. Quanto aos programas — uma nova posição das matérias de ensino, isto é, inversão de programas do tipo «passado» pelo tipo «presente». A essência do Novo Programa seria a de levar a criança e o adolescente para uma situação ativa. Essa concepção se apoiaria conscientemente na nova doutrina de mudança. As atitudes devem ser guiadas à luz do passado, porém não submetidas a ele;
- 1.4. Quanto aos métodos — as unidades de trabalho deverão desenvolver a faculdade criadora de crianças e adolescentes, através de três etapas: FAZER, OBSERVAR, ESTUDAR. Exemplo: uma unidade sobre Folclore e Tradições Amazônicas.

FAZER folhetos sobre danças folclóricas (ou a específica estudada) .

OBSERVAR: as danças e canções autênticas executadas por grupos da escola ou da comunidade. Representações e alegorias para comemorar dias festivos e acontecimentos de interesse à proporção que se desenvolvem as unidades de trabalho.

ESTUDAR: livros, catálogos e outros materiais de ensino que ponham em relevo a faculdade criadora no uso de recursos naturais para a arte regional.
- 1.5. Quanto à estratégia — ensino por equipes integradas. Exemplo: o estudo de um assunto, combinando-se História e Arte ou convidando-se membros destacados da

A DEFORMAÇÃO CIENTÍFICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO...

comunidade que possam oferecer demonstrações ou qualquer atividade.

- 1.6. Insistir junto aos órgãos competentes, para que sejam explorados os recursos educativos de nosso patrimônio cultural, tais como o Museu Emílio Goeldi, Museus Históricos, Museu Sacro, locais históricos e monumentos, pinacotecas, etc. Insistir junto à Universidade Federal do Pará para que sejam estruturados, divulgados e aproveitados os recursos de seu já iniciado Museu Etnográfico Regional.
- 1.7. Elaboração de textos didáticos porém utilizando-se uma bibliografia atualizada (Ver Anexo III).

2. A CURTO PRAZO

- 2.1. Dadas as dificuldades que reformas dessa natureza encontram (tempo, disponibilidade de fontes, elemento humano, etc.) sugeríamos que nesse interim fossem realizados CURSOS ESPECIAIS de caráter obrigatório, para todos os que irão militar no Ensino Fundamental, cuja função seria a de adaptação gradativa de professores aos novos planos e metas do Governo. Cuidar-se-ia que tais cursos não visassem apenas a uma adaptação, a ser realizada nas formas arcaicas do ensino tradicional e expositivo, porém, e sobretudo, a uma atualização entre Ensino e Formação Científica. Um exemplo que serviria como ilustração, seria o que ocorreu com o Curso Especial ministrado em convênio entre o Governo do Estado e a Universidade Federal do Pará (Centro de Educação). Nada menos que 150 professores que se destinam ao ensino do 1º Grau (1º a 6ª Séries) tiveram uma revisão de seu conteúdo didático-científico, com o ensino da disciplina Antropologia Cultural, numa tentativa de ensino integrado à região (Ver Anexo IV).
- 2.2. Revisão e atualização de todos os livros didáticos.
- 2.3. Formação de uma infra-estrutura docente para todos os graus, de alto nível (Mestres e Doutores) .
- 2.4. Completo entrosamento entre as faixas de conteúdo e de didática nos cursos de formação de magistério.

NAPOLEÃO FIGUEIREDO & ANAÍZA VERGOLINO E SILVA

ANEXO I

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
NÚCLEO DE GEO-CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
DISCIPLINA: ETNOLOGIA E ETNOGRAFIA DO BRASIL
CURSOS: GEOGRAFIA E HISTÓRIA — 3ª Série
TESTE DE SONDA GEM

Estimado (a) aluno (a)

Ao iniciarmos o estudo da Etnologia e Etnografia do Brasil, estamos no momento sondando a bagagem de conhecimentos dos discentes, que servirá de base para a compreensão da nova matéria. Os principais objetivos que justificam o emprego dessas duas aulas para o fim em apreço, seriam:

A) ECONOMIA DE TEMPO E ESFORÇO — muitas coisas que talvez fôssemos ensinar tornar-se-iam prescindíveis, por sabermos, pela exploração, que os alunos já as conheciam. Evitaríamos, portanto, repetições desnecessárias.

B) RETIFICAÇÃO DOS ERROS — no caso de haver compreensões errôneas de alguns dados básicos, a exploração nos permitiria esclarecer de imediato tais erros, que poderiam vir prejudicar a compreensão dos temas.

C) ELEMENTOS DE ORIENTAÇÃO — finalmente, a exploração nos proporcionará o melhor conhecimento do nível em que devem ser desenvolvidas as unidades, esclarecendo quais os estudantes que irão necessitar de maior atenção, e quais os que poderão ser solicitados a fazer trabalhos de maior envergadura.

Esclarecemos que esta medida não visa atribuições de Nota, e sim fazer um levantamento das condições de seu preparo, para o estudo de mais uma nova disciplina.

Assim, responda:

1) Se no decorrer de uma aula sobre influência do índio na cultura brasileira, um aluno lhe interrompesse perguntando: «Professor, o que é Cultura?», o que Você responderia a ele?

2) Além do esquema que divide a Pré-História e a História em Idades da Pedra Lascada, Pedra Polida e Metais e História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea, Você conhece outras formas de dividir o curso da evolução sócio-cultural do Homem? Quais?

A DEFORMAÇÃO CIENTÍFICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO...

3) Você acredita que se possa reconstituir a cultura de um povo que tenha desaparecido sem deixar nada escrito? Baseado em que Você tem essa opinião?

4) Suponhamos que Você estivesse no Museu Paraense Emílio Goeldi cicoreando um amigo vindo de outro Estado. Se ao mostrar-lhe as cerâmicas da Fase Marajoara e Santarém, o amigo achasse as mesmas parecidas com as cerâmicas da região Andino-Colombiana e da América Central, e voltando-se para Você lhe perguntasse:

- a) os fabricantes desses artefatos não teriam vindo dessas regiões?
- b) os colonizadores da Amazônia conheceram os fabricantes desses artefatos?

5) Os livros que Você utiliza para seus alunos no curso médio dão idéias gerais sobre o número e localização dos grupos indígenas no Brasil. como Você responderia, se um aluno lhe perguntasse:

- a) Professor, quantos índios tem o Brasil?
- b) Em que lugares eles habitam?

6) Importantes Revistas como «Manchete», «Fatos & Fotos», «Cruzeiro», etc. tornaram praxe fazer reportagens sobre rituais de Umbanda realizados no Ano Novo nas praias brasileiras. O que Você acha que é a Umbanda?

7) Alguns livros didáticos, afirmam que: «Um país grande como o Brasil tem paisagem, clima e forma de economia muito diferentes. Mesmo que se consiga povoar todo território do Brasil, nunca se poderá ter um país igual, uniforme e homogêneo em todos os sentidos. Cada região se diferencia de outra por suas condições naturais, seu povoamento, sua história e sua economia». Você acredita que, além dessas diferenças, outras são encontradas nos hábitos, costumes, enfim, no modo de vida das populações regionais brasileiras?

Por quê?

8) A Amazônia é habitada por populações que vivem nas cidades, no interior e em aldeias primitivas. Que idéia Você tem sobre:

- a) população urbana
- b) população cabocla
- c) população indígena

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DISCIPLINA : ANTROPOLOGIA CULTURAL
CURSO : FORMAÇÃO DE PROFESSOR DE 1º GRAU
TESTE DE SONDAAGEM

- 1) O que se compreende pelo estudo de Antropologia ?

- 2) Você tem idéia de qual seja o tipo de trabalho realizado por um profissional de Antropologia ?

- 3) Você supõe que exista alguma aplicação prática dos estudos antropológicos?

- 4) Por quê Você acha que teriam incluído Antropologia Cultura! no seu currículo?

- 5) O que Você pensa que irá aprender neste Curso no que se refere a esta disciplina ?

A DEFORMAÇÃO CIENTÍFICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO...

ANEXO III

SUGESTÕES DE BIBLIOGRAFIA PARA REFORMULAÇÃO DE TEXTOS REGIONAIS

1. PRÉ-HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA

BROCHADO, J. PROENZA ET ALII

- 1969 — *Arqueologia Brasileira em 1968*. Um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Arqueologia. Museu Paraense Emílio Goeldi. Publicações Avulsas n. 12. Belém

FIGUEIREDO, NAPOLEÃO

- 1967 — «A ocupação da Amazônia nas épocas pré e pós-cabralina», *In: Revista de Guimarães*, vol. LXXVII, ns. 3/4. Guimarães

MEGGERS, BETTY J.

- 1972 — *Prehistoric America*. Aldine-Atherton. Chicago

SIMÕES, MARIO F.

- 1971 — «O Museu Goeldi e a Arqueologia da Bacia Amazônica», *In: Antologia da Cultura Amazônica*, vol. VI. Antropologia e Folclore. Amazonia Edições Culturais Ltda. (AMADA). Belém
- 1972 — *Índice das Fases Arqueológicas Brasileiras*. Museu Paraense Emílio Goeldi. Publicações Avulsas n. 18. Belém

2. INDIOS

FIGUEIREDO, NAPOLEÃO

- 1970 — «Groupes Indigenes et fronts pioniers de pénétration nationale dans l'Etat du Pará», *In: Bulletin de la Société Suisse des Americanistes*, n. 34. Genève

GALVÃO, EDUARDO

- 1960 — «Áreas Culturais Indígenas do Brasil: 1900/1959». *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Nova Série, Antropologia, n. 8. Belém

HOPPER, JANICE H., Ed.

- 1967 — *Indians of Brazil in the Twentieth Century*. Institute for Cultural Cross Research. Washington

MALCHER, JOSÉ M. GAMA

- 1964 — *Índios*; Grau de integração na sociedade nacional; Grupos Lingüísticos; Localização. Conselho Nacional de Proteção aos Índios, Nova Série, Publ. n. 1. Rio

MELATTI, JÚLIO CEZAR

- 1970 — *Índios do Brasil*. Coordenada Editora de Brasília Ltda. Brasília

NAPOLEÃO FIGUEIREDO & ANAÍZA VERGOLINO E SILVA

OLIVEIRA, ROBERTO CARDOSO DE

1972 — *A Sociologia do Brasil Indígena*. Edições Tempo Brasileiro Ltda., Rio.

RIBEIRO, DARCY

1957 — «Línguas e Culturas Indígenas do Brasil», in: *Educação e Ciências Sociais*, Vol. 2, n' 6. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Rio.

1970 — *Os índios e a Civilização*. Civilização Brasileira, Rio.

3. NEGRO

CARREIRA, ANTÔNIO

1969 — *As Companhias Pombalinas de Navegação, Comércio e Tráfico de escravos entre a Costa Africana e o Nordeste Brasileiro*. Centro de Estudos da Guiné Portuguesa. Imprensa Portuguesa, Porto.

1972 — *Cabo Verde; Formação e Extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, Imprensa Portuguesa, Porto.

DIAS, MANUEL NUNES

1970 — *A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão*. 2 vols. Universidade Federal do Pará, Imprensa Universitária, Belém.

SALLES, VICENTE

1971 — *O Negro no Pará sob o regime da escravidão*. Fundação Getúlio Vargas e Universidade Federal do Pará, Rio.

VERGOLINO E SILVA, ANAÍZA

1968 — *Alguns elementos novos para o estudo do negro na Amazônia*. Museu Paraense Emílio Goeldi, Publicações Avulsas, n° 8, Belém.

1971 — «O Negro no Pará: a notícia histórica», in: *Antologia da Cultura Amazônica*, Vol. VI, Antropologia e Folclore. Amazônia Edições Culturais Ltda. (AMADA). Belém.

4. BRANCO

CRUZ, ERNESTO

1963 — *História do Pará*. 2 vols. Universidade Federal do Pará. Imprensa Universitária, Belém.

DIÊGUES Jr., MANUEL

1960 — *Regiões Culturais do Brasil*. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Rio.

1971 — *Ocupação humana e definição territorial do Brasil*. Conselho Federal de Cultura, Rio.

1972 — *Etnias e Culturas no Brasil*. 4' Ed. Editora Paralelo e Instituto Nacional do Livro — MEC, Rio.

REIS, ARTHUR CEZAR FERREIRA

1957 — *A Amazônia que os Portugueses revelaram*. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de Documentação, Rio.

A DEFORMAÇÃO CIENTÍFICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO...

1966 — *A Amazonia e a integridade do Brasil*. Edições Governo do Estado do Amazonas, Manaus.

1969 — «O processo Histórico da Amazonia», te: *Problemática da Amazônia*. Livraria Editora Casa do Estudante do Brasil, Rio.

5. OUTRAS ETNIAS

SILVA, ORLANDO SAMPAIO

1972 — «A presença do Japonês na Zona Bragantina», te: *Cadernos*, nº 5. USP. Centro de Estudos Rurais e Urbanos, S. Paulo.

6. POPULAÇÕES URBANAS

FIGUEIREDO, NAPOLEÃO & VERGOLINO E SILVA, ANAIZA

1967 — «Alguns elementos novos para o estudo dos batuques de Belém», in: *Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*. Vol. 2. Antropologia. Conselho Nacional de Pesquisas, Rio.

LEACOCK, SETH 6 RUTH

1972 — *Spirits of the Deep*. American Museum of Natural History, New York.

LIMA, AFONSO AUGUSTO DE ALBUQUERQUE et alii

1969 — *Problemática da Amazônia*. Livraria Editora Casa do Estudante do Brasil, Rio.

PENTEADO, ANTONIO ROCHA

1968 — *Belém do Pará* (Estudo de Geografia Urbana). 2 vols. Universidade Federal do Pará, Imprensa Universitária, Belém.

TOCANTINS, LEANDRO

1963 — *Santa Maria de Belém do Grão Pará*. Editora Civilização Brasileira S.A., Rio.

7. POPULAÇÕES CABOCLAS

DIAS, CATARINA VERGOLINO

1958 — «Marabá — Centro Comercial da Castanha», in: *Revista Brasileira de Geografia*, vol. 20, nº 4, Rio.

FIGUEIREDO, NAPOLEÃO

1966 — «O Centro Urbano, o barracão e a maloca», in: *Arquivos do Instituto de Antropologia*, vol. 2 ns. 1-2. Universidade do Rio Grande do Norte, Natal.

FIGUEIREDO, NAPOLEÃO E VERGOLINO E SILVA ANAIZA

1972 — *Festas de Santo e Encantados*. Academia Paraense de Letras, Belém.

GALVÃO, EDUARDO

1955 — *Santos e Visagens*. Brasiliana, Vol. 284, Companhia Editora Nacional São Paulo.

NAPOLEÃO FIGUEIREDO & ANAÍZA VERGOLINO E SILVA

LARAIA, ROQUE DE BARROS 6 MATA, ROBERTO DA

1967 — *Índios e Castanheiros*; A empresa extrativa e os Índios do médio Tocantins. Difusão Européia do Livro, S. Paulo.

LAS CASAS, ROBERTO DÉCIO DE

1964 — *Índios e Brasileiros no vale do rio Tapajós*. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Nova Série. Antropologia, nº 23. Belém.

MEGGERS, BETTY J.

1971 — *Amazonia*; Man and Culture in a Conterfeit Paradise. Aldine-Atherton, Inc. Chicago.

OLIVEIRA, ROBERTO CARDOSO DE

1964 — *O Índio e o mundo dos brancos*; A situação do Tukuna no Alto Solimões. Difusão Européia do Livro. S. Paulo.

REIS, ARTHUR CEZAR FERREIRA

1953 — *O Seringal e o seringueiro*. Documentário da Vida Rural nº 5 Serviço de Informação Agrícola, Rio.

SA, SAMUEL

1972 — *Tradição oral e criatividade em Arca dos Engenhos* (pa). Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi, Nova Série, Antropologia, nº 51, Belém

SILVA, ARMANDO BORDALO DA

1959 — *Contribuição ao estudo do folclore Amazônico na Zona Bragantina*. Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Nova Série, Antropologia, nº 5, Belém.

WAGLEY. CHARLES

1951 — Les relations raciales dans une communauté rural de l'Amazonie», *In Races e Classes dans le Brésil Rural*. Unesco, Paris.

1964 — *Amazon Town: a Study of man in the Tropics*. 2nd. Ed. Alfred A Knopf; New York.

1968 — «O estudo das comunidades amazônicas», *In Atas do Simpósio sobre a Biota Amazônica*, Vol. 2, Antropologia, Conselho Nacional de Pesquisas, Rio.

A DEFORMAÇÃO CIENTÍFICA E SUAS IMPLICAÇÕES NO...

ANEXO IV

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA

CENTRO DE EDUCAÇÃO

DISCIPLINA: ANTROPOLOGIA CULTURAL

CURSO: FORMAÇÃO DE PROFESSOR DO 1º GRAU

NORMAS PARA REALIZAÇÃO DO TRABALHO PARA O NTI

ETAPA I — O estabelecimento no qual Você trabalha, aproveitando a data era que comemora o dia do índio, programou uma excursão ao Museu Paraense Emílio Goeldi. Sendo Você a professora de Estudos Sociais, coube-lhe a tarefa de montagem da mesma. como os alunos participantes fossem ser os da 5ª e 6ª séries, Você pressentiu que o nível de perguntas seria mais profundo do que aquele nível com o qual Você era acostumada a trabalhar. E, também, acrescenta-se o fato de que a Diretora comunicara que iria do mesmo modo participar da excursão (naturalmente para observar seu desempenho dentro do Novo Ensino).

Sua primeira idéia foi então a de visitar previamente o local, a fim de montar o roteiro de contactos, observações e preparar-se para possíveis perguntas que certamente lhe iriam ser feitas.

ETAPA II — Aqui está Você entrando no Museu. O que Você ensinara previamente aos meninos sobre o que era o Museu, o que representava para a região e o que se fazia lá?

ETAPA III — Aqui está Você entrando no Pavilhão **Central** de Exposições. A ala direita é formada por três salas seguidas onde se lê: Marajó, Santarém, Amapá, cheias de restos arqueológicos. O que Você iria explicar sobre cada uma delas?

ETAPA IV — Depois do grande salão de Ornitologia, existem três grandes salas com objetos indígenas, mapas, painéis, etc. O que você iria explicar sobre a sala do lado direito? e sobre as do lado esquerdo?

ETAPA V — Cheia de dúvidas, Você perguntou a um funcionário o que essas salas representavam e ele lhe respondeu: «do lado direito estão as tribos marginais, do lado esquerdo as de floresta tropical»...

com a «cuca» completamente afundada» Você começou a sentir o fracasso da excursão e começou a pensar: Quem poderá «quebrar este galho»? uma «luminosa» estalou: Ah! já sei! O professor de Antropologia!

E aqui estamos nós, para ajudar Você a realizar «aquela excursão».

ETAPA VI — Você e seu grupo deverão selecionar tudo aquilo que não sabem, sob a forma de perguntas; a seguir deverão trazer as mesmas para que, durante a aula do dia 29-12, serem resolvidos todos esses problemas.

NAPOLEÃO FIGUEIREDO & ANÁÍZA VERGOLINO E SILVA

ETAPA VII — com a resultante devidamente correia e *completa*. Você devera montar um trabalho com o seguinte titulo:

Plano para uma Atividade Extraclasse:

Excursão ao Museu Paraense Emílio Goetdi

OBSERVAÇÕES

Deverão ser organizados dez (10) grupos de quatro (4) e dois (2) de cinco (5) alunos. Esses grupos deverão montar, após discussão em conjunto, doze (12) trabalhos em 4 ou 5 vias respectivamente e entregá-los no dia 5-1-1972, por ocasião *di* realização da Prova Final (N.E.F.)

Geologia e Desenvolvimento do Brasil

GLYCON DE PAIVA

I — *Importância histórica dos minerais*

PRESUME-SE que o primeiro mineral utilizado pelo homem tenha sido o sal de cozinha, cujo uso começou a ter lugar, acredita-se, há 35.000 anos atrás. A história menciona Palmira, como importante centro salineiro, entre a Síria e a Pérsia, no fastígio de Babilônia. As tribos germânicas guerrearam-se pela posse de sal de Stassfurt. Alexandre o Grande interessou-se por jazidas de salgema no Sul da Rússia. Da importância do mineral, decorreu o termo *salário*, como medida da remuneração do trabalho em pesos de sal.

Dos metais, os encontrados em estado metálico nativo foram os primeiros apreciados: ouro, prata, cobre e o ferro dos meteoritos. São conhecidos ornamentos de ouro e de cobre da Idade da Pedra. O endurecimento do cobre pela martelagem foi conhecido dos Caldeus, a 6.500 anos atrás.

A descoberta do princípio da apuração dos metais a partir dos seus minérios foi possivelmente acidental: incêndios de florestas que revestiam afloramentos de minérios de cobre e de prata, reduzindo-os e fundindo-os ocasionalmente para surpresa dos habitantes, animando-os a tentar artificialmente reproduzir as condições originalmente acidentais.

A associação natural de estanho e cobre em certos minérios, e de zinco e cobre em outros, deu lugar ao conhecimento prematuro de ligas como o bronze e o latão 2.000 anos antes de Jesus Cristo. O fabrico de cobre remonta a 1.500 anos antes de Cristo.

GLYCON DE PAIVA

com o cobre e ouro, a classe econômica no Egito comprava especiarias e gemas da Índia e da China, fazendo-se o comércio por caravanas, através da Arábia, Pérsia a Afeganistão. A manutenção da segurança nessas longas vias de transporte foi o grande negócio dos povos que habitavam essas paragens. Criaram-se sucessivamente empórios comerciais como Ur, Babilônia e Nínive.

No tempo de Ramsés II o exército egípcio já era provido de armas de ferro, produzidas na Núbia. A história do Egito depois do 8º século antes de Cristo, é uma sucessão de derrotas: conquista do país pelos etíopes, em 712; pelos assírios, em 673; pela Pérsia, em 663; pela Grécia, em 330, pelos Romanos, em 43 depois de Cristo; pelos Árabes, no sétimo século; pelos Turcos, no século XVI e pelos Ingleses no século XIX.

A história dessas derrotas decorre talvez da queda de suprimento de metais no país; a 3.000 anos antes da era Cristã, foi o Egito a maior potência do mundo, em virtude do adequado suprimento de metais que soube proporcionar-se em determinado momento.

FENICIA E MESOPOTAMIA

Os Cretenses, navegantes e mineiros, descobriram jazidas em Elba, Sardenha e na Espanha, de ouro, prata e cobre. Esses depósitos passaram para os gregos 1.400 anos antes de Cristo, em virtude da derrota militar.

Os Fenícios pesquisaram todas as ilhas do Mediterrâneo; descobriram estanho na costa de Cassiterides (País de Gales), depósitos em lavra até hoje. Até o Império Romano guardaram os fenícios o segredo das minas espanholas e inglesas.

como o ferro meteórico é raro, poucos objetos de ferro foram conhecidos antes de 1.350 anos anteriores à era cristã. Átila possuía uma «espada celeste» feita de ferro meteórico.

O preparo de lupas de ferro e o forjamento de objetos de ferro era conhecido dos judeus a 1.350 anos antes de Cristo. Mas a fusão do ferro só foi realizada no século XIV. Todo o exército de Xerxes era equipado com armas feitas de pedra ou pedrneiras, à exceção dos oficiais que dispunham de armas brancas de cobre.

O EGITO POTÊNCIA MUNDIAL

A história do Egito é conhecida há 6.000 anos. No ano 2.800 antes de Cristo tornou-se potência mundial. Dessa época é a construção das Pirâmides e dos seus elementos de cultura que nos chegaram. Além das terras de vazante do Nilo nenhuma riqueza possuía. Faltavam lhe madeira, prata, estanho, ouro, cobre, especiarias, seda, perfumes, gemas, marfim, etc. Daí, a necessidade de um grande exército e de um

GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

grande comércio para obter esses bens. Assim foi que, a 2.800 A.C. o exército egípcio apoderou-se da jazida de cobre de Magara; em 2.700 de Ilha de Chipre; no mesmo século da jazida de ouro de Núbia, no atual local da Somália Britânica. Este depósito abasteceu o Egito de ouro por 2.000 anos, de muito melhorando a situação financeira do país que se baseava na venda de vidro, trigo, lã, papiro e vinho.

No cerco de Tróia, os gregos foram armados pelo bronze da Inglaterra vendido pelos fenícios. Exportavam os fenícios metais para o Oriente, pagando tributos aos povos por onde passavam as vias de comunicação, em particular a Salomão, rei dos Judeus, um grande negociante.

GRÉCIA

As jazidas de prata e chumbo do Laurium perto de Atenas, financiaram a esquadra de Temístocles que derrotou Xerxes em 480 A.C., livrando a Europa do domínio persa.

A lavra dessas jazidas pelo estado ateniense prosseguiu, depois de Temístocles, financiando a guerra do Peloponeso. Os mineiros eram escravos arrendados pelos seus donos à razão de 365 óbolos de prata por ano. A decadência de Atenas coincide com o exaurimento dos depósitos do Laurium.

O ouro foi descoberto no Monte Pangeo, na Macedônia. Durante a vida de Alexandre, essas minas produziram o suficiente para sustentar todas as campanhas militares de Alexandre o Grande.

IMPÉRIO ROMANO

O início das Forças Armadas romanas começou com o ataque a Tarento, colônia grega, 269 anos A.C. O saque da Grécia, de Cartago e das Gálias assim como o resgate de prisioneiros ilustres acabaram por consolidar as finanças do Império. Daí por diante, os Romanos, excelentes administradores e comerciantes, transformaram Roma em empório comercial de sentido mundial, como Londres, Nova Iorque, ou Hamburgo hoje. As minas da Espanha rendiam anualmente parte substancial do orçamento romano.

Depois, aconteceu a exaustão das minas da Espanha, anteriormente lavradas por fenícios e cartagineses e, aos poucos, os metais caminharam para o Oriente, em troca de panos e especiarias. Plínio, em seus escritos, lamenta o fato. Sem recursos, Augusto não pôde substituir o exército de Varo, derrotado pelos Germanos, embora o patriciado romano fosse senhor de enorme riqueza em metais preciosos.

Daí por diante, começou a inflação romana, recunhando-se a moeda de prata sucessivamente com títulos mais baixos, até que em 220 depois

GLYCON DE PAIVA

de Cristo o Estado repudiou suas dívidas por falta de metal. Desse ponto, até o fim do Estado Romano (410 depois de Cristo) estabeleceu-se a desorganização progressiva nos negócios públicos, facilitando a conquista pelos bárbaros.

IDADE MÉDIA

Tôda a vida comercial do Mundo Antigo se resumiu no comércio segundo os paralelos da Terra, entre o Mediterrâneo e o Extremo Oriente e as índias. O metal seguia para o Oriente e os panos e especiarias procuravam o Ocidente.

Grande potência Ocidental à época era o país que possuía minas metálicas. Países satélites dessas, os que garantiam a segurança das rotas terrestres. Todas as lutas dos egípcios e depois dos gregos com os persas giravam em torno do domínio das vias de comunicação.

com a queda de Roma, esse domínio dividiu-se entre bizantinos no Bosforo; Árabes no Nilo; e os Persas na Mesopotamia.

O advento de Alarico, em 410 depois de Cristo assinala o início da Idade Média, caracterizado por uma carência total dos metais na Europa. O ouro começou a ser faiscado no Reno, Danúbio, Tibre e no rio Pó.

Carlos Magno deu novo impulso à mineração no VII século com a abertura das minas de prata, chumbo e ouro de Tothamsberg, Kremmtz e Schennitz na Alemanha, Boêmia, Harz e o Tirol.

Nesse tempo, o comércio em vez de terrestre como até então, tornou-se marítimo, através do Oceano Índico e do Mar Vermelho, em virtude de difusão do emprego da bússola e do melhor conhecimento da arte de marear. O entreposto do comércio do mundo era o Cairo, sob o domínio árabe. Veneza, era o grande porto importador da Europa, posição que guardou até que Vasco da Gama descobrisse a passagem para as índias pelo Cabo da Boa Esperança.

Até o ano 1.000 o comércio na Europa, isto é, o transporte para o interior do Continente das mercadorias do Oriente e o movimento inverso dos metais para as índias, fazia-se por via terrestre, através da França. com o desenvolvimento da cabotagem na Europa, em navios venezianos e alemães, passando por Gibraltar, começou o declínio da província francesa. A causa das guerras francesas, entre os anos 1.000 e 1.450, contra Flandres e a Inglaterra, prendeu-se a esse motivo, essencial.

A navegação de longo curso com Vasco da Gama representou a mudança do eixo comercial do mundo de Veneza e Gênova para Lisboa e Palos, porque as mercadorias das índias passaram a custar a metade, pelo novo caminho, livres como se achavam de taxaço sarracena no Cairo.

GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Na terceira viagem às índias, Vasco da Gama trouxe o equivalente a vários milhões de dólares de carga. Reagiu contra a mudança a frota sarracena, atacando os portugueses no mar da Arábia, em 1.509, onde foram derrotados.

Em 1170, descobriram-se os depósitos de chumbo e prata de Freiberg, Saxônia, origem da mais antiga Escola de Minas do mundo, onde estudaram, entre outros, Humboldt, o Intendente Câmara e José Bonifácio. Em 1200, as de Joachimstal, em 1460 as de Schneeberg. Mas todos esses metais não impediram balança comercial desfavorável para Veneza no século XVI o que a obrigou o esvaimento do próprio Tesouro-

TEMPOS MODERNOS

A conjugação das vias fluviais de comércio, Reno, Ródano e o Sena foi o grande objetivo de Carlos Quinto e da constituição do Santo Império Romano, o qual abrangia toda a latinidade e Flandres.

A taxaço para suporte do Império originava-se principalmente da Holanda, o que deu lugar à histórica revolta, sufocada pelo Duque de Alba. Data daí a fuga dos técnicos holandeses para a Inglaterra e o embrião da industrializaço posterior da Inglaterra.

O metal do Novo Mundo pouco bem fez a Portugal e Espanha. De 1570 em diante, a pirataria inglesa organizada e semi-oficial, saqueando os galeões espanhóis, financiou Izabel da Inglaterra para que constituísse a frota de Nelson que derrotou a Grande Armada em 1588.

A Inglaterra e a Holanda constituíram-se, daí por diante, como potências mundiais e como donas das linhas de comércio. São dessa época a Companhia das índias (inglesa) e a Companhia Holandesa das índias.

A proibição de Izabel da Inglaterra de utilizaço da floresta para fabricaço do carvão de madeira, com o fim de preservá-la para a construçáo de fragatas, determinou o uso do coque na metalurgia. A abundância de ferro consolidou a posicao da Inglaterra e da Holanda.

Entretanto, com importantes indústrias mineiras, desenvolviam-se a Alemanha e a Suécia, estabelecendo-se fricção entre os dois países no mar Báltico. Na guerra de 1630, Gustavo Adolfo invadiu a Alemanha e, com auxílio de Richelieu, derrotou os Habsburgos cujo domínio ameaçara a França empobrecida.

O Tratado de Westfália, em 1648, pulverizou a Alemanha em 300 pequenos estados, principados e cidades livres que só de novo se confederaram sob Frederico o Grande, 200 anos depois.

Em 1770 a Inglaterra era a maior potência mundial, situaço que conservou até 1914. De 1763 em diante, com a descoberta da máquina

GLYCON DE PAIVA

a vapor, o carvão passou a ser o mineral mais importante do mundo, situação que conservou até bem pouco, apesar da enorme utilidade do petróleo.

O presente momento é de declínio «io Império Britânico, não exatamente pelo esgotamento das jazidas de carvão, mas pela extrema dificuldade da sua lavra na Inglaterra. Este século assiste o poderio dos Estados Unidos, com a maior reserva de carvão do mundo e da Rússia com enormes e excelentes jazidas de carvão, principalmente na Sibéria e na Ucrânia.

No momento atravessa o mundo gigantesca crise energética. O pólo petrolífero do mundo é o Oriente próximo sob o domínio do Islam. O acesso a esse combustível é a maior preocupação da diplomacia mundial nos dias que correm.

II — *Recursos Minerais*

A palavra *recurso* figura no dicionário com o significado de auxílio; meio; remédio; *haveres* e *posses*. Também, consta com o de *agravo*, *reclamação*, *embargo*, *revisão*.

Nesta última acepção deriva de *recurso*, *recursis*, *recursum*, *recur-rere*, isto é, correr para trás ou voltar correndo — etimologia que não faz sentido para explicar o primeiro significado.

Todavia, em francês, a palavra correspondente no sentido de *haveres* é *ressource*, vocábulo que o dicionário faz derivar do francês antigo *ressordre*, com o significado de levantar-se: «secours pour se relever, se tirer d'embaras», isto é um auxílio para o reerguimento ou reabilitação.

Daí o tonus político da expressão *recursos naturais do país*, isto é, quadro de haveres da paisagem ecológica úteis ao reerguimento do país para combate ao subdesenvolvimento.

Deriva pois *recursos*, no sentido que se o considera,, de *surgo*, *surgere* — *levantar-se para lutar*. A utilização inteligente dos recursos naturais pode fazer ressuscitar o país atolado no atraso econômico e social.

Cumprе distinguir *recursos* e *riqueza*. Esta, a riqueza, é o estado de folgada disponibilidade de bens e de serviços de toda a natureza para atender às necessidades da sociedade. com recursos naturais preparam-se bens; com recursos humanos obtêm-se serviços, cuja qualificação cresce com a qualidade dos recursos humanos que os prestam.

À sistemática e ordenada transformação, mediante capital e gerência, de recursos naturais e humanos em riqueza, denomina-se desenvolvimento econômico e social, condição necessária, mas não suficiente, para uma vida de boa qualidade.

O Brasil é um país pobre de riqueza embora copioso de recursos.

GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Ainda não dispõe de plenitude de bens e de serviços por falta de capital e de gerência e por desequilíbrio entre o incremento demográfico e a produção de bens e de serviços.

A escassa poupança disponível para transformar recursos em riqueza é frequentemente desviada para investimentos demográficos, dado o imperativo deles, e estes são de rentabilidade baixa no sentido de que pedem muito capital para se obter uma unidade de produto, assim mesmo a prazo longo.

/// — *Produção Mineral*

Para dar idéia do Problema Mineral, convém tocar quatro pontos: uma *Introdução*, abrangendo definições e conceitos, e além da história semântica das palavras usadas no jargão mineiro; uma perspectiva das disciplinas que regulam o aproveitamento do subsolo, as chamadas *Ciências da Terra*; a *Classificação dos recursos minerais úteis* e, finalmente, *Aplicação ao caso brasileiro*.

Todos nos recordamos da escola primária onde nos ensinaram a divisão da Natureza em reinos. Há um substantivo coletivo, que resume, por exemplo, o reino animal: a palavra «fauna», que os abrange todos, desde a bactéria ao elefante; também a palavra «flora» cobre toda a gama de vegetais, desde o musgo à sequoia. Já a palavra correspondente no reino mineral é *subsolo*, abrangendo rochas, minerais e fósseis.

Nessa nossa profissão há uma palavra mágica: *mina* que encerra, em si mesma, a idéia de riqueza, de aventura, e de especulação. Dessa palavra originou-se *mineral*. A palavra *mina* é grega. Significava um lingote de prata, com o peso de 452 gramas, em unidades métricas valendo 100 draemas, uma moeda de troca. De modo que a *mina era* o produto da lavra e da metalurgia de minérios de prata do Laureum na Grécia Antiga. O conceito do produto da lavra, a *mina*, foi estendido às instalações que produziam o metal, com o qual se fazia o lingote que era fundido em forma de sapato.

Convém observar que o peso do lingote grego é o mesmo da libra, unidade de peso no sistema inglês. Também a palavra peso significa a unidade monetária em vários países de língua espanhola, no sentido representativo de determinada quantidade de metal precioso, da mesma maneira que *mina*, pelo de prata.

Na língua latina, a palavra *mina* não existia no sentido grego. As jazidas minerais exploradas pelos romanos e as escavações necessárias para a sua lavra tinham englobadamente o nome de metallum. *Metallum* significa a escavação do subsolo com as duas subdivisões, galerias, e extensões verticais.

Ao que se chama hoje de *traçagem da mina*, isto é, vias de acesso que se fazem no subsolo para atingir o depósito mineral e lavrá-lo, os romanos denominaram *specoris* (specus, speci). Daí vem a palavra

GLYCON DE PAIVÁ

especular, no sentido de cavar aventurosamente para buscar alguma riqueza. O termo acarretou as noções de aventura e de trapaça, ambas ligadas à semântica de *produção mineral*.

Aos mineiros, os romanos chamavam *metallicus*. A atividade mineira nasceu inicialmente para produzir lingotes de prata (*minas*) e lingotes de ouro. No caso romano, o nome da instalação *metallum* foi estendido para o produto da lavra *metal*, processo semântico inverso do grego.

A uma mina de prata, o romano denominava «*argentária*», palavra que veio para os nossos dicionários com sentido diferente do original. Argentário é um homem muito rico e não necessariamente honesto.

uma coisa curiosa a respeito dos minerais é que medem os estágios de civilização. Esta tende a tornar-se cada vez mais mineral. O uso de minérios iniciou-se com os primeiros habitantes da terra que deixaram alguns traços de civilização, a população do tempo da pedra polida, da pedra lascada, cuja única preocupação mineral resumia-se na ponta de sílex das flechas e no gume das ferramentas feitas de pederneira.

A civilização dependia então de um mineral único, a pederneira ou *s'lex* (silica-gel).

Já o Egito, uma potência mundial a 6.000 anos atrás, dependia de 25 minerais diferentes. No tempo da Rainha Victoria, na Inglaterra, já necessitava o mundo de 120 minerais diferentes para atender a todas as necessidades da civilização.

Finalmente, o mundo de hoje requer 350 minerais diferentes para cobrir todo o campo das necessidades de subsolo da população humana. O homem depende do mundo vegetal, em taxa de aproximadamente 600 a 800 Kg por ano; do mundo animal, de 100 a 200 Kg, e do mundo mineral em várias toneladas. Um americano médio, por exemplo, precisa de 12.000 Kg de material do subsolo por ano. Quanto mais desenvolvido e mais automatizado um país, maior sua solicitação ao subsolo próprio ou alheio.

Em suma, a *nossa civilização é eminentemente mineral*. O grau de civilização, repetimos, se mede não só pelo número de minerais diferentes consumido pela civilização, como também pelo peso anual de minerais exigido por indivíduo.

O quadro geral dos recursos minerais, necessários ao homem, se divide em três grandes classes:

- Minerais metálicos
- Minerais não-metálicos
- Minerais energéticos

Os 350 minerais se distribuem por essas classes. O mundo antigo só requeria minerais metálicos, assim mesmo poucos das famílias dos minerais metálicos. Sua energia provinha do mundo animal e da combustão da lenha.

GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Descoberta a máquina a vapor, em 1775, passou-se a utilizar o carvão mineral com intensidade, tendência que se acusou com a substituição do combustível do alto forno, antigamente carvão de madeira, pelo coque. A invenção do motor a explosão, em 1868, abriu o grande mercado de petróleo de hoje. O consumo de minerais energéticos, nulo no Mundo Antigo, atinge a tonelagem extremamente elevada, comparativamente ao consumo de minerais metálicos, e minerais não-metálicos.

Os recursos minerais podem ser rochas, minerais ou fósseis, três palavras do vocabulário profissional do mineiro. E o mineral é o indivíduo do reino mineral homólogo da espécie nos reinos vegetal ou animal. Por exemplo, o cão, no reino animal, *canis domesticas* é uma individualidade animal inconfundível na sua espécie, diferente de outro animal do mesmo gênero, o *canis jubatus*, o cachorro do mato.

Também no campo mineral, os indivíduos têm nomes específicos; *hematita*, por exemplo, sempre igual a si mesma, com determinada composição química, determinado peso específico, determinada dureza.

O número de minerais diferentes é pequeno. Não se conhecem mais que 1.800 espécies minerais, enquanto que o mundo animal, por exemplo, tem 250.000 espécies, e o vegetal 400.000.

Os minerais podem geneticamente coexistir, e podem se formar em jazidas próprias. Por exemplo, uma jazida de quartzo, jazida monomineral. Mas com mais freqüência ocorrem paragênese, entidades pétreas formadas de mais de um mineral, biminerais, triminerais, ou poliminerais. Esses conjuntos paragenéticos naturais têm o nome genérico de rochas. Muitas rochas são recursos naturais, caso do calcáreo, recurso mineral de extrema importância.

Os fósseis são restos de fauna ou de flora, do passado geológico, os quais, em vez de entrarem em processo normal de decomposição e desaparecimento, tiveram ocasião de se petrificarem e se conservarem de modo a revelar a forma do animal ou da planta que em mineral se transformou.

A palavra *fóssil*, em latim, significa apenas *aquilo que [foi escavado]*. Os fósseis animais, vegetais, são cerca de 40.000, significando o total de relíquias diferentes de animais e de plantas do passado. Constituem por si mesmo coleção 20 vezes maior do que a coleção mineral. Muitos fósseis são recursos *minerais* como, por exemplo: a diatomita, substância que se lava em Pernambuco, com a qualidade de isolante industrial, originária de depósito de carapaças de algas de água doce.

como se vê, da crosta terrestre nos alimentamos de recursos minerais, provenientes de rochas, de minerais e até de fósseis, recursos de três naturezas utilizadas pela civilização de hoje.

CIÊNCIAS DA TERRA

Há todo um conjunto de conhecimentos que procuram codificar, coordenar e ordenar os estudos de subsolo para utilizá-los e transmiti-

GLYCON DE PAIVA

los aos profissionais em formação. Chama-se a este conjunto: CIÊNCIAS DA TERRA e subdividem-se essas ciências em *pura* e *aplicada*.

À parte de *ciência pura* denomina-se *ciências geológicas*; à parte *ciência aplicada* chama-se *exploração de minas, latu sensu* e *engenharia geológica* quando técnica de apoio à engenharia civil.

As *Ciências Geológicas* estudam a crosta terrestre sem pensar na utilização imediata dos recursos minerais e sim apenas para explicar como é feita. Trata-se de crosta relativamente delgada: embora o raio da Terra tenha cerca de 6.400 Km de comprimento, a parte sólida não conta mais do que 60 Km de crosta sólida. É aí que se encontram todos os recursos minerais disponíveis para a civilização atual. Ainda mais, só apenas uma fração pequena da crosta, 1/10 a 1/8 da espessura, é que encaixa jazidas minerais acessíveis às técnicas contemporâneas.

A crosta terrestre pode ser estudada, sob o ponto de vista dito litológico, quer dizer, da natureza pétrea variável dessa crosta. Isso compreende o estudo dos minerais dessa crosta, a sua MINERALOGIA, ciência de campo relativamente limitado. Se o estudo só se preocupa com certos aspectos desses minerais, como, por exemplo, a sua estrutura geométrica, encara-se ciência de escopo mais restrito, a de natureza ótica ou geométrica, denominada *Cristalografia*.

Se o cientista, que investiga a crosta terrestre, está preocupado, não com os minerais, mas com as rochas em si, quer dizer com a Paragênese mineral, sua formação, e condições de jazimentos, trata então de *Petrologia*. Os profissionais de petrologia são petrólogos, e os de mineralogia, mineralogistas. Se um petrólogo especializa-se em estudos microscópicos de minerais, em lâminas delgadas, passa a ser um petrógrafo.

Os fósseis, cerca de 40.000 diferentes, são indispensáveis para datar as camadas geológicas: a idade geológica correlaciona-se com o apuro da evolução orgânica que se deduz das espécies fossilizadas. A ciência que estuda os fósseis chama-se PALEONTOLOGIA, sendo paleozoologia se estuda animais, e paleobotânica se estuda plantas (a palavra *paleo* significa antiga, zoologia antiga e botânica antiga).

Esses são os aspectos reduzidos dos estudos das *ciências da terra*, embora vastos, pois apenas estudam as rochas em si, os minerais em si, como fósseis, independentemente de sua posição na arquitetura da crosta terrestre.

Se há preocupação de saber-se como é organizada a crosta, cai-se no campo da *Estratigrafia*, ciência que cogita da geometria das massas de rochas que compõem a abóbada de 60 Km de espessura, constituinte da crosta terrestre. Busca-se saber a maneira como se superpõem, se as mais novas estão sempre sobre as mais velhas ou se houve algum distúrbio que alterou essa posição inicial natural.

GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

A ESTRATIGRAFIA exige conhecimento amplo de litologia e paleontologia para sucesso no esclarecimento da superposição de camadas constituintes da crosta.

A crosta terrestre nunca esteve estática. Está sempre submetida a uma série de forças, oriundas do interior da terra, constituída que é de metais líquidos e de silicatos fluidos. A crosta é submetida a esforços de tóda natureza, em virtude da pressão dessas massas. Também o resfriamento da terra faz com que ela contraia o arco externo. De tudo isto, nascem tensões no interior da crosta que dobram as rochas que a compõem.

Aos estudos das deformações permanentes da crosta terrestre se denomina TECTÓNICA, palavra de mesmo radical que arquitetura (*Tecton* o mestre-carpinteiro na Grécia) . A semântica corresponde à idéia, no sentido de ver como se armam, em virtude das deformações, as diversas unidades que constituem a crosta terrestre.

Naturalmente, a estratigrafia, a litologia e a tectónica se traduzem na superfície topográfica livre e podem ser previstas por um especialista em GEOMORFOLOGIA, ciência que explica a topografia em função da geologia.

Essas ciências: *litologia, tectónica, estratigrafia e geomorfologia* constituem a parte da ciência pura, *Ciências da Terra*, indispensáveis ao preparo do estudante de aproveitamento do subsolo.

À parte aplicada cabe o apelido geral de *Exploração de Minas* que se define como ciência e técnica da identificação de jazidas minerais, sua medida e subseqüente aproveitamento econômico e racional.

Tudo que tiver como objetivo identificar concentrações de minerais úteis, medir tonelagens, teor e delinear a maneira de aproveitar o minério sem perturbar o ambiente geológico, dentro de condições de repercursão desfavorável na economia do aproveitamento, é *exploração de minas*, dividida em três partes. A primeira chama-se *prospecção*, identificação da jazida mineral em determinado campo de rochas, há nele encerrada, conforme a litologia, do campo, sua estrutura e tectónica. O profissional experimentado imediatamente pode dele fazer a lista dos recursos minerais aí possíveis, dentro do quadro geomorfológico local. Procede, a seguir, à busca das jazidas potencialmente possíveis, tratando de localizar os afloramentos naturais das concentrações minerais econômicas. Trata-se de questão de experiência, intuição, analogia, mas, também, de problemas de levantamento topográfico geológico, desenho, correlação de afloramentos de corpos minerais que vêm à tona da superfície topográfica ou dão sinais de presença não muito profunda, no subsolo.

A prospecção, hoje, se faz com apoio não só na geologia de superfície como na fotogeologia, isto é, o levantamento aereofotográfico e a interpretação dos mosaicos fotografados.

GLYCON DE PAIVA

O mundo todo já foi fotografado do ar. Há firmas de fotogeólogos, de profissionais que, sem ir ao campo, são capazes de dizer onde vale a pena gastar-se dinheiro para aí prosseguir na tarefa de identificar jazidas minerais possíveis em determinado quadro.

A palavra *prospecção* origina-se do latim *prospectare*, isto é, antever. O profissional antevê a jazida porventura existente no quadro geológico, favorável à criação de recursos minerais de certo tipo. Aliás, os espanhóis utilizam, para jazida de mineral, palavra significativa *criadero de minerales*. Identificados e correlacionados os afloramentos naturais de um corpo mineral útil, ou mais de um, termina a prospecção e inicia-se a *pesquisa*.

Não mais podendo projetar utilmente a superfície para o subsolo, para saber o que tem, o profissional passa a *perquirir*, no sentido de *investigar amiudadamente*, praticando no terreno, onde conveniente, afloramentos artificiais, por meio de sondagens, verticais ou inclinadas, trincheiras, poços visitáveis, e outras escavações exploratórias, gastando, para isso, dinheiro não necessariamente reembolsável nos frutos do trabalho. Não há certeza de reaver-se esse dinheiro, aplicado com o propósito de conhecimentos adicionais da geologia geral, de natureza litológica, estratigráfica, tectónica, incidindo sobre o corpo mineral desejado.

Depois dos afloramentos artificiais abertos, através de sondagens testemunhadas, isto é, com amostras das rochas cortadas pela coroa da sonda, ou através das galerias abertas e dos poços feitos, cumpre fazer preparar as amostras representativas do corpo mineral investigado. Sobre as amostras colhidas faz proceder a análises químicas e físicas, definidoras da qualidade do minério.

No caso do manganês do Amapá, o serviço durou dois anos. Foram executados, acumuladamente, 9.000m de sondagens, criadoras de afloramentos artificiais, praticando-se 6.000 análises químicas, definidoras do minério.

Medidas as jazidas, caracterizado o teor, definida sua geometria, postas em posição no corpo da terra, enfrenta-se a última fase do aproveitamento mineral que se executa mediante um *plano de lavra*, quer dizer, a traçagem de um sistema de galerias ou de poços para atingir o recurso mineral cubado, e, aí, o lavrar a contento econômico. O objetivo de um plano de lavra é produzir minério economicamente, a partir de jazida mineral cubada.

Vem, em seguida, a fase metalúrgica, subdividida em duas partes: uma, *beneficiamento do minério*, e outra, *apuração do metal*. Os minérios são lavrados de mistura com a ganga. De outro lado, raramente estão na bitola conveniente. Todo um processo de preparo do minério natural lavrado, necessário à obtenção de *concentrados*, deve ser vencido para conseguir-se a alimentação das usinas metalúrgicas, onde o metal vai ser apurado a partir deste minério, se for o caso de

GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

um minério metálico, ou conseguir-se um produto químico, se se tratar de minério metálico.

Abrange-se, assim, um conjunto de disciplinas que lidam com o subsolo como *ciência pura*, como *ciência aplicada* e definem a marcha do aproveitamento do subsolo, normalmente ignorada pelo público em geral, mesmo o educado.

A lei de minas brasileira, por exemplo, ela não conhece a prospecção. Imagina que jazida é, como se dizia na época colonial, inventada. No Brasil, começamos o aproveitamento mineral com uma autorização de pesquisa, decreto federal que dá ao indivíduo, durante dois anos, exclusividade de pesquisa em área não superior a 500 Ha, com o máximo de 5 áreas, quer dizer 2.500 Ha de ocupação. Nessa área irá fazer aquela série de escavações, poços, sondagens e operação de amostragem no sentido de procurar caracterizar, identificar e definir um corpo mineral útil.

Quando isso termina, escreve um relatório, por profissional competente, que em nosso país é objeto de comércio, base fundamental que é para o pedido de lavra. Aqui no Brasil, o Governo Federal emite 1.200 — 1.500 decretos de autorização de pesquisa por exercício com a potencialidade técnica de 500 novas minas, mas que, efetivamente, só resultam em 50 ou 60, em virtude de circunstâncias próprias da mineração.

A matéria explanada se encontra resumida no quadro geral seguinte, incluindo a sucessão de disciplinas relacionadas com o aproveitamento do subsolo.

CIÊNCIAS DA TERRA (Ciência Pura):

CIÊNCIAS GEOLÓGICAS (Estudo da crosta Terrestre)	}	<i>Litologia</i> : Estudo dos componentes da crosta	{ <i>Minerais</i> — Mineralogia, Cristalografia <i>Rochas</i> — Petrologia <i>Fósseis</i> — Paleontologia, Paleobotânica
		<i>Estratigrafia L.S.</i> (Superposição das camadas)	{ <i>Sedimentos</i> — Sedimentologia S.S <i>Camadas</i> — Estratigrafia S.A
		<i>Tectônica</i> : (Estudo das deformações permanentes da crosta terrestre)	{ Dobras Falhas Juntas Diaclases Colocação das rochas ígneas Metamorfismo
		<i>Geomorfologia</i> : (Expressão da Geologia na Topografia)	{ Formas do terreno e sua classificação

CIÊNCIAS DA TERRA como APLICAÇÃO

<p>EXPLORAÇÃO DE MINAS (Ciência e Técnica da identificação de jazidas minerais, sua medida e subsequente aproveitamento).</p>	<p>I) <i>Prospecção</i> (identificação da jazida).</p>	<p>Reconhecimento detalhado dos afloramentos <i>naturais</i>, surgidos pelos estudos geológicos; em busca de locais de concentração mineral (jazidas). Apoio na Geologia e na Fotogeologia, assim como na Geofísica.</p>
	<p>II) <i>Pesquisa</i> (Medida da jazida revelada pela prospecção)</p>	<p>Verificação de validade econômica das concentrações minerais úteis, indicadas pela prospecção, criação de afloramentos <i>artificiais</i> nas jazidas mediante poços, galerias, sondagens, para dimensioná-los. Amostragem — Reservas minerais. Planos de aproveitamento das jazidas.</p>
	<p>III) <i>Lavra de minas</i> (Transformação em mina da jazida pesquisada). <i>Produção</i> de minério bruto, tendo em vista o mercado.</p>	<p>a) <i>Traçado da jazida</i> pela subdivisão em níveis com respectivas vias de acesso às <i>frentes de minério</i> b) <i>Extração de minério</i> das frentes e seu transporte até a superfície e aos engenhos de beneficiamento.</p>
<p>METALURGIA (Preparo das matérias minerais para o fabrico de metais e para a indústria química).</p>	<p>I) <i>Beneficiamento de minérios</i> (Enriquecimento do teor e preparo da matéria mineral para a indústria)</p>	<p>a) <i>Liberação do minério da ganga</i>: b) <i>Separação do mineral da ganga</i>: c) <i>Preparo e classificação dos concentrados minerais</i>: d) <i>Aglomerção dos concentrados</i>.</p>
	<p>II) <i>Metalurgia</i> (Fabricação de Metais).</p>	<p>Produção de lingotes metálicos; a partir de minérios; concentrados ou aglomerados.</p>

Os minérios — sua classificação

O minério é o mineral, rocha ou fóssil, com valor econômico. Em inglês o termo é ore, em francês *minerai* e em alemão erz. Os minérios ou bens primários minerais são 350 aproximadamente, classificados em 13 famílias, e dispostas por três grandes grupos: metálicos, não metálicos e energéticos, como fica claro nos quadros abaixo.

GEOLÓGIA E DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

BENS PRIMÁRIOS MINERAIS

METÁLICOS	}	1) Metais Preciosos	{	<i>Ouro (*)</i> <i>Prata</i> <i>Platina</i>
		2) Metais Menores	{	<i>Selênio, Telúrio, Rádium,</i> <i>Zircônio, Cádmio, Bismuto,</i> <i>Colúmbio, Tântalo, Berilo,</i> <i>Lítio, Antimônio, Mercúrio,</i> <i>Arsênico</i>
		3) Metais de Ligas	{	<i>Cobalto, Vanádio, Molibdê-</i> <i>nio, Titânio, Tungstênio,</i> <i>Níquel, Cromo, Manganês,</i> <i>e outros,</i>
		4) Metais não ferrosos	{	Metais Leves { <i>Magnésio</i> <i>Alumínio</i>
		5) Metal Estrutural <i>Ferro</i>	{	<i>Estanho, Zinco, Chumbo, Co-</i> <i>bre</i>
ENERGÉTICOS	}	6) Carvão, <i>Linhito</i>		
		7) Petróleo e Gás Natural		
		8) <i>Urânio, Tório</i>		
9) Minérios Químicos	}	<i>Enxofre</i> <i>Calcário</i> <i>Salgema</i>		
		FERTILIZANTES.....	{	<i>Potássicos</i> <i>Azotados</i> <i>Fosfatados</i>
10) Materiais de Construção	}	<i>Magnesita, Dolomita, Fluori-</i> <i>la</i>		
		<i>Sal Marinho, Baritina, Ter-</i> <i>ras Raras, etc.</i>		
		<i>CALCÁRIO.....</i>	{	<i>Cal</i> <i>Cimento</i>
		<i>Areia e Cascalho, Argila, Pe-</i> <i>dra Gipsita, Amianto, Asfal-</i> <i>to, etc.</i>		
11) Telecomunicação e Eletricidade.....	}	<i>Pigmentos.....</i>	{	<i>Zinco</i> <i>Titânio</i>
		<i>Minerais.....</i>	{	<i>Chumbo</i> <i>Bário, etc;</i> <i>Quartzo</i>
				<i>Mica</i>
12) Gemas.....	}	<i>Preciosos.....</i>	{	<i>Diamante, Rubi</i> <i>Safira, Esmeralda.</i>
		<i>Semipreciosas.....</i>	{	<i>Água-Marinha</i> <i>Turmalina, Topázio, Citrino</i> <i>Granada, Zircônio, etc.</i>
13) Diversos.....	{	<i>Refratários, Isolantes, Abra-</i> <i>sivos, Águas Minerais Di-</i> <i>versas</i>		

(*) Grifados os que existem no Brasil.

GLYCON DE PAIVA

O Brasil é um país muito dependente de minerais do exterior.

O PM, produto mineral brasileiro vale 600 milhões de dólares por ano. como o produto nacional bruto é 55 bilhões verifica-se que apenas 1% dele se origina do subsolo. A mesma conta nos Estados Unidos conduz á participação de 4%. Em certos países como o Chile, a participação do subsolo no produto é muito alta (20%).

Na formação do produto nacional bruto, representando-se a cooperação da indústria, da agricultura e da mineração em três eixos, um eixo horizontal para a agricultura; outro, horizontal, mas perpendicular ao primeiro; e um terceiro vertical, para a mineração, verifica-se que em países bem equilibrados como os Estados Unidos, a Rússia, Canadá ou Austrália, o diagrama toma a forma de um paralelepípedo.

Em país como o Brasil, com dimensão mineral muito pequena, 20% do produto de origem agrícola e 30% industrial, o diagrama aproxima-se de um plano, de um espelho, porque, em civilização eminentemente mineral, é um grande importador de minerais principalmente minerais energéticos.

O grau de dependência nossa do subsolo alheio é, pois, extraordinário, e isso pagamos com produtos do solo. Todo o comércio exterior do Brasil é troca de subsolo por solo. Vendemos café, cacau, algodão, poucos minerais e produtos industriais. Se houvesse conspiração internacional, no sentido desses 40 países se juntarem em acordo qualquer para não nos fornecer minerais, paralisariam completamente a nossa atividade. Bastaria tocarem em alguns minérios indispensáveis, para nos liquidar em poucos meses, em particular carvão, petróleo, cobre e enxofre.

Todas as nossas instituições, a nossa construção mental, tem sido no sentido de impedir que trouxéssemos agentes para lavrar as nossas minas aqui, sob o nosso controle, em vez de lavrar as minas deles para nos entregar o minério, sob leis trabalhistas nossas, sob regulamento de financiamento nosso. Colocamo-nos numa atitude mental nesses 15-20 anos últimos, inteiramente contrária ao bom senso, situação felizmente esclarecida pela Revolução.

Salienta-se melhor a posição do Brasil buscando-lhe a *expressão mineral*.

Embora uma civilização mineral exija 350 minerais para o seu completo abastecimento, existem 10 deles, tão fundamentais que, por si só, são capazes de decidir da potencialidade econômica da nação que os possuir em todo ou em parte. Trata-se de dois minerais metálicos: de *cobre* e de *ferro*; de cinco minerais energéticos: *carvão*, *petróleo*, *gás natural*, *urânio* e *tório*; e três minerais não metálicos: *enxofre*, *calcário* e *fosfato*.

GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

O mérito mineiro dos países pode ser apreciado sob o ângulo da disponibilidade adequada desses minérios, levando-se em conta a ponderação relativa de cada um.

O quadro seguinte resume a nossa apreciação pessoal sobre o mérito mineiro do Brasil comparativamente aos Estados Unidos e México para melhor compreensão dos interesses nesses assuntos.

EXPRESSÃO MINERAL DO BRASIL

I MINERAL IMPERIAL	2 PESO	3 NOTA	4 = (2)X(3) PRODUTO	
1. Cobre	2	1	2	
2. Ferro	4	10	40	
3. Carvão	5	3	15	
4. Petróleo	9	3	27	
5. Gás Natural	6	1	6	
6. Urânio	3	1	3	
7. Tório	2	10	20	
8. Enxofre	2	1	2	EXPRES- SÃO MI- NERAL
9. Fosfatos	3	7	21	
10. Calcário	4	8	32	
	40	—	168	4,2

A mesma estimativa conduz a 8,5 no caso dos Estados Unidos e 6,5 no caso do México. O Brasil se define com o ângulo mineral como um território anergético e inadequadamente mineralizado em relação às necessidades dos brasileiros.

Um Livro Maranhense, Pioneiro dos Estudos Científicos no Brasil

ANTÔNIO DE OLIVEIRA

EM 1967, o Arquivo Histórico Ultramarino português publicou a *História dos Animais e Árvores do Maranhão*, atribuída a Frei Cristóvão de Lisboa. (1)

O Manuscrito, até então considerado perdido, foi adquirido em 1934 ao antiquário João da Silva Coelho, dono da Livraria Coelho, de Lisboa, pela importância de 3.500 escudos.

O códice, de que apenas se ouvira falar, era, segundo o diretor do mencionado Arquivo, «obra de excepcional importância para o esclarecimento da parte portuguesa no estudo da história natural do Brasil.»

O dr. Manuel Múrias assim descreveu o manuscrito: «Trata-se de um fôlio de 194 ff.: a) 3 ff a 2 col. de índice; b) 163 ff. de desenhos, alguns a lápis, parte a tinta; outros, já completos, a tinta; c) 31 ff. (de ff. 163 a 194) com a descrição minuciosa dos exemplares desenhados. Parece ser autógrafo: — não têm, as descrições, o acabamento das cópias; traz emendas pela mesma letra de palavras e frases, que parecem ser de quem, como autor, desejasse melhorar o

(1) «História dos Animais e Árvores do Maranhão», Estudo e Notas do Dr. Jaime Walter, Prefácio de Alberto Iria, diretor do Arquivo Histórico Ultramarino, Publicação do Arquivo Histórico Ultramarino e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos. Edição fac-simile. Lisboa, 1967.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA

texto; alguns desenhos não chegaram a ser completados ou recobertos a tinta. O exame extenso da letra revela um tipo caligráfico da primeira metade do século XVII, próximo ainda do anterior século. Esta impressão é confirmada pelo estudo da vida do autor.»

Antes do padre Mathias C. Kiemen, que divulgou em sua tese um resumo da vida do fundador da Custódia maranhense, bispo eleito de Angola e Congo e irmão do historiador e chantre da Sé de Évora, Manuel Severim de Faria ⁽²⁾ («The Indian Policy of Portugal in the Amazon Region», 16H/1693, Washington, 1954), outros escritores, entre eles o historiador maranhense Arnaldo Ferreira ⁽¹⁾ se ocuparam da vida e obra de Frei Cristóvão Severim, como lhe chamava seu confrade Frei Vicente do Salvador. ⁽⁴⁾

Os dados mais fidedignos acerca de Frei Cristóvão afiguram-se os constantes do códice, manuseado pelo dr. Jaime Walter, na biblioteca da Casa de Cadaval. Cristóvão Severim incorporou ao seu nome o do local de nascimento ao professar na ordem franciscana. Filho de Gaspar Severim e de sua segunda mulher, nasceu em Lisboa aos 25 de julho de 1583. Estudou na Universidade de Évora e professou como frade capucho no Convento de Portalegre, em 1602. Acompanhou, voluntariamente, Francisco Coelho de Carvalho, designado governador do Maranhão. Partiu de Lisboa em março de 1624, chegando ao Maranhão, na qualidade de custódio, visitador e inquisidor apostólico, a 16 de agosto desse ano, após ligeira escala no Ceará, onde deixou dois religiosos de sua comitiva. ⁽⁵⁾

(2) Severim de Faria era um erudito, amante de livros, de manuscritos, de epigrafia, de genealogia, de heráldica, de numismática e até de curiosidades etnográficas pois Frei Cristóvão de Lisboa enviou-lhe algumas do Maranhão e Pará» (J. Capistrano de Abreu, Nota preliminar, in «História do Brasil», de Frei Vicente do Salvador, 4ª ed., S. Paulo, 1954. O mesmo livro, 5ª ed. comemorativa do 4º centenário do Autor. São Paulo, 1965).

(3) Arnaldo de Jesus Ferreira, poeta, jornalista e historiador, nasceu em S. Luis em 6/10/1904 e faleceu na mesma cidade em 13/10/1958. Presidente da Associação Comercial do Maranhão e do Banco do Estado, gerente do Banco do Maranhão e Secretário de Finanças, exerceu ainda outros cargos de relevo em seu Estado natal. Pertenceu ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão e à Academia Maranhense de Letras. Deixou publicados, entre outros, os seguintes trabalhos: «Notícia sobre Frei Cristóvão de Lisboa», separata da Rev. do Instituto Hist. e Geográfico do Maranhão, S. Luis, 1952; «Alcantarenses do Século XVII, na Companhia de Jesus», S. Luis, 1953; «Jesuítas do Maranhão e Grão Pará», S. Luis, 1955.

(4) «Estava em Ceará a esta sazão o padre Frei Cristóvão Severim, - custódio do Maranhão, chegado de poucos dias, depois de haver passados muitos no caminho porque veio por terra, padecendo fomes e sedes e guerras dos gentios tapuias» (Frei Vicente do Salvador, Op. cit., 4ª ed., 1954, págs. 460/1).

(5) Escreve o sobrinho e biógrafo de Frei Cristóvão acerca da chegada do padre «custódio» ao Maranhão: «É assy em hum barco da terra partió para o maranhão em princípio do mês de Julho. No Ceará esteve o Padre Custódio quinze dias e no fim delles se partió para o maranhão onde chegou dia da transfiguração

UM LIVRO MARANHENSE, PIONEIRO DOS ESTUDOS...

Em São Luis, esteve hospedado numa propriedade de Pedro Godinho, provisoriamente, enquanto não edificava moradia e igreja, cobertas de palha. Dedicou o templo à invocação de Santa Margarida, «poi Ser muito deuoto desta Sancta E para Elle se mandou (o cronista empregou o verbo como um carioca dos nossos dias) no primeiro de fevereiro de 1625», na grafia atravessada do cronista, sobrinho de Frei Cristóvão.

Não se limitou a terras maranhenses a sua catequese: esteve nos mais distantes lugares, como o Tocantins, onde enfrentou perigos de todo gênero. Regressou a Portugal em 1630.

Provavelmente da pena-de-pato do mesmo cronista pingou esta referência, a primeira, ao manuscrito de Frei Cristóvão:

... «o qual compoz das Cousas do Maranhão hum Liuro que ainda nao Sahio a lux, com grande noticia de toda a Geografia E do Governo do Maranhão, com a das plantas, Animaes, E homens, Seus Costumes E ritos, Suas inclinassois, Suas Guerras E tudo o mais que se pode Saber delles, athe o presente, obra d'e grande trabalho e Curiosidade, com que o Autor mostra bem que Vio, E sentio o que Soube Escrever.»

O copista andou atualizando, por mera recriação, a grafia de algumas palavras. Outros informes circunstanciados sobre o curioso frade constam ainda do códice do sobrinho.

Em sua história dos «Capuchinhos em Terras de Santa Cruz», Frei Fidélis M. de Primerio nos fornece a data do falecimento de Frei Cristóvão: 1º de abril de 1652. (")

Na carta-testamento que «escreueo ao Prouinsial estando para morrer sobre os seos Liuros» (sic) informa Frei Cristóvão: «Cumpus cambem a Historia, natural e moral do Maranhão em quatro volumes...

do senhor a 16 de agosto», em desacordo com o que nos informa o próprio Frei Cristóvão, que tendo chegado no dia 4 de agosto ao Forte do Itaparí, tendo ali pernoitado, «ao outro dia q. foi de nossa sra. das neves, cinco de agosto, fui a igreja co todos os padres dar graças ao Sor. e depois do culto devino me levarão a ver a fortaleza onde fui recebido co salvas dartilharia e arcabuzaria, depois nos banqueteou o capitão ao modo da terra o sitio da fortaleza he o mais sadio q. ha na ilha, a tarde me recolhi cõ todos os padres para a embarcação cõ o piloto da barra e o outro dia a noite chegamos a esta cidade de S. Luis.» (Carta inédita, datada de 8 de setembro de 1624, existente na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, da qual tirou cópia fotostática o historiador Arnaldo Ferreira) .

(6) Diz Robert C. Smith em estudo que algumas vezes citamos: «Não se sabe quando Frei Cristóvão voltou a Portugal», informando ainda que o mesmo «morreu em Évora a 14 de abril de 1652», data discordante da fornecida por Frei Fidélis M. de Palmério.

ANTÔNIO DE OLIVEIRA

para este livro mandei fazer trinta e tantas estampas, das que trouxe tiradas pelo natural.» Este livro provavelmente se perdeu ou se encontra em alguma coleção particular.

Os desenhos e o texto da *História dos Animais e Árvores do Maranhão*, como veremos, não são da autoria de Frei Cristóvão de Lisboa.

Outras obras pioneiras no estudo da história natural no Brasil: «História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão», de Claude d'Abbeville (Paris, 1614); «História Natural do Brasil», de Jorge Marcgrave, edição do Museu Paulista, S. Paulo, 1942; «Zoobiblion, Livro dos Animais do Brasil», Bras. Documenta, de Zacarias Wagener, vol. IV, Rio, 1964, e Guilherme Piso, «História Natural e Médica da Índia Ocidental» (Minist. da Ed. e Cultura, Inst. Nac. do Livro, Rio, 1957).

Mesmo que Frei Cristóvão de Lisboa fosse realmente o autor da «História dos Animais e Árvores do Maranhão», a glória do pioneirismo nesse ramo de estudos caberia aos capuchinhos franceses Cláudio d'Abbeville e Yves d'Évreux, que bem antes escreveram sobre história natural, etnografia, geografia e até a astronomia dos tupis do Maranhão, «descrevendo — nunca é excesso repetirmos Rodolfo Garcia — grande número de corpos celestes, com as denominações bárbaras e seus característicos mais flagrantes, de modo a facilitar-lhes a identificação a quem estude o assunto.»

Foi pensamento dominante que «a botânica e a zoologia nasceram para o Brasil com Marcgrave e Piso», escreveu Artur Neiva em livro destinado a comemorar o primeiro centenário de nossa Independência e publicado em 1929.

Além de outras obras, como vimos, de inegável pioneirismo, a prioridade do estudo da história natural no Brasil cabe àqueles dois missionários franceses e, depois, ao autor da «História dos Animais e Árvores do Maranhão».

Os desenhos, como vimos, não foram traçados pelo frade português. «O texto não foi, igualmente, escrito por Frei Cristóvão, assevera o prefaciador da edição fac-similar do manuscrito, reconhecendo a prioridade de Anchieta, Gabriel de Sousa, Magalhães Gandavo e Frei Vicente do Salvador nessas especulações. E acrescenta, referindo-se ao verdadeiro autor, desconhecido: ... «parece-nos que devia ser europeu, profundamente conhecedor da região, por nela viver há muitos anos, sabendo muito bem a língua nativa e que havia contactado com os franceses.»

Outro esclarecimento do ensaísta luso também chama a atenção: «Apesar das numerosas afirmações de nacionalidade portuguesa, que se lêem no texto, encontramos no conteúdo deste, de longe em longe, além das referências à França, uma ou outra palavra escrita à moda

UM LIVRO MARANHENSE, PIONEIRO DOS ESTUDOS...

francesa, de que para nós parece exemplo concludente a palavra *serizes* em vez de cerejas.»

Após leve comparação deste livro com os dos autores franceses à época da ocupação, o ilustre prefaciador refere-se deste modo à «História da Missão dos Padres Capuchinhos à Ilha do Maranhão»: «A obra de d'Abbeville, que trata exclusivamente do Maranhão, oferece-nos algumas possibilidades de comparação», não obstante a falta dos desenhos e «as diferenças nos registos dos nomes nativos.» Leia-se o que a respeito escreveu mestre Rodolfo Garcia: «Nos autores franceses, os vocábulos! tupis vêm transcritos em forma puramente francesa ou afrancesada, algumas vezes arbitrária e caprichosa. A tarefa de sua restauração gráfica é fácil, relativamente, atendida a equivalência de som entre eles e seus correspondentes no Tupi dos catequistas ibéricos.»

Escrito ou simplesmente coordenado pelo frade, em seguida à expulsão dos franceses, deve, segundo Luisa da Fonseca, ter pertencido ac acervo do Conde de Vimioso, ao qual fora incorporado o do chantre Severim de Faria, irmão e conselheiro de Frei Cristóvão. Publicada em 1967, em edição fac-similar, a obra, repetimos, não se achava inteiramente inédita.

Roberto C. Smith, em estudo publicado no vol. V da Revista de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ilustrou seu interessante artigo com as reproduções de alguns desenhos do códice. (7) Também assim procedeu o saudoso historiador maranhense Arnaldo Ferreira em sua «Notícia Sobre Frei Cristóvão de Lisboa» (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, vol. IV, S. Luis. 1952) também publicada em separata.

Entre as atividades de Frei Cristóvão no Maranhão, o prefaciador acentua a de «pretender exterminar todos os vestígios da presença anterior dos Franceses», chegando ao extremo de queimar livros e documentos «que achou dos Franceses Hereyes», no dizer do cronista, seu biógrafo e parente.

Frei Cristóvão de Lisboa, antes de sua viagem ao Maranhão, possivelmente deveria ter tido conhecimento dos livros «A Chegada dos Padres Capuchinhos à Nova Índia, Chamada Maranhão» (Paris — 1612) e «História da Missão dos Padres Capuchinhos na Ilha do Maranhão», de Frei Claude d'Abbeville (Paris, 1614). É possível que o manuseio de tais obras se tenha dado quando procedeu à quixo-

(7) «Muito já se disse em louvor do domínio holandês em Pernambuco, o qual tornou possível a cuidadosa documentação naturalista das pinturas de Franz Post, Albert Eckhout e Wagener. O códice de Lisboa é a prova de interesse e atividade semelhante por parte dos portugueses. — Por esse motivo, como pela riqueza da informação que contém, é de esperar que a história natural de Frei Cristóvão possa em tempo ser estudada com cuidado científico e ser publicada em fac-símile.» (Roberto C. Smith, «O Códice de Frei Cristóvão de Lisboa», in Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº V, págs. 122/27, 1941).

ANTÔNIO DE OLIVEIRA

tesca busca e queima dos livros e documentos pertencentes aos *herejes* franceses, havia pouco expulsos da Ilha, conforme registro do citado cronista, feito no códice da livraria da Casa de Cadaval, compulsado pelo dr. Jaime Walter. Salienta este o despreparo científico do frade, o que o tornaria incapaz de escrever sobre assunto em que era jejuno, bem assim a falta de dotes artísticos necessários à elaboração de desenhos de animais e árvores que jamais avistara.

É possível, contudo, que, orientado por pessoas entendidas, haja tentado emendar e corrigir, em alguns desenhos, palavras que lhe pareceram deformadas. Assim, talvez lhe pertença o trabalho de concatenação da matéria e a elaboração do índice.

Ao deletrearmos a edição fac-símile da «História dos Animais e Árvores do Maranhão», causou-nos surpresa a existência destas palavras, em sua página de rosto: «S\ *Louis de Maranhon* (além de uma que não conseguimos decifrar) *du Brésil*».

Em vários desenhos, foram riscados vocábulos em francês, principalmente os de determinação em — «OU».

Na redação do manuscrito é evidente a participação de vários colaboradores. Chegamos a esta conclusão à vista dos diversos talhes de letra, inclusive as do índice e as do título, que não se assemelham de modo algum às do texto (ff. 164 a 194).

Teriam sido elaborados esses desenhos pelos franceses, autores das legendas? (8)

Relativamente à importância dos livros de Claude d'Abbeville e Yves d'Évreux, não é lícito se levante a menor objeção. Mais uma vez recorremos à palavra erudita do saudoso rrejestre Rodolfo Garcia: «Maravilha, como, no curto espaço de sua estada no Maranhão, Claude d'Abbeville pôde adquirir o imenso cabedal de conhecimento que transmitiu aos pósteros. Decerto, muito lhe valeram as informações que, provavelmente, lhe teriam proporcionado Charles des Vaux e David Migan, tapejares famosos, com dilatada experiência do Brasil. A verdade é que, no particular das notícias brasileiras, o espólio desse missionário excede a tudo quanto deixaram outros viajantes estrangeiros da época, inclusive seu continuador Yves d'Évreux. Basta atender, para exemplificar o asserto, ao que revelou sobre a astronomia dos tupis do Maranhão, descrevendo grande número de corpos celestes, com as denominações bárbaras e seus característicos mais flagrantes, de modo a facilitar-lhe a identificação a quem estude o assunto. Nenhum outro cronista em seu tempo e mesmo depois, tratou a matéria

(8) O valor principal do códice de Frei Cristóvão está era conter algumas das mais primitivas e autênticas ilustrações que se conhecem sobre a flora e fauna do Brasil. Se essas ilustrações são do próprio *custódio*, não se sabe.» (Roberto C. Smith, op. cit.)

UM LIVRO MARANHENSE, PIONEIRO DOS ESTUDOS...

com tanta especificação e clareza. E assim em todos os demais depoimentos que prestou, em relação à geografia e à etnografia do Maranhão». Longa a transcrição, porém necessária, a nosso ver.

Ignoramos qual o motivo que levou o ilustre prefaciador a considerar *perniciosa* a influência dos franceses em sua curta permanência em terras maranhenses, durante a ocupação.

João Francisco Lisboa, historiador por excelência, escreveu em seus «Apontamentos para a História do Maranhão»:

«Eis aí os franceses antes da guerra que os expulsou: explorações científicas por todo o litoral até o Pará, e pelo Itapucuru acima até cinco graus de latitude austral, assim como pelo Mearim, até oito graus; política consumada na conversão e civilização dos índios; verdadeiros colonizadores enfim, tão cheios de humanidade e filantropia, como de inteligência.»

Acrescenta o biógrafo maior de Vieira que Diogo de Campos, ao visitar em S. Luis, o Senhor de La Ravardière ficara admirado ao ver no gabinete do chefe francês «globos, livros, planisferios, quadrantes, com que parecia estar naquele deserto genie de valor e de ciência.»

Quanto àqueles que expulsaram os franceses do Maranhão, escreveu Gonçalves Dias, no prefácio à 2ª edição dos «Anais Históricos», de Berredo (S. Luis, Tipografia Maranhense, 1849): «Berredo era português e só escrevia para portugueses; não escrevia a história do Maranhão, escrevia uma página das conquistas de Portugal, daí o seu principal defeito. O que é de português é grande e nobre; o que é de índios é selvático e irracional; o que é de estrangeiros é vil e infame. Eis por que as primeiras páginas da história do Brasil estão alastradas de sangue, mas de sangue inocente, vilmente derramado.»

Agora, a palavra insuspeita do Padre Antônio Vieira: «Sendo o Maranhão conquistado no ano de 1615, havendo achado os portugueses desta cidade de São Luis até o Curupá mais de quinhentas povoações de índios, todas mui numerosas, e algumas delas tanto que deitavam quatro e cinco mil arcos; quando eu cheguei ao Maranhão, que foi no ano de 1652, tudo isto estava despovoado, consumido e reduzido a mui poucas aldeias.» E prosseguindo: ... «tôda aquela imensidade de gente acabou ou nós a acabamos em pouco mais de trinta anos, sendo constante estimação dos mesmos conquistadores, que depois de sua entrada até aquele tempo eram mortos dos ditos índios mais de dois milhões de almas, donde se deve notar muito duas coisas. A primeira, que todos estes índios eram naturais daquelas mesmas terras, onde os achamos, com que se não pode atribuir tanta mortandade à mudança e diferença de clima, senão ao excessivo e desacostumado trabalho e à opressão com que eram tratados.»

ANTÔNIO DE OLIVEIRA

Assim, insistimos, ignora-se em que documento se firmou o ilustre prefaciador para julgar nociva a presença dos franceses em terras do Maranhão.

E Gonçalves Dias afirmava, ainda, na sua introdução à edição maranhense dos «Anais» de Berreto: «E os franceses por que foram tão bem recebidos onde quer que desembarcaram? Por que acharam tanto apoio nos indígenas? Por duas razões: não só porque o seu caráter simpatiza facilmente com o de todos os outros povos, mas porque tratavam os indígenas como de iguais para iguais; queriam antes amigos que escravos, comerciavam em vez de escravizarem.»

Não houve oportunidade para um confronto entre a edição fac-similar da «História dos Animais e Árvores do Maranhão» e os livros dos capuchinhos franceses Claude d'Abbeville e Ives d'Évreux.

O Brasil — este não é o caso — de há muito vem sendo esbulhado em seu patrimônio científico. O que aconteceu ao sábio baiano Alexandre Rodrigues Ferreira é um dos muitos exemplos. Realizou ele «formidável trabalho científico em fins do século XVIII, nos domínios da botânica, zoologia e antropologia. Foi a célebre «Viagem Filosófica», fartamente ilustrada com desenhos coloridos.» E prossegue o autor do «Esboço Histórico Sobre a Botânica e Zoologia no Brasil» (S. Paulo, 1929): «Tão grande patrimônio apenas serviu para que naturalistas estrangeiros, consultando os originais, até hoje inéditos e existentes na Biblioteca Nacional, aproveitassem das observações feitas pelo eminente pioneiro brasileiro, que serviram de base para publicações alheias. O grande e desventurado naturalista teve os últimos dias de existência torturados por saber que os seus trabalhos não seriam publicados.»⁽⁸⁾

Não obstante tais considerações, merece os maiores aplausos a publicação do livro atribuído a Frei Cristóvão de Lisboa, obra de excepcional importância que, entre outros méritos, demonstra ter sido «am português o primeiro europeu a recolher, com carinho e devoção, alguns desenhos da fauna e flora do Maranhão e Pará do século XVII, com descrições sem grande valor científico», conforme esclarece em seu estudo o ilustre dr. Jaime Walter.

(9) O benemérito Conselho Federal de Cultura publicou, recentemente, numa primorosa e original apresentação, a «Viagem Filosófica», em dois volumes: «Iconografia, Vol. I: Geografia — Antropologia; «Iconografia, Vol. II; Zoologia», Rio de Janeiro, 1971. com a edição de suas obras, após várias iniciativas frustradas e protelações, se realizou finalmente o maior sonho do «eminente pioneiro», no dizer de Artur Neiva. Em 1972, publicou o eminente Conselho Federal de Cultura o primeiro tomo das «Memórias — Zoologia, Botânica», «fruto de sua Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio-Negro, Mato Grosso e Cuiabá, no período de 1783/1792», informa-nos o ilustre prefaciador deste volume.

Entre as singularidades desse nosso patricio, conta-se a do seu casamento, para pagamento da dívida contraída com o pai da noiva e equivalente ao dote, e que foi gasto com as despesas da remessa de material científico para Lisboa. Já no fim da vida, foi o Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira nomeado para a Alfândega do Maranhão.

FREI CRISTÓVÃO DE LISBOA

HISTÓRIA DOS ANIMAIS
E
ÁRVORES DO MARANHÃO

ESTUDO E NOTAS DO
DR. JAIME WALTER

PREFÁCIO DE
ALBERTO IRIA
DIRECTOR DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

PUBLICAÇÃO DO
ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO
E
CENTRO DE ESTUDOS HISTÓRICOS ULTRAMARINOS

LISBOA — 1967

SVITTE DE fol. 242.
L'HISTOIRE
DES CHOSES PLUS
MEMORABLES AD
UENUËS EN MARAGNAN, ÈS
ANNEES 1613. &
1614.

SECOND TRAITE.
DES FRVICTS DE L'EVAN-
GILE QUI TOST PARURENT PAR LE BAPTESME
DE PLUSIEURS ENFANS.

A PARIS
DE L'IMPRIMERIE DE FRANÇOIS HUBY, RUE SAINT JACQUES A LA
BOULE D'OR, & EN SA BOULIQUE AU PALAIS, EN LA
GALLIE DES PRISONNIERS.
MDCXV.
AVEC PRIVILEGE DU ROY.

India Sol Splendet, Splendescunt Lilia Gallis



INDOIRE
DE LA MISSION
DES PERES CAPUCINS
en l'Isle de Maragnan et
terres circonvoisines

ou
est traicte des sin-
gularitez, admirables & des
Mœurs merueilleuses des Indiens
habitans de ce pais Avec les mystères
et autres qui ont esté enuoyez de nou-
veau

PAR
Le R. P. Claude d'Abbeville.

Predicateur Capucin.

Predicator Evangelium.

Regni In uniuersis orbis.

Paris 1676.

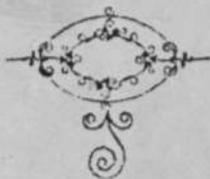
A PARIS
De l'imprimerie de FRANÇOIS
HEBY, rue S. Jacques à la Bible d'Or,
et en sa boutique au Palais en la galerie
des Perforateurs 1676.

HISTORIA DA MISSÃO
DOS
PADRES CAPUCHINHOS
NA ILHA DO MARANHÃO E SUAS CIRCUMVISINHANÇAS
PELO
PADRE CLAUDIO D'ABBEVILLE

TRADUZIDA E ANNOTADA PELO

DR. CEZAR AUGUSTO MARQUES

Cavalleiro da Real e Militar Ordem Portuguesa de
Nosso Senhor Jesus Christo, Cavalleiro e
Official da Imperial Ordem da Rosa, Membro do Instituto
Historico, Geographico, e Ethnographico do
Brazil, da Sociedade geographica de Paris, e socio correspon-
dente, effectivo, honorario e benemerito
de muitas outras sociedades litterarias e scienti-
ficas, nacionaes e estrangeiras.



MARANHÃO-1874.

REPRODUCCAO FAC-SIMILE
DA
HISTORIA DA MISSÃO
DOS PADRES CAPUCHINHOS
NA ILHA DO MARANHÃO

pelo padre CLAUDE D'ABBEVILLE

Prefaciada por
CAPISTRANO DE ABRIEU

Notas sobre
EDUARDO PRADO
pelo mesmo autor

PARIS
LIBRAIRIE ANCIENNE ÉDOUARD CHAMPION
5, QUAI MALAQUAIS, 5

—
1922

VOYAGE

DANS LE

NORD DU BRÉSIL

FAIT DURANT LES ANNEES 1613 ET 1614

PÈRE JAMES BÉVÉRIEN

PUBLIE D'APRES L'EXEMPLAIRE UNIQUE CONSERVE
A LA BIBLIOTHÈQUE IMPÉRIALE DE PARIS

AVEC UNE INTRODUCTION ET DES NOTES

PAR

M. FERDINAND DENIS,

conservateur à la bibliothèque sainte Geneviève.

LEIPZIG & PARIS,

LIBRAIRIE A. FRANCK

NOUVEAU DÉPÔT

1864.

Patrimônio Histórico e Artístico

Rodrigo M. F. de Andrade e a Preservação dos Monumentos Arquitetônicos e da Paisagem no Brasil

MARIO BARATA

No mês de setembro deste ano de 1974, em Tiradentes (M.G.), instala-se em sede própria — pequena casa colonial da antiga S. José del Rei — a Fundação Rodrigo Mello Franco de Andrade, em boa hora criada pelo entusiasmo de D^a Maria do Carmo Nabuco e já possuindo acervo que inclui milhares de microfilmes de documentos referentes ao Brasil, fotografados em arquivos portugueses.

A referida Fundação homenageia a memória de um dos brasileiros mais ilustres e de grande coração, deste século, que organizou e dirigiu, com êxitos devidos, em certa parte, à sua personalidade, o Serviço, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nascido em 17 de agosto de 1898, em Belo Horizonte, faleceu aos 11 de maio de 1969, no Rio de Janeiro.

A Fundação já administra o Museu da Casa do Padr'a Toledo, também de sua propriedade, na mesma Tiradentes — importante edifício com seus tetos com saborosa pintura rococó, em um dos salões. Agora, além das tarefas de estudo e pesquisa do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, previstas nos seus estatutos terá de cuidar da conservação dos microfilmes, que segundo recentes verificações na Alemanha, não são perenes, como ilusão otmística fazia crer a alguns, mas sofrem a ação do tempo e, diretamente, da poluição atmosférica.

MARIO BARATA

Para situar Rodrigo Mello Franco de Andrade no lugar que lhe cabe na história do século XX brasileiro é necessário considerar que um povo sem memória não pode existir dignamente e a memória de uma nação é constituída sobretudo pelos seus monumentos. O Brasil, como memória e como nível de civilização com emprego dos sentimentos estéticos de seus filhos, sempre deverá muito a Rodrigo Mello Franco de Andrade.

Esse catalizador intemorato, mas paciente, da consciência brasileira, no existir desta como patrimônio histórico-monumental, nunca desistiu da batalha incessante em que sua vida cedo se transformou. Das derrotas fêz bandeiras, que agitou stempre que Convinha fazê-lo de maneira pertinente, ante os seus compatriotas. Das vitórias, o regalo era de todos, festa cívica e visual do seu e de muitos outros espíritos.

com os estudos que realizou sobre a história e a jurisprudência da defesa do patrimônio histórico e artístico do Brasil reconheceu que as raízes do passado, nesse terreno, se multiplicaram em frondes nos anos 20 e 30 do nosso século, mas que, somente vindo a generalizar-se no povo a consciência desses valores, se poderia assegurar a colheita de seus frutos. Colocava-se historicamente no seio da maré coletiva e dependente do espírito geral. Sua dedicação de monge a uma causa, o alto preparo que tinha te o respeito merecido de que gozava em todos os setores do patriciado brasileiro foram colocados a serviço da missão nacional, cujo valor compreendia melhor do que ninguém, mas de cujo equacionamento público e coletivo não lhe escapavam as implicaçctes'. Dai o amor aos humildes como fatores de uma nação, que exprimiria lucidamente no seu belo texto sobre a posição de Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, na Inconfidência e na história do Brasil.

Em próprio trecho de Rodrigo, de 1961, vemos que: «No entanto. o anteparo em verdade eficaz, contra os riscos de dano de qualquer origem a que está sujeito o patrimônio histórico te artístico do Brasil, só pode ser levantado com a elucidação progressiva da opinião nacional. A população brasileira precisava adquirir a compreensão viva e atuante do valor inestimável do acervo cultural que possui te de que não se deve despojar. Nenhuma campanha será mais decisiva em favor de qualquer causa de interesse coletivo do que, para a defesa do espólio herdado de nossos maiores, a criação, aqui, de um espírito público iluminado e resolutivo».

Mas, de qualquer maneira, as qualidades pessoais de Rodrigo catalizaram as circunstâncias e a transformaram num êxito maior, bem maior, do que se poderia esperar, se o fator individual, no caso, não tivesse a sua estatura e as suas virtudes. Tal é a força da ação justa e capaz do homem na História, ao fazer bem e completamente o exercício de seu ofício.

E o Brasil inteiro provou, nos últimos anos e no momento de sua morte, pelo respeito que lhe devotou, que tinha, simultaneamente, noção



RODRIGO M. F. DE ANDRADE E A PRESERVAÇÃO DOS...

do que lhe devia de que nascera a consciência pública de que era verdade o que um homem franzino e de voz baixa dizia sem parar: «não se podem derrubar os sinais do passado, dotados de valor histórico ou de significação estética». Acentue-se, de passagem, que Rodrigo, como historiador de arte, sabia da existência desta segunda exigência e a destacava sempre, nos seus escritos.

Os edifícios e elementos de artes diversas neles implicados continuaram a ser derrubados, a ficar em perigo, no Brasil. Para cada vitória (a limitação do gabarito de edifícios em torno do Outeiro da Glória, no Rio — com demolição de andares em um deles, ordenada pela Justiça — e a estrada de contorno de Ouro Preto, já inaugurada e portadora do nome do antigo chefe do IPHAN, são exemplos delas) a louvar, surgiram e surgem algumas derrotas tristíssimas, porque não de indivíduos particularizados e sim de todos, mormente das gerações futuras. Para impedir a continuação de tal estado de coisas, Rodrigo indicou repetidamente o único remédio: educar os jovens, educar a todos, *no* respeito pelos valores de arte e história. Só o consenso do nível de civilização do país preservará essa riqueza, pois que os ignaros nele não percebem nada de transcendente ou de material.

A obra admirável e benemérita do IPHAN que, por necessidades intrínsecas, se tornou excelente órgão de pesquisa e estudo, exemplo para todos os historiadores de arte do século XX no país, é sobretudo o canto de um escritor de valor moral, livre e profundo, que soube formar equipe com Mário de Andrade, Lúcio Costa, Renato Soeiro, Carlos Drummond de Andrade, Sílvio de Vasconcelos, Aírton de Carvalho, Luis Saia, Alcides Rocha Miranda e outros.

E pôde transformar em colaboradores homens como Joaquim Cardoso, Gilberto Freyre, Afonso Arinos de Melo Franco, Oscar Niemeyer, Manuel Bandeira, Arthur Cezar Ferreira Reis, José Maria de Albuquerque, entre outros, além de seus amigos nos diversos centros culturais nacionais — como o de São Paulo — ou estrangeiros, de Portugal e da Bélgica aos Estados Unidos da América do Norte.

Escritor sensível a dirigir um serviço desse gênero, leva-nos Rodrigo a pensar em precedente, talvez só por um aspecto afim: o do entusiasmo, nas tarefas de preservação dos monumentos nacionais, o de Prosper Mérimée, a dedicar-se profundamente à sua missão de Inspetor-Chefe dos Monumentos nacionais na França, em meados do século passado. As estruturas francesas de civilização deram, porém, apoio a Mérimée nessa tarefa, apoio que aqui deveria ser regado paulatina e paralelamente à própria ação prática da Repartição especializada. Quase tarefa de encher o tonei das Danâides, no ambiente brasileiro.

Todavia, a mais de ser o dedicado diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rodrigo foi historiador de arte, metucioso

MÁRIO BARATA

e sensível, conhecendo bastante — mais talvez que qualquer um de nós — os pormenores dos fatos artísticos e a sua avaliação estética no país. Sua falta nesse campo de estudos será também grande, pois aqui, pode-se afirmar, ele foi insubstituível.

Ficam os seus elaborados prefácios, os artigos de 1943 e de 1947-1948, divulgando documentos recolhidos pela sua Repartição e esquematizando a teoria básica da importância de Minas setecentista, a exportar artistas para a Bahia e São Paulo, ou a brilhante síntese do papel de São Francisco da Penitência no Rio, ao inovar no país sistema ornamental de talha e de pintura ilusionística de tetos de naves de igrejas; as primorosas conferências de São Paulo (1961) e de Ouro Preto (1968).

O interesse de Rodrigo pela arte de Minas Gerais já era patente em 1928 ou 1929 quando, diretor de O Jornal do Rio de Janeiro, planejou a bela edição especial dedicada ao seu Estado natal, convidando a Mário de Andrade, Lúcio Costa, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, João Alphonsus, Aníbal Machado, René Lacleite, F. Diogo de Vasconcelos e outros para escreverem sobre a arte e as cidades históricas da antiga província. Do primeiro foi o célebre artigo a respeito de «Aleijadinho — Posição Histórica» e do segundo o «Aleijadinho e a Arquitetura Tradicional», enquanto de Bandeira era a saborosa análise de Ouro Preto. Já estava ali prefigurado o concreto e real Patrimônio dos anos 30 e 40.

Sobre o Aleijadinho, Rodrigo escreveu o seu único artigo saído na *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (nº 2, Rio, 1938) intitulado «Contribuição para o estudo da obra do Aleijadinho». Mas a partir de 1943, o grande brasileiro continuaria a esmiuçar e trazer novidades fatuais ou ângulos novos de visão ... e revisão do extraordinário Antônio Francisco Lisboa, que seu avô Rodrigo José Ferreira Bretas havia biografado providencialmente em 1858, no *Correio Oficial de Minas*, em texto logo lido e apurado no devido valor por Manuel de Araújo Porto Alegre.

Tivemos então a série de artigos: «Novidades sobre o Aleijadinho» (In *A Manhã* — Rio, 23-7-1943); «A respeito do Aleijadinho» (In *O Estado de São Paulo* — São Paulo, 5-6-1947); «As Obras do Aleijadinho para a Fazenda da Jaguará» (In *A Manhã* — Rio, 3-8-1947); «O Aleijadinho Imaginário — Na paz das serranias guarda-se o tesouro do gênio barroco» (In *O Cruzeiro* — Rio, 20-4-1963); «Europa ganha olhos para ver Aleijadinho» (In *O Cruzeiro* — Rio, 25-7-1964); «Data do nascimento do Aleijadinho e fontes de sua obra» (In *Estado de Minas* — Belo Horizonte, 23-8-1964); «Do mestre aos discípulos do Aleijadinho» (In *O Estado de São Paulo* — São Paulo, 21-11-1964). Esse seu justificado interesse fez com que o tema Obra do Aleijadinho se constituísse em um dos núcleos da

RODRIGO M. F. DE ANDRADE E A PRESERVAÇÃO DOS...

atividade da Repartição, a qual levantou dados sobre o grande artista, comprovou a sua qualidade de arquiteto e preencheu muitos claros da história de sua atividade. Resumindo e coroadando esse setor do trabalho do Patrimônio, Rodrigo lançou, preparado pouco antes e datado de 1951, a publicação n.º 15 da mesma Diretoria, intitulada *Antônio Francisco Lisboa — O Aleijadinho*. reeditando aí, numa das partes, os «Traços Biográficos» e tendo pequenina nota preliminar do saudoso diretor da Repartição, em que se esclarecem serem de sua autoria algumas das preciosas «notas» que acompanham a citada reedição.

Ficamos assim devendo aos dois Rodrigos, no intervalo de cem anos, conhecimento suficiente da vida e da obra do grande criador do rococó no Brasil, do expressivo sintetizador e inovador dessa fase do barroco, entre nós.

Convém recordar — noutra terreno — parte fundamental do seu artigo publicado no *Estado de São Paulo*, em 25 de julho de 1947, «Sobre uma escola mineira de pintura», em que dizia:

«Torna-se tanto mais necessário empreender um esforço enérgico para apurar como se constituiu em Minas e em que circunstâncias evoluiu e se aperfeiçoou ali um núcleo importante de pintores na primeira *(sic)* metade do século XVIII, quando se está a verificar que daquela Capitania procederam os mestres mais influentes na pintura das Capitânicas vizinhas e mais antigas». E adiante: «... determinadas circunstâncias, muito especiais, terão concorrido ali para favorecer um surto extraordinário na obra de pintores, ainda na primeira metade do século XVIII».

Mas Rodrigo reconhece, nesse trabalho, que «são excessivamente escassos os documentos até agora coligidos nos arquivos pela D.P.H.A.N. que se referem a atividades de pintores em Minas na primeira metade do século XVIII».

A redação do texto sobre «Conservação de um Sítio Urbano», destinado a manual da UNESCO publicado em inglês e francês, na Europa, permitiu a Rodrigo, no início de 1964 ao de 1965, tornar precisa a sua posição de historiador de arte.

No original português ele escreveu: «Justifica-se a conservação de um sítio urbano quando este constitui criação notável e representativo da vida e da organização social de um povo, em determinada fase de sua evolução histórica» ... «A conveniência de preservar a integridade do sítio é motivada pelo que ele representa como produção valiosa e de espécie particular no acervo universal dos bens culturais». «... e se impõe ou pelos antecedentes e a significação histórica excep-

MARIO BARATA

donai do lugar, ou pelo valor, também excepcional, de seu conjunto arquitetônico paisagístico. Em ambas as alternativas, porém, as medidas de proteção que terão de ser tomadas deverão visar ao mesmo objetivo: conservar os elementos e as características originais da área interessada».

Temos assim, aqui, o reconhecimento da imposição, ao lado dos motivos restritamente históricos, daqueles de excepcional valia arquitetônico-paisagística. E o respeito aos valores originais de obra ou de área em questão, como mandamento número um do código da integridade do historiador especializado e do restaurador avisado.

Considerando-se logicamente historiador de arte, Rodrigo, ao entrar para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1944, escolheu para sua primeira atividade, ali, conferência sobre o tema «Araújo Porto Alegre, precursor dos estudos de História da Arte no Brasil», publicada no vol. 184 da Revista da instituição. Foi também — por indicação inicial nossa, em Paris, a Mme. Cecile Goldscheider, ratificada pelo eminente especialista Deoclécio Redig de Campos — membro brasileiro do Comité International d'Histoire de l'Art, organismo promotor de congressos de História da Arte e de publicações e atividades diversas.

O interesse pela História do Brasil em Rodrigo Mello Franco de Andrade era um pouco mais que a decorrência necessária de sua especialização na História da Arte no país e dos compromissos resultantes do âmbito historiográfico das funções de sua Repartição. À literatura, às ciências jurídicas, ao gosto pelas artes, ao acompanhamento jornalístico da vida internacional e diplomática, juntara-se desde cedo no nosso antigo diretor a necessidade de conhecer as raízes do Brasil e as características fundamentais de sua província, no tocante à história mineira. Do seu trato com a metodologia da história, além da ação geral do IPHAN ficam-nos páginas especializadas como as referentes ao desenvolvimento da prática e da lei de proteção ao patrimônio monumental em Portugal antigo e no Brasil através dos tempos. O estudo publicado no México — cuja edição brasileira, reduzida, a ser feita pelo Ministério da Educação e Cultura (no Serviço de Documentação) ainda não saiu, malgrado estivesse em preparo há vários anos, é exemplo disso.

Todavia, convidado em junho de 1965 para escrever um verbete sobre o Patrimônio Artístico e Nacional, do ponto de vista jurídico, destinado ao *Enciclopédico do Direito Brasileiro*, Rodrigo o fez com toda a boa vontade. Compreendeu não poder deixar de resumir, para a mesma publicação, malgrado modesta, o que vinha difundindo sobre o assunto. Sintetizou então algumas das indicações efetuadas no trabalho antes citado.

Dos primórdios de 1936 ao Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, consubstanciando projeto em curso no parlamento às vésperas

RODRIGO M. F. DE ANDRADE E A PRESERVAÇÃO DOS...

de 10 do mesmo mês; das revistas e publicações editadas aos museus da Inconfidência, das Missões, do Ouro, do Diamante, de Caeté, Paranaguá, São João dei Rei; da Casa Vitor Meireles a outros órgãos culturais; da salvação de Ouro Preto, Alcântara, Parati, bairros do Salvador à colocação em valor de tantos monumentos da Amazônia aos Centro e Sul do país, alguns deles lembrados pelo nosso homenageado na bela conferência que pronunciou em São Paulo (no I.H.G. de Guarujá — Bertioga, aos 29 de novembro de 1961), o I.P.H.A.N. dá a exata medida da estrutura de Rodrigo, malgrado as difíceis condições de trabalho no Brasil.

Bem disse Silvio de Vasconcelos no artigo «Rodrigo e a Arte Nacional» (in *Suplemento Literário do Minas Gerais*, edição especial sobre Rodrigo, 1968), resumindo a criteriosa atividade do I.P.H.A.N.: «importa muito, no caso, observar os critérios adotados pela que se poderia chamar de escola brasileira de preservação» ... «Principalmente pelo respeito à autenticidade intrínseca do monumento, jamais perturbado pela ação preservadora. Não se conseguiria esse resultado sem uma apurada sensibilidade da parte do responsável em chefe por tal serviço» ... «Deixa após si, o maior monumento da capacidade nacional que é a repartição que criou — o Instituto do Patrimônio e o valiosíssimo acervo histórico e artístico nacional cuja preservação empreendeu». Repetiremos aqui, com Raquel de Queirós, ao encerrar esta referência ao Patrimônio: «Seria o Brasil hoje o mesmo Brasil, se o Patrimônio não houvesse arrancado à destruição e ao esquecimento parte tão importantíssima da sua herança cultural?».

como historiador realçou, no *Repertório de Direito* já citado, a importância do Alvará de 28 de agosto de 1721, de D. João V, a respeito de «monumentos antigos que havia e se podiam descobrir no Reino», decretando que «daqui em diante nenhuma pessoa, de qualquer estado, qualidade e condição que seja, desfaça ou destrua, em todo, nem em parte, qualquer edifício que mostre ser daqueles tempos, ainda que em parte esteja arruinado e, da mesma sorte, as Estátuas, Mármores e ... etc.». Destacou a correspondência do Vice-Rei Conde das Galveias ao Governador de Pernambuco, em 1742, preservando edificação de valor histórico-artístico. A validade ética de Rodrigo era excepcional e foi posta a serviço da compreensão e preservação de nosso patrimônio monumental, de modo que não podemos deixar de trazer pequena mas significativa achega, neste particular. Tinha a coragem dos protestos delicados, mas firmes. A necessária crítica, aos desmandos contra o Patrimônio Histórico do Brasil, era feita nos momentos precisos. Essa sua atitude de combate surgiu mesmo em documentos culturais, quando a ocasião se tornava propícia. Assim, ao pronunciar bela alocução, em 18 de junho de 1964, na inauguração da Escola José Alpoim, no Rio de Janeiro, historiava o que a nossa cidade tanto deve ao importante engenheiro-arquiteto militar, amigo e colaborador de Bobadela. Atribui-lhe então, hipoteticamente, a auto-

MARIO BARATA

ria de «valiosa residência episcopal no Catumbi, recentemente deturpada e reduzida a dependência do edifício vulgar do Seminário São José». Noutro tom, continuava . . . «quase que assinalando os pontos cruciais do núcleo urbano do Rio de Janeiro, em meados do século XVIII o Brigadeiro Alpoim deixou a marca possante de sua personalidade em monumentos arquitetônicos memoráveis». Na conferência, já referida anteriormente, de 1961, referia-se às contínuas demolições de bens artísticos . . . «O que continua a ocorrer — escreve — a despeito de tais valores se acharem sob a proteção formal da Constituição e outras leis federais, causa tristeza e alarme».

Sua generosidade de alma era grande, em todos os campos, e não poupava elogios a companheiros ou a estudiosos em geral. Citemos por exemplo, de 1964, sua apreciação, em artigo do *O Cruzeiro*, a respeito do belo livro «O Aleijadinho», de G. Bazin. Assegura-lhe «nosso reconhecimento à benemerência do autor» e refere-se ao «erudito historiador do desenvolvimento artístico do Brasil e o crítico de arte admirável, que coexistem em Germain Bazin. Considera a introdução do livro «luminosa» e toda a obra «memorável».

Cedo Rodrigo M. F. de Andrade sentiu e compreendeu o valor do ambiente envolvente das obras arquitetônicas ou dos sítios urbanos e o da paisagem, como beleza natural. Recordamo-nos de seu interesse inicial pela legislação italiana em torno dessa preservação ambiental. A defesa do Outeiro da Glória, no Rio de Janeiro, e o tombamento da Serra da Piedade, como complemento paisagístico de Belo Horizonte, foram duas expressivas vitórias do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nesse terreno, no qual, nos anos 60 e 70, a Repartição e o país iriam encontrar tantas dificuldades, ao se aguçarem contemporaneamente os problemas ecológicos e a especulação edilícia, combate no qual se tem destacado, reunindo as suas forças e o seu clamor aos do IPHAN, Roberto Burle Marx.

O Capitão - Engenheiro João André Schwebel - Documentarista da Amazônia — Seus Mapas, Plantas e Panoramas Urbanos

DONATO MELLO JÚNIOR

O TRATADO de Madri (13 de janeiro de 1750) originado da política diplomática de Portugal e Espanha, visando a determinar os limites de suas colônias na América do Sul, se fracassou, por motivos complexos na sua finalidade específica, não deixou de apresentar um saldo positivo num setor modernamente classificado de Documentação.

Ê de veras expressiva a contribuição documentária de ambas as partes em litígio nos domínios da Geografia, da Cartografia e da História Natural, contribuição mais tarde enriquecida com os trabalhos dos Tratados do Pardo (1761) e de Santo Ildefonso (1777). É que, além dos trabalhos demarcáronos, seus membros foram instruídos no sentido do conhecimento das riquezas naturais, curiosas de saber estavam as Metrôpoles das potencialidades das Colônias suas, mas não interessadas na sua divulgação.

Portugal e a Espanha planejaram a execução dos Tratados e mobilizaram enormes recursos humanos e materiais para enfrentarem a extensão considerável de fronteiras que deveriam ser demarcadas, da Amazônia ao Prata. Na falta de pessoal técnico especializado

DONATO MELLO JÚNIOR

ambas as nações tiveram de socorrer-se de pessoal estrangeiro, selecionado de países neutros em relação à política Portugal-Espanha. Daí a presença, benéfica para as colônias, de especialistas italianos, alemães, etc.

À grande figura do brasileiro Alexandre de Gusmão (1695-1753), do Conselho Ultramarino e Secretário de D. João V se deve na maior parte a preparação, documentação e a política do Tratado de Madri, embora nele não apareça como signatário. A História reconhece nele seu autor intelectual. Assinaram-no pela Espanha D. José Cavajal Y Lancaster e por Portugal o Visconde Tomás da Silva Teles, sendo o mesmo a seguir ratificado pelos respectivos países interessados.

A História do Tratado já está delineada e estudada graças a Jaime Cortesão (*) e à farta documentação existente na Correspondência dos Governadores e expedientes da Metrópole existentes na Biblioteca e Arquivo Público do Pará, na Documentação Joaquim Nabuco e Rio Branco no Itamarati e graças aos estudos de Arthur Cezar Ferreira Reis (2), de Virgílio Correia (3), de Eduardo Bração (4), de José Carlos de Macedo Soares (5), de Rodolfo Garcia (6), de Alvaro Teixeira Soares (7), de Marcos Carneiro de Mendonça (8), etc. Há documentação portuguesa e espanhola, e ampla bibliografia estrangeira.

Portugal organizou seis comissões, partidas ou tropas, três para o Norte e três para o Sul, responsáveis cada uma por trechos geográficos. Relacionamos a seguir as mesmas conforme cópia de um documento do arquivo do «Pátio das Vacas» de Lisboa e que se encontra no Arquivo Histórico do Itamarati (9), documento sem data, talvez não a organização definitiva das mesmas. Sabemos por uma relação impressa que os nomeados começaram a receber soldo a partir de 1º de novembro de 1750.

AS SEIS PARTIDAS OU TROPAS

Para as tropas ou partidas do Sul foram nomeadas, por D. João V as pessoas:

- a) Primeira Tropa. Encarregada «desde Castilho até a foz do Ibicui».

Coronel: Miguel Ângelo Blasco

Astrônomo: Padre Panigai (jesuíta)

Ajudante: João Bento Pithon

Tenente: Hestko

Cirurgião: Pogliam

Esta tropa, no seu retorno, poderia vir por São Paulo, Minas Gerais e Goiás, com o objetivo de tirar mapas destas regiões.

O CAPITÃO-ENGENHEIRO JOÃO ANDRÉ SCHWEBEL — DOCUMENTARISTA. . .

- b) Segunda Tropa. Encarregada «do Ibicui até defronte do Iguereí».

Tenente-General: José Fernandes Pinto Alpoim
Astrônomo: Padre Branieri (jesuíta)
Astrônomo: Padre Pinceti (jesuíta)
Capitão: Reverend
Ajudante: Cavagna
Desenhador: Ponsoni
Cirurgião: Maurício da Corte

Esta segunda comissão poderia voltar por Goiás, Rio São Francisco e sertões da Bahia.

- c) Terceira Tropa — «Da Foz do Iguereí até o Jauru»

Sargento-Mor: José Custódio de Sá e Faria
Astrônomo: Miguel Ciera
Capitão: Haville
Tenente: Halton
Geógrafo: Barines
Cirurgião: Bartolomeu da Silva

Na volta esta comissão viria por Cuiabá, Piagui e pelo sertão de Pernambuco.

Para as tropas ou partidas do Norte a relação consigna:

- a) Primeira Tropa. «Da boca do Japurá até o Surinam».

Sargento-Mor: José Gonçalves ⁽¹⁰⁾
Astrônomo: Padre Haller (jesuíta) ⁽¹¹⁾
Capitão: Schwebel ⁽¹²⁾
Ajudante: Leopoldo Breuning ⁽¹³⁾
Cirurgião: Panckok ⁽¹⁴⁾

- b) Segunda Tropa — Linha Leste-Oeste

Sargento-Mor: Sebastião José da Silva ⁽¹⁵⁾
Astrônomo: João Ângelo Brunelli ⁽¹⁶⁾
Capitão: Cronsfield ⁽¹⁷⁾
Ajudante: Galuzzi ⁽¹⁸⁾
Desenhador: Landi ⁽¹⁹⁾
Cirurgião: Antônio de Matos ⁽²⁰⁾

Esta comissão ao retornar poderia visitar os rios Tapajós e Xingu e deveria formar o mapa do Pará até o Maranhão.

DONATO MELLO JÚNIOR

- c) Terceira tropa — Desde a foz do Madeira até o Jauru.
Capitão: Gregorio Rebelo Guerreiro Camacho ⁽²¹⁾
Astrônomo: Padre Szentmartoni ⁽²²⁾
Ajudante: Sturm ⁽²³⁾
Tenente: Götz ⁽²⁴⁾
Cirurgião: Domingos de Sousa ⁽²⁵⁾

Esta terceira tropa deveria descer pelo Rio Araguaia e Tocantins e tirar o mapa desde o Maranhão, Ceará até a Paraíba.

Esta «Relação» foi copiada de um dos borradores do Marquês de Pombal e nos dá uma impressionante visão da estrutura montada por Portugal para a definição de seus limites coloniais e conhecimento científico da região. A organização das partidas começara por ocasião da assinatura do tratado de Madri e foi regulada pelo «Tratado de Instruções», feito em Aranjuez a 24 de julho de 1752 e ratificado por D. José I a 5 de julho do mesmo ano.

Para Primeiro e Principal Comissário das partes setentrionais foi nomeado Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão do próprio Marquês de Pombal, por Carta e Patente de 30 de abril de 1753 quando também foram prescritas as suas «Instruções», datadas do mesmo dia. Igual comissão recebeu Gomes Freire de Andrade, Conde de Bobadela para dirigir as partidas meridionais.

Para os serviços de engenharia do setor norte foram destinados oito oficiais, em diferentes postos, cinco alemães (Gronfeld, Schwebel, Sturm, Breuning e Götz), um italiano (Galuzzi) e dois portugueses (Sebastião José da Silva e Gregorio Guerreiro Camacho).

Sobre eles deu um parecer o engenheiro Carlos Mardel, em Lisboa a 6 de maio de 1753, o qual elogiou especialmente a Sturm por sua fidelidade, zelo e prontidão ⁽²⁶⁾.

A respeito de Schwebel, Mardel assim se expressou: «... é bom engenheiro, e serviu na Infantaria, e risca o desenho bem, e serve para qualquer empresa».

Na «Relação dos Sócios» ⁽²⁷⁾, Schwebel veio contratado com o ordenado de 49\$800 mensais (anual 597\$600), igual ao de Gronfeld e só inferior ao do astrônomo Brunelli (800\$000) e do Sargento-Mor Sebastião José da Silva (624\$000) ⁽²⁸⁾. A folha de pagamentos era, para as partidas do Norte, de 3:686\$400.

Mendonça Furtado tomou todas as providências para a mobilização das tropas, tendo elegido o arraial de Mariuá, futura vila de Barcelos (1758), como centro de operações, para lá partindo em 2 de outubro de 1754 com enorme equipamento humano e material, inclusive Schwebel e Landi, deixando o Bispo D. Miguel de Bulhões como seu substituto. Sua expedição abrangia 796 pessoas em 25 embarcações, incluídas as 3 tropas.

O CAPITÃO-ENGENHEIRO JOÃO ANDRÉ SCHWEBEL — DOCUMENTARISTA...

O espólio deixado pelas partidas abrange uma magnífica documentação iconográfica, principalmente da sexta década do século XVIII, diversificada em levantamentos, mapas, prospectos, projetos e desenhos de Historia Natural, documentação que, em parte, serviu para a montagem da argumentação do Barão do Rio Branco e de Joaquim Nabuco em suas monumentais «Memórias» para a definição de nossas fronteiras quando das questões de limites resolvidas por via da arbitragem internacional.

JOÃO ANDRÉ SCHWEBEL

João André Schwebel foi um dos mais importantes membros das partidas do Norte, face sua capacidade. Acha-se referenciado por Sousa Viterbo no seu famoso Dicionário ⁽²⁹⁾ e mais recentemente por Carlos H. Oberacker Jr. ⁽³⁰⁾, aparecendo, ainda, de passagem, em não poucos documentos e obras.

Sousa Viterbo, considerando-O um dos elementos mais trabalhadores das partidas, relacionou suas atividades, principalmente de cartografo, nos seguintes documentos:

a) Coleção de prospectos das aldeias e lugares mais notáveis..., 1756, códice na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. «Compreende 25 desenhos a pena com tinta da China» (CEHB nº 16824) (31). Aliás são 26 desenhos e mais uma carteira desenhada.

b) Mapa da Ilha de Marajó. . . (32) .

c) Mapa Geográfico dos rios por onde navegou Francisco Xavier de Mendonça Furtado... (33) .

d) Mapa hidrográfico de parte dos Rios Amazonas e Negro... (34)

Ainda na Biblioteca Nacional de Lisboa, colheu Sousa Viterbo três documentos nos códices 161 (fólios 124 e 125, ano de 1756) e 629 (fólio 180, ano 1757) e um na Torre do Tombo (Secretaria da Guerra, livro 99, 1755-1758, f. 218v) .

No Arquivo Histórico Militar, em Lisboa, relacionou ele os seguintes desenhos aquarelados seus:

a) Prospecto do norte da Cidade de Belém (1753) — Original.

b) Prospecto do poente da mesma Cidade de Belém — Original.

Na Casa dos Duques de Pálmela, em Lisboa, encontra-se um atlas seu com 41 desenhos aquarelados (1758) relativos à Amazônia.

DONATO MELLO JÚNIOR

Oberacker Jr., seguindo Sousa Viterbo, transcreve e comenta os trabalhos anteriores, reportando-se, ainda, aos juízos de Jaime Cortesão, de Arthur Cezar Ferreira Reis e de Isa Adonias.

Conseguiu Oberacker Jr. averiguar alguns dados pessoais de Schwebel, informando-nos que era filho de Johann Georg Schwebel e de sua esposa Margaret, nascido em 1718 em Nuremberg onde fez seus estudos universitários; casando-se com D. Maria Clara e falecendo em Portugal em 1759 ou 1760. Viterbo nos diz que, pouco antes, em 28 de março de 1758 fora agregado à lista dos capitães-engenheiros da Corte, «tendo consideração aos merecimentos e mais partes que concorrem na pessoa de João André Schwebel, e atendendo aos serviços que me foi fazer ao Estado do Grão Pará... (35), segundo termos do decreto de 12 de junho de 1758, na Torre do Tombo. Schwebel adoeceu em meados de 1756, pelo que Mendonça Furtado mandou-o de Mariuá para Belém com fim de convalescer, incumbindo-o nesta viagem de volta de se informar das necessidades das fortalezas, fazendo-as presente ao Bispo D. Miguel de Bulhões e remetendo-lhe uma cópia. Ao Bispo informou que ele «se tem conduzido neste arraial com sisudeza e gravidade e é certamente homem de préstimo». Sua doença era a tuberculose.

Ao voltar Schwebel para Portugal, em novembro de 1757, Mendonça Furtado escreveu ao irmão no dia 26 uma carta divulgada por Sousa Viterbo (opus cit.): «Ele leva os prospectos de todas as povoações que há desde esta cidade até a última do Rio Negro, feitos com aquela perfeição que costuma os quais são para entregar ao mano Sebastião e como tenho esta obra por preciosa, desejo, também, conservá-la em meu poder, para o que você lhe dará os brulhões que vão no caixote que leva o mesmo Capitão para ele me fazer esta obra nessa cidade na forma que aqui lhe disse». (Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina, códice 629, fôlio 180).

Noutra correspondência para a Metrópole, publicada pela Biblioteca e Arquivo Público do Pará (36), Mendonça Furtado escreveu: «Em observância da ordem de Sua Majestade contida no aviso de Vossa Excelência de 4 de abril do presente ano, se recolhe a essa Corte o capitão-engenheiro João André Schwebel: o que devo dizer a Vossa Excelência deste oficial é, que sem dúvida nenhuma é o melhor entre todos os engenheiros que vieram para a expedição das demarcações, tendo tido nesta Conquista um procedimento exemplaríssimo, é mui comedido e grave e na sua profissão, ao menos quanto eu pude alcançar, é peritíssimo; é sumamente curioso e incansável na sua obrigação. Ele fez a carta geográfica dos Rios das Amazonas e Negro, que na frota passada remeti a Sua Majestade, tirou os prospectos de todas as povoações por que passamos e fez quase todas as cartas que tenho posto na Real presença de Sua Majestade das

O CAPITÃO-ENGENHEIRO JOÃO ANDRÉ SCHWEBEL — DOCUMENTARISTA...

quais veria Vossa Excelência que as suas mãos, para semelhantes obras, são as mais delicadas que pode ser.

Finalmente é um oficial benemérito, e digno de Sua Majestade ocupar no Real serviço, e que só a força da obediência mo faria separar da minha companhia» (Pará, 24 de outubro de 1757).

Ferreira Reis transcreveu-a (opus cit., p. 318).

Tomé Joaquim da Costa Corte Real respondeu-a a Mendonça Furtado no ano seguinte, em 2 de agosto de 1758, informando-o da chegada de Schwebel e de que remetera uma cópia da carta a Luis da Cunha, Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra «para que este benemérito oficial seja atendido nas ocasiões que se oferecerem, visto o seu grande mérito.»

De fato foi ele atendido, conforme transcrição de documento por Sousa Viterbo, antes citado.

Achamos esta correspondência de Corte Real no Arquivo Público do Pará, em 1966, na Correspondência da Metrópole com os Governadores, códice 668, p. 50. No mesmo há outro documento relacionado com o nome da esposa de Schwebel (p. 1).

João André Schwebel viera para o Pará com o posto de Capitão de infantaria com exercício de engenheiro e como tal foi agregado na Corte em 12 de junho de 1758. informe documento transcrito por Sousa Viterbo.

AS PLANTAS DE SCHWEBEL

Schwebel chegara a Belém em 1753 juntamente com outros membros das partidas. como Mendonça Furtado não pôde logo partir para o Rio Negro face a inúmeras providências a tomar, determinou que os engenheiros comessem suas tarefas técnicas por Belém. Deste modo logo foi providenciada a planta da Cidade de Belém e vistas da mesma.

Já em 24 de novembro Mendonça Furtado se dirigia a Diogo de Mendonça Corte Real nos seguintes termos: «com o trabalho da expedição da frota não me foi possível mandar os Engenheiros à Ilha de Joanes a tirar a planta que Sua Majestade por carta de Vossa Excelência me ordena, porém, por não ter ociosos esses homens mandei tirar uma exata planta geométrica da cidade, também o prospecto dela vista da parte do rio as quais remeti a Vossa Excelência para por na presença de Sua Majestade, e logo mandarei os ditos Engenheiros para a Ilha de Joanes na forma que o mesmo Senhor ordena.»

Traz a planta de Belém o título: «Planta Geométrica da Cidade de Belém do Gram Pará». Levantada em 1753 por ordem de Fran-

DONATO MELLO JÚNIOR

cisco Xavier de Mendonça Furtado. Sobre ela já escrevemos uma nota em nosso trabalho «Iconografia de Belém do Grão-Pará», Belém, 1970, onde se acha reproduzida(37).

Guarda-se esta planta na Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional (Are. 24-1, 22), tendo sido inicialmente registrada em 1916(38).

Reveste-se esta planta de excepcional importância para o estudo da evolução urbana de Belém. Estendia-se a cidade do Hospício de São Boaventura, dos frades capuchos, até o Convento de Santo Antônio, mal chegando ao Largo da Pólvora, à igreja do Rosário dos Pretos e à capela de S. João, com o Piri separando os dois núcleos urbanos mais antigos de Belém, já com uma vala de escoamento rumo ao atual Ver-o-Peso- Alguns caminhos indicam as futuras expansões da cidade. Pela primeira vez, possivelmente, Belém aparece de corpo inteiro numa planta abrangendo a Cidade Velha e o Bairro da Campina.

uma «Explicação» em 20 itens localiza as principais construções: — o Convento de Santo Antônio, o Armazém da Pólvora, a igreja do Rosário dos Pretos, a Misericórdia, o Convento das Mercês, o forte das Mercês, a casa do Bispo, a Cadeia, a Casa das Canoas, o Palácio do Governo, a capela de São João, a Alfândega, o Colégio dos Padres, o Castelo, a capela de Santo Cristo, a Sé, a igreja do Rosário dos Brancos, o Convento do Carmo, o Açougue e o Hospício dos Capuchos e um «passo de procissão» na esquina da atual Rua João Alfredo com a Travessa Campos Sales, sem legenda.

Antes desta planta há uma de 1751, de parte da cidade, também divulgada por nós; talvez a mais antiga de Belém(39).

De volta a Portugal, Schwebel desenha novamente, em 1758, a planta de Belém, sobre a qual já nos ocupamos(40).

Integra, hoje, um atlas pertencente à Casa dos Duques de Palmeira, em Lisboa, e vemo-la reproduzida no catálogo da exposição: «A engenharia militar no Brasil e no ultramar português antigo e moderno» (Lisboa, 1960) e referenciada sob o n^o 15, do mesmo, com o título «Planta Geométrica da Cidade de Belém, no Gram Pará» (colorida, 0,610 x 0,409cm). Cinco anos após a anterior, e pelo mesmo autor, não se distingue nela grandes alterações. Aparece indicado o «Lago Pirim», o famoso alagadiço Piri de tanta importância na evolução urbanística de Belém e como espaço urbano entre os dois núcleos iniciais da cidade e ainda hoje um centro cívico da cidade, de excepcional importância para a mesma. Aparecem designados na planta, além dos elementos construtivos da planta de 1753, os seguintes: «As melhores fontes que tem a cidade, chamadas Águas de Santo Antônio; a força (na atual Praça da República), os quartéis dos soldados; o

seminário e — importante — «hum capela». É o nº 11 da «Explicação», no mesmo local, já citado, cruzamento da travessa Campos Sales com a Rua João Alfredo, capela mandada construir pelo Bispo D. Miguel de Bulhões para «passo» na procissão do Senhor dos Passos.

A importância desta minúcia se deve ao fato de controvérsia recente sobre a grafia que deveria ter tido a antiga travessa: Passinho (com ss) ou Pacinho (com c). Mais tarde no mesmo local se ergueria uma nobre mansão, projeto do arquiteto Antônio José Landi, o Palacinho segundo alguns. O «passo» de procissão já está indicado na planta de 1753, mas ignoramos desde quando fora erguido.

Os MAPAS

Schwebel é autor, juntamente com outros engenheiros de alguns mapas da Amazônia.

No Pará outro trabalho técnico foi «Mapa geográfico da Ilha de Joannes, ou Marajó, Arrodeado por Mar, e por Terra por Florentino Silveira Frade Morador de esta Ilha, e posto em ordem pelo Captam. Enghro. Schwebel no A^o 1757.»

O original, em aquarela (0,50m x 0,689m), pertence à mapoteca da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, do Ministério do Exército, catalogado sob a referência «90 K 130000». Fez parte da Primeira Exposição Geral do Exército em 1953, e, no seu catálogo, consta à p. 26. Anteriormente fez parte da Exposição de História do Brasil, em 1881, em cujo Catálogo apareceu sob o nº 2054, e que foi realizada pela Biblioteca Nacional. Pertencia naquela ocasião ao Arquivo Militar.

Sousa Viterbo, em seu Dicionário, 1901, copiou a referência do CEHB, ao tratar de Schwebel, cometendo aí um engano ao dar o nº 2054 do CEHB como do Arquivo Militar.

Oberacker Jr. cita esta planta, baseado em Sousa Viterbo, mantendo o nome Arquivo Militar que hoje está estruturado como Diretoria do Serviço Geográfico do Exército, cuja mapoteca arquiva a planta citada. Ao que nos parece ainda não publicada.

Na D.S.G.E. existe uma cópia, de 1870, deste mapa.

O CEHB consigna sob o nº 1616 o «Mappa hydrografico de parte dos Rios das Amazonas e Negro. Levantado pelos Officiaes Engenheiros Sebastião Jozé, João Schwebel, Felipe Sturm, Adam Leopoldo de Breuning e rectificado pelas observaçoens astronômicas do Padre Ignácio Semartom. 0,408 x 1,860m. Original? A aquarela».

Igualmente Sousa Viterbo, baseado no CEHB, o referencia. Pertence à Diretoria do Serviço Geográfico do Exército em cujo

DONATO MELLO JUNIOR

catálogo já referido tem a cota «336 R 100 00» (original?) e uma cópia «357 R 100 00», sem menção do copista.

A mapoteca do Itamarati possui uma cópia feita em 1852 no antigo Arquivo Militar da Corte. Isa Adonias referenciou-a à p. 506, vol. 1 de «A Cartografia da região amazônica», Rio de Janeiro, 1963, mencionando ser a mesma uma cópia reduzida e constante no «Catálogo dos mapas» do Barão Duarte da Ponte Ribeiro, sob o nº 62. Apesar da nota do Barão Duarte da Ponte Ribeiro, este mapa, conforme esclarece a autora, não foi o primeiro levantamento astronômico do Rio Amazonas, cabendo a primazia a La Condamine. No vol. I, p. 507, consta outra cópia. Igualmente outra, de outro tamanho, é mencionada no vol. II, p. 4.

Guarda a Diretoria do Serviço Geográfico do Exército um terceiro mapa — «Mappa Geográfica dos Rios por onde navegou o Illmo. E Exmo. Snr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sahindo da cidade do Pará para o Arraial do Rio Negro no dia dous de outubro de 1754, com a exacta delineação da maior parte do Rio das Amazonas, e Rio Negro por onde o mesmo Senhor continuou a viagem até a Aldeia de Mariuá; notando-se, também, a entrada dos mais Rios, que vem comunicar, ou confundir as suas águas com os antecedentes, juntamente as Estações, ou lugares de repouso com o signal de uma entrelinha. Executado pela direção e diligencias dos engenheiros da expedição, o Sargt^o Mor Sebastião Jozé, o Capm. João André Schwebel, o Ajud. Phelippe Sturm e o Ajud. Adam Leopoldo de Breuning e ratificado pelas observações astronômicas do Re. Ignácio Semartoni». Cópia de 1862, medindo 0,444 x 2,689m, a aquarela foi divulgada há dez anos por Carneiro de Mendonça (41). Consta este mapa no CEHB sob o nº 1617. No seu catálogo das Cartas Históricas (1953), traz a cota 345 R 100 00.

Arthur Cezar Ferreira Reis trata de Schwebel no capítulo «A tentativa demarcatória» do seu documentado livro «Limites e demarcações na Amazônia Brasileira», 2^o tomo — «A fronteira com as colônias espanholas», Rio de Janeiro, 1948, transcrevendo, ainda, no «Documentário», a «Instrução para os astrônomos, geographos, que hão de ir daqui para o Rio Negro», datada de 20 de setembro de 1754, baixado por Mendonça Furtado, conforme documento da Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos.

No Atlas de Schwebel da Casa de Pálmela, em Lisboa, o primeiro mapa mostra os cursos do Rio Negro e do Rio Amazonas abrangendo certa região (mapa colorido, 0,750 x 0,283m); o nono mapeia a região do Rio Tocantins, Ilha de Marajó e a cidade do Pará (colorido 0,394x0,283); o décimo-sexto, a região da Ilha de Marajó (colorido, 0,394x0,283); o vigésimo-primeiro, o vigésimo-terceiro, o vigésimo-quinto, o vigésimo-sexto e o vigésimo-oitavo referem-se a trechos

O CAPITÃO-ENGENHEIRO JOÃO ANDRÉ SCHWEBEL — DOCUMENTARISTA . . .

do Rio Amazonas; o trigésimo, o trigésimo-terceiro, o trigésimo-sexto, o quadragésimo e o quadragésimo-terceiro representam trechos do Rio Negro. O atlas, é de 1758 e feito em Lisboa. A mapoteca do Itamarati tem uma cópia fotostática da folha 28 do atlas (Confluência do Rio Negro com o Solimões, região da atual cidade de Manaus).

OS PANORAMAS DE SCHWEBEL

Schwebel não era um artista. Faltava-lhe a sensibilidade que não se podia exigir de um engenheiro. Esforçou-se por documentar, a pedido de Mendonça Furtado, os lugares por onde passara. Seu desenho é duro, monótono, convencional. Mas, parece-nos, foi ele o primeiro a fazer prospectos de Belém e demais lugares da Amazônia nos idos de 1753 a 1756. Só mais tarde (1783-1792), os desenhistas de Alexandre Rodrigues Ferreira, Joaquim José Codina e José Joaquim Freire farão panoramas e desenhos, de sabor artístico, conforme vemos no códice já famoso da Biblioteca Nacional «Prospectos de cidades, vilas, povoações». . . atualmente reproduzidos em edições de Cerqueira Falcão (1970) e do Conselho Federal da Cultura (1971).

A curiosa coleção da Biblioteca Nacional, guardada na sua Seção de Manuscritos, compõe-se de uma folha de rosto com trabalhada cartea barroca e vinte e seis desenhos em tinta da China acompanhados de uma legenda, na parte superior dos mesmos e uma subscrição — «Delineado do original por o Captam Engenh.ro Joam André Schwebel» à esquerda.

Existe uma cópia desta coleção na Casa dos Duques de Pálmela, misturada com alguns mapas de rios totalizando 41 peças, mapas anteriormente referidos.

O conjunto da Biblioteca Nacional constou do catálogo da Exposição de História do Brasil sob o nº 16.824. O atlas da Casa dos Duques de Pálmela fez parte da exposição: «A Engenharia militar no Brasil e no Ultramar Português Antigo e Moderno», em Lisboa, em 1960, em cujo catálogo está referenciado sob o nº 13: «Mapa Geográfico do Rio das Amazonas the onde conserva este nome, e toma o do Rio dos Solimoens chamado assim pelas Nações q'nelle habitam. Juntamente com a grande parte do Ryo Negro the a Cachoeyra Grande, compreendendo-se neste ultimo todas as Missõens que administram os P. P. Carmelitas. com os Prospectos dos Lugares mais famosos cerconvezinhos dos ditos Ryos. Executado pello Cap. Eng. João André Schwebel no Anno 1758.»

Trata-se de um códice com 6 folhas de rosto e 41 mapas aquarelados.

DONATO MELLO JÚNIOR

A coleção da Biblioteca Nacional assim se dispõe:

- 1 — Folha de rosto em cartela barroca
- 2 — Prospecto da cidade de Belém, do Estado do Grão Pará
- 3 — Prospecto da ribeira donde se fabricam as canoas, sita no Rio Moju.
- 4 — Prospecto do sítio junto do Igarapé-Mirim, que tem comunicação com o Rio Moju e com o dos Tocantins
- 5 — Prospecto da freguesia de Sant'Ana, no Igarapé-Mirim
- 6 — Prospecto do sítio chamado do Limoeiro junto da baía do mesmo nome, no Rio Tocantins
- 7 — Prospecto do sítio de Maruaru que tira o seu nome de uma baía assim chamada
- 8 — Prospecto da aldeia de Guaricuru, no rio do mesmo nome, administrada pelos Padres da Companhia
- 9 — Prospecto da aldeia de Arucarã no rio do mesmo nome administrada pelos Padres da Companhia
- 10 — Prospecto da fortaleza de Gurupa, com sua povoação
- 11 — Prospecto do sítio Aicajo, que deriva o seu nome de uma ponta de terra passando a fortaleza de Gurupá
- 12 — Prospecto da aldeia de Cavianã administrada pelos religiosos da província da Piedade
- 13 — Prospecto da Aldeia de Arapijó, administrada pelos padres capuchos, da província da Piedade
- 14 — Prospecto do sítio chamado Tapara, junto ao Rio Xingu
- 15 — Prospecto da aldeia de Maduru, administrada pelos religiosos Capuchos da província da Piedade
- 16 — Prospecto da Boa Vista, ao pé da boca do Rio Xingu
- 17 — Prospecto da fortaleza de Tapajós, com sua aldeia
- 18 — Prospecto da fortaleza de Pauxis
- 19 — Prospecto da fortaleza do Rio Negro
- 20 — Prospecto da aldeia de Jau, administrada pelos religiosos Carmelitas
- 21 — Prospecto da aldeia de Pedreira, administrada pelos religiosos Carmelitas
- 22 — Prospecto da aldeia de Aracari, administrada pelos religiosos Carmelitas
- 23 — Prospectos da aldeia de Camará, administrada pelos religiosos Carmelitas

O CAPITÃO-ENGENHEIRO JOÃO ANDRÉ SCHWEBEL — DOCUMENTARISTA...

24 — Prospecto da Aldeia de Mariuá, administrada pelos religiosos Carmelitas, onde se acha o arraial

25 — Prospecto da aldeia de Bararuã, administrada pelos religiosos Carmelitas

26 — Prospecto da aldeia Cumaru, administrada pelos religiosos Carmelitas

27 — Prospecto da última missão do Rio Negro, chamada Dari, administrada pelos religiosos Carmelitas

Os desenhos da Biblioteca Nacional não são inéditos; alguns já foram publicados (42).

A coleção da Casa de Pálmela segue quase a mesma ordem com algumas alterações, no catálogo, dos nomes consignados.

O General A. Lyra Tavares(43) referencia esta coleção e demais mapas citados por Sousa Viterbo.

PANORAMAS DE BELÉM

Na Coleção da Biblioteca Nacional o primeiro prospecto é o da cidade de Belém do Pará.

Foi tirado da Baía de Guajará e nos mostra Belém com seu litoral desde o Convento de Santo Antônio até o do Carmo. Conforme planta e prospecto, ambos de Schwebel e do mesmo ano temos uma idéia bem nítida da cidade no ano de 1756.

O litoral acha-se quase ao natural, mas já havia o aterro que veio, mais tarde, ser a Praça do Pelourinho, hoje local do Mercado de Ferro. Distingue-se perfeitamente o forte de São Nolasco na frente do convento das Mercês, indicado em obras, as casas das canoas, a alfândega, o sobrado do Bispo, o palácio do Governo, o Convento dos Jesuítas, o forte do Castelo, a Sé em construção, sem o frontão terminado, e a igreja do Carmo. O Ver-o-Peso já aparece junto às casas das canoas. O litoral aparente corresponde no trecho entre o Ver-o-Peso e as Mercês à atual Rua 15 de Novembro, antes chamada da Praia, da Boa Vista e da Imperatriz. com os aterros do século XIX surgiu na sua frente um outro logradouro, hoje cais do porto com o Boulevard Castilhos França e Praça Kennedy. No segundo plano árvores.

No códice da Casa de Pálmela consignam-se duas vistas de Belém: Prospecto da cidade de Belém no Grão Pará, da parte de Norte (0,283x0,882, aquarelado a negro) e Prospecto da cidade de Belém no Grão Pará, da parte do Oeste (0,283x0,881, aquarelado a negro). São de 1758, feitos em Lisboa- Cremos não publicadas.

DONATO MELLO JUNIOR

como se sabe o mais antigo panorama de Belém, aliás de Schwebel, não foi o citado mas um outro, pouco anterior, exatamente de 1753 quando aportou ele em Belém.

Acha-se o mesmo no Arquivo Histórico Militar de Lisboa em dois desenhos originais já citados anteriormente e relacionados por Sousa Viterbo. São de 1753. Um deles o «Prospecto do norte da cidade de Belém», foi reproduzido por João Lúcio de Azevedo na primeira edição de «Os Jesuítas no Pará», em 1901.

Também se encontra estampado no diploma de sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. É o primeiro panorama de Belém e inicia uma série numerosa do mesmo tipo: a cidade vista da Baía de Guajará.

Neste primeiro panorama de Belém, pouco diferente do anteriormente referido, a Sé aparece armada com andaimes, percebendo-se a altura das paredes, do seu frontispício inacabado.

Observando-se a planta de 1753, a parte construída da Sé era cruciforme, isto é o corpo da igreja com as duas naves, longitudinal e transversal, e toda a extensão da fachada principal.

Faltavam, ainda, as quatro construções laterais que existem atualmente e que dão à planta baixa um partido praticamente retangular. A planta inicial teria perímetro em cruz? Não sabemos. A localização do risco original daria a solução. As duas plantas existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, dadas como da Sé de Belém, não são dela. Apuramos pela análise das mesmas que representam a Sé do Rio de Janeiro, tendo havido um engano na classificação antiga.

Infelizmente não temos cópia dos panoramas de Belém de 1753 do Arquivo Histórico Militar, de Lisboa, referidos por Viterbo.

O CONJUNTO DOS PROSPECTOS

Em conjunto estes prospectos documentam as missões religiosas em seu aspecto urbano com vistas tiradas do rio, fundo de vegetação e céu nublado, em modelos convencionais de representação, mas com a preocupação de verismo nas construções em geral padronizadas em se tratando da moradia indígena.

As construções se dispõem próximas das margens do rio, sem maior preocupação de alinhamentos ou composição.

As casas em geral são térreas, aparecendo alguns sobrados e capelas, pequenos cruzeiros, suportes de sinos e modestos desembarques e escadas- As coberturas são de palha nas casas dos índios e

algumas vezes de telha ou madeira. Em todos os desenhos do álbum de Schwebel houve a preocupação de indicar a direção do rio, com enorme seta.

Nos lugares onde há fortalezas aparece sempre uma exagerada bandeira portuguesa. A representação vegetal é monótona e padronizada e os desenhos parecem feitos com a técnica da gravura em metal.

Ilustram estes prospectos o «Diário» de viagem de Mendonça Furtado. Estes dois elementos: «Diário» e «Prospectos» se completam e dão-nos uma idéia bem nítida das missões religiosas espalhadas pelos confins da Amazônia nos meados do século XVIII.

Os prospectos visualizam numerosos dados e descrições da documentação escrita, felizmente em bom número.

Esta rara e dupla documentação mereceria uma publicação integral pelo muito que nos informa do esforço material das Ordens religiosas em sua conquista espiritual e do domínio da Metrópole em sua política de expansão pelo vale amazônico.

Schwebel perlustrou a Amazônia de 1753 a 1756, sacrificou sua saúde e, talvez antes da sua missão dada por finda, regressou a Portugal; mas deixou, para a História da Amazônia, um significativo espólio a perpetuar-lhe a memória e digno de atenção.

NOTAS

- 1 — Cortesão, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid* (1750). Ministério das Relações Exteriores — Instituto Rio Branco — Rio de Janeiro, s.d.

No volume 5° — «Execução do Tratado» — há transcrição de numerosos documentos, principalmente do ano de 1750. Nele não encontramos o nome de Schwebel, nem de Antônio José Landi, sinal de que muito há por levantar em matéria de documentação deste Tratado.

- 2 — *Limites e demarcações na Amazônia Brasileira*. 1° Tomo; A fronteira colonial com a Guiana Francesa. 2° Tomo; A fronteira com as colônias espanholas. Rio de Janeiro, 1947 e 1948.

Nestes dois tomos, fundamentando o histórico, o autor apresenta excelente «Documentário» e rica bibliografia.

Na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 244, de 1959 o autor complementa seu trabalho com o estudo — «O Tratado de S. Ildefonso.»

Ferreira Reis ainda aborda o assunto em sua ampla bibliografia: *História do Amazonas; Síntese de História do Pará; A conquista espiritual da Amazônia; Paulistas na Amazônia e outros ensaios; A política de Portugal no vale amazônico; O processo histórico da economia amazônica; Soldados, casais e degredados na colonização da Amazônia; Roteiro histórico das Mortificações no Amazonas.*

DONATO MELLO JUNIOR

- 3 — «Vicissitudes do Tratado de Madrid», na obra do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — «Anais do Congresso Comemorativo do Bicentenário da Transferência da Sede do Governo do Brasil», vol. II, 1966, Rio de Janeiro.
- O autor, especialista em assuntos históricos de Mato Grosso, aborda a matéria em outros trabalhos, p. ex. *História de Mata Grosso*.
- 4 — a) *História Diplomática de Portugal*. Lisboa, 1932 e 1933.
b) *Relações Exteriores de Portugal. Reinado de D. João VI*. Lisboa, 1938.
c) *Relance da história diplomática de Portugal*. Portugal, 1940.
d) *Os jesuítas e a delimitação, do Brasil de 1750*. Braga, 1939.
- 5 — *Fronteiras do Brasil no regime colonial*. Rio de Janeiro, 1939.
- 6 — *Anais da Biblioteca Nacional, tomos 52 e 53*. Rio de Janeiro, 1938. (Documentos sobre o Tratado de 1750).
- 7 — a) *Limites do Brasil na Amazônia*. Conferência no Clube de Engenharia a 16 de setembro de 1969 no Curso de Altos Estudos Amazônicos (mimeogr.).
b) *Um grande desafio diplomático no século passado*. C.F.C., Rio de Janeiro, 1971.
c) *História da formação das fronteiras do Brasil*. C.F.C., Rio de Janeiro, 1972.
- 8 — *A Amazônia na era pombalina* (3 tomos). São Paulo, 1963.
- 9 — Traz o título «Páteo das Vacas — C — Relação das pessoas que foram nomeadas para as demarcações de 1750». Encontramô-lo na lata 290, maço 3. Faz parte da Coleção «Barão da Ponte Ribeiro», cujo catálogo Parte III — 34 — Arquivos Particulares, Rio de Janeiro, 1965, foi publicado pelo Ministério das Relações Exteriores (7 — «Limites coloniais» em 55 documentos, tendo a «Relação» o n° 32, em 4 páginas. Há, sob o n° 31, a «Relação das pessoas empregadas na demarcação da parte norte da América do Sul» em dois exemplares em cópia antiga).
- Na biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo encontra-se uma publicação raríssima — «Relação dos officiaes de guerra, e mais pessoas, que se achão nomeadas por Sua Magestade, para a expedição da América Portuguesa: Os quaes principiarão a vencer seus Sócios, e Ordenados no primeiro de Novembro de 1750». (Lisboa, 1751, 2 f. inum.). Referenciada por Rosemarie E. Horch in — «A Colônia de Sacramento» publicado na Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n° 3 p. 186, 1968, São Paulo. Esta publicação não foi relacionada por Rubens Borba de Moraes por não tê-la encontrado. Reproduzida a primeira página.
- 10 — José Gonçalves da Fonseca.
- 11 — O Padre Haller não veio para o Brasil; foi trabalhar na comissão espanhola.
- 12 — Johann Andreas Schwebel; para nós, João André Schwebel, alemão, cartografo. Veio com 35 anos.
- 13 — Adam Leopold Breuning, alemão; «tem pouco ou nada de estudo ou prática na matéria de engenheiro, nem no militar», segundo Carlos Mardel.

O CAPITÃO-ENGENHEIRO JOÃO ANDRÉ SCHWEBEL — DOCUMENTARISTA . . .

- 14 — Aparece o nome «Daniel Panelli» na carta de 10 de maio de 1753, familiar e secretíssima do Marquês de Pombal ao seu irmão, divulgada por Ferreira Reis (*A fronteira com as colônias espanholas*, p. 71). Na mesma obra, p. 219 na «Relação dos sóidos», seu nome está grafado «Daniel Panetz».

Carneiro de Mendonça (opus cit) transcreve uma «Relação dos sujeitos que S. Mag. manda na frota do Maranhão deste ano de 1753»..., documento em cópia existente no I.H.G.B. (Conselho Ultramarino) aparecendo aí a grafia «Daniel Plank» (Tomo I, p. 384).
- 15 — Português. Segundo Mardel, «de boa capacidade: E em matéria de engenheiro, sem prática ou experiência alguma, e o mesmo no desenhar, e executar, etc.».
- 16 — Astrônomo. Natural de Bolonha. Referido no documento XV da «Execução do Tratado» na obra Alexandre de Gusmão e o tratado de Madrid (1750). Parte V., 1963.
- 17 — Capitão Gaspar João Geraldo Cronsfeld. Aparecem em várias fontes as formas «Gronfeld, Cromfelds e Cronsfeld». Era alemão.
- 18 — Henrique Antônio Galuzzi. Italiano de Mântua.
- 19 — Antônio José Landi. Italiano de Bolonha (1713-1791). Assinava também: Giuseppe Antônio Landi, José Antônio Lande. De grande importância na história das Arquitetura no Pará.
- 20 — Antônio Matos era português.
- 21 — Camacho era português.
- 22 — Inácio Szentmartoni. Aparecem as variantes «Szentmartonyr; — Szentmartony, Stezent Martonu e Semartoni. Jesuíta e húngaro. Trouxe um criado: Francisco Xavier.
- 23 — Filipe Sturm. Aparece «Phelipe, Philipe e Philipp».
- 24 — Manuel Fritz Gotz. Alemão. Seu sobrenome aparece, às vezes, «Görz e Gotz». Pouco conhecida a sua obra. Serviu depois no Maranhão.
- 25 — Português.
- 26 — Ferreira Reis. Opus cit. 2^o tomo, p. 218.
- 27 — Ferreira Reis. Opus cit. 2^o tomo, p. 219.
- 28 — Em Carneiro de Mendonça, opus cit., p. 384, Schwebel receberia no Pará 357\$600 anuais e sua família em Lisboa 240\$000 (IMGB. Conselho Ultramarino — II Vários — Arquivo 1-2-10 (p. 88v. a 91). Iguamente em Cezar Reis (Limites e demarcações...), tomo 2\ p. 230.
- 29 — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitetos, Engenheiros e Construtores, Portugueses ou a Serviço de Portugal*. Dois volumes. Lisboa, 1904.

Em 1964 Jorge Faro coordenou e aditou e fez a introdução da obra *Expedições Científico-Militares enviadas ao Brasil*, em dois volumes, Lisboa, baseada no «Dicionário».

DONATO MELLO JÚNIOR

- 30 — *Humboldt* n° 22, p. 70, Ano 10, 1970. — «Dois cartógrafos alemães ao serviço do Brasil no século 18: Johann Andreas Schwebel e Philipp Sturm». Este trabalho apareceu novamente na *Revista de História*, n° 89 Vol. XLIV, São Paulo, 1972.
- 31 — «Colleçam dos Prospectos das Aldeas, e lugares mais notáveis que se acham em o Mappa que tiraram os Engenheiros de Expediçam principiando da Cidade do Pará the a Aldeã de Marina no Rio Negro, onde se acha o Arrayal, além dos prospectos de outras tres ultimas Aldeas chamadas Camarã, Bararuã, Dari; situadas no mesmo Rio. Feitos por ordem do Illustrissimo e Excellentissimo Sr. Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Gov.or e Cap.am. Gn.al do Estado, Plenipotenciario, e primeiro Comissário das Demarcaçoens dos Reaes Dominios de Sua Magestade Fedelissima da parte do Norte.
- Executados pelo Captam Engenheiro Joam André Schwebel Anno 1756.»
- Este extenso título acha-se no campo de uma cartela barroca na base da qual, simbolicamente, de várias conchas correm as águas dos Rios Tocantins, Xingu, Tapajós. Amazonas, Madeira, Negro e Branco.
- 32 — Catálogo da Exposição de História do Brasil (1881), n° 2054.
- 33 — Catálogo da Exposição de História do Brasil (1881), n° 1617.
- 34 — Catálogo da Exposição de História do Brasil (1881), n° 1616.
- 35 — Sousa Viterbo (opus cit.).
- 36 — *Anais da Biblioteca e Arquivo Público do Pará*. Tomo 5°, 1906. (Correspondência dos Governadores com a Metrópole n° 205 p. 317) .
- 37 — Belém, 1970. (2 — Planta Geométrica da cidade de Belém do Grão Pará», p. 11; e ilustração 2, p. 13).
- 38 — Apesar da pesquisa na Biblioteca Nacional, em várias Seções, não conseguimos apurar a procedência da peça (Registro atual 325149AA-1961; Registro inicial n° 807, de 26 de setembro de 1916; este último não localizado).
- 39 — Mello Junior, Donato. Opus cit., p. 9 e 11. (CEHB-2024). — Mede a planta 0,455x0,345. Pertence à mapoteca do Itamarati.
- 40 — Mello Junior, Donato. Opus cit., p. 16 — «Planta Geométrica da cidade de Belém do Grão Pará» (Por Schwebel — 1758).
- 41 — O «Mapa Geográfico...» foi divulgado por Marcos Carneiro de Mendonça em 1963 no seu opulento livro em três tomos *A Amazônia na era pombalina*, São Paulo. Estão no 2° tomo em 4 folhas. A cópia foi feita pelo 2° Tenente de Engenharia Miguel Vieira Ferreira, datada de 19 de dezembro de 1862 e conferida pelo Coronel José de Paiva e Silva.
- 42 — Ferreira Reis (opus cit., 1948 — 2' Tomo — A fronteira com as colônias espanholas) publicou o prospecto de Marivá.

Marcos Carneiro de Mendonça (opus cit., 2° Tomo) publicou vários dos desenhos da Coleção da Biblioteca Nacional: folha de rosto e prospectos da ribeira, sita no Rio Moju, do sítio junto a Igarapé-Mirim, do sítio do Limoeiro, de aldeia de Guaricuru, da aldeia de Arucarã, de Gurupa, de Arcajo, de Boa Vista, de Tapajós, de Pauxis,

O CAPITÃO-ENGENHEIRO JOÃO ANDRÉ SCHWEBEL — DOCUMENTARISTA...

da fortaleza do Rio Negro, de Pedreira, de Mariuá e de Dari (p. 614-a, 616 a-d, 618 a-b, 620 a-b, 622 a-b, 626 a, 628 a-b, 630 a). O autor ainda esclarece os novos nomes tomados posteriormente pelas antigas missões: aldeia de Guaricuru, depois vila de Melgaço; aldeia de Arucará: Portei; aldeia de Arapijó: lugar de Carrazedo; aldeia de Cumaru: Carvoeiro; aldeia de Mariuá: vila de Barcelos. Mendonça Furtado substituiu os nomes indígenas por nomes portugueses. Submeteu ele, a 13 de junho de 1757, a El Rei, proposta para a mudança dos nomes das aldeias que passaram a vilas ou lugares cumprindo a lei de 6 de junho de 1755. Adotou os nomes das vilas da Casa de Bragança e das terras do Infantado e da Ordem de Cristo, tendo classificado os nomes indígenas de «bárbaros» (Anais da BAPP, Tomo 5', 1906. Correspondência dos Governadores, n° 173). Carneiro de Mendonça divulga, ainda, no 2° Tomo, o «Diário da viagem que o limo. Exmo. Senhor Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador e Capitão-General do Estado do Maranhão o fez para o Rio Negro à expedição das demarcações dos reais domínios de Sua Magestade» (p. 615-631).

O Diário foi escrito e organizado pelo Secretário J. A. P. da Silva, e ilustrado como acabamos de ver por Schwebel.

No 1ª Tomo, Carneiro de Mendonça publicou o panorama de Belém (p. 8 a).

No catálogo da exposição — «A Engenharia Militar no Brasil e no Ultramar Português», Lisboa, 1960 estão reproduzidos dois prospectos do códice da Casa dos Duque de Palmela:

37 — «Prospecto do Forte da Aldeia de Pauxis, administrada pelos religiosos capuchos de Sta. Boa-Ventura.»

48 — «Prospecto da Aldeia de Mariuá, administrada pelos religiosos carmelitas, onde se acha o arraial.»

Notam-se pequenas diferenças de desenho entre as duas séries.

43 — *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*, 1965. — Edição do SPEME. Portugal. Na relação: «Engenheiros que Portugal destacou para o Brasil no período colonial», Schwebel está referenciado na página 143 sob o n° 115.

Por engano a palavra «prospectos» está substituída por «projetos», o que altera o sentido.

Informa-nos o autor que Schwebel integrou a Expedição Científica Militar desde 8 de outubro de 1750.

49844

IMPRESSA NACIONAL
SECÇÃO DE GRAFICA E TYPOTECAS
RIO DE JANEIRO



Collecção dos prospectos
das Aldeas, e lugares mais notaveis
que se acham em o Mapa que tiraram os Engenheiros de Expediçam,
principando da Cidade do *ouro* the a Aldeia de *Arriua* no Rio - negro,
onde se acha o *Arroyal*,
alem dos prospectos de outras tres ultimas Aldeas chamadas *Camarã*, *Bararuã*,
Davi, *Situadas no mesmo Rio*.

Feitos por ordem do Illustrissimo e Excellentissimo S^e
FRANCISCO XAVIER DE MENDONÇA FURTADO,
Gov^{or} e Cap^{tao} G^{er}al do Estado, Plenipotenciario, e primeiro Comissario das
Demarcaçoens dos Reaes Dominios de

SUA Magestade FEDELISSIMA

da parte do Norte.

Executado pelo Capitão Engenheiro João André de Azevedo. Anno 1750.

R. Branco

R. Negro

R. Madeira

R. Amalona

R. Tapajós

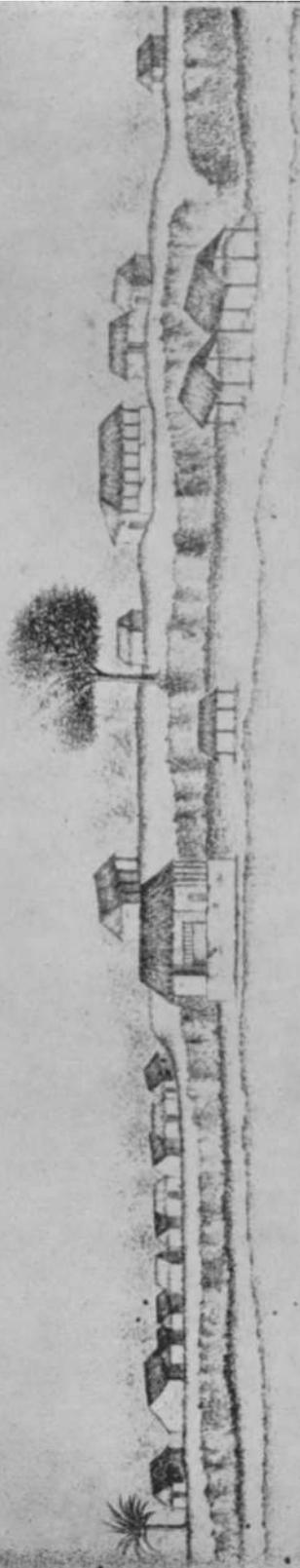
R. Xingu

R. Tocantins

*Respecto do Rio,
ponte do Garape. Viri, que tem communicação com o Rio Moju, e com o dos Tocantins.*



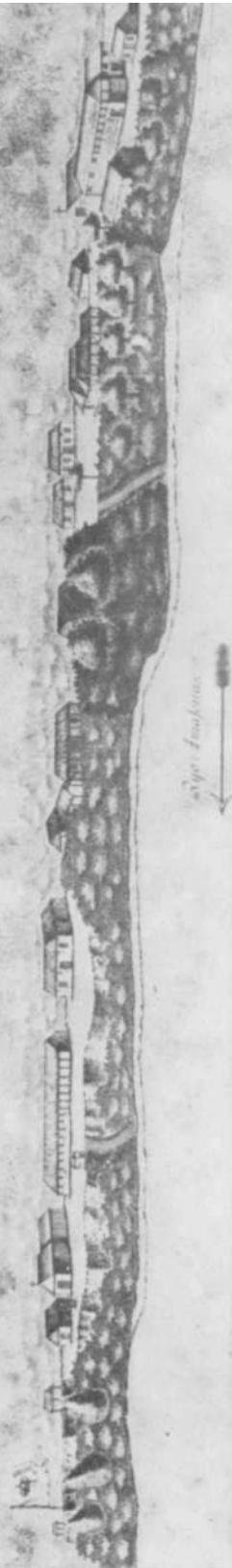
Prospecto da Ribeira
donde se fabricam as Camoas, sito no Rio. Hoju.



Visão da Cidade de Belém, do Estado do Grão-Pará.

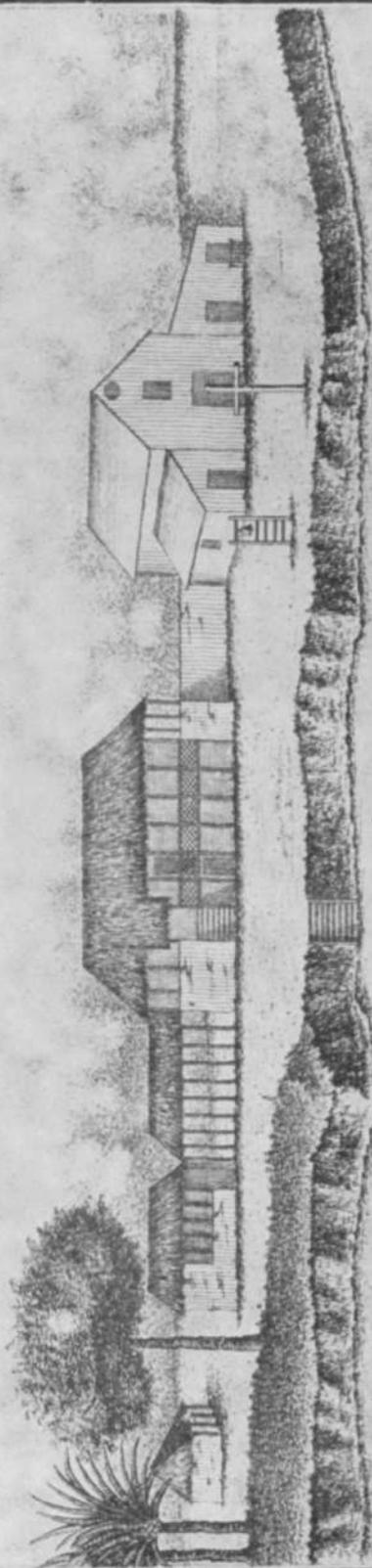


Visão da Fortaleza de Guaporá, com a sua Cadeia.



Rio Amazonas

Respecto da Freguezia de São Anna, no Garape Mirim.

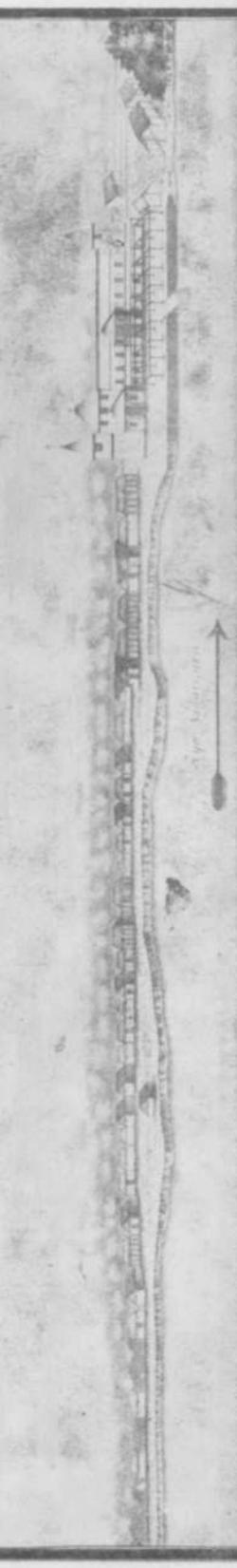


2
Prospecto da Aldeia de Marim, administrada pelas Religiozas Carmelitas,
onde se achu o Arraçal.



Ryo Negro

Prospecto da Aldeia de Guatuzara, no Rio do mesmo nome,
administrada pelas Religiozas da Comp.

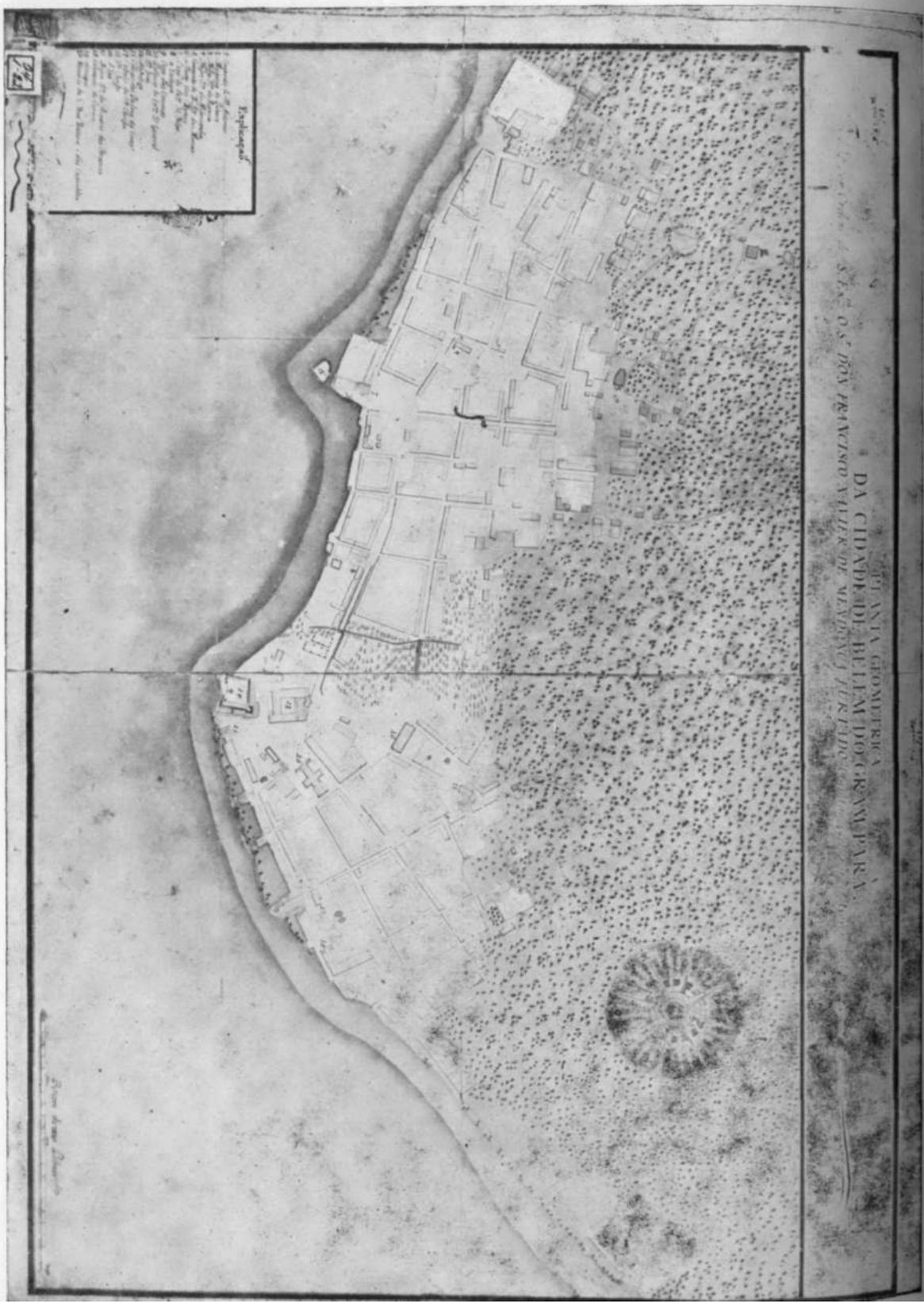


Ryo Guatuzara

PLANTA GEOMETRICA
DA CIDADE DE BELLEM DOGRANM PARA
S. A. O. S. DE N. S. DA PRAIA FRANCISA VILHA DE MANDUA FERREDO

Explicação
1. Igreja de S. Antonio
2. Igreja de S. Pedro
3. Igreja de S. Paulo
4. Igreja de S. Joao
5. Igreja de S. Francisco
6. Igreja de S. Maria
7. Igreja de S. Joao Evangelista
8. Igreja de S. Joao Baptista
9. Igreja de S. Joao Evangelista
10. Igreja de S. Joao Evangelista
11. Igreja de S. Joao Evangelista
12. Igreja de S. Joao Evangelista
13. Igreja de S. Joao Evangelista
14. Igreja de S. Joao Evangelista
15. Igreja de S. Joao Evangelista
16. Igreja de S. Joao Evangelista
17. Igreja de S. Joao Evangelista
18. Igreja de S. Joao Evangelista
19. Igreja de S. Joao Evangelista
20. Igreja de S. Joao Evangelista
21. Igreja de S. Joao Evangelista
22. Igreja de S. Joao Evangelista
23. Igreja de S. Joao Evangelista
24. Igreja de S. Joao Evangelista
25. Igreja de S. Joao Evangelista
26. Igreja de S. Joao Evangelista
27. Igreja de S. Joao Evangelista
28. Igreja de S. Joao Evangelista
29. Igreja de S. Joao Evangelista
30. Igreja de S. Joao Evangelista
31. Igreja de S. Joao Evangelista
32. Igreja de S. Joao Evangelista
33. Igreja de S. Joao Evangelista
34. Igreja de S. Joao Evangelista
35. Igreja de S. Joao Evangelista
36. Igreja de S. Joao Evangelista
37. Igreja de S. Joao Evangelista
38. Igreja de S. Joao Evangelista
39. Igreja de S. Joao Evangelista
40. Igreja de S. Joao Evangelista
41. Igreja de S. Joao Evangelista
42. Igreja de S. Joao Evangelista
43. Igreja de S. Joao Evangelista
44. Igreja de S. Joao Evangelista
45. Igreja de S. Joao Evangelista
46. Igreja de S. Joao Evangelista
47. Igreja de S. Joao Evangelista
48. Igreja de S. Joao Evangelista
49. Igreja de S. Joao Evangelista
50. Igreja de S. Joao Evangelista
51. Igreja de S. Joao Evangelista
52. Igreja de S. Joao Evangelista
53. Igreja de S. Joao Evangelista
54. Igreja de S. Joao Evangelista
55. Igreja de S. Joao Evangelista
56. Igreja de S. Joao Evangelista
57. Igreja de S. Joao Evangelista
58. Igreja de S. Joao Evangelista
59. Igreja de S. Joao Evangelista
60. Igreja de S. Joao Evangelista
61. Igreja de S. Joao Evangelista
62. Igreja de S. Joao Evangelista
63. Igreja de S. Joao Evangelista
64. Igreja de S. Joao Evangelista
65. Igreja de S. Joao Evangelista
66. Igreja de S. Joao Evangelista
67. Igreja de S. Joao Evangelista
68. Igreja de S. Joao Evangelista
69. Igreja de S. Joao Evangelista
70. Igreja de S. Joao Evangelista
71. Igreja de S. Joao Evangelista
72. Igreja de S. Joao Evangelista
73. Igreja de S. Joao Evangelista
74. Igreja de S. Joao Evangelista
75. Igreja de S. Joao Evangelista
76. Igreja de S. Joao Evangelista
77. Igreja de S. Joao Evangelista
78. Igreja de S. Joao Evangelista
79. Igreja de S. Joao Evangelista
80. Igreja de S. Joao Evangelista
81. Igreja de S. Joao Evangelista
82. Igreja de S. Joao Evangelista
83. Igreja de S. Joao Evangelista
84. Igreja de S. Joao Evangelista
85. Igreja de S. Joao Evangelista
86. Igreja de S. Joao Evangelista
87. Igreja de S. Joao Evangelista
88. Igreja de S. Joao Evangelista
89. Igreja de S. Joao Evangelista
90. Igreja de S. Joao Evangelista
91. Igreja de S. Joao Evangelista
92. Igreja de S. Joao Evangelista
93. Igreja de S. Joao Evangelista
94. Igreja de S. Joao Evangelista
95. Igreja de S. Joao Evangelista
96. Igreja de S. Joao Evangelista
97. Igreja de S. Joao Evangelista
98. Igreja de S. Joao Evangelista
99. Igreja de S. Joao Evangelista
100. Igreja de S. Joao Evangelista

Summa das Medidas



REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

20

Abril/Junho — 1974

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA
Publicação trimestral do Conselho Federal de Cultura

DIRETOR

Mozart de Araújo

CONSELHO DE REDAÇÃO

Octavio de Faria

Djacir Menezes

Adonias Filho

Pedro Calmon

Afonso Arinos de Mello Franco

Redação: Palácio da Cultura — 7º andar
Rio de Janeiro — Brasil

REVISTA BRASILEIRA DE CULTURA

ANO VI

ABRIL/JUNHO - 1974

N.º 20

Sumário

ARTES

- DONATO MELLO JUNIOR Para a história do Teatro Amazonas. 9

LETRAS

- ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO *Belmiro Braga e o ídolo Machado de Assis.* 21'
- SILVIO MEIRA *Poesia e verdade no Fausto de Goethe.* 27

CIÊNCIAS HUMANAS

- ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS *Na luta contra o desenvolvimento, é fundamental a saúde do homem.* 55
- IRMÃO JOSÉ OTÃO *Enfoque educacional do problema do menor.* 63
- DELSO RENAULT *Atos cruéis e humanos — Extremos da escravidão brasileira.* 71
- OTÁVIO MENDONÇA *O advogado e os direitos do homem.* 81
- NESTOR LUIZ DOS SANTOS LIMA *As peculiaridades da cultura brasileira no continente e nossas afinidades culturais com a Venezuela.* 95
- CARLOS DE MEIRA MATTOS *Geopolítica.* 107"
- GLYCON DE PAIVA *Geologia de Canudos em «Os Sertões'».* 137
- JACK CORRÊA *Plácido de Castro.* 145

Artes

Para a História do Teatro Amazonas

DONATO MELLO JUNIOR

DOIS PROJETOS PARA O TEATRO: JÚLIO PINK AS EM 1884 E CUSTÓDIO DE OLIVEIRA LIMA EM 1886

«Parece estranho que de 1881 a 1885 não se fale nas obras do teatro senão mediocrementemente.»

MÁRIO YPIRANGA MONTEIRO

Manaus, ao reinaugurar o seu famoso Teatro Amazonas, graças a Um trabalho sério de restauração e de modernização técnica, pelo atual Governo, deve sentir-se orgulhosa de recuperar, para a cultura amazônica, um bem cultural de extremo valor e significação.

como sói acontecer, o vulto da construção de um grande teatro dá origem a uma história geralmente longa, sofrida, tumultuada, de altos e baixos, mas no fim gloriosa e que é a sua própria história. E ao lado surgem as estórias...

A história do Teatro Amazonas, também com suas estórias, não fugiu à regra, à semelhança do seu rival na Amazônia — o Teatro da Paz de Belém do Pará — de não menos movimentada crônica.

DONATO MELLO JUNIOR

Ambas as Províncias sonharam por muito com um novo Teatro e a sua concretização foi uma somatória de problemas técnicos, políticos e administrativos a envolver a Política, o Governo Provincial, as Repartições de Obras, os autores, os artistas e os construtores.

A história do Teatro Amazonas, hoje monumento nacional tombado no IPHAN, está em parte escrita por Mário Ypiranga Monteiro, no que tange à documentação oficial e à crônica dos jornais, graças ao apoio decisivo do antigo Governador do Amazonas, o historiador da Amazônia Arthur Cezar Ferreira Reis. (1) Revelando sua riqueza artística, Clarival do Prado Valladares, crítico de arte, acaba de ver publicada sua contribuição àquele templo de Arte — «Restauração e recuperação do Teatro Amazonas» — em magnífica edição, onde se destacam primorosas fotografias coloridas graças à sensibilidade e à técnica do próprio autor, divulgação devida ao apoio do Governo do Amazonas e à firma que o restaurou. (2)

Ao que parece, o Teatro Amazonas teve mais sorte do que o Teatro da Paz, também de vida agitada desde a sua construção, e já com sua história contada e suas obras de arte recuperadas e divulgadas. O Teatro Amazonas conseguiu uma documentação que o seu rival não tem, como comprovam os trabalhos de Ypiranga Monteiro e Clarival Valladares. Em nossa tentativa de estudar a construção antiga do Teatro da Paz, esbarramos com a falta de documentação, superada em alguns pontos por difícil pesquisa, mas noutros frustrados os nossos esforços pela ausência de documentos, inexistentes ou não localizados. (3) Encontra-se

(1) Teatro Amazonas, Manaus, 1965, 3 vol.

Edições Governo do Estado do Amazonas.

Série: Torquato Tapajoz, vol. III.

(2) Restauração e recuperação do Teatro Amazonas.

Rio de Janeiro, 1974.

Prefácio do Eng. Cel. João Walter de Andrade.

«Esta obra é homenagem da Construtora Norberto Odebrecht S/A. ao Governador do Estado do Amazonas, o Engenheiro Coronel João Walter de Andrade, em reconhecimento e admiração por sua extraordinária iniciativa na restauração e recuperação do Teatro Amazonas...»

(3) Das pesquisas sobre o Teatro da Paz, apenas está divulgada:

«Teatro da Paz», in Revista de Cultura do Pará, ns. 12 e 13, jul-dez. 1973, Belém, Pará.

Neste trabalho estudamos «A cerimônia da sua pedra fundamental. A ata, a medalha comemorativa e as personalidades presentes à solenidade histórica de 3 de março de 1869».

Em 19 de fevereiro de 1974, no Teatro da Paz, proferimos uma palestra, a convite do seu Diretor Maestro Waldemar Henrique, sobre a História da construção do Teatro da Paz. Pesquisas, no Rio de Janeiro, deram-nos elementos para levantar a vida e a obra do autor do risco original do Teatro da Paz — José Tibúrcio Pereira de Magalhães.

PARA A HISTÓRIA DO TEATRO AMAZONAS

também o Teatro da Paz em restauração pelo Governo do Estado do Pará, graças ao entusiasmo e sensibilidade do governador Fernando Guilhon.

A PRIMEIRA FASE DO TEATRO AMAZONAS

Mário Ypiranga Monteiro, em livro de três volumes, historiou o Teatro Amazonas no período de 1881-1908 e, segundo a abalizada opinião de Arthur Cezar Ferreira Reis (no seu prefácio):

- «Este livro importa numa contribuição imensa para o conhecimento do processo de desenvolvimento cultural da Amazônia». . . , juízo esse seguido de uma afirmação:
- «Obra de fôlego, minuciosa, quase exaustiva nos detalhes, nada encontra, na bibliografia pertinente à história da arte cênica no Brasil, que se lhe possa comparar.» (4)

O próprio autor declara haver escrito sua história por duas razões: por ser sobre um patrimônio artístico e para deter a onda de inverdades a respeito do mesmo. E remata suas afirmações acrescentando não acreditar haver esgotado o assunto, cuja crônica traz até o ano de 1908.

Basicamente, o 1º volume refere-se à história da construção do Teatro, da idéia até a sua inauguração (1881-1897) . Os 2º e 3º já são a sua narração como casa de espetáculos e polo cultural de Manaus. Todos os seus volumes, em número de três, como já registramos anteriormente, impressionam pela farta documentação de fontes primárias e pela contribuição da imprensa local contemporânea.

como arquiteto, interessa-nos principalmente a história da construção, a arquitetura e a decoração do Teatro. Ypiranga documentou a edificação no seu primeiro volume e Clarival revelou-nos a decoração pictórica. Ambos os autores, apesar do que dispunham, lamentam a falta da devida documentação.

Ypiranga escreve (opus cit. p. 56): «Parece estranho que de 1881 a 1885 não se fale nas obras do teatro senão mediocrementemente.» Clarival penitencia-se: «Foge-nos, também, a identificação de autoria de numerosos trabalhos artísticos desse acervo» (opus cit. p. 60) . Gentilmente, este citou-nos várias vezes ao registrar dados e indagações sobre um artista comum a ambos os Teatros: De Angelis.

Aos debates havidos em 1881, quando se discutiu na Assembléia Legislativa Provincial o projeto nº 45, de 21 de maio, de autoria do deputado A. J. Fernandes Junior, seguiu-se a Lei nº 546, de 14 de

(4) Teatro Amazonas. Prefácio, p. 11.

DONATO MELLO JUNIOR

junho, que — «Autoriza a despesa de cento e vinte contos (120:000\$000) com a construção de um teatro, ato esse sancionado pelo Presidente Alarico José Furtado. Reconhecida a insuficiência de recursos, o Prês. José Lustosa da Cunha Paranaguá sancionou a Lei nº 593, de 29 de maio de 1882 que — «Autoriza o Presidente da Província a chamar concorrência à apresentação de plantas para a edificação de um teatro nesta Capital. (5) Previam-se então um teatro de . . . 250:000\$000. Aberta a concorrência, apareceram dois candidatos: C. Celeste Saccardi (249:883\$290) e o Gabinete Português de Engenharia de Lisboa, representado pelo negociante Bernardo Antônio de Oliveira Braga (500:000\$000) . O Júri desclassificou o primeiro «por deficiência» e aceitou a planta do 2º, pagando-se por ela 1:100\$000.

O Presidente da Província, a 13 de janeiro de 1883, determinou a abertura de concorrência para a construção, licitação essa ganha por Manuel de Oliveira Palmeira de Menezes, pelo valor de 493:485\$350, lavrando-se a seguir o respectivo contrato, assinado em 23 de agosto, com o adendo de mais 10% para despesas não previstas, passando o total para 542:688\$200. como o contrato permitia sua transferência a terceiros, caiu o mesmo nas mãos da firma italiana Rossi & Irmãos, que acabou por rescindi-lo mais tarde, talvez por não ter a capacidade devida para o vulto da obra, rescisão ocorrida a 12 de janeiro de 1886, com o que se paralisou praticamente até 1892 o andamento da mesma. São os dados de Ypiranga Monteiro. (6)

Na sucessão contínua e rápida de Presidentes da Província, os primeiros anos da construção do Teatro viram desfilar Alarico José Furtado (1881), que sancionou a lei para a edificação, José Lustosa da Cunha Paranaguá (1882), que mandou abrir concorrência para a planta e lançou a pedra fundamental do mesmo a 14 de fevereiro de 1884, Teodoreto Carlos de Faria Souto (1884), que viu o começo dos alicerces e recebeu uma proposta de um teatro, conforme veremos adiante, José Jansen Ferreira Junior (1885), que vetou uma lei de emissão de apólices que favorecia a construção do teatro. O desfile continua com outros Presidentes antes as obras paralisadas: Ernesto Adolfo Vasconcelos Chaves (1885), Conrado Jacob de Niemeyer (1887), Francisco Antonio Pimenta Bueno (1888), Joaquim Cardoso de Andrade (1888), Joaquim de Oliveira Machado (1889) e Manuel Francisco Machado (Barão de Solimões, 1889). (7) Por motivos vários, os últimos Presidentes da fase imperial deixaram paralisadas as obras do grande teatro,, as quais só foram retomadas nos idos de 1892, com Eduardo Gonçalves Ribeiro, o Pensador, o verdadeiro construtor do Teatro Amazonas, que

(5) Teatro Amazonas. Opus cit. Transcrição da Lei nº 593, à p. 33.

(6) Teatro Amazonas. Opus cit. «Primeira fase. Surge uma grande idéia».

(7) Organizações e Programas Ministeriais. Regime Parlamentar no Império. 2ª edição. 1962. Rio de Janeiro.

PARA A HISTÓRIA DO TEATRO AMAZONAS

conseguiu aprontá-lo para a inauguração, ocorrida a 31 de dezembro de 1896, já na Presidência de Fileto Pires Ferreira, solenidade assistida também por Eduardo Ribeiro.

UM DOCUMENTO INÉDITO NA BIBLIOTECA NACIONAL — A PROPOSTA DE JÚLIO PINKAS PARA UM TEATRO

Em 1966, ao pesquisarmos documentação antiga sobre o Grão Pará, na Biblioteca Nacional, para coleta de elementos destinados a ilustrar um curso em Belém do Pará ⁽⁸⁾, tivemos a oportunidade de conhecer dois documentos curiosos para a história do teatro de Manaus. O primeiro, que agora comentamos rapidamente, consta de uma cópia, da época, de uma proposta que o engenheiro Júlio Pinkas, Chefe da Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré, dirigiu a Teodureto Carlos de Faria Souto, então Presidente da Província do Amazonas, feita em Manaus e datada de 9 de maio de 1884. ⁽⁹⁾ Este documento encontra-se na Seção de Manuscritos, pertencendo à coleção Pimenta Bueno, lá registrado em 1928, sob nº 1. ⁽¹⁰⁾ Inicia o mesmo com o seguinte período: — «O desejo que V. Excia, numa ocasião exprimiui de possuir ou obter uma planta de um teatro que em si não somente reúna solidez, elegância e conforto, mas que também esteja proporcional ao número e costumes dos habitantes dessa cidade, cuja despesa fosse ao alcance dos cofres provinciais e sobretudo conviesse ao clima trópico da região amazonense, despertou-me o ânimo de tentar-me a esse problema e oferecer a V. Exa. o resultado desse tentâmen para o fim que V. Exa. conviesse dar-lhe.»

Convém lembrar que o Prês. Teodureto Carlos de Faria Souto havia tomado posse a 11 de março de 1884, menos de dois meses antes, sucedendo ao Governo de Cunha Paranaguá. Já tinha sido lavrado o contrato para a construção do teatro a 23 de agosto de 1883 e em janeiro de 1884 deliberara o Governo construí-lo na Praça de São Sebastião e ainda no fim do mesmo mês o contrato passara para a firma Rossi & Irmãos. A proposta é da época em que se preparava o terreno para o início da obra, cujos alicerces, segundo Ypiranga Monteiro, ⁽¹¹⁾ se iniciaram a 2 de junho do ano acima.

(8) Curso dado na Universidade Federal do Pará (Curso de Arquitetura, 2º semestre de 1966. disciplina: Arquitetura no Brasil).

(9) Segundo lemos num extenso trabalho de Júlio Pinkas, publicado pela Comissão de Estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré: «Relatório apresentado a S. Exa. o sr. Cons. João Ferreira de Moura» (Rio, 1885), chegara ele à Província do Amazonas em março de 1884, após uma ausência de cinco meses, a fim de reassumir o seu cargo na Comissão. Pinkas, pois, entre março e maio de 1884, tomou conhecimento do problema do Teatro, cuja obra iria iniciar-se.

(10) Manuscrito de 9 páginas, atualmente classificado CD. 725.8 Pimenta Bueno foi Presidente do Amazonas. Onde andarâ o original? Em Manaus?

(11) Opus cit. p. 61.

DONATO MELLO JUNIOR

Júlio Pinkas refere-se, a seguir, possuir a Província uma cópia do Teatro D. Maria II «e acha-se encetada a respectiva construção para essa cidade . . .», obra calculada em 600 contos, não incluindo a mobília da sala dos espectadores, o cenário, o maquinismo, a iluminação e o encanamento d'água. Critica, depois, a planta: corredores estreitos, cantos obscuros, falta de latrinas, escadas em caracol e insuficientes, portas de dimensões acanhadas abrindo para dentro, uma tríplice muralha impedindo a entrada de ar direto na sala, várias ordens de camarotes sobrepostas verticalmente. Reporta-se ao incêndio do Teatro Ring de Viena com mais de 500 vítimas . . . «por falta de clareza na disposição das escadas, corredores e portas de saída. . .» e as discussões seguidas sobre o modo de projetar teatros e sua aplicação contemporânea.

Exprime como se encontrou face ao problema: local, meios financeiros, clima, costumes e grau de educação popular, com a intenção de obter uma solução elegante, lançando suas vistas para o ferro e a pedra como materiais que permitiriam elegância e ligeireza nas formas a par de sua solidez, excluindo a madeira, mantida onde inevitável. Explica que o ferro permitiria construção mais econômica.

Considera o teatro como duas partes: sala de espetáculos com dependências e palco com seus acessórios, uma, em passividade contemplativa, e a outra, tudo em movimento: «uma para mostrar a vida nas comédias. Outra para servir à comédia da vida» (*sic*).

Refere-se aos «meus esboços», descrevendo que a sala de espetáculos se apresentaria no interior «como rotunda coroada por cúpula e lanterna», sendo o palco apenas apêndice. Esclarece que todo o luxo da construção se concentra no exterior da rotunda e no vestíbulo largo de 6,00 m, com eliminação do «foyer». Colocara 12 portas de entrada com 2,00 m de largura para a sala de espetáculos e para a saída estabelecera três aberturas com 24,00 m, prevendo esvaziar o teatro em cinco minutos. Previra no fim do vestíbulo, em ambos os lados, «bares» e «sanitários». As escadas seriam retas.

A forma de sala tradicional semicircular, a separação por «castas» e a divisão celular é criticada. ⁽¹²⁾

«Na sala que proponho em forma anfiteatral recebem todos os espectadores o som diretamente refletido do teto, exceção feita das entradas simples na platéia que se acham colocadas por baixo dos camarotes de 1ª ordem porém com altura de 4,00 m. Nas galerias tidas ordinariamente por lugares onde pouco se vê e nada se ouve da cena, ficam criados lugares magníficos que, debaixo de todos os pontos de vista, nada deixam a desejar, não tendo diante de si nenhuma coluna que estorve a vista nem teto sobre si que os esmague. A capacidade

(12) Esse trecho da proposta não nos pareceu claro. Cremos referir-se ao tipo italiano com camarotes, de salas tradicionalmente «em ferradura», pois a sua solução era de forma semicircular e alongada.

PARA A HISTÓRIA DO TEATRO AMAZONAS

da sala será de 1.200 lugares dos quais: 300 (1ª platéia), 150 (2ª platéia), 240 (entradas platéia), 12 camarotes platéia, 25 camarotes (1ª ordem), 8 camarotes (2ª ordem), 250 galerias e 160 (varandas).

Propunha iluminação elétrica em vez de gás, «por oferecer mais segurança, evitar incêndios, não esquentar a sala. ...» E prevê ventilação natural por 20 portas e pela lanterna de 4,00 m de diâmetro, com elementos móveis.

Julga que a sala de forma semicircular prolongada até o proscênio e um teto apoiado na grande parede exterior terá uma «...acústica tanto quanto desejar». . . , aduzindo ainda outras considerações técnicas do plano. ⁽¹³⁾

Afirma ser a construção simples: o esqueleto de ferro da cúpula descansando numa parede . . . «quase circular de 0,60 m reforçada por 16 pilares». A boca de cena correspondia a um oitavo da circunferência e no interior os camarotes, varandas e galerias seriam sustentadas por colunas de ferro ligadas entre si numa superposição de estrutura metálica. Admiramos em Pinkas a audácia de propor, em 1884, tal cúpula, cuja forma ignoramos e deve ser a origem remota da cúpula atual. Sobre a «caixa» do teatro deu-lhe uma disposição de caráter exclusivamente econômica, medindo o palco 15,00 x 22,00 m com acomodações peito para artistas, guarda-roupa, depósitos, cenários e salas de pinturas, A cobertura seria metálica. Previsão de encanamentos com torneiras era a solução de combate ao incêndio.

Sonhou Pinkas ainda com duas novidades: — levantamento do piso para «sala de baile» e retirada do tablado para transformar a platéia em arena de «circo» (*sic*). Estimava tudo em 300 contos, o que nos espanta.

Ao terminar, declara que, retirando-se para o Madeira, não tivera tempo de . . . «completar por plantas mais detalhadas a descrição»... concluindo . . . «mas a ser aproveitada a minha idéia, estou certo que haverá perto de V. Exa. quem lha dê o necessário desenvolvimento; em último caso porém poderá disso ser incumbida a mesma fábrica à qual for confiada a execução da parte férrea do respectivo edifício» ⁽¹⁴⁾ Não entrou em maiores considerações sobre os problemas de Arquitetura e sente-se na proposta do engenheiro Júlio Pinkas sua preocupação, alia; lógica, pela técnica, pela economia e pela segurança, relativamente avançadas para o seu tempo. como engenheiro ferroviário, estava familiarizado com o emprego de estruturas metálicas, possivelmente.

Qual a repercussão de sua proposta? Não sabemos. Houve resposta? Idem. A pesquisa talvez ainda nos revele algo. De curioso fica

(13) Louvável sua preocupação com a acústica, mas não nos dá tecnicamente maiores esclarecimentos.

(14) Ao que parece, Pinkas desincumbiu-se de uma idéia ou consulta, sem preocupar-se em participar da futura obra.

DONATO MELLO JUNIOR

a proposta de um teatro moderno pensado em termos de estrutura metálica, de acordo com soluções técnicas do fim do século XIX importadas da Europa, de que há inúmeros exemplos no Brasil. Mesmo no campo da arquitetura teatral, temos o modelo do Teatro José de Alencar, em Fortaleza.

Ao que parece, Júlio Pinkas não conseguiu interessar o seu plano de substituir o projeto do Gabinete de Lisboa, de risco mais tradicional e, aparentemente, seus «esboços» desapareceram.

O documento a que nos reportamos chegou à Biblioteca Nacional junto com os papéis do Presidente Pimenta Bueno.

Júlio Pinkas era engenheiro civil, de origem austríaca, sem formação de Arquitetura. Foi essencialmente um engenheiro ferroviário. No Dicionário de Sacramento Blake ⁽¹⁵⁾ nos inteiramos de que era ele brasileiro naturalizado, tendo exercido várias comissões relacionadas com vias férreas. Enumera Sacramento cinco de suas obras: Estrada de Feno de Santo Amaro (Relatório — 1880); Comissão de estudos da Estrada de Ferro Madeira à Mamoré (Relatório ao Ministro João Ferreira de Moura — 1885); Ferrovia do Madeira à Mamoré. Conferências públicas feitas na presença de D. Pedro II, do Conde d'Eu, do Ministro da Bolívia, dr. João Francisco Velarde, na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da qual era sócio. A primeira saiu publicada no *Diário Oficial* de 23 de outubro de 1885. Escreveu ainda: — Estrada do Madeira e Mamoré (Rio, 1887, série de artigos publicados no Jornal do Comércio) e Questões suscitadas sobre os estudos da Estrada de Ferro do Madeira e Mamoré (Rio, 1887). ⁽¹⁶⁾

uma PLANTA INÉDITA PARA O TEATRO DE MANAUS NA BIBLIOTECA NACIONAL

O documento que tínhamos visto em 1966 na Seção de Manuscritos da B.N. diz respeito à proposta de Custódio de Oliveira Lima para um teatro em Manaus, lá datada a 29 de março de 1886.

Trata-se de uma proposta muito primária como risco, deficiente, incompleta e sem mérito. Compõe-se de uma prancha contendo uma planta e uma elevação simploriamente desenhadas. A planta tem a forma típica do teatro convencional do fim do século XIX, com o vestibulo,

(15) Dicionário Bibliográfico Brasileiro. 5' vol., p. 264.
Conselho Federal de Cultura, Rio de Janeiro, 1970.
Reimpressão em off-set.

(16) No Museu Imperial de Petrópolis encontra-se, no Arquivo, um relatório do médico dr. Pedro de Alcântara Nabuco de Araújo, dirigido a Júlio Pinkas, versando sobre o estado sanitário dos trabalhadores da Madeira-Mamoré (nº 8.693 — 10/11/1884).

PARA A HISTÓRIA DO TEATRO AMAZONAS

seguido de um corredor que contorna a platéia em forma de ferradura, em volta da qual se dispõem os camarotes. Palco rodeado de camarins e entrada de serviço pela fachada oposta. Planta simétrica e sem qualquer indicação de caráter técnico.

Esse documento, em mau estado, encontra-se arquivado na Seção de Manuscritos da B.N. desde 1931, registrado, na ocasião, sob o n° 40. Atualmente, pela classificação decimal, tem o n° 720.

A prancha tem uma legenda indicando mui primariamente as diferentes partes do teatro, desde o vestíbulo com bar e bilheteria, corredor em volta da platéia com um sanitário de cada lado, platéia com camarotes. palco com orquestra e ponto, 8 camarins, 4 de cada lado. O vestíbulo dispõe de quatro portas. A fachada é de desenho primarissimo, indicando 4 colunas finas que sustentam um frontão triangular em cujos ângulos haveria estátuas. Cada porta é encimada de um óculo circular. A fachada repousa sobre alguns degraus. Não há cortes.

O curioso desse documento, tecnicamente mais que rudimentar, é a data: posterior à concorrência do Presidente Paranaguá, com as duas soluções apresentadas, e ulterior também à proposta de Júlio Pinkas, esta de caráter técnico atualizado para a época.

Confirma-nos ela, talvez, o problema do teatro estar com as obras paralisadas e não se dispor de um projeto técnica e arquitetonicamente definido, embora mantido o risco original do Gabinete de Lisboa, com suas deficiências.

Quem foi esse Custódio de Oliveira Lima ? Nada sabemos.

CONCLUSÃO

Essas duas propostas para o Teatro de Manaus, casualmente arquivadas na Biblioteca Nacional, confirmam, indiretamente, o problema sério do planejamento do aludido Teatro, deficientemente estudado e projetado, em seus primórdios. Lembra, igualmente, esse problema o caso do Teatro da Paz de Belém do Pará, também com deficiências iniciais sérias em matéria de ausência de Arquitetos e de Arquitetura. Digna de atenção, porém, a proposta de Pinkas, por sua modernidade. ^(u) Felizmente, o tempo e as sucessivas alterações colaboraram positivamente e, apesar da precariedade de condições e da política inicial, resultaram

(17) Esse relatório é digno de uma transcrição integral, face a certas idéias esclarecidas e avançadas, como o uso de estrutura metálica, disposição da platéia e emprego variado da mesma.

DONATO MELLO JUNIOR

mais tarde em dois monumentos típicos que marcam a paisagem e a cultura dessas duas metrópoles da Amazônia.

Divulgamos essas duas idéias, ao que parece esquecidas, na ocasião da espetacular reabertura do Teatro Amazonas, recuperado para a arte teatral e para o patrimônio artístico da Nação. ⁽¹⁸⁾

(18) Os trabalhos de restauração e recuperação deram margem a que o Teatro Amazonas fosse objeto de reportagens, relatórios e polêmicas na imprensa amazônica, com repercussão no Rio de Janeiro. Além do excelente trabalho de Clarival Valladares, a revista — «A Construção — Norte Nordeste», focalizou rapidamente as obras do Teatro, em seu número 18, de novembro de 1974. Louve-se o ótimo «Relatório», documentado, da equipe técnica da restauração, tão bem levada a cabo e em tão curto prazo.

Letras

Belmiro Braga e o Idolo Machado de Assis

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

Um poeta que está hoje relativamente esquecido, mas que já teve a sua voga, é o mineiro Belmiro Braga. Muito celebrado em vida, com numerosos versos alcançando ressonância que os tornaram conhecidos, de fato, em todo o país, poeta simples e fluente, memorialista dos *Dias Idos e Vividos*, teve transcorrido o seu centenário de nascimento, há dois anos, — nasceu ele em Vargem Grande, distrito de Juiz de Fora, em 7 de janeiro de 1872 —, sem que a data fosse lembrada e o poeta evocado devidamente.

Havia no nosso Belmiro Braga um lírico e um humorista. Havia, sobretudo, alguém dotado da capacidade (e a mais não houvera aspirado) de traduzir sentimentos, ainda os mais intensos, em linguagem singela. Lembra-me ter visto, ainda pequeno, uma fotografia em que ele aparece com seu cachorro «Príncipe»; na foto, com sua letra, lia-se a primeira quadra do poema que dedicou «Ao Príncipe» e que ganhou grande notoriedade:

Pela estrada da vida subi morros,
Desci ladeiras e, afinal, te digo
Que, se entre amigos encontrei cachorros,
Entre os cachorros encontrei-te, amigo!

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

O humorista se manifestava em versos como aqueles que enviou ao seu coestaduano Abílio Barreto, incluídos no seu livro *Contas do meu Rosário* :

Prezado amigo, perdoa
A resposta demorada:
Tu sabes, quem vive à toa,
Não tem tempo para nada.

Foi, na verdade, cantor de sentimentos íntimos, domésticos. como se pode ler no seu livro *Tarde Florida*, pediu em versos ao pai da moça a mão em casamento para seu filho José. Notas assim, de ternura paternal ou conjugai, são freqüentes nele. Ternura conjugal: à esposa Otilia dedicou um poema que diz simplesmente que ela opinava sobre seus versos, como ele era também consultado com relação aos seus bordados. Tanto bastou para que rematasse assim o poema (intitulado «À minha mulher» e constante de *Contas do meu Rosário*) :

Entre os dias da vida inclemente e adversos,
Estes nossos serão sempre lembrados:
— Tu te sentindo autora dos meus versos,
Eu me sentindo autor dos teus bordados. . .

Fernando Góes, colocando-o no seu volume dedicado ao Pré-Modernismo, do *Panorama da Poesia Brasileira*, disse que «espontaneidade e simplicidade são, talvez, seus traços principais, traços que aliados à emoção fizeram com que mais de um crítico aproximasse sua poesia do lirismo de João de Deus. Compararam-no também a Campoamor.» A isso respondeu o próprio Belmiro na «Advertência necessária» com que abriu *Contas do meu Rosário*: «Devo explicar também que não sou culpado de me cognominarem João de Deus, Campoamor e Musset, pois sei que, se ainda nenhum destes três grandes poetas protestou contra o atrevimento da comparação, é simplesmente porque, quando ela apareceu, eles já tinham... morrido.»

Era assim Belmiro Braga: sempre bem-humorado, apegado ao berço natal e aos seus, trovador, como queria que o chamassem, como está no final da «Advertência necessária»: «Só um cognome me poderia alegrar o coração e é este — Belmiro Braga, o trovador de Vargem Grande, obscuro arraial mineiro onde nasci e em cujo cemitério dormem meus queridos Pais o eterno sono. . .»

Trovador de Vargem Grande. . . como com razão assinalou Agrippino Grieco na sua *Evolução da Poesia Brasileira*, o nosso Belmiro. «cantor modesto», «nunca pretendeu ser cardial das letras e antes possui a bonomia de um padre-cura, com a sua cara raspada e um sorriso cordial que lhe repuxa algumas rugas ao canto da boca.»

BELMIRO BRAGA E O ÍDOLO MACHADO DE ASSIS

BELMIRO E MACHADO DE ASSIS

Tem o seu interesse o livro de memórias que Belmiro Braga nos deixou, com o título machadiano de *Dias Idos e Vividos*, publicado pela Ariel Editora em 1936, um ano antes da sua morte. Interessa ver, nessas páginas também simples, a inibição que impediu o trovador de Vargem Grande de se aproximar de Machado de Assis. De resto, nada mais compreensível: é só recuarmos até aqueles tempos, a ver um Machado de Assis modesto mas admirado, senão venerado, dentro de uma cidade de vida tranqüila, numa capital docemente provinciana. Província por província, Belmiro Braga viera de uma bem mais calma e diversa e, ao chegar ao Rio, mais sentiria acentuar-se, com certeza, o pudor e a timidez de quem, embora suspirando por aqueles ares, de algum modo secretamente devia temê-los. Posição, afinal, de mineiro habituado a outro ambiente e para quem os escritores da Corte, especialmente o maior deles, cercavam-se de extraordinário prestígio.

Belmiro Braga conta-nos como se aproximou, ou não se aproximou, de Machado de Assis. Em junho de 1891 (Machado completava então os 52 anos), enviou-lhe uma carta de parabéns acompanhada de uns versos que eram paráfrase de outros do autor de *Quincas Borba*:

Quando ela fala, parece
Que Deus é que anda a escutá-la.
A Natureza emudece
Quando ela fala.

Quando ela canta, suponho
Ouvir cantar uma santa,
com dias festivos sonho,
Quando ela fala.

Quando ela chora, seus olhos
Têm os matizes da aurora;
Penso num mundo de escolhos,
Quando ela chora.

Quando ela ri, no seu riso
Vejo aberto um bogari
E eu vivo num paraíso,
Quando ela ri.

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

Para um cotejo, aqui vão os de Machado de Assis (que trazem esta epígrafe de Shakespeare: *She speaks! / O speake again, bright angel!*):

Quando ela fala, parece
Que a voz da brisa se cala;
Talvez um anjo emudece
Quando ela fala.

Meu coração dolorido
As suas mágoas exala,
E volta ao gozo perdido
Quando ela fala.

Pudesse eu eternamente
Ao lado dela, escutá-la,
Ouvir sua alma inocente
Quando ela fala.

Minh'alma, já semimorta,
Conseguira ao céu alçá-la,
Porque o céu abre uma porta
Quando ela fala.

Versos dos mais românticos, como se vê.

Recebendo os de Belmiro Braga, respondeu-lhe em carta datada do Rio de Janeiro, 24 de junho de 1891: «Meu caro poeta. Recebi e agradeço-vos muito de coração a carta com que me felicitáis pelo meu aniversário natalício. Não tendo o gosto de conhecer-vos, mais tocante me foi a vossa lembrança. / Pelo que me dizeis em vossa bela e afetuosa carta, foram os meus escritos que vos deram a simpatia que manifestais a meu respeito. Há desses amigos, que um escritor tem a fortuna de ganhar sem conhecer, e são dos melhores. É doce ao espírito saber que um eco responde ao que ele pensou, e ainda mais se o pensamento, trasladado ao papel, é guardado entre as coisas mais queridas de alguém. Agradeço-vos também os gentis versos que me dedicáis e trazem a data de 21 de junho, para melhor fixar o vosso obséquio e intenção. Disponde de mim e crede-me, Am^o mt⁹ agradecido — *Machado de Assis.* »

A carta, conquanto cerimoniosa, como devia ser, pois que afinal Machado de Assis se dirigia a um jovem poeta desconhecido, em absoluto revela a frieza ou algidez de que tanto o acusam. Onde, nessas palavras que descem a um tom cordial e quase íntimo, o Machado infenso às confidencias, Casmurro, fechado em seus próprios e indevassáveis domínios?

como quer que seja, a timidez e a emoção tolheram o poeta da província de acercar-se do grande escritor da Corte. «A primeira vez

BELMIRO BRAGA E O ÍDOLO MACHADO DE ASSIS

que fui ao Rio — escreve ele no capítulo LXIX de *Dias Idos e Vividos* — levei o propósito de conhecer Machado de Assis, de quem já conhecia todos os livros e de quem já possuía umas seis ou sete cartas, pois não deixei nunca de enviar-lhe parabéns na data de seu aniversário e nem de escrever-lhe, quando o sabia doente. / De há muito sabendo que ele, quando deixava o Ministério da Viação, passava pela Livraria Lombaerts, à Rua dos Ourives, n. 7, casa que desapareceu com a construção da Avenida Rio Branco, chegando ao Rio, eu ia, às tardes, para essa livraria e ali ficava a comprar lápis e outras miudezas até que ele chegasse. Duvido que o mais apaixonado dos namorados aguardasse o seu amor com a impaciência e o embaraço com que eu aguardava Machado de Assis. .. / Estive cinco dias no Rio e pude, três vezes, segui-lo pelas ruas e acompanhá-lo, de bonde, até a Rua Cosme Velho, nº 18. Descíamos juntos, ele entrava em casa e eu ficava, do passeio em frente. a contemplar-lhe a morada. . . / Voltei outras vezes ao Rio e, em todas elas, nunca deixei de repetir essas peripécias para o ver e o acompanhar. / Quando morreu, o meu retrato foi encontrado sobre a sua mesa, um amigo mandou-me flores retiradas de seu fêretro e dois oradores, dando-lhe o último adeus, referiram-se ao meu nome... / Já viúvo, foi vítima de um ataque. Escrevi-lhe, lastimando a falta que lhe fazia D. Carolina, assim doente e assim desamparado... / E ele respondeu-me: — E já que se referiu na sua carta à Carolina, mando-lhe estes versos que acabo de compor. E mandou-me o soneto *À Carolina*, que conservo entre os papéis que mais prezo... / E eu, que o vi tantas vezes, que o admirava tanto e tanto lhe queria, nunca tive ânimo de dizer-lhe quem era e de apertar-lhe a mão. . .»

E assim Belmiro Braga viu morrer Machado de Assis sem ter ousado buscar maior intimidade com o homem glorioso a quem admirava à distância. Mudaram-se os tempos acabou-se a Corte, a própria casa de Machado de Assis, veio o tumulto, a confusão geral. E um episódio como esse narrado por Belmiro — o de acompanhar o mestre, de bonde, para depois ficar no passeio, a contemplar-lhe a morada — um episódio como esse, antes de ter a ressonância que merece pelo que deixa entrever do respeito de um moço pelo áspero ofício das letras, figura desde logo entre as coisas inverossímeis para uns tempos delirantes em que parece extinta a delicadeza de sentimento. Mas não será tanto assim: sempre haverá alguém a quem toque o exemplo desse moço, e do grande escritor da Corte: um, curvando-se à sabedoria e à experiência; outro, estendendo a mão ao que chegava, levando-lhe palavras de incentivo.

Caberia referir aqui um trecho do capítulo XIX de *Dias Idos e Vividos*, denominado «As felicitações de Machado de Assis». O cearense Antônio Sales escrevera sobre versos de Belmiro. E Machado de Assis, em carta a este, diria: «Folguei de ler o artigo do nosso querido Antônio Sales e notei pelas poesias transcritas nele que elas não deixam de ser pessoais, essencialmente líricas. Há quem acredite que essa poesia

ALPHONSUS DE GUIMARAENS FILHO

tem de morrer, se já não morreu. Eu creio que primeiro morrerão os vaticínios do que ela.» E diria principalmente: «O amigo é negociante, profissão que lhe há de tomar mais tempo do que Convinha às musas dar-lhe. Ainda assim, quero crer que, entre um freguês que sai e outro que chega, comporá uma estrofe e a guardará na gaveta onde irá formando o livro que nos há de dar em breve. Deve lembrar-se de que já me disse uma vez: — Apesar de tudo, ainda não me desenganei dos versos. Felizes, digo eu, os que não se desenganam deles. Versos são cousa de pouca monta; não é com eles que andam as máquinas, nem eles influem por nenhum modo na alta e baixa dos fundos. Paciência! Há no interior do homem um ouvido que não entende senão a língua das comoções puras, e para falá-la o melhor vocabulário ainda é o do grande Homero.»

Belmiro Braga, com efeito, não se desenganou da poesia, que o seguiu até o fim. Experiente, num poema consagrado aos «Poetas», aconselhava aos moços:

Que a mocidade, fugitiva, passe
E as liras fiquem ressoando ainda. ..

Poesia e Verdade no Fausto de Goethe (*)

SILVIO MEIRA

Quando se comemou o centenário da morte de Goethe, em 1932, centenas de escritores, de todo o mundo, escreveram ou falaram a respeito da vida e da obra do gênio. Um deles, Paul Valéry, da Academia Francesa, discursando na Sorbonne, em sessão solene de 30 de abril daquele ano, pôs em realce a quantidade *éblouissante* de documentos e de julgamentos, o número de idéias e de teses que surgiam de toda parte e que vinham a cada instante enriquecer a imagem de Goethe já formada há um século e agitar o que repousava na água do espelho do tempo. E salientava: «On voyait déjà la figure la plus complexe du monde, et cependant les nouvelles recherches ne trouvent point de limite à leur effort. Toutes les peines sont payées. Chaque regard de plus accroît l'intérêt de l'objet». (La Nouvelle Revue Française, n. 225 p. 945).

Outro escritor, Romain Rolland, em 31 de dezembro de 1931, salientava ser vã tarefa pretender encerrar Goethe na moldura de um retrato objetivo. Ninguém jamais o conseguiu. «Les livres les plus fameux qui ont été consacrés font sentir davantage *l'incommensurable* de sa nature (un mot qu'il affectionnait) et l'incapacité des gens de livres à étreindre ce fleuve». (La Nouvelle Revue Française, n. 112 p. 5).

O mesmo adjetivo usa Thomas Mann: *incomensuravel*, aliado a um substantivo: amor. «Je ne saurais parler de Goethe autrement qu'avec

(*) Conferência realizada no Colégio Cruzeiro, do Rio de Janeiro, em comemoração do sesquicentenário da imigração alemã para o Brasil, novembro, 1974.

SILVIO MEIRA

amour, c'est-à-dire avec une intimité dont l'impertinence se trouve he-reusement atténuée par le sens de l'incommensurable». (Conferencia realizada em Berna e Lucerna em fevereiro de 1932).

A respeito dessa natureza que Rolland e Thomas Mann consideravam incomensurável, isto é, não sujeita a medidas humanas e que Valéry julgava a mais complexa do mundo, devemos falar neste momento. Podeis avaliar quão pesada é a tarefa!

Seguimos todavia o próprio conselho goetheano: «Perda da coragem, perda total! Seria melhor nunca ter nascido» (Xenias) ou quando afirma:

«Ah! Deuses! Grandes Deuses, em vosso vasto céu, no alto! Se nos concedesseis sobre a terra espírito firme e boa coragem, nós vos deixaríamos, bons deuses, no vosso vasto céu, no alto» (Poesias) .

Escolhemos assunto que nos pareceu encantador: o tríptico Fausto-Margarida-Melistófeles em face das confissões de Goethe na sua obra autobiográfica *Aus Meinem Leben, Dichtung und Wahrheit*.

Antes, porém, queremos dizer duas palavras introdutórias em torno de sua vida e de sua obra.

2. Todos sabem que Johann Wolfgang Goethe foi uma extraordinária figura das letras alemãs, escritor, poeta, cientista, filósofo, jurista, e que sua obra, variada e numerosa, percorre os caminhos da filosofia, do romance, da novela, do conto, da poesia, do drama e da tragédia; da ciência, especialmente da física, da química, da astronomia, da anatomia, da arqueologia, da história e da antropologia. Um espírito tão completo deixou produção já investigada sob numerosos ângulos. E apesar de toda a copiosa literatura a respeito de sua vida e de sua obra, em todas as línguas, sempre há algo a observar e a dizer — de novo — nesse calidoscopio cultural que se desdobra ante os olhos do leitor ávido de saber.

Também sabem todos que ele, Goethe, nasceu na Alemanha no dia 28 de agosto de 1749, na cidade de Frankfurt, no Meno, e faleceu em Weimar a 22 de março de 1832, com 83 anos, portanto.

Foi um homem de dois séculos: o XVIII e o XIX.

Cursou Direito em Leipzig, de 1765 a 1768, transferindo-se depois para Estrasburgo, onde estudou de 1770 a 1771. Iniciou-se na advocacia, profissão que logo repudiou.

— o meu velho costume de manusear o *Corpus Juris* foi-me de grande utilidade nessa ocasião e fui considerado até homem muito instruído (Poesia e Verdade, Livro XI).

— Prosseguia em meus estudos de Direito com a dedicação suficiente para poder receber o grau com algum mérito (idem).

POESIA E VERDADE NO FAUSTO DE GOETHE

— «... na aula de Direito Público alemão em vez de escrever o texto como devia eu desenhara à margem do meu caderno as figuras dos que participavam do curso, como os integrantes da Câmara de Justiça, o presidente, e os assessores com suas exóticas perucas; e despertava a atenção dos meus vizinhos provocando risos com tais brincadeiras.» (idem. Livro VII).

— Conversei com o doutor a respeito do meu plano de continuar em Estrasburgo os estudos de Direito, com a intenção de receber o grau o mais depressa possível . . . Iniciei, como introdução, diálogo com ele a respeito de jurisprudência e mostrou-se muito surpreso com a minha desenvoltura, porquanto durante minha permanência em Leipzig eu assimilara mais conhecimentos em matéria de Direito do que revelei até o momento nestas memórias; mas tudo se resumia numa visão panorâmica, enciclopédica, que não se podia considerar um conhecimento seguro e sólido. (Livro IX). (. . . denn mehr als ich in meiner bisherigen Darstellung aufzufuehren Gelegenheit nahm, hatte, ich bei meinem Aufenthalt in Leipzig an Einsicht in die Rechtserfordernisse gewonnen . . .) (Livro IX).

Em 1772 aparece como funcionário do Tribunal de Justiça do Império. Regressa a Frankfurt em 1772 onde permanece até 1775. Passa-se depois em 1776 para Weimar, a convite do Grão-Duque Carlos Augusto, onde exerce altos cargos na administração. De 1786 a 1788 realiza viagem à Itália. Regressando à Alemanha fixa-se em Weimar. Em 1790 é nomeado para o Ministério da Cultura, dirigindo, de 1791 a 1817, o teatro daquela cidade.

A sua infância, a sua juventude, lances da vida em Frankfurt, em Leipzig, em Estrasburgo, em Weimar e as suas viagens à Suíça, à região do Reno e à Itália, apresentam sempre um novo Goethe: observador da paisagem, amante das coisas da natureza, sensível à beleza, sua alma se enriquece em todas as regiões por onde passa, enriquece-se com os contatos humanos — com os amigos que cultivou — com as mulheres que amou — com as cores das paisagens que admirou, e tudo isso se refletiu, naturalmente, em sua obra.

3. E por falar em obra: — Que ousadia enfrentá-la! Vasta, fruto de uma vida inteira em que o gênio jamais parou de produzir, cabe-nos tão-sòmente escolher uma fração, um lampejo para iluminar esta palestra .

O que produziu todos conhecem na sua evolução cronológica, desde a mocidade: o «Goetz von Berlichingen», de 1773, escrito aos 24 anos de idade, com muita influência de Shakespeare, que na Poesia e Verdade chama «nosso pai e mestre Shakespeare» drama que obteve grande sucesso, tendo como matéria-prima a eterna questão da liberdade; «Das Leiden des jungen Werthers», logo a seguir, em 1774, a obra-flama, que se espalhou rapidamente por tôda a Europa, criando admiradores,

SILVIO MEIRA

mas provocando suicídios, muito estimada por Napoleão Bonaparte, que levava consigo um exemplar na sua malograda campanha da Rússia. Depois vem «*Clavigo*», ainda em 1774, e a seguir «*Stella*», em 1776, e «*Ifigênia*», drama nacional clássico, «*Egmont*» em 1788, a liberdade ainda em jogo, em 1788 divulga *Tasso*, tragédia. Goethe já procura os caminhos da tragédia que o conduziram aos Fausto. No mesmo ano em que publica *Toquato Tasso* revela o primeiro fragmento do Fausto: *Faust. Ein Fragment*. Já vinha se dedicando pacientemente a essa obra desde 1771. Em 1790 oferece contribuição para a Botânica: um estudo sobre a *Metamorfose das Plantas*.

Em 1792 uma nova contribuição científica: «*Beitraege zur Optik*». Em 1794 divulga «*Reineke Fuchs*», «*Das Maerchen*» e «*Roemische Elegien*». Em 1795 publica os epigramas venezianos e, a seguir, o romance «*Wilhelm Meiters Lehrjahre*». Em 1798 surge «*Hermann und Dorothea*», em hexâmetros, estilo de epopéia. Em 1805 publica «*Winckelmann*». Só em 1808 — com 59 anos — o 1º Fausto, com a denominação: «*Faust. Erster Teil in vollstaendiger Fassung*». Em 1809 divulga: «*Wahlverwandschaften*». Nova contribuição para a ciência surge em 1810, em dois volumes, com a sua «*Teoria das Cores*»: «*Zur Farbenlehre*» e «*Geschichte der Farbenlehre*».

No ano de 1811 surge uma obra que reputamos fundamental para análise de tudo mais que produziu: «*Aus meinem Leben: Dichtung und Wahrheit*», «*Sobre a minha Vida: Poesia e Verdade*». Livro autobiográfico, escrito em estilo suave, como se cobrisse os fatos reais com um leve manto de fantasia. Nestas suas confissões não há nenhuma passagem que agrida o leitor, mas, ao mesmo tempo, sente-se que o seu coração se abre de par em par, e sob as palavras veladas se escondem tumultos, tempestades, tragédias, lágrimas, desesperos. Goethe não precisou de usar os recursos de autoflagelação moral, como às vezes se encontram em Santo Agostinho e Rousseau: sua narração flui como uma fonte Castalia. Os dramas, os sofrimentos, as tragédias, ele as suaviza com o perfume da composição serena e delicada. Ao publicar essas memórias atingira sessenta e dois anos de idade. De 1816 a 1817 viaja pela Itália. Suas impressões se encontram no seu livro «*Reise in Italien*». No período de 1817 a 1824 divulga novas contribuições para a botânica e as Ciências Naturais: «*Zur Naturwissenschaft ueberhaupt, besonders zur Morphologie*» e «*eschichte meines botanischen Studiums und Meteorologie*». Em 1810 publicou o «*Divan ocidental-oriental*» («*West-oestlicher Divan*»). É de 1821 o «*Wilhelm Meisters Wanderjahre*». Em 1822 escreve *Kampagne in Frankreich*. De 1827 a 1831 publicam-se as suas obras completas, em 40 (quarenta) volumes: «*Goethes Werke, Ausgabe letzter Hand in 40 Baenden*». Ainda em 1831 divulga a *Achileida*. Falece a 22 de março de 1832, repetimos. Só depois de sua morte edita-se, na íntegra, o 2º Fausto, em 1833.

POESIA E VERDADE NO FAUSTO DE GOETHE

4. Apresentada, de maneira muito superficial, parte de sua imensa realização, queremos fixar-nos em alguns aspectos: o ° Fausto e «Poesia e Verdade», sua obra autobiográfica.

Do 1° Fausto, que é um mundo de idéias, limitar-nos-emos a três figuras centrais: Fausto, Margarida e Mefistófeles.

Do *Dichtung und Wahrheit* pretendemos extrair apenas algumas passagens a fim de pôr em evidência, tanto quanto possível, a vinculação entre os três personagens, e a própria vida de Goethe. A sua gênese na alma do autor, como ali surgiram, da penumbra, as figuras eternas, de Margarida, Mefistófeles e o próprio Fausto, transmutado, diferente, não mais aquela figura tradicional que vinha do passado, mas outro, renovado, embora intraquilo e insatisfeito.

Levantemos o véu que se desdobra na autobiografia de Goethe e vejamos surgirem do imponderável os três personagens que se tornaram imortais, através dos séculos, cada qual desempenhando o seu papel na alma do poeta e de lá saindo para o palco da vida.

5. *Fausto*. A figura legendária do Fausto se perde no passado. Seria uma espécie de mágico. Entre a lenda e a história os limites são imperceptíveis. Surge no período da Renascença um certo Georges Faust, de Wuerttemberg. Outros referem um Doutor Fausto de Weimar; vários asseguram ter nascido em Heidelberg. Um *Volksbuch* impresso em 1587, em Frankfurt, narrava a atraente «História von D. Johann Fausten, dem weltbechreiten Zauberer und Schwarz-Kuenstler». com esse título extenso teria sido publicado várias vezes: a primeira por *Johann Spiess* em 1587, Frankfurt; a segunda por *Zarncke*, em Halle, 1878; a terceira por *Scherer* em 1884, Berlim; a quarta por *Petsch* em 1911, Halle; e a quinta por *Joseph Fritz*, 1914, ainda em Halle. Outros *Faustos* surgiram, como o drama do escritor inglês Marlowe, possivelmente por influência do *Volksbuch* alemão. Sua primeira aparição na Inglaterra na obra de Marlowe é de 1592. Alguns pesquisadores remontam-no mesmo a 1587 ou 1588. Outro tipo de Fausto surge na Alemanha nos teatros populares, o *Puppenspiel*, principalmente no século XVII, em que estava muito em voga a representação com bonecos (marionetes). E essas representações se diferenciavam na realidade, os autores inovando sempre em seus espetáculos, criando variantes de toda sorte. Em geral, para tornarem mais atraentes os espetáculos populares, introduziam elementos cômicos, um palhaço, ora chamado *Hanswurts*, ora *Pickelaering* ou *Kaspar*.

Mas as representações de bonecos, que tanto atraíam o público, entraram em franco declínio. Permanecia, no entanto, na alma popular, através da tradição oral, a história daquele mágico estranho, que realizava prodígios e, ao que constava, havia negociado a alma com o diabo, em troca de dias de juventude.

SILVIO MEIRA

Do plano legendário Fausto penetrara no histórico e no literário com Marlowe no século dezesseis; se difundira no plano popular no século dezessete e quando já parecia extinguir-se, eis que novamente ressurgiu, retomado por Lessing, em 1755. Foi, no entanto, uma obra inacabada, perdidos os originais. Restou pequeno fragmento (Literaturbreif n. 17 de 16-2-1759), só publicado em 1786, depois da morte de Lessing, quando dele tomou conhecimento Goethe. Restam informações de amigos de Lessing, de memória, a respeito de seu *Faust*, concebido muito em desacordo com a tradição, em face das novas idéias filosóficas, que não aceitavam todo aquele passado de magia e de crença na existência do diabo. Influência do racionalismo vigorante, contra o qual se rebelou Goethe, criando um novo *Fausto*, aproveitando o que a tradição legara, mas inovando, introduzindo cenas e personagens como características diferentes dos até então conhecidos. Deu-lhe o que faltava nos anteriores: o toque do gênio.

Esses personagens têm muito do próprio autor. Fausto se identifica com Goethe. Em alguns passos o próprio Mefistófeles revela identidade com o autor. Mas é preciso assinalar que, na vida real, entre aqueles que conviveram com Goethe, devem ser procurados alguns protótipos de sua obra imortal.

No *Goetz von Berlichingen* incluiu um amigo com o nome de Franz Lerse «bravo homem que sabia submeter-se com tanta nobreza». Werther também saiu da vida real.

Busquemos nas Memórias de Goethe — Aus Meinem Leben, Dichtung und Wahrheit — em paciente pesquisa, alguns vestígios, que nos façam nascer das páginas de sua autobiografia as figuras que depois colocou no seu drama imortal.

Referindo-se a Herder, afirma a certa altura que teve o maior zelo em ocultar ao amigo o interesse por certos temas que haviam lançado raízes em sua alma e que paulatinamente iriam transformar-se em figuras poéticas. Diz ele: Aludo a Goetz von Berlichingen e Fausto». A biografia de Goetz o havia comovido profundamente. Quanto a Fausto «a valiosa peça para bonecos de que é tema ecoava e ressoava em todos os tons na minha cabeça». Via-se a si próprio como se fora Dr. Fausto, que provara de tudo na vida, percorrera todas as ciências e sempre se via descontente e atormentado. E ainda mais: escondeu a Herder a sua química mística e cabalística, procurando desenvolvê-las em segredo. O velho Dr. Fausto, que no Monólogo inicial afirma:

«Estudei com ardor tanta Filosofia,
Direito e Medicina,
E infelizmente até muita Teologia,
A tudo investiguei com esforço e disciplina,
E assim me encontro eu, qual pobre tolo, agora,
Tão sábio e tão instruído quanto fora outróra»

POESIA E VERDADE NO FAUSTO DE GOETHE

outro não é senão o próprio Goethe, conforme confessa. O temperamento de Fausto, a ansiedade, a insatisfação, o gosto da solidão, a atração pela natureza, a visão das paisagens, são traços psicológicos do autor.

E quando firmou o pacto com Mefistófeles: Hoje me inspira horror tôda e qualquer ciência; e mais adiante: «minha alma se curou da ânsia de saber».

O amor pela solidão, que se observa em Fausto, freqüentemente, quer a solidão no gabinete de estudos, quer a da floresta e das montanhas, nas cenas NOITE, GABINETE DE ESTUDOS, CAVERNA E FLORESTA e outros, é confessado em POESIA E VERDADE, em numerosos tópicos, como, por exemplo, no Livro VI: «Escolhera, no meio da floresta, um lugar escuro onde os carvalhos e as faias mais velhos formavam um grande e magnífico anfiteatro sombreado. O solo um tanto inclinado fazia sobressair a beleza dos velhos troncos.

Ao redor dessa clareira comprimiam-se densos matos, vendo-se, por cima, rochedos cobertos de musgo, fortes, magníficos, que provocavam a queda violenta de uma larga corrente d'água».

E ante o espetáculo que lhe oferecia a natureza bruta exclama, dirigindo-se a um amigo presente:

«Ah! Quem dera que este lugar magnífico fosse no fim de um deserto! Por que não levantar um muro em torno e consagrá-lo, a ele e a nós, e ficarmos isolados do mundo? Não há culto mais alto do que aquele que dispensa as imagens e que brota em nosso coração em contato com a natureza!»

Quem falava assim, tanto poderia ser Goethe como Fausto. Inúmeros exemplos podem ser colhidos em suas Memórias em trechos confrontados com o poema, onde se lêem descrições das paisagens, do crepúsculo, da alvorada, da planície e das montanhas, das florestas, as forças vivas da natureza que tanto influíam no seu temperamento, fornecendo-lhe energias.

Fausto na *Noite de Valburga* exclamava:

«como zune violento
E sem parar o vento,
Em incontido alvoroço
Golpes vem aplicar, com furia, em meu escoço!»

E neste outro passo ainda do Livro VI das memórias:

Subíamos à noite uma colina entre Hanau e Gelnhausen e, muito embora estivesse escuro, preferimos realizar a subida a pé a nos expormos ao perigo e solidão daquele trecho. Subitamente divisei, em baixo, à direita, uma espécie de anfiteatro

SILVIO MEIRA

feéricamente iluminado. Luzes numerosas faiscavam como se estivessem umas sobre as outras, em camadas, numa área cora formato de funil e o fulgor era tão intenso que ofuscava os olhos; o mais surpreendente, todavia, é que esse luzeiro não permanecia imóvel, as luzes pulavam de alto abaixo, ou de baixo para cima e em todas as direções; apesar disso a maioria conservava-se parada e com o seu imenso fulgor.»

«Gritos dos demais companheiros de viagem me afastaram, contra a vontade, desse cenário que gostaria de observar mais atentamente. O postilhão, por mim interrogado, respondeu nada saber a respeito de tal fenômeno, esclarecendo apenas que ali havia uma velha pedreira com o fundo cheio de água. Seria aquilo tudo um pandemônio de fogos-fátuos ou um grupo de seres luminosos? É o que não desejo resolver.»

E no Livro XVIII registra: «No dia 16 de junho de 1775 (é a primeira data que encontro em minhas notas), realizamos uma dura escalada: era preciso atingir alturas selvagens, cheias de pedras, em completa solidão, no maior deserto. Faltando ainda um quarto para as oito horas da noite estávamos diante do Hacken: dois cumes que se alçam orgulhosamente nos ares, um do lado do outro. Em nossa viagem foi a primeira vez que encontramos neve que se incrustara desde o inverno nesses cimos pontilhados. uma velha floresta de pinheiros, sombria e terrificante, enchia os abismos que deveríamos percorrer na descida.»

Permiti mais uma citação, por ser muito expressiva, reveladora daquele temperamento fausteano. No Livro XII de Poesia e Verdade:

«A paz do coração eu só a encontrava ao ar livre, nos vales, nas montanhas, nas campinas e nas matas . . . Acostumei-me a viver na estrada, indo e vindo, como se fora um mensageiro, da montanha à planície. Sozinho ou acompanhado muitas vezes atravessava minha cidade natal como se me fosse desconhecida. Almoçava nos albergues da Fahrgasse e a seguir prosseguia na caminhada. Mais do que nunca procurava o imenso mundo e a natureza livre.

«Enquanto caminhava cantava hinos e ditirambos, dos quais se conservou um com o título *Canto de Tormenta do Peregrino*. Cantava com entusiasmo essa quase-extravagância, surpreendido na estrada por uma terrível tempestade, que eu deveria enfrentar. »

Wanderers Sturmlied

Wen du nicht verlaessest, Genius,
Nicht der Regen, nicht der Sturm
Haucht im Schauer uebers Herz

POESIA E VERDADE NO FAUSTO DE GOETHE

Wen du nicht verlaesest, Genius,
Wird dem Regengewoelk,
Wird dem Schlossensturm
Entgegensingen
Wie die Lerche,
Du da droben.

É longa a canção que assim termina:

Armes Herz!
Dort auf dem Huegel,
Himmlische Macht!
Nur so viel Glut:
Dort meine Huette,
Dorthin zu waten!

«Meu coração está liberto e leve ...» escrevia ele.

No próprio texto alemão merece reproduzida essa passagem verdadeiramente original.

«Dieser Beruhigung fuer mein Gemuet, die mir nur unter freiem Himmel, in Taelern, auf Hoehen, in Gefilden **und** Waeldern zuteil ward, kam die Lage von Frankfurt zustatten, das zwischen Darnstadt und Homburg mitten inne lag, zwei angenehmen Orten, die durch Cerwandtschaft beider Hoefe in gutem Verhaeltniss standen. Ich gewoehnte mich, auf dér Strasse zu leben und wie ein Bote zwischen dem Gebirg und dem flachen Lande hin und her zu wandern. Oft ging ich allein oder in Gesellschaft durch meine Vaterstadt, als wenn sie mich nictes anginge, speiste in einem dér grossen Gasthoefe in dér Fahrgasse und zog nach Tische meines Wegs weiter fort. Mehr als jemals war ich gegen offene Welt und freie Natur gerichtet. Unterwegs sang ich mir seltsame Hymnen und Dithyramben, wovon noch eine, unter dem Titel «Wanderers Sturmlied», uebrig ist. Ich sang doesen Halbunsinn leidenschaftlich vor mivh hin, da mien ein schreckliches Wetter unterwegs traf, dem ich entgegengehn musste.» Mein Herz war ungeruehrt und unbeschaeftigt,...

No Livro XV afirma: «Sentia perfeitamente que para produzir alguma coisa de valor deveria isolar-me. Minhas produções, que mereceram recepção bem favorável, eram filhas da solidão ...» — (Ich fuehlte recht gut, dass sich etwas Bedeutendes nur produzieren lasse, wenn man sich isoliere. Meine Sachen, die so viel Beifall gefunden hatten, waren Kinder der Einsamkeit ...)

SILVIO MEIRA

Alguns dos citados trechos lembram a Noite de Valburga:

Mefistófeles conduz Fausto ao cume das Montanhas de Brocken e lhe recomenda:

«Segura com vigor na borda de meu manto!
Este é o cume mais alto, esplêndido recanto,
De onde se pode ver com euforia a sanha
De Mammon a brilhar no seio da montanha.

Aqui afloram brumas, ali há exalações,
Surgem chamas do fumo, ardentes fluorescencias,
Corta o ar um filete de luz em evoluções,
Que brota como fonte a iluminar distâncias.

Raios brilham no infinito,
São poalha de luz.
Olha além! no alto espaço onde afinal reluz
E rubro se incendeia um muro de granito!

E Mefistófeles fala:

Ouves vozes que vibram No Alto em desconcerto?
Ora longe, ora perto?
E ao longo da montanha
Ecoa um feroz canto de magia estranha!

No Livro VIII das *Memórias* há um pequeno trecho que lembra outro do *Fausto*:

«Os bebedores esquentavam-se cada vez mais e, afinal, depois de gritar um viva à sua bem-amada, cada um jurava em voz alta que não se deveria jamais beber naqueles copos».

No *Fausto*:

«Muitas vezes sentei-me em rodas a beber,
Cada qual a exaltar-se, a gritar a valer.
Os rapazes pediam o nome da mais pura,
a flor da mocidade, um amor de candura,
Molhavam o elogio com copos todos cheios».

Há, portanto, no *Fausto* goetheano muito do Goethe ser humano. Confundem-se muitas vezes, nas ânsias, nas aspirações, na inconstância, nas vacilações, no desejo de saber, na luta íntima entre o Bem e o Mal, na busca do amor total.

POESIA E VERDADE NO FAUSTO DE GOETHE

Quando Goethe, nas memórias, lembra que procurou o Prof. Boehme, professor de História e Direito Público Alemão, com carta de apresentação reproduz as suas inquietações para escolha dos estudos futuros (Jurisprudência, Filologia, Filosofia, etc.) lembra a cena do estudante e Mefistófeles, este disfarçado em professor, trocando idéias em torno dos cursos universitários. Mefisto, ali, parece ser Boehme, em vez de Merck e o estudante bisonho é o próprio Goethe jovem.

Não seriam poucos os trechos das duas obras a conferir. Esse é um trabalho minucioso de pesquisa, que excede os limites desta palestra.

Poderia parecer que estamos demonstrando o óbvio, isto é, a identidade psicológica e emocional entre Goethe e Fausto. Mas é preciso não esquecer que Fausto, em rigor, não foi uma criação goetheana, era uma figura histórica e lendária, com características próprias, vindas do passado. Foi o autor alemão que se adaptou ao personagem ou, inversamente, o Fausto tradicional é que se transmutou na figura de Goethe, assimilando as suas qualidades e possíveis defeitos? Goethe mesmo afirmava que gostava dos disfarces — e não poucas vezes os empregou em brincadeiras marotas, com resultados nem sempre agradáveis. Assim, por exemplo, no livro XII do *Poesia e Verdade*, confessa: «Ficou combinado, assim, que eu apareceria como se fora um desconhecido, com a figura de um estrangeiro, atendendo, dessa forma, novamente, à minha vocação para os disfarces». Em vários outros passos alude a esse prazer em despistar, em transmutar-se, em fazer-se diferente, o que lhe dá também algum traço mefistofêlico.

Aquele Fausto histórico, portanto, quem quer que ele tenha sido, de Wuerttemberg ou Heidelberg ou de outra região alemã, professor ou mágico, enriqueceu-se na obra goetheana ao assimilar qualidades novas, que provinham do autor.

como bem informa Vamireh Chacon (O Liberal, 20-10-74, p. 4) o Fausto indivíduo teria a sua existência histórica registrada pelo clérigo Johannes Trithemius von Sponheim, em carta datada de 20 de agosto de 1507, na qual o intitula *Magister Georgius Sabclicus* astrônomo e astrólogo, conhecido igualmente sob o nome de Fausto, *philosophus philosophicum*, semideus de Heidelberg.

E se apoia em depoimento de Melanchton, companheiro de Lutero, que dizia tê-lo conhecido pessoalmente. Seria de Knittlingen, estudara magia em Cracovia e se consagrara às Ciências Ocultas.

Fausto sintetizava três angústias: a de saber, a de gozar e a de agir.

6. *Mefistófeles*. A figura de Mefisto aliado a Fausto pertence à lenda, à História e à Religião. Perde-se no passado. Não têm sido poucas as investigações em torno de sua origem, sua natureza, o século e a região em que surgira essa figura estranha de demônio, em pacto com o dr. Fausto. Inquestionavelmente, como demônio, ou anjo decaído,

SILVIO MEIRA

a figura é bíblica; mas como participe do drama representado no *Puppenspiel*, ou dos *Volksbuechec*, ou das obras de Marlowe, Lessing e outros, em cada uma surge com novas feições, nunca é o mesmo, o que, até certo ponto, constitui característica demoníaca essa transmutação. A aposta inicial entre o Senhor e a figura infernal tem raízes bíblicas, no livro de Job; 1.6.

O Bem e o Mal, o contraste entre os seres divinos e os infernais pertencem à mais remota Antigüidade, muito antes de Cristo, entre judeus, egípcios, gregos e romanos. Na legislação romana primitiva havia penalidades que importavam em consagração aos chamados deuses infernais, inferiores (*inferi*). A própria palavra sacer possuía sentidos ambivalentes de sagrado, consagrado e execrado, proscrito

Evidentemente Mefistófeles não aparece em nenhuma das obras que o consagraram como se fora o próprio Satã, mas um diabo de menor categoria, se é que dentro dos princípios da demonologia, se podem distribuir tais entes em categorias. Demônios eram muitos, com maior ou menor poder, ajudados por espíritos inferiores, elfos, silfos, ninfas, pigmeus, coboldos, salamandras, etc.

A denominação e a figura do demônio varia de época a época e de povo a povo. Era o *Daimon*, dos gregos, o *diabolus* e o *daemonium*, dos romanos, o *malin*, dos franceses (*diable*), o *Tcufel*, dos alemães. O interessante, no entanto, é que não usa a palavra *Tcufel* para designar Mefisto, e sim *Ceist*, espírito. Espíritos maus e mágicos parecem surgir quais figuras assemelhadas, como, por exemplo, Simão o Mágico, nos Atos dos Apóstolos, 8,9.

O próprio Goethe punha em realce a diferença entre *Geist*, em alemão e *Esprit*, em francês, em conversa registrada por Eckermann a 21 de março de 1831: «Wir redeten sodann ueber den Unterschied des deutschen Begriffs von Geisf und des franzoesischen *esprit*. «Das franzoesische *esprit*», sagte Goethe, «kommt dem nahe, was wir Deutschen *Witz* nennen. Unser Geisr wuerden die Franzosen vielleicht durch *esprit* und *âme* ausdruecken; es liegt darin zugleich der Begriff von Produktivitaet, welchen das franzoesische *esprit* nicht hat».

«Voltaire», sagte ich, «hat doch nach deutschen Begriffen dasjenige, was wir *Geist* nennen. Und da nun das franzoesische *esprit* nicht hinreicht, was sagen nun die Franzosen?

«In diesem hohen Falle», sagte Goethe «druecken sie es durch *génie* aus».

Na cena da «Tenda da Feiticeira», quando a bruxa reconhece Mefisto e o chama «Junker Satan», ele protesta: «Den Namen, Weib, verbitt ich mir!»

POESIA E VERDADE NO FAUSTO DE GOETHE

No fim do 20. Fausto refere *Boesen*:

Gerettet ist das edle Glied
Dér Geisterwelt vom Boesen».

J.F. Angelloz em sua obra «Goethe», salienta que «Mephisto a dérouté plus d'un admirateur et notamment Schiller, car c'est une figure complexe qui emprunte ses traits multiples au christianisme, à la légende Faustienne, à Lucifer et Ahriman (que Goethe distingue mal), au poète lui-même ou à ses amis Behrisch et Merck, peut-être même a Herder. Dans la scène *Forêt et Caverne*, il est un envoyé de l'Esprit de la terre; comme celui-ci, il est un de ces «Démons» qui évoluent dans une sphère intermédiaire entre celles de l'homme et de Dieu, et Faust aspire à s'élever jusqu'à cette sphère, car il sait que «le monde des esprits n'est point clos». La manière la plus féconde de concevoir ce Méphisto consiste à lui appliquer la formule des occultistes: «Diabolus est Deus in versus, qui explique sa négativité sans lui ôter sa valeur positive. Il est l'absence de la foi, de confiance, d'amour, d'enthousiasme, il est la critique ironique et sarcastique, il est la raison stérilisante, il est la joie de détruire, d'abaisser, et de pervertir; il est l'imperfection inhérente à l'homme et à son oeuvre, il est la mort de Gretchen, la laideur de la Phorkyade, la destruction de la maison où périssent Philemon et Baucis», (p. 344)

A verdade é que o Mefistófeles, de Goethe, enviado pelo Espírito da Terra (*Erdgeist*), tem muito do próprio autor do drama, no gosto pelos disfarces, no raciocínio malicioso e sutil, nas surpresas, nas indecisões, mas assim como o personagem Fausto é um misto do legendário do histórico e do autor, assim também Mefisto, ao lado das características produto de credence popular ou de especulação da magia, encarna muitas qualidades de um contemporâneo e amigo de Goethe.

Em *Poesia e Verdade* Goethe afirma, no livro V, que as mistificações constituem sempre um divertimento de pessoas desocupadas e um tanto espirituosas».

No Livro XII revela que o seu Mefistófeles tinha muito de Johann Henrich Merck, um novo amigo, muito estimado por Herder:

«Através desses dois amigos não demorei em conhecer Merck, a quem Herder, de Estrasburgo, dera boas informações a meu respeito. Essa criatura estranha, que exerceu uma extraordinária influência na minha vida, provinha de Darmstadt. (*Dieser eigne Mann der auf mein Leben den groessten Einfluss gehabt, war con Geburt ein Darmstaedter.*)

Seguem-se esclarecimentos sobre a vida pregressa de Merck, que estiverà na Suíça e fora Tesoureiro de Guerra em Darmstadt.

SILVIO MEIRA

Estudara a história do mundo e dos homens de todas as épocas e países. Era inteligente, simpático, sempre bem recebido em todas as rodas, tornava-se agradável, muito embora amasse os ditos mordazes.

Goethe descreve-o como um ente mefistofêlico:

«Era uma figura alta e seca, com um nariz ponteagudo, fazia-se logo notar, olhos azul-claros, talvez cinzentos, empresetavam ao seu olhar, que atenciosamente ia e vinha, um aspecto de tigre» «A *Physiognomik* (ficiognomia) de Lavater conservou-nos o seu perfil».

É de salientar que, em geral, os pintores e atores representam sempre Mefisto com essa figura *lang und nager von Gestalt*, com aquele nariz ponteagudo *eine hervordringende spitze Nasc* e a expressão tigrina *etwas Tigerartiges*.

Mais adiante afirma que Merck era inimigo mortal de toda a gente universitária. Sua ira contra os estudantes era mais furiosa do que seria normal em uma pessoa de juízo. O ódio teria sido a causa de sua expulsão da universidade em Giessen.

No Livro XV Goethe refere textualmente:

«Pela primeira vez Mefistófeles-Merck me fez uma grande mágua».

Apresentando-lhe uma nova peça que escrevera, Merck exclamou:

«Não me escrevas mais sensaborias como essa. Qualquer um pode realizar isso».

Nesse passo alia os dois nomes, como se calhassem na mesma personagem: «Mefistopheles Merck aber tat mir zum erstenmal hier einen grossen Schaden. Denn ais ich ihm das Stueck mitteilte, erwiderte er: Solch einen Quark musst du mir kuenftig nicht mehr schreiben; das koennen die andem auch».

A própria expressão *Quark* é humilhante: coalhada, requeijão.

Novamente no Livro XVIII volta a vincular Merck a Mefisto, ao escrever: «Eu passava todavia meu tempo com Merck, o qual mirava a minha realizada viagem com um olhar de esguelha *mefistofêlico*, e quanto aos meus companheiros, que também o haviam visitado, descrevia com impiedosa malícia».

Aquele trecho em que se refere ao olhar de Merck, o qual *mephistophelisch querblickend ansah*, demonstra bem a idéia fixa de Goethe em ver nele um ser demoníaco, que tanta influência exercera em sua vida.

Chegamos à conclusão de que Mefistófeles foi um produto da tradição, de mistura com as qualidades de Merck, temperadas pelas do

POESIA E VERDADE NO FAUSTO DE GOETHE

próprio Goethe, especialmente o gosto pela burla e pelo disfarce que por várias vezes apresenta no drama. Essa era uma característica forte da natureza goetheana. Aparece e reaparece no poema, quando Fausto velho se faz jovem pelo uso do elixir da feiticeira; quando Mefistófeles se transmuda em figura de cão (*Pudclhund*); quando o mesmo Mefisto, vestindo as roupas talares, se apresenta ao estudante ingenuo como se fosse um Mestre da universidade. A tôda hora o embuste e o disfarce surgem, como criação diabólica, até mesmo quando faz jorrar vinho de orifícios abertos na mesa da Taverna de Auerbach em Leipzig.

Há passagens das memórias que valem como cenas do drama: por exemplo, no Livro X, quando, referindo a duas irmãs filhas de um ministro rural de Drusenheim, a seis léguas de Estrasburgo:

«Concedeu o braço à mais velha, eu à mais jovem e assim passeamos pelas largas campinas em que o céu que se estendia sobre as nossas cabeças chamava mais a atenção do que a terra, que se perdia na distância.»

Recorda a cena do *Jardim*, Fausto acompanhando Margarida e Mefistófeles, Marta.

Outra, no Livro V; referente à coroação do imperador, realizada a 3 de abril de 1764. Descreve: «o imperador, em vestes românticas, com o palio finamente adornado era conduzido por doze senadores e conselheiros, indo um pouco atrás, à esquerda, o filho em traje espanhol, os olhos não bastavam para contemplar o espetáculo sublime».

Mefisto, numa das cenas, aparece justamente vestido à espanhola.

E a seguir a distribuição de moedas, realizada pelo tesoureiro hereditário; «logo que começou a se mover enfiou a mão nas bolsas e lançou à direita e à esquerda moedas de ouro e prata, qua fulguravam alegremente no ar como se fosse uma chave metálica. E milhares de mãos se levantaram, se movimentaram para segurar as moedas, as quais, logo que caem, a multidão se agita, joga-se ao chão lutando com violência por aquelas que caíam ao solo. E como a cena se repetia dos dois lados à proporção que se deslocava o tesoureiro, tornava-se engraçada para quem assistia. No fim de tudo o tesoureiro lançou fora as próprias bolsas, e todos lutavam por segurar essa dádiva, a de maior valor».

Não lembra perfeitamente a cena do 2º Fausto? Mefisto prometendo ouro ao Imperador, o grande Tesoureiro crendo nas promessas, e o chanceler advertindo:

«Der Satan legt euch goldgewirkte Schlingen:
Es geht nicht zu mit frommen rechten Dingen.»

Mas deixemos de lado o 2º Fausto para não estender a pesquisa.

SILVIO MEIRA

Limitémonos ao primeiro. Em mais de um passo faz referência a bruxas e feiticeiras, nas Memórias, como, por exemplo, no Livro IX, quando uma velha é consultada pelas duas irmãs Lucinda e Emilia:

«com os aparatos e preparações de costume, ela (a velha) distribuiu os seus apetrechos e começou a ler o futuro da jovem. Olhava atentamente para a posição das cartas, mas demonstrou dificuldade e recusou profetizar».

Noutro trecho, Livro IX: descreve o encontro com uma mendiga, «velha bruxa» e o diálogo pouco amistoso com a mesma, lembrando a Discussão de Mefisto com a bruxa na cena «Tenda da feiticeira».

Outros exemplos poderiam encontrar-se, de similitudes, de coincidências de cenas, de personagens, de paisagens, até de expressões!

Nas «Conversações com Goethe», Eckermann faz algumas referências a diálogos em que o nome de Merck surgia. Na de 27 de março de 1831 Goethe dizia: «Merck e eu éramos sempre um para o outro como Fausto e Mefistófeles».

(Merck und ich waren immer miteinander wie Faust und Mephistopheles). Merck realizava zombarias, produto, sem dúvida, «de sua elevada cultura» e era «mais inclinado a criticar do que a elogiar».

A 18 de fevereiro de 1829 assim se referia a Merck:

Merck war ueberall ein hoechst vielseitiger Mensch. Er liebte auch die Kunst, und zwar ging dieses so weit, dass, wenn er ein gutes Werk in den Haenden eines Philisters sah, von dem er glaubte, dass er es nicht zuschaetzen wisse, er alies anwendete, um es in seine eigene Sammlung zu bringen.

Ein Mensch wie Merck, fuhr er fort, «wird gar nicht melir geboren, und wuerde, so wuerde dia Welt ihn anders Ziehen. Es war ueberall eine gute Zeit, als ich mit Merck Jung war.»

Esse foi o seu modelo para Mefistófeles, um homem sem igual, no conceito de Goethe, reproduzido fielmente por seu amigo Eckermann. (*Gcspracche mit Goethe*, Eckermann, Leipzig, Max Hesses Verlag s.d.).

7. *Margarida*. Em toda a obra Goetheana Margarida constitui o que há de mais suave, dando ao I^o Fausto um conteúdo de infinita doçura, talvez a sua maior graça, o seu sentido lírico, que tornou o poema tão amado do povo. A reunião das três figuras antagônicas, na formação, na cultura, nos sentimentos, os contrastes dão relevo ao conjunto: Fausto sonhador, sábio, insatisfeito, intranquilo; Mefistófeles, espírito demoníaco, a força do Mal; Margarida, a pureza e a inocência em luta contra o Mal, dominada pelas forças do amor.

POESIA E VERDADE NO FAUSTO DE GOETHE

Assinala Agripino Grieco: «Foi Goethe quem pôs mais imagens na literatura moderna, e só o tríptico Fausto-Margarida-Mefistófeles, de que os pintores se apoderaram, bastou para fazê-lo íntimo das criaturas mais simples, das casas mais pobres. Basta a recordação de Margarida desfolhando a flor de seu nome para que ele seja o poeta de toda gente. Todos se refrescam nessa fonte de poesia à beira do caminho».

Observando-se o 1º Fausto, em seu todo, nota-se uma obra aparentemente fragmentária, quase desarmônica, fruto de sua origem, em várias fases da vida, escrito em lugares diferentes. Os contrastes saltam aos olhos. E ao lado da parte filosófica quase impenetrável, ou da de magia negra (como a Noite de Valburga, quase intraduzível), a parte lírica, a mais conhecida do vulgo, a mais estimada de todos, a mais representada nos teatros, a que mais inspirou pintores e compositores. Entre os pintores podemos referir Pierre de Cornelius, Delacroix, Scheffer, Henri Leys, Laurens. De Ary Scheffer são as afamadas telas: «*Marguerite sortant de l'Église*». *Marguerite aux bijoux*, *Marguerite au Rouet*, *Marguerite à la Fontaine*, *Marguerite au sabbat*».

Margarida também está na vida de Goethe, com profundas raízes, aquelas que se lançam na juventude e penetram no amago do ser, para sempre. As páginas que se lêem em suas Memórias, põem em evidência que Margarida não foi uma criatura imaginária, fruto da ficção romântica, uma desbotada flor da imaginação. Pelo contrário. Era o «acerbo espinho» cravado no coração do poeta em pleno alvorecer da existência e que ali permaneceu até a hora da morte.

Explica-se, talvez, nesse primeiro desencanto de Goethe a sua atitude posterior para com as mulheres que o amavam e que ele às vezes abandonava subitamente, como num auto-flagelo sem explicação. E os versos: Liebe! Liebe! Lass mich los! dedicados à Lili, com uma Lili Schonemann, que procura às caladas da noite e observa pelas vidraças das janelas tocando cravo e cantando canção que compusera em sua homenagem e da qual se afasta, com o coração sangrando, mas se afasta, para sempre, embora a amasse.

No Livro V de *Poesia e Verdade* está toda a história da Margarida real, que Goethe transpôs para o drama, imortalizando-a. Por isso começa o capítulo afirmando que existem chamarizes para todos os pássaros e todo homem é conduzido de maneira especial (Fuer alle Veogel gibt es Lockspeisen und jeder Mensch wird auf seine eigene Art geleitert und verleitet).

Encontrou Margarida, pela primeira vez, estando com um grupo de amigos, para uma noitada alegre. Goethe se divertia em compor versos de amor, que a pedido daqueles amigos eram enviados a outro, como se fora de uma bela jovem. Depois redigia a resposta, também amorosa, em versos. Os que inventaram a farsa se divertiam. O que usava as cartas pagava as despesas, certo de que era amado. Goethe mais uma

SILVIO MEIRA

vez punha à mostra o seu lado Mefistofêlico, redigindo mensagens amorosas e respostas, em belos versos.

Num desses encontros, não havendo quem servisse vinho, surge uma linda jovem: Margarida.

Goethe descreve-a: «Sua figura apresentava-se mais elegante quando vista de trás. uma pequena touca compunha maravilhosamente bem a sua bela cabeça, sobre ombros delicados, de uma graciosidade indescritível. Nela, tudo era distinto e tornava-se mais fácil agora observá-la pois não tinha a atenção fixada e, paralisada por seu olhar tranqüilo e puro, lábios graciosos.»

Depois desapareceu.

Goethe prossegue: «Desse momento em diante a imagem da moça me acompanhou por todo lado. Fora essa a primeira impressão verdadeira que uma jovem produzia em mim, e como não podia procurá-la em sua casa nem queria inventar um motivo para isso, *busquei-a na igreja* e não demorei a descobrir onde se postava e no decorrer de todo o ofício religioso protestante não me cançava de mira-la. Na saída não tinha coragem de falar-lhe e muito menos de segui-la e me considerava feiz quando ela me olhava e parecia corresponder com um movimento de cabeça a minha saudação».

Esse trecho lembra Dante contemplando a sua Beatriz na Igreja. (*) Aquele *busquei-a* na igreja lembra a cena, à porta do templo, quando Fausto se acerca de Margarida, não tímido, mas ousado, encorajado pelos conselhos de Mefistófeles:

Bela e fidalga jovem, será muita ousadia,
Oferecer-te o braço e a minha companhia?

Poucos encontros o jovem Goethe manteve com Margarida, todos cheios de muita timidez e pureza quase infantil. No Livro V, de *Dichtung und Wahrheit* lê-se:

«Não conseguia separar-me dela, mas pediu-me com muita estima, segurando as minhas mãos com as suas e apertando-as com ternura. Estava quase em lágrimas, tive a impressão de que Margarida tinha os olhos molhados. Encostei o rosto em suas mãos e parti. Em toda a minha vida nunca sentira tão grande atribulação».

(*) Sublimou Margarida, como o Dante a sua Beatriz:
«Così Beatrice; ed io, che tutto ai piedi
De' suoi comandamenti era devoto,
La mente e gli occhi, ov'ela volle, diedi.»

POESIA E VERDADE NO FAUSTO DE GOETHE

«As primeiras tendências de um coração inocente tomam uma direção totalmente ideal. A natureza parece desejar que um sexo veja no outro a imagem sensível do bem e do belo. Na verdade, a presença dessa moça e meu amor por ela me desvendaram um mundo novo de beleza e perfeição. Li novamente a minha carta poética. Mirava a assinatura, beijava-a, apertava-a contra o coração.»

Goethe, que se pusera a redigir cartas poéticas em versos para divertir amigos, caíra no laço por ele mesmo armado. Essa era uma das tais cartas que Margarida, ao ouvir ler pelo próprio Goethe, subcreveu amorosamente. Sua sensibilidade levava-o às lágrimas: «Die Traenen waren mir nicht weit, ich glaubte ihre Augen feucht zu sehen; ich drueckte mein Gesicht auf ihre Haende und eilte fort. In meinem Leben hatte ich mich nicht in einer solchen Verwirrung befunden» (loc. cit.) .

Encontrou Margarida por duas vezes na máquina de fiar e a denomina Gretschen, diminutivo de *Margarete*: «Gretschen sass am Fenster und spann . . . em outro trecho: «Sie stand vom Spinnrocken auf, und zu mir an den Tisch tretend, hielt sie mir mit viel Verstand und Freundlichkeit eine Strafpredigt» (p. 220) . No poema assim aparece também. Famosa tela de Schef fer representa-a fiando (*au Rouet*).

Em outros passos descreve Margarida e afirma:

«Para encerrar realizei a descrição de uma mulher como eu a desejava e seria muito estranho se não tivesse feito um retrato fiel de Margarida».

Nas memórias refere cena que lembra o *Jardins* de Marta do Poema:

«Passeavam ali os dois casais, de braço dado, numa total alegria. Tendo ao lado Margarida eu julgava percorrer as felizes campinas do Elisio, em que as árvores fornecem taças de cristal que logo se enchem do vinho desejado, e os ramos, sendo balançados, fornecem frutas que se transformam nos alimentos que se desejarem.»

E mais adiante:

«Ao acompanhar Margarida até a porta de sua casa ela me beijou sobre a testa. Era a primeira vez que me concedia tal felicidade, e foi a última: porquanto, infelizmente, nunca mais voltaria a vê-la».

em alemão: «Ais ich Gretschen bis an ihre Tuere begleitet hatte, kuesste sie mich auf die Stirn. Es war das erste und letzte Mal, dass

SILVIO MEIRA

sie mir diese Gunst erwies, denn leider solite ich sie nicht wiedersehen». (p. 272).

Porque Goethe, tão jovem, nunca mais tornaria a ver Margarida, depois de encontros tão amoráveis e puros?

Margarida desapareceu como por encanto. Os amigos de Goethe haviam se envolvido em complicações com as autoridades, inclusive a polícia. As ligações com o grupo foram dadas como suspeitas. Goethe foi forçado a ficar em casa, sob censura e sujeito a investigações por fatos que desconhecia.

Margarida também nada tinha a ver com as artimanhas do grupo. Consta que a fizeram sair da cidade. A posição política da família Goethe e sua ascendência na administração não permitiam uma ligação daquelas.

O jovem protestava inocência. Pensava em suicídio. Defendia os amigos. Reclamava Margarida, mais do que tudo, a razão de ser de sua juventude (Livro V)

«Afirmo que se não poupassem meus amigos e a mim, se não lhes desculpassem as atitudes e perdoassem as falhas, se viessem a padecer a menor injustiça ou tratamento violento, eu me suicidaria, e não havia quem pudesse me impedir de realizá-lo.»

Tantos pensamentos se embaralhavam em meu espírito, vivificavam e feriam o meu sofrimento, pondo-me em desespero: joguei-me de corpo inteiro sobre o chão e inundei o assoalho com as minhas lágrimas» (. . . mich der Laenge lang auf die Erde warf und den Fussboden mit meinen Traenen benetzte) .

Não podia crer que a partida (de Margarida) fosse espontânea e nela me parecia ver um exílio vergonhoso. Nada me fez bem nem ao corpo nem à alma. O mal se agravou e tive bastante tempo para atormentar-me e compor o mais singular romance de acontecimentos tristes, seguido de trágica catástrofe.»

Daí em diante as Memórias de Goethe, no Livro VI, são repletas de amarguras, enquanto não esqueceu Margarida.

«Não conseguia desfazer-me do mau hábito de pensar nela, de idealizar a sua figura, sua expressão, seus modos, que desde então me surgiam de maneira diferente».

POESIA E VERDADE NO FAUSTO DE GOETHE

A razão me convencia e eu pensava em afastar Margarida de meus pensamentos, mas a sua figura! a sua figura me desmentia cada vez em que retornava ao meu pensamento, e confesso tal me aconteceu ainda muitas vezes. »

«... de tanto chorar e soluçar quase já não podia engolir».

Em alemão: «Denn ich hatte oft halbe Naechte durch mich mit dem groessten Ungestuem diesen Schmerzen ueberlassen, so dass es durch Traenen und Schluchzen zuletzt dahin kam, dass ich kaum mehr schlingen konnte.» (p. 285).

Podemos afirmar que, depois desse episódio de Margarida, em plena juventude, nasceu outro Goethe. Suas atitudes posteriores encontram explicação nesse trauma sofrido na puberdade. Já no fim das Memórias, no Livro XX, escrevia:

«Um amor que se alicerça na esperança da posse recíproca, com união durável, não morre subitamente; pelo contrário, alimenta-se das dedicações legítimas e das esperanças puras que conservamos.»

Em alemão: «Eine Neigung, die auf die Hoffnung eines wechselseitigen Besitzes, eines dauernden Zusammenlebens gegruendet ist, sitirbt nich auf einmal ab; ja sie naehrt sich an dér Betrachtung rechtaessiger Wuensche und redlicher Hoffnung die man hegt» (p. 439).

E ainda, no Livro X: «... quando não se consegue amar sem restrições é que o amor já se acha muito enfermo.»

Margarida forneceu o melhor ingrediente para o drama que Goethe escreveria mais tarde: a pureza, a candura na flor da idade. Os homens maus que a afastaram dos caminhos de Goethe têm alguma coisa de Mefisto — talvez aquele amigo que prefere chamar Pilades (cujo nome oculta). A força do destino arrastara os dois jovens em rumos diferentes, para toda a vida.

Alguns autores dão muita importância a um evento que talvez houvesse influenciado Goethe na concepção do drama: a execução, em Frankfurt, de Suzanna Margarida Brandt, acusada de infanticídio. J.F. Angelloz observa: «C'est la tragédie de Marguerite, faite d'éléments divers, empruntés à la réalité et à la vie: à l'origine sans doute, l'exécution à Francfort même, le 14 janvier 1772, de Suzanne Marguerite Brandt; ensuite, une confession: Gretchen porte le nom de celle que Goethe aime au début de son adolescence (mais ce n'était que le deuxième prénom de Suzanne Brandt) et elle a tout le charme de Frédérique. Goethe-Faust s'apitoie sans doute sur le sort de la jeune fille,

SILVIO MEIRA

qui est victime de la justice bourgeoise et, en fait, sa propre victime, mais il n'a pas donné à la «tragédie de Marguerite» le caractère d'une protestation violente contre la loi des hommes, à laquelle il oppose cependant le jugement de Dieu. En outre, au terme de son drame, il fuit, ignorant le but vers lequel il marche, but qu'il ne découvrira que plus tard et nous révélera dans le second *Faust*.» (ob. cit. p. 71).

Diante do depoimento de Goethe em suas memórias o julgamento de Suzanna Margarida Brandt tem importância secundária em face da outra Margarida, sua paixão juvenil,

Em geral faz-se referência ao episódio de Susanne como o embrião das cenas de infanticídio e julgamento de Gretchen:

«Den Anstoss zur Entstehung der ältesten Faust-Szene mag ein Ereignis gegeben haben, das in der folgenden Frankfurter Zeit Goethe aufs heftigste bewegte. Das Schicksal der Kindesmörderin Susanne Brandt, die 1771 ihr Kind getötet hatte und bis zu ihrer Hinrichtung in dem Nahe bei Goethes Elternhaus gelegenen Torturm gefangen gehalten wurde, erschütterte den jungen Rechtsanwalt. Ergriffen von dem Tode des jungen Mädchens und erregt von der Vortellung ihre Todesangst schrieb Goethe wahrscheinlich zuersts die Szene «Trüber Tag». Feld».

(In Goethe, Faust. Erster Teil. Nachwort, p. 123, Hermann Laatz Verlag, Hamburg).

A Margarida imortalizada na obra não foi Susanne, mas a Gretchen que conheceu nos albores da juventude.

O trauma que sofreu na mocidade com a perda brusca de Margarida, seu primeiro amor, foi o germe da futura obra poética, como ele mesmo o confessa, no Livro VI de suas Memórias: «Contra a vontade falo eu em sentido geral a respeito do que há anos desejava expor, sem que tenha podido fazê-lo. Pois que essa amada e delicada criatura perdi tão cedo, sentia fortemente a necessidade de ter presentes as suas qualidades, e assim surgiu em mim a idéia de uma obra poética, na qual poderia ser possível expor a sua natureza pessoal.» (Da ich dieses geliebte, unbegreifliche Wesen nur zu bald verlor, fühlte ich genugsamen Anlass, mir ihren Wert zu vergegenwärtigen, und so entstand bei mir der Begriff eines dichterischen Ganzen, in welchem es moeglich gewesen waere, ihre individualitaet darzustellen).

8. Goethe teve a felicidade de viver em um século de gênios. Seus contemporâneos foram Kant (1724— 1804), Hegel (1770— 1831), Fichte (1762 — 1814), três pilares do pensamento filosófico; Beethoven (1770 — 1827), Mozart (1756 — 1791), Berlioz (1803 — 1869),

POESIA E VERDADE NO FAUSTO DE GOETHE

Gounod (1818 — 1893), gênios da música. Dois deles consagraram a obra goetheana, Berlioz com o seu «*Damnation de Faust*», e Gounod, com a sua ópera «*Faust*». Seu contemporâneo foi Byron (1788 — 1824), o grande poeta inglês, autor de *Manfredo*, uma nova versão de Fausto, também trasladada para a música. Muitos outros gênios poderiam ser citados, no fim do século dezoito e primeira metade do dezenove. Mas Goethe foi o epicentro de toda essa agitação de idéias que transformou o mundo, em sua época. Os próprios estudiosos de Marx (1818 — 1883) procuram tirar partido de algumas idéias goetheanas, como o faz Thomas Mann em «*Goethe, représentant de Vage bourgeois*».

Cela non seulement de façon visionnaire et prophétique, comme dans l'oeuvre épique de sa vieillesse, le roman social que représentent «*Les années de Voyage de Wilhelm Metter*», où il anticipe en prévoyant éducateur toute l'évolution sociale et politique du XIX siècle, mais encore d'une manière immédiate et poétique, comme, par exemple, dans «*Les Affinités électives*». (Thomas Mann, *Goethe et L'Age Bourgeois*, in Europe, n. 112, p. 88).

Espalhou pelo mundo pensamentos, como sementes, que até hoje germinam e florescem. Criou e recriou, valorizando temas e personagens. Imortalizou o tríptico Fausto-Margarida-Mefistófeles e mereceu da história e dos pósteros aquele prêmio que ele tanto almejava, conforme confessa em suas memórias: a coroa de louros.

«No que se refere a mim, tinha sempre em mente produzir algo de extraordinário; mas onde o conseguir, não me parecia muito claro. Como geralmente se pensa antes no prêmio, que se desejaria receber, do que no mérito, que se deve adquirir, assim não escondo que quando eu idealizava uma felicidade invejável, parecia-me ser a mais deslumbrante de todas a imagem da Coroa de Louros tecida para ornar a frente do poeta». (. .. dies mir am reizendsten in der Gestalt des Lorbeerkranzes erschien, der den Dichter zu zieren geflochten ist) .

Sua coroa de louros ele a alcançou e permanece verdejante até hoje, como a árvore dourada da vida que enalteceu nos seus versos inesquecíveis: «gruen des Lebens goldne Baum».

BIBLIOGRAFIA

- 1) ABRAHAM, Pierre — *Créatures de Goethe*, in Nouvelle Revue Française, Paris, 1932, p. 421.
- 2) ANGELLOZ, J. F. — *Goethe*, ed. Mercure de France, Paris, 1949.
- 3) BERTHELOT, René — *Goethe et j'esprit de la Renaissance*, in La Nouvelle Revue Française, Paris, 1932, p. 438 (março).
- 4) BIELSCHOWSKY, Albert — *Goethe, sein Leben und seine Werke*, C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, Muenchen, 1906.

SILVIO MEIRA

- 5) BRÉAL, Michel — *Deux Études sur Goethe*, Lib. Hachette, Paris, 1898.
CARO E. — *La Philosophie de Goethe*, Ch. Lahure, Paris, s.d.
- 6) DAUR, Alberto — *Faust und der Teufel*, C. Winter, Heidelberg, 1950.
- 7) DROUIN, Marcel — *La Sagesse de Goethe*, preface de André Gide, Gallimard, Paris, 1949.
- 8) ECKERMANN, Johann Peter — *Gespraech mit Goethe* in den letzten Jahren seines Lebens (1823-1832), Deutsche Buchgemeinschaft, Berlin, s.d.
Idem. Max Hesses Verlag, Leipzig, s.d. (Mit einer Einleitung erlaeuternden Anmerkungen und Register herausgegeben von Ludwig Geiger) .
- 9) GOETHE. Johann Wolfgang — *Faust*. Eduard Kaiser Verlag, Klagenfurt, s.d.
Aus Meinem Leben, Dichtung und Wahrheit. Amerbach-Verlag, Basel 2 v. s.d.
Faust, in Goethes Werke, Droemersch Verlag, Muenchen-Zuerich, 1957.
Goethe-Faust (c/Urfaust e Ein Fragment), Insel Verlag, Leipzig, s.d.
Goethes Werke, herausgegeben im Auftrage der Grossherzogin Sophie von Sachsen, Weimar, Hermann Boehlau, 1888.
- 10) GUNDOLF, Friedrich — *L'enfance de Goethe*, rev. Europe, n. 112, Paris, 1932, p. 32 e seg.
- 11) KINDERMANN, Heinz — *Das Goethebild des XX. Jahrhunderts*, Humboldt Verlag, Wien-Stuttgart, 1952.
- 12) LUDWIG, Emil — *Goethe*, historia de um homem, liv. do Globo, Porto Alegre, 1940.
- 13) MANN, Thomas — *Goethe et l'Age Bourgeois*, rev. Europe, n. 112, éditions Rieder-Paris, 1932, p. 85 e seg.
- 14) MARLOWE, Christopher — *Doctor Faustus*, Methuen & Co. Ltd., London, 1962.
- 15) MEIRA, Silvio — *Fausto*, tradução, 2ª edição, Editora Três, São Paulo, 1973.
- 16) ORTEGA Y GASSET — *Goethe desde dentro*. Revista de Occidente, Madrid, 1949.
- 17) PANGE, Jean de — *Le démon de Goethe*, in La nouvelle Revue Française, 1932, p. 454.
- 18) RIBEIRO, João — *Goethe*. Rev. de Língua Portuguesa, Rio, 1932.
- 19) ROLLAND, Romain — *Meurs et Deviens*, Rev. Europe, n. 112, Paris, 1932, p. 5 c seg.
- 20) ROUGEMENT, Denis de — *Le silence de Goethe*, in Nouvelle Revue Française, março 1932, p. 480.
- 21) STROHL, Jean — *Goethe, savant naturaliste*, in Nouvelle Revue Française, março 1932, p. 495.
- 22) SUARÉS, André — *Goethe, le grand européen*. Editions Emile Paul Frères, Paris, 1932.
- 23) TOMEI, A. — *Storia della Letteratura Tedesca*, Casa Editrice Frank 6 C., Roma, 1913.
- 24) VALÉRY, Paul — *Discours en l'honneur de Goethe*, in Nouvelle Revue Française, junho, 1932, p. 945.

Ciências Humanas

Na Luta Contra o Subdesenvolvimento é Fundamental a Saúde do Homem

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

Hã um mundo subdesenvolvido, que é inútil procurar esconder ou reduzir nas suas características negativas, que falam mal, muito mal, do outro mundo, que teima em ignorá-lo ou participa da aventura, senão para criá-lo, pelo menos para alimentá-lo, fazendo-o existir e só agora preocupando-se em diminuir-lhe os problemas, as angústias, para torná-lo menos agressivo, menos hostil, menos desobediente. «Terceiro Mundo» foi a denominação que lhe deu, com aceitação mundial, um homem de espírito, que cedo compreendeu a situação explosiva de dois terços da humanidade, dois terços que se situam nas Américas, na África e na Ásia. Refiro-me ao demógrafo francês Alfredo Sanvy. A denominação foi melhor aceita que a outra, a de Pierre Moussa que sugerira «Nações Proletárias».

Mundo subdesenvolvido, Terceiro Mundo, Nações Proletárias, que, na realidade vale na caracterização que deve possuir para que nele possamos incluir Povos, Nações, Estados, distinguindo-se dos outros? Que pesa, de fato, na balança da motivação, para explicar esse mundo subdesenvolvido e, através do conteúdo material e espiritual que possui, considerar-lhe a realidade negativa para uma ação que possa por fim às desigualdades, tentando a criação, não de um Terceiro Mundo estranho, mas de um mundo mais unificado, mais solidário e menos desventurado?

Em conferência no Conselho Técnico, da Confederação Nacional do Comércio publicada, em «Carta Mensal», nº 222, Setembro de 1973,

tive oportunidade de registrar, na linha do pensamento de Enrique Ruiz Garcia, em seu livro intitulado «El Tercero Mundo», o que os cientistas políticos, sejam sociólogos, sejam economistas, sejam geopolíticos, sustentam como características: debilidade de renda por habitante; subalimentação de grande parte da população de um país, com a conseqüente alta percentagem de endemias e de mortalidade infantil; predomínio do setor agrário, marcado por inexpressiva utilização de meios mecânicos, o que manteria técnicas rudimentares, primárias; escassa densidade da infra-estrutura; industrialização mínima; analfabetismo, com difusão inexpressiva de cultura; carência de quadros dirigentes adequados. Ampliando o quadro, teríamos ainda: trabalho indiscriminado de mulheres e crianças e crescimento explosivo da população. Pretendeu-se, ainda, acrescentar a condição étnica, a pressão dos climas, o tradicionalismo ou conservadorismo como forças a considerar numa compreensão mais exata, mais objetiva, mais profunda do que realmente atua para explicar o que possa ser o subdesenvolvimento.

A pressão dos climas, e aqui entra como elemento precioso o trópico, úmido ou seco, contra o qual se lançaram altas expressões da ciência, antiga e moderna, como apenas para exemplificar, Pierre Gourou, não tem mais o significado negativo que se lhes afigurou. Os climas, hostis à vida humana, já não são mais objeto de consideração, face às conquistas da civilização. Não há, realmente, climas impeditivos da ação criadora do homem. Em todas as latitudes, podem elaborar-se estilos de vida, dentro dos quais caminhamos com a mesma aptidão e a mesma decisão. O homem tropical vale tanto quanto os outros homens nascidos e vividos em outras áreas do espaço terrestre. Realiza com a mesma intensidade e cria com o mesmo espírito de inovação. Esta cidade maravilhosa que é o Rio de Janeiro, por acaso não responde às dúvidas dos que negam ou descrêem? Não é ela fruto de ação material e espiritual da aventura humana? Para executá-la, não se aterraram pântanos, não se retiraram montanhas, não se avançou sobre o mar? Todo esse esforço não é produto do ímpeto criador e realizador do homem tropical? A permanência dos brasileiros na Amazônia tropical, presença que nos assegura a posse de 2/3 do território nacional, agora em processo de integração, mais rápida, não servirá também para satisfazer curiosidades, hesitações, dúvidas ou mesmo negativas? A pressão do clima não é, assim, elemento a justificar o subdesenvolvimento.

A condição étnica também não procede. As diferenças raciais tampouco resistiram às análises dos antropólogos, passada a fase da crítica às desigualdades na espécie humana, atribuindo-se a uns a superioridade e a outros a inferioridade. Os que não apresentassem a pigmentação branca eram os desprovidos de qualquer parcela de possibilidade. E os que resultassem da mestiçagem, processada entre seres de pigmentação diferente, esses ainda mais se degradavam. O racismo, que ainda subsiste em algumas partes do mundo, é certo, não significa hoje, no

NA LUTA CONTRA O SUBDESENVOLVIMENTO E FUNDAMENTAL A ...

entanto, senão dispotismo, instrumento, numa política do colonialismo ou da incompreensão, da irresponsabilidade de alguns, que teimam em não ceder à evidência da falta de fundamento científico para a tese dos Gobineau, dos Laponge, dos que comandam a direção de uma África do Sul ou de certos trechos da União Americana. Todos os povos, escreveu muito acertadamente Waterman, na obra coletiva «When peoples meet», dirigida por Alain Locke e Bernhard Stern, têm contribuído para a cultura universal, entendida cultura como a manifestação do grau de criatividade de cada um, isoladamente ou em grupo, cultura definindo-se, portanto, como aquela capacidade de elaboração que possuímos e com que contribuímos nas obras que realizamos, material ou espiritualmente para a grandeza do homem e do mundo em que ele se realiza.

Frank Hankins, em livro famoso, «La Race dans la civilisation», deixou claro a precariedade dos princípios racistas, afirmando que os homens de gênio nascem em tôda parte e são das mais variadas cores e etnias. E o processo de transferência de valores culturais, constituindo o problema da interculturação, importa em confirmar que todos os grupos humanos se contribuem para que ocorram melhores e mais ricos padrões de civilização, não havendo um só desses grupos que não tenha trazido a sua parcela. Por acaso o que chamamos de civilização americana, civilização brasileira, foi obra apenas de seres europeus, de raiz ariana, ou resultam de participação de seres outros, exóticos, positivos, mais avançados? Todos os que compõem a tessitura cultural de nossa pátria não deitam suas raízes mais profundas nos múltiplos valores dos muito variados grupos étnicos que vieram descobrir e conquistar as Américas, ou já as possuíam em fase anterior à europeização?

O tradicionalismo, o conservadorismo, efetivamente, contam na série de obstáculos ao desenvolvimento. Não parecem, no entanto, suficientemente fortes, impeditivos. Estão sendo ultrapassados pela divulgação de técnicas de vida mais modernas. As mudanças que correm no mundo já alcançaram as sociedades fundeadas e estão a alterar-lhes o comportamento. É o caso dos grupos tribais africanos e sul-americanos, que se adaptam sem muita relutância às novidades revolucionárias que lhes estão destruindo as estruturas arcaicas.

Ficam de pé assim, aquelas características a que me referi no início desta nossa conversa.

Nos planos de políticas governamentais, visando a exterminar ou a diminuir os males do subdesenvolvimento, o problema da saúde e da elevação dos níveis intelectuais da multidão humana, aqueles 1 bilhão e 479 milhões de seres que povoam o Terceiro Mundo, não têm sido o mais diagnosticado para os remédios, no caso, as providências oficiais. Pensa-se na elevação da produtividade, nas relações mercantis entre os continentes, conquistas de mercados, processos e técnicas de industrialização, melhor tratamento e uso de terra para a empresa agropecuária,

refinamento dos rebanhos. Pensa-se na multiplicação da riqueza de uns, sem a paridade com os outros, à alegação de que os beneficiários ainda comandam as iniciativas, compõem os quadros altamente possuidores de cultura majestosa, sendo, assim, ainda, os senhores do mundo. E no entanto, vencida a primeira etapa de descolonização, quando a África negra e a África branca se livraram do imperialismo político da Europa e os povos asiáticos recuperam a independência, também política, restituindo-se a liberdade que a Europa lhes tirara desde o século XVI, quando nossos ancestrais portugueses lá chegaram para impor a vontade e a decisão do Velho Mundo, o que estamos vendo, como participantes da grande abertura contra o subdesenvolvimento, é o esforço trepidante e já mais positivo nos resultados, imediatos e a longo prazo. Tais resultados, todavia, não são ainda de maneira a inquietar os desenvolvidos na concorrência de mercados e na ascensão cultural dos chamados «povos de cor». Ha que continuar o esforço, e isso exige tempo, apesar do avanço científico e tecnológico que marca o momento universal no campo das descobertas e da utilização ilimitada dessas descobertas. como exige com os outros povos, os chamados da civilização ocidental. E ao se sublimarem, obtenham, com aqueles conhecimentos especializados, a saúde necessária, fundamental para o grande episódio histórico da destruição do subdesenvolvimento. E aqui chegamos aos pontos centrais do problema — como conseguir as duas vitórias, a da saúde e a das conquistas da inteligência?

As Organizações Mundiais que se mobilizam visando, justamente, a saúde, a educação e a cultura, a Organização Mundial de Saúde e a UNESCO, como a FAO, no tocante à agricultura e à alimentação, nas programações que se traçam, anualmente, não puderam ainda, apesar dos recursos empregados e da cooperação que proporcionam aos governos das áreas mais desfavorecidas, lograr o êxito que todos esperamos. As assembléias internacionais que promovem continuamente para avaliação de resultados e ordenamento de novas providências, constataam sempre certa pobreza nesses resultados, o que não importa em abandono dos problemas e das iniciativas para superá-los. Ao contrário, valem como incentivo a que se amplie o trabalho e se promovam mais esforços. A mortalidade infantil, as endemias não se puderam ainda vencer nas proporções imaginadas, mesmo porque em muitas regiões aquele tradicionalismo a que nos referimos antes, pesa como força negativa, impedindo as mudanças de técnicas de vida, que incluem higiene e alimentação, capazes de trazer mais equilíbrio e continuidade às populações. Esse quadro pessimista, inventariado continuamente pelos organismos supranacionais, não é, no entanto, um quadro em que não esteja presente também alguns trechos do mundo ocidental, aquele mundo que nos deu seu físico e espiritual e teve e tem, em suas mãos, ontem e ainda a certos aspectos hoje, os destinos universais.

NA LUTA CONTRA O SUBDESENVOLVIMENTO É FUNDAMENTAL A ...

Na luta contra a morte, gastam-se somas gigantescas. Os êxitos alcançados são ponderáveis. O progresso que já se alcançou, quanto à mortalidade infantil e à longevidade são, realmente, expressivos, bem o sabéis. A luta contra a fome, todavia, essa continua sem o sucesso planejado. Também se mobilizam recursos financeiros sem que se estejam alcançando os resultados programados. Há, ainda, certa hesitação, certo medo, certa dúvida no aceitar-se a grande e negra verdade que um brasileiro, Josué de Castro, denunciou sob grandes reservas, que começam a ceder à evidência de que afirmara uma verdade de contestação impossível.

Fome, miséria física, malestar social são aspectos do subdesenvolvimento, que ainda não foi possível derrogar. Não se pode, e aqui devemos fixar a posição certa, mudar as condições do mundo, diminuindo as distâncias entre sociedades pobres e ricas, países pobres e países ricos, nações desenvolvidas e nações subdesenvolvidas se, para tal, elaborados os programas viáveis, sim, viáveis, e não apenas aparentemente perfeitos na tessitura, no acabamento, na apresentação, viáveis porque traçados à luz do realismo que se contém nas próprias diferenças entre sociedades, povos e Estados, soberanos ou não, não se pode proceder às mudanças se, para executá-las, não se dispõe do outro capital — o humano, isto é, as equipes profissionais de boa qualificação. Sem elas, tudo redundará em fracasso. As soluções ficarão retardadas, comprometendo-se os objetivos da política que se pensou por em prática com a melhor das intenções.

A formação dos quadros qualificados, por isso mesmo, é fundamental. Daí o esforço por criá-los nas várias áreas do saber humano, em especial as que mais intimamente se prendem à vida e à estabilidade da pessoa humana e das sociedades que ela integra. O estudo do meio ambiente, nas múltiplas facetas por que pode ser analisado para sua utilização, como o estudo do ser humano como centro de força criadora terrestre, na grande aventura que é a própria vida que realizamos, exige essas equipes, essenciais para a efetivação positiva da ação contra o subdesenvolvimento.

Até que ponto, no entanto, estamos satisfazendo essa solicitação constante, ininterrupta, pressionante e fundamental? Se é certo que nas nações que comandam as iniciativas mais positivas do progresso, a formação de tais equipes processa-se normalmente, sem ímpeto porque normal, já não sucede o mesmo no mundo subdesenvolvido, que sente a urgência da preparação de quadros, mas desconfiado dos técnicos que lhe venham do exterior, prefere os seus próprios, embora ainda insuficientes e sem os conhecimentos mais certos, necessários.

Os organismos internacionais mobilizam recursos financeiros, elaboram planos, levam assistência especializada, em particular à África e à Ásia, tentando uma cooperação louvável, mas ainda não de todo bastante. Não se pode recusar, portanto, que, por solidariedade ou por interesses menos claros, há movimento universal de participação nos

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

destinos e aspirações das nações pobres, apesar de todos os percalços, certas hesitações, desconfianças que não podemos ignorar. Nas Assembléias internacionais, promovidas pelos organismos que procuram aproximar os povos, visando aquele mundo só do pensamento de Wilkie, podemos sentir os anseios e as intenções dos que dão e dos que recebem.

E nós, no Brasil, subdesenvolvidos ou em marcha acelerada para o desenvolvimento, como nos comportamos, como estamos decidindo de nosso futuro e mesmo de nosso presente?

Houve época em que, na literatura que o Conde de Afonso Celso lançou sob tantos aplausos e depois sob tanta censura, o Brasil era a terra mais fértil, mais generosa, mais formosa, mais rica, paradisíaca, enfim. E no entanto, outros, estrangeiros como Ingeneros, aceitando a tese de que, pela imensidade espacial e pela existência de condições físicas positivas éramos uma área de possibilidades e perspectivas animadoras, mas possuindo um povo mestiço, desfibrado, incapaz, inferior, aqueles elementos afirmativos perdiam sentido, nada resultando de benéfico. Ademais, estávamos na linha do trópico, o que equivalia ser impossível uma civilização criada e mantida por nós. Depois passamos a ser o país do futuro. Veio, mais tarde, hoje, a conclusão simplista de que progrediríamos como conseqüência de um verdadeiro milagre, portanto sem que, além da força divina extra-terrena, nada resultasse de nossa decisão e de nossa capacidade para criar, para realizar.

Ora, a verdade é que não somos um povo estático. Nossa dinâmica sempre existiu, com maior ou menor intensidade. Vamos a um exemplo — seríamos, se perdurassem os termos do diploma de Tordezilhas, de 1497, entre portugueses e espanhóis — apenas a franja costeira entre Laguna e Belém. O continente-arquipélago que compomos hoje explica-se justamente pela dinâmica do povo mestiço que integramos e nos fez ampliar a fronteira litorânea, atlântica, pelo imenso espaço interior que nos assegura base física de gigantescas proporções, e de que não desistimos, apesar de tentativas de outras gentes que nos quiseram disputar a terra, substituindo-nos.

O processo de desenvolvimento brasileiro, não constituindo milagre de qualquer espécie, decorre de nossa decisão de progredir. É um objetivo claro, que nos cria reservas, é certo, nos demais países do continente, à acusação de que desejamos alcançar hegemonia, prejudicial ou perigosa aos interesses daquelas outras unidades soberanas da América do Sul. Sem planejamento, e as programações conseqüentes, não se pode, todavia, e não se admite mais hoje um desenvolvimento desatinado, desordenado, mas sempre sob os cuidados e a coordenação que se encontrem em textos devidamente elaborados após estudos, inquéritos, inventários e conclusões, não se pode deixar de ter em conta as equipes técnicas essenciais. Equipes de toda ordem, a que se atribuem as execuções ou as auditorias pertinentes.

NA LUTA CONTRA O SUBDESENVOLVIMENTO É FUNDAMENTAL A ...

Num planejamento para o Brasil, descontados os altos e baixos que a sociedade e os imprevistos que possam ocorrer determinassem, a formação de tais quadros torna-se cada vez mais premente e cobrindo os campos mais variados. Porque não nos adianta planejar para o futuro sem dar-se conta de que um desenvolvimento econômico deve partir da análise do meio natural, nas facilidades e nos aspectos negativos que apresente e na presença do homem sadio e com os conhecimentos que lhe autorizem a participação consciente nas operações em vista.

Que adiantará tentar a execução de um plano se o contexto humano for desprezível, se a humanidade para que ele se instituiu não tem condições de higiene para implantá-lo e realizá-lo?

Quando, em 1912, o governo federal tentou o primeiro planejamento, o da valorização da borracha, face à perda de substância que a Amazônia apresentava com a concorrência das plantações no Oriente, o que se preparou, e foi de amplitude desconhecida até então em qualquer parte do mundo, na espécie, partiu-se justamente da operação homem-saúde. Oswaldo Cruz, chamado, na oportunidade, traçou as linhas centrais do trabalho que visava a dar, ao trabalhador na selva amazônica, as condições de segurança sanitária necessárias à sua permanência efetiva para garantir a própria soberania brasileira já, ao tempo, se não contestada, submetida a perigos que se denunciavam.

Oswaldo Cruz, como Afrânio Peixoto e Carlos Chagas e antes Torquato Tapajós não desacreditavam da ação civilizadora do homem regional, desde que lhe garantissem a saúde, essencial. E nas memórias que escreveram, os quatro homens de ciência aplicada, indicaram a política a adotar, mas infelizmente, não mereceu as honras de uma execução.

uma política sanitária, está visto, não pode deixar de figurar em qualquer política que procure vencer o subdesenvolvimento. Os algarismos com que se pretende propor, bem manipulados nos mecanismos públicos e privados, objetivos e resultados econômicos sonhados, não serão nunca realidades efetivas se não ocorrer, inicialmente, a formação da mão-de-obra especializada, da mais humilde tarefa às de maior importância técnica, mão-de-obra representada por gente que dispunha de um mínimo de condições físicas. A criação de recursos humanos tem de promover-se, assim, em proporções avantajadas e de amplitude profissional a mais variada. Ontem, formávamos médicos, engenheiros, advogados, estes principalmente. Hoje, formamos economistas e especialistas nos vários ramos da engenharia e da medicina. Zoólogos, botânicos, geólogos, geógrafos, com disciplinação universitária, são chamados atribuindo-se-lhes campo de trabalho. Os sanitaristas, de quando em quando, participam também. Seria útil insistir na importância que possuem na conquista do homem para a operação de desenvolvimento. Ainda há dias. publicava-se a lição do Ministro do Planejamento, Reis Velloso, acerca de «Recursos Humanos, Recursos Naturais e Tecnologia». Es-

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

queda que aqueles recursos seriam insuficientes se o homem, que deles participasse, mesmo indiretamente, não dispusesse de condições de saúde. E em reportagem sensacional, de Mario Lara e Thais de Mendonça, sobre o «Brasil, um país doente», concluía-se que ainda é cedo para afirmar que já não somos um povo sem saúde, afirmação a que se pode chegar também lendo a «Introdução à Geografia Médica do Brasil», obra coletiva, dirigida por Carlos da Silva Lacaz, Roberto Baruzzi e Waldomiro Siqueira, edição da Universidade de São Paulo.

Fernando Bastos de Avila, organizador da Escola de Sociologia e Política, da Universidade Católica do Rio de Janeiro, em conferência no Conselho Técnico da Confederação do Comércio, acerca do «Desenvolvimento e Valorização dos Recursos Humanos. A Medicina no Brasil», começaria sustentando que «tôda estratégia de desenvolvimento se resume, em última análise, na mais racional valorização dos recursos humanos». E acrescentaria: «O Brasil, quando enfrentou o problema com clareza, fêz a sua opção, e, a meu ver, optou mal. Optou pela predominância de investimentos a curto prazo, e apareceram a siderurgia, as barragens, as estradas, a indústria automobilística. Enquanto isso, o homem, a saúde do homem, a educação do homem eram relegados para um segundo plano, ou para um momento ulterior. A conseqüência foi a que ora sofremos: no Brasil sobram milhões, a crer no Prof. Glycon de Paiva, e faltam alguns milhares. Mas esses poucos milhares que faltam, tornam extremamente difícil a superação da atual fase do desenvolvimento brasileiro.»

Segundo estatística levantada por Centro de Estudos da Fundação Getúlio Vargas, «em 1968, possuía o Brasil 47.250 médicos, o que representava, para a população brasileira da mesma época, 1 médico para 1.810 habitantes.» Em Roraima, havia apenas 6; no Amazonas, 145; na Guanabara, 13.053 e em São Paulo, 10.151! Esclarecia-se mais: «dos municípios que não possuem um só médico, dois têm mais de 40.000 habitantes: Cuxurupu, no Maranhão, e Panças, no Espírito Santo, com quase 50.000 habitantes. Os municípios com mais de 30.000 sem médico são muito numerosos, todos eles situados nas áreas menos desenvolvidas.»

A participação do médico na política de desenvolvimento de nossa Pátria é de necessidade evidente. Sem homem sadio, não haverá participação nos lucros da atividade criadora. como não haverá, realmente, também, esse mesmo processo de desenvolvimento, uma vez que a mão-de-obra necessária, quantitativa e qualitativa, não existirá para dar segurança ao empreendimento, seja estatal ou seja da iniciativa privada.

A renovação do Brasil carece, fundamentalmente, assim, de recursos humanos. Esses recursos já se formam no Brasil. O curso que aqui se encerra, esplêndida lição de excelentes brasileiros que, a serviço do bem coletivo e dos melhores interesses cívicos de nossa Pátria, estão realizando um trabalho admirável nesse particular da formação de quadros espe-

cializados, permitam-me que proclame, vale como comprovação de que já tomamos consciência de que precisamos preparar o homem brasileiro para a aventura bem conduzida da civilização, a civilização que estamos construindo, vencendo o trópico no que ele possa possuir de negativo e ascendendo, sem pensamentos de hegemonia continental, à potencialidade a que temos direito.

BIBLIOGRAFIA

- ROLANDO SILIONI — La diplomacia luso-brasileira en la Cuenca del Plata. B. Aires, 1964. Biblioteca do Circulo Militar.
- JUAN JOSÉ FERNANDEZ — La República de Chile y el Imperio del Brasil. Editorial Andrés Belo. Santiago, 1959.
- HAROLD PETERSON — La Argentina y los Estados Unidos. 1810/1960. B. Aires, 1970.
- THOMAS MC. GANN — Argentina, Estados Unidos y el sistema interamericano 1880/1914. Eudeba. B. Aires, 1960.
- CONIL PAZ Y FERRARI — Política Exterior Argentina. 1931/1962. B. Aires. 1964.
- ROBERTO PATSH — El ezercito y la politica argentina 1928/1945. Sudamericana. B. Aires, 1971.
- CARLOS J. MONETA — Argentina, y Africa Negra. Nacionalismo, ideologia y mercados. B. Aires, 1973.
- CARLOS MANUEL MUNIZ — Bases nacionales para uma politica internacional. B. Aires, 1969.
- VÍCTOR VILLANUEVA — Neuva mentalidad militar en el Peru. Replanteo. B. Aires, 1969.
- ENRIQUE GIL — Evolución del panamericanismo. B. Aires, 1941.
- MAURICIO GREFFIER — La ación del capital estrangeiro en el dessarrollo de la América Latina. B. Aires, 1945.
- NORBERTO CERESOLE — Peru — Las origens del sistema latinoamericano. Galerna. B. Aires. 1971.
- VÍCTOR VOLSKI — América Latina. Petróleo y Independencia. Cartago. B. Aires, 1966.
- GONZALO CARDENAS — Las luchas nacionales contra la dependencia. B. Aires, 1969. Gal. Galerna.
- EDMUNDO SMITH — Intervención yankee en la Argentina. Ed. Palestra. B. Aires, 1965.
- CARLOS MASTRORILLI — Projetos hegemônicos en el Rio de la Plata.
- NORBERTO CERESOLE — Argentina y América Latina. Ed. Pleamar.

Enfoque Educacional do Problema do Menor

IRMÃO JOSÉ OTÃO

1 — A EDUCAÇÃO GERAL

Sabemos que pela educação se procura levar o individuo a conduzir-se com autonomia, bem e corretamente. A criança, como os grupos humanos, consoante os pedagogos, para educar-se, passa por três estágios:

- 1.1 — A FASE DE ANOMIA, aquela na qual atua sem normas, sem diretrizes claras, por razões de insuficiente desenvolvimento, compreensão e decisão.
- 1.2 — A FASE DE HETERONOMIA, na qual ela recebe de fora, dos pais, da escola, do meio, da sociedade, as regras ou normas de proceder, regras ou normas que lhe são impostas, que constituem o bom tom da sociedade, para a qual ela se encaminha.
- 1.3 — A FASE DE AUTONOMIA, pela qual as regras e normas de proceder são elaboradas com a compreensão e participação do próprio indivíduo ou do grupo a que ele pertence, regras que ele aceita, incorpora e aplica na vida.

Estas etapas, na sua singeleza, resumem sinteticamente o processo educacional geral, normal, universal, podendo-se afirmar que a educação somente é alcançada quando o indivíduo, atingido um razoável desen-

IRMAO JOSE OTAO

volvimento físico e psíquico, compreende o sentido da existência e o plano do homem no mundo, isto é, a construção da morada terrestre e a preparação da morada celeste, ascendendo a esperança na vida, adotando normas de reto proceder e pautando o agir em normas que compreende, porque colaborou na sua formulação ou, pelo menos, refletiu sobre elas e as aceitou e, mais do que isso, as incorporou ao sistema de valores de sua vida.

Estas reflexões valem para a educação geral, a educação comum, aquela que é levada a bom termo por grupos de pessoas, com a colaboração do próprio educando e a participação de várias organizações (Família, Escola, Igreja, Estado, Sociedade), todos empenhados em atingir o fim desejado.

2 — O MENOR ABANDONADO

Trata-se aqui de procurar levar a educação a um indivíduo que não se encontra na situação comum ou geral das crianças ou jovens da sociedade.

—• como caracterizar o menor abandonado?

- 2.1 — Trata-se de uma criança sem nome, sem família, sem sociedade, sem nacionalidade: é o menor abandonado.
- 2.2 — Trata-se de uma criança sem saúde, sem alimentação regular, sem desenvolvimento físico e psíquico equilibrado e normal.
- 2.3 — Trata-se de uma criança sem direitos e sem deveres, sem amor, sem compreensão, sem carinho, abandonada como um terreno baldio.
- 2.4 — Trata-se de uma criança sem proteção do adulto, esquecida ou quiçá, escoraçada pelos pais, pelos responsáveis pela ordem pública, pelas famílias burguesas instaladas e sem problemas.
- 2.5 — Trata-se de uma criança sem segurança, sem defesa física, a não ser sua brutalidade explosiva, criança instalada no vazio, sem fé, nem esperança, nem amor.
- 2.6 — Trata-se de uma criança sem ambiente para a educação, sem pais carinhosos, sem educadores compreensivos, bebendo o vício e a libertinagem pelas ruas e pelas estradas, assim como respira o ar.
- 2.7 — Trata-se de uma criança sem convivência familiar — viver é conviver — sem amizade, sem o estímulo e sem o aplauso do adulto.

ENFOQUE EDUCACIONAL DO PROBLEMA DO MENOR

- 2.8 — Trata-se de uma criança sem religião, sem moral, sem Deus e, como tal, sem normas e sem diretrizes de vida.
- 2.9 — Trata-se de uma criança marginalizada da sociedade, corrida e castigada por todos, criticada pela maioria, e que só encontra amparo nos companheiros «também abandonados».
- 2.10 — Trata-se de criança perdida, tonta, desnorteada, em condições anormais de crescimento e desenvolvimento, para a qual não podem prevalecer as normas habituais ou comuns da educação.

Após estas considerações, quem poderá deixar de reconhecer que o problema do menor deve ser equacionado, a fim de procurar-lhe uma solução adequada?

Caso isso não venha a ocorrer, a própria sociedade partilhará da multiplicação dos indisciplinados, dos rebeldes, dos descontentes e insatisfeitos, dos transviados e vagabundos, dos candidatos às drogas, à degeneração e ao suicídio lento, dos degradados, dos futuros povoadores das prisões, dos despersonalizados, dos gangsters potenciais, dos vazios de compreensão humana, afeto, carinho e amor, dos perturbadores permanentes da paz social, dos marginais de toda ordem que entristecem a família humana.

Não caberá, então, à própria sociedade boa parte da responsabilidade dessa, situação?

3 — EQUACIONAMENTO DO PROBLEMA DO MENOR

Parece natural que a primeira preocupação da sociedade seja voltada para a descoberta das causas que geram a situação que acaba de ser analisada, com vistas a procurar a diminuição de sua incidência e a minização de seus efeitos e a segunda, a ser desenvolvida no tópico seguinte, na procura de solução do problema em referência, por recursos educacionais adequados.

Podem ser indicadas varas causas comuns e habituais determinantes do problema em foco.

São principais:

- 3.1 — A família desorganizada: materialmente, educacionalmente psicologicamente, socialmente.
- 3.2 — Os pais desleixados, sua despreparação para a paternidade, sua incapacidade de educar os filhos, por múltiplas razões: imprevisto global, falta de recursos, falta de assistência, egoísmo pessoal.

IRMÃO JOSÉ OTÃO

- 3.3 — A sociedade omissa e culposa, a encher o ambiente social de exemplos menos dignos, de propagandas libertárias e permisivas, de adultos pouco responsáveis e não autênticos, de autoridades negligentes, tolerantes, incompetentes ou desleais, do uso imoderado ou prejudicial dos meios de comunicação social, divulgando todos os dias crimes, assaltos, roubos, mortes, bandalheiras, etc. e escondendo ou dificultando a divulgação das ações nobres, sociais humanas verdadeiramente cristãs, estímulos educativos.
- 3.4 — A tolerância excessiva para o adulto criminoso, especialmente para o relapso, que leva à conclusão de que não é tão ruim o delito e o crime, abrindo, destarte, desde cedo as comportas para os desvios e as malandragens.
- 3.5 — A fuga da escolaridade, por parte das crianças e dos jovens, tolerada pela família e pelas autoridades, de sorte que essas crianças nem têm ambiente — família, escola — para passar da anomia para a heteronomia e finalmente, para a autonomia responsável.

Faz-se mister um esforço tenaz e persistente, no sentido de eliminar as causas assinaladas, ou, pelo menos, diminuir-lhes a influência negativa.

Para tanto é necessário:

- a) Reeducar sistematicamente a família;
- b) Desenvolver o senso de responsabilidade e de solidariedade.
- c) Higienizar e moralizar os Meios de Comunicação Social;
- d) Melhorar a moralidade pública e dignificar a vida em todas as idades;
- e) Levar a sério a escolaridade primária, obrigatória.

4 — A EDUCAÇÃO OU A RECUPERAÇÃO DO MENOR

É conhecido de todos os pedagogos que a educação, geral e normal, somente pode ser tentada com êxito se o educador dispuser, em grau razoável, de conhecimentos claros dos dinamismos do educando, estimulando-o na sua descoberta e no seu desenvolvimento; se for capaz de uma ação discreta em mobilizar todos os interesses pessoais, sociais e transcendentais do educando; se nesta ação tiver a habilidade de levar, progressivamente, o candidato à participação da ação ao autogoverno, à autonomia, dispensando aos poucos a ação do educador; se neste esforço, longo e trabalhoso, puder contar com a colaboração da família

ENFOQUE EDUCACIONAL DO PROBLEMA DO MENOR

e da sociedade; e finalmente, se souber, pessoalmente, manter viva a chama da renovação, da atualização, de modo a incorporar ao seu trabalho as descobertas e as conquistas da Pedagogia e da Tecnologia Educacional.

A educação do menor abandonado, todavia, se reveste de características muito diferentes, e está inserida num contexto totalmente diverso do assinalado como normal e habitual.

Em conseqüência, o êxito do esforço que chamarei de «EQUACIONAMENTO E SOLUÇÃO DO PROBLEMA DO MENOR», vai exigir um trabalho preparatório especial e uma execução também revestida de condições particulares.

- 4.1 — Os educadores chamados a cuidar dos menores aqui caracterizados necessitam amadurecer e incorporar, pela reflexão, a conhecida sentença: «As crianças necessitam mais de carinho e de amor do que de alimento» («As crianças carentes» — Enzo Azzi, S. Paulo).
- 4.2 — Os funcionários de instituições públicas ou particulares necessitam, igualmente, ao lado da preparação profissional normal, de um esforço todo especial para demonstrarem aos menores a compreensão, o carinho, a simpatia, sem o que não há possibilidade de conseguir a co-participação dos jovens na recuperação e, sem ela, nunca será possível chegar à autonomia responsável.
- 4.3 — A aceitação da grande verdade de que o equacionamento deste problema e a sua solução não é, apenas, um dever do Estado ou do Município, isto é, dos poderes públicos, mas é um compromisso da sociedade toda, dos organismos nela existentes, educativos, associativos, recreativos, culturais, etc, enfim, «de todas as forças vivas da sociedade».

Existem exemplos positivos, neste particular.

- 4.4 — É necessário evitar, como norma, como princípio, a adoção de soluções ligeiras, superficiais, aparentes, que, em sentido profundo, não passam de falsas soluções, como:
 - a) deixar o problema para que as autoridades o resolvam;
 - b) empregar regimes de violência;
 - c) adotar repressão forte permanente;
 - d) internar o menor pela força, tardiamente, sem um tratamento adequado.

IRMÃO JOSÉ OTÃO

- "4.5 — Procurar dar ao jovem o que ele necessita:
- Um lar, procurando multiplicar os lares que adotam crianças abandonadas;
 - Garantia de alimentação e de repouso tranqüilo.
 - Publicidade relativa ao menor marcada com notas de compreensão e de carinho, de modo a criar dele uma imagem melhor por parte da sociedade.
 - Escola para todos, desde a infância, quando o trabalho educativo é mais fácil e mais eficaz.
 - Encaminhamento do menor para uma profissão ao mesmo tempo em que se educa.

SUGESTÕES PARA UM PLANO GLOBAL DE ATENDIMENTO AO MENOR

- 1 — Levantamento Nacional, Estadual e Municipal do número de menores carentes de recursos para sua educação ou recuperação.
- 2 — Levantamento das Instituições Oficiais e particulares existentes para atendê-los integral ou parcialmente, bem como o número de menores atualmente atendidos.
- 3 — Cálculo das despesas per capita em cada instituição e despesa total de manutenção, no País, nos Estados, nos Municípios, com os atendidos.
- 4 — Cálculo da despesa total necessária para o atendimento de todos os menores enquadrados na categoria de menores carentes.
- 5 — Levantamento das fontes de recursos disponíveis das Instituições existentes.
- 6 — Estabelecimento de Convênio entre o Governo Federal, os Governos dos Estados e as Instituições existentes que não dispõem de recursos suficientes para o atendimento do menor.
- 7 — Mentalização da opinião pública sobre a necessidade de atendimento do menor e organização e divulgação de um plano arrojado de atendimento de todos os menores carentes, sob forma de educação ou de recuperação.
- 8 — Organização e lançamento de Campanha Nacional, Estadual e Municipal do menor, pois
 - o menor é a primeira riqueza do País
 - a comunidade estadual e municipal é responsável pela educação do menor.

ENFOQUE EDUCACIONAL DO PROBLEMA DO MENOR

- 9 — Elaboração de um Plano Global para a obtenção dos fundos suficientes que permitam o atendimento total e sistemático do menor caso o atendimento espontâneo não surta efeito satisfatório.
- 10 — Localização das Instituições de menores nas proximidades urbanas com área suficientemente ampla para a organização agroprofissional, com a modalidade flexível de escola, de trabalho, de aprendizado e de prática profissional.

BIBLIOGRAFIA

- Conceitos e métodos de Serviço Social
Friedlader, Walter
Livraria Agir Editora — Rio de Janeiro — 1972
- Noções básicas de Serviço Social de Casos
Nicholds, Elizabeth
Livraria Agir Editora — Rio de Janeiro — 1964
- Assistência e Justiça para menores
Tribunal da Justiça
Porto Alegre — 1964
- Enfants sans Foyer
Brosse, Dr. Thérèse
Unesco — Paris
- Children of the Developing Countries
The World Publishing Company
New York — 1963
- Menores en situación irregular — aspectos socio legales de su protección
Sajón, Rafael
Instituto Interamericano del niño
Montevideo — 1973
- El problema de la Madre y del niño en los barrios marginados urbanos y rurales
Sajón, Rafael
Instituto Interamericano de niño
Montevideo — 1973
- Infancia dos países em desenvolvimento
UNICEF
Edição GRD
Rio de Janeiro — 1964
- Diagnóstico do menor em Mato Grosso
Cunha, Celio da
Edições da Univ. Federal de Mato Grosso
Cuiabá — 1974
- Proteção à Infância
Gusmão, Saul de
Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — 1941

IRMÃO JOSÉ OTÃO

- L'enfance Vagabonde
UNESCO
Paris — 1950
- Assistência a menores
Gusmão, Saul de
Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — 1942
- Assistência e proteção aos menores abandonados e delinqüentes
(comentário de leis)
Mineiro, Beatriz Sofia
Juizo de menores do Distrito Federal
Rio de Janeiro — 1924
- Psicologia Social
Rodrigues, Aroldo
Vozes — Petrópolis, 1972
- A infância no Brasil em transformação
Marques, Aguinaldo N.
Vozes — Petrópolis, 1973

Atos Cruéis e Humanos - Extremos da Escravidão Brasileira

DELSO RENAULT

«Todos os ardis são empregados com
esses africanos» [..]

JOAQUIM NABUCO

Até bem pouco tempo prevaleceu o conceito de que a escravidão brasileira fora a mais amena, se comparada com a de outras regiões em dado período. Pouco a pouco esse conceito evoluiu para admitir não a amenidade, senão a violência e, algumas vezes, até a crueldade. Verdade é que a maneira de tratar a escravaria não foi idêntica em todo o território nos longos anos do regime escravocrata. O tratamento dispensado ao escravo no engenho nortista é distinto do que ele recebe na Corte. Ao mesmo passo, o *senhor* residente no Rio de Janeiro não trata a escravaria da mesma maneira que o *senhor* radicado na província. Esse tratamento, a maneira de conviver com o escravo seriam resultantes do meio cultural, da forma de viver, da própria educação. Admite-se hoje que o escravo — em face da violência descarregada sobre ele pela instituição escravista — revidou muitas vezes com as forças de que dispunha.

Tudo indica que o primeiro ato referente à escravidão foi o alvará de 29 de março de 1549, que permite a importação de escravos de Guiné e da Ilha de S. Tomé, com destino ao trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar. Em cerca de 350 anos entraram no Brasil 3.600.000 africanos, cifra distribuída nessa proporção: século XVI — 100.000; século

DELSO RENAULT

XVII — 600.000; século XVIII — 1.300.000 e século XIX, a maior cifra, com 1.600.000. No ano de 1872 a população do Império é de cerca de 10.000.000 de habitantes com um milhão e meio de escravos. com o tráfico, que só vai cessar em 1850, levam e levam de escravos são despejados nos pontos estratégicos da costa brasileira. Ignorantes, de baixo nível cultural esse contingente provindo da costa africana não se uniu, nem formou um bloco para repelir a violência ou reivindicar pretensões direitos. Os movimentos de rebeldia, que ficaram registrados, nasceram dos negros da Bahia e dos escravos das fazendas de Campinas em 1832. Omitimos aqui as rebeldias nas senzalas, as agitações como a de Pernambuco, e as deserções ocorridas nas fazendas, em várias fases, como ocorreu em 1885. Além disso, alguns dispositivos legais atemorizavam a escravaria e, ao mesmo tempo, fortaleciam o regime servil. É o caso da drástica lei de 1835, que estabelece a pena de morte para a insurreição ou qualquer ofensa física cometida pelo escravo. Para as ofensas leves a pena era de açoites, conforme a sua gravidade.

Não sobreviveu para exame dos contemporâneos um repositório completo, que ajudasse a desnovelar a teia obscura da instituição escravocrata. Até 1850 — quando é abolido o tráfico africano de escravos — poucas vezes se atrevem ao debate sobre o regime. Por isso mesmo, nas entrelinhas dos anúncios de jornais vamos deparar elementos que esclarecem muita coisa sobre o tratamento dispensado ao escravo e a participação da escravaria na vida cotidiana. A situação do escravo perante a lei criminal, a correspondência entre senhores de escravos e os anúncios referentes ao comércio escravista são as melhores luzes para o enfoque de tão contravertido capítulo.

O alvará, aliás pouco conhecido, guardado no Real Archivo da Torre do Tombo, assinado pelo Rei, no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda a 16 de janeiro de 1773, levanta o véu que encobre um dos quadros sinistros da escravidão:

«Eu El Rei» — determina o alvará — «tive certas informações, de que em todo o Reino de Algarve, () e em algumas Províncias de Portugal, existem ainda Pessoas tão [altas de sentimentos de humanidade, e de Religião, que guardando nas suas casas Escravas, humas mais brancas do que elles, com os nomes de pretas, e de Negras; outras mestiças; e outras verdadeiramente negras, para pela reprehensivel propagação dellas perpetuarem os Captiveiros por hum abominável commercio de peccado e de usurpações das liberdades dos miseráveis d'aquelles successivos e lucrosos concubinatos, debaixo do pretexto de que os ventres das Mães escravas não podem produzir filhos livres, conforme o Direito Civil» [. . .] «e considerando a grande indendencia que as ditas escravidões inferem aos meos Vassallos; as confusões, e odios, que entre elles cauzam; e os prejuízos,*

que resultão ao Estado de tantos Vassallos, lesos, baldados, e inúteis quantos são áquelles miseráveis que a sua infeliz condição [fazem capazes;» [. . .]

El Rei ordena então que quanto ao preterito continuem Escravos todos aqueles que tenham nascido dos sobreditos Concubinatos ou Matrimônios legítimos.

«Que quanto ao futuro, todos os que nascerem do dia da publicação desta Ley cm diante, nasção por beneficio desta inteiramente livres, posto que as Mães e Avós hajão sido escravas.» (2)

O Alvará do Rei não surte o efeito desejado. O cativo prosseguirá por mais de um século no Reino e nas colônias.

Os legisladores romanos já faziam restrições ao direito do *senhor* sobre o escravo. Certa lei, cuja autoria é discutida, proibia que os escravos fossem atirados ao combate das feras, ou mesmo vendidos para tal fim. A lei punia ambos: vendedor e comprador. Acompanhando as legislações antigas nossas leis negam ao *senhor* o direito de *vida e morte* sobre o escravo. Permite castigá-lo moderadamente, como os pais castigam os filhos e os mestres os discípulos. O senhor podia prender o escravo por castigo, sem incorrer no crime de cárcere privado.

«É preciso que, além de moderado, não seja o castigo contrário às leis em vigor» — estabelecia o Código Criminal romano — «como queimar o escravo, feri-lo com punhal, precipitá-lo no mar, ofendê-lo enfim por modos semelhantes.» (3)

Curioso é que o *senhor* ou proprietário conservava o domínio sobre o escravo, condenado este à pena perpétua, temporária ou absolvido, mesmo sem intervenção daquele. A legislação e a jurisprudência evoluíram e, com isso, as penas tornaram-se menos rigorosas. A sevícia — de cuja prática a crônica policial da época nos dá abundantes notícias — autorizava o escravo a pedir sua venda.

Alguns atos dos tempos da colônia são contraditórios. A carta regia de 17/3/1696, por exemplo, ordena ao governador do Maranhão que tome providências para que os escravos não morressem sem os últimos sacramentos; outra carta regia, de 31/1/1700, manda dar sábado livre aos escravos. No entanto, no ano de 1751 foi sugerido o corte do *tendão de Aquiles* ao escravo fujão e, com aprovação da Câmara de Mariana, a sugestão foi encaminhada à Ccra de Portugal em 1755. Solução genial traria a incisão: o escravo poderia trabalhar, mas não conseguiria fugir! O alvará de 10/3/1682 determina que os negros fugidos para o sertão fossem dominados com *gente armada*. É o início da caçada desfechada pelos *capitães-do-mato*.

Alvará expedido da Fazenda de Santa Cruz, datado de 24/11/1813, justifica a necessidade da importação de braços africanos, sobretudo pela falta de homens para o trabalho. O mesmo alvará descreve as práticas desumanas do tráfico e determina medidas que possam minorar a crueldade no tratamento dos escravos.

«A legislação portuguesa do tempo tinha até reais contemp-lações com o escravo» — comenta Oliveira Lima — «verdade é que difficilmente passavam da teoria á pratica». (')

Em 1828, os Conselhos Provinciais recebem circular das Câmaras Municipais, no sentido de que se prevenissem atos de crueldade contra o escravo. A Constituição do Império (1824) proíbe as torturas, marcas de ferro quente, penas cruéis e atos semelhantes. Marcava-se o escravo com ferro quente não como *pena*, mas, como *sinal* para que o escravo fugido pudesse ser identificado.

As Ordenações previam penas máximas, temendo a reação do escravo revoltado; tanto assim que o escravo portador de arcabuz menor de 4 palmos (fácil de portar oculto) era punido de morte! A mesma Constituição proibiu esses atos cruéis e aboliu a pena de *açóites*. O magistrado fixava o número de *açóites* da condenação: nunca mais de 50 por dia, nem mais de 200 no total, depois de ouvido o médico presente à execução. A interpretação do Código Penal, no entanto, veio se contrapor ao texto da lei magna, entendendo-se: a *pena de açóites é abolida, salvo quanto aos escravos*. A pena de *açóites* vai ser abolida em 1886.

Sabe-se que não cabe aos portugueses o «privilégio» de serem os iniciadores do comércio de escravos. Eles foram os pioneiros na utilização da escravatura na lavoura, numa prática em grande escala. No comércio negreiro eles foram batidos, sem dúvida, pelos ingleses e holandeses.

O negro é embarcado nas costas d'Africa e sua viagem é de sofrimento e dor. Tanto que alguns se matam no caminho do mar. É uma carga sinistra. Os *tumbeiros* ⁽⁵⁾ eram bem organizados. Contavam com eficientes colaboradores. São conhecidas algumas manhas astuciosas com a finalidade de escapar à fiscalização: para confundir os cruzadores fiscais e dificultar a identificação do navio negreiro os homens de bordo trocam a bandeira no mastro. E não hesitam em deitar ao mar a carga sinistra, se não podem escapar ao cerco do cruzador-fiscal. A viagem de Luanda ⁽⁶⁾ aos portos brasileiros era calculada nestes espaços: 35 dias para Recife, 40 dias para Bahia e 50 dias para o Rio de Janeiro.

Os pontos de desembarque na costa brasileira estavam estudados e marcados. A carga era desembarcada em Cabo Frio e nos areais onde se encontram hoje os fortes de São João e de Santa Cruz, na praia de Botafogo ou por detrás da Alfândega. Em terra, os comerciantes estão à espera. Os escravos são amontoados num cômodo, de maneira a serem

vistos e examinados pelo comprador. É a *roda*. Rugendas, Debret e outros viajantes deixaram desenhos que mostram esse comércio.

Em 1850, existem no Rio de Janeiro 39 vendedores de escravos: 19 são portugueses, 12 brasileiros, 2 espanhóis, 2 franceses, 2 norte-americanos, 1 italiano e 1 inglês. O *Slave Trade* é o documento que registra todo o processo do tráfico. É a fonte de divulgação dessa máquina infernal. Sutas maquinações estavam escondidas na teia desse processo. A Legação inglesa, no auge da campanha desfechada contra o tráfico, podia ter no Brasil o rótulo de Anti-Slavery Society.

Quem se der ao trabalho de rebuscar os arquivos, ou manuseiar os trabalhos sobre o assunto, será tomado de admiração diante dos tratados, convenções, projetos, decretos, leis, referentes ao problema da escravidão no período de 1815 a 1885. São incontáveis! Alguns dispositivos são inconseqüentes, ineficazes e representam quase um retorno à situação anterior.

Tomemos um exemplo: a 7 de novembro de 1831 a primeira Regência esabelece que «todos os escravos que *entrarem* no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres». Para cumprir o ato da Regência, baixa-se uma lei, que entre outras penalidades, impõe a devolução dos escravos importados para o país de origem. O mercador infrator seria punido, mas, ao governo brasileiro caberia todo o trabalho de recambiar a mercadoria! E o pior aconteceu: a África não aceitou a devolução dos filhos de seu território!

O governo imperial viu-se num beco sem saída. Mais uma vez o governo inglês interveio propondo a colocação da mercadoria clandestina em Serra Leoa. Mas, com a condição de que todas as despesas de manutenção fossem cobertas pelo nosso governo. Por inexequível essa solução o governo tentou adquirir de Portugal uma área extensa no território africano, onde pudesse alojar os negros importados. Fracassadas todas as soluções — mesmo a que foi tentada junto ao governo da Libéria — não teve outra saída o Brasil: por meio de dois decretos (29/10/1834 e 19/11/1835) o governo brasileiro arrendou a escravaria, dispondo que os braços escravos seriam aplicados nos trabalhos do Estado. Os decretos dispunham como seriam tratados os libertos, doravante administrados pela *Curadoria de Africanos*.

O negro *liberto* ou *livre* — diante da lei de 1831 — seria obrigado a serviços públicos somente. O governo se investe no papel do *senhor*.

Fica assim caracterizada a situação do negro *livre* diante da lei regencial de 1831. «*Mas o ato assinado no ano seguinte, que a regulamentava, — comenta o autor — continha todas as disposições inerentes da necessidade de serem debeladas as matrizes que alimentavam, à sombra de mil artifícios, a escravidão no Império, concluindo-se que, através dele, revelava o governo brasileiro uma franca inclinação no sentido de aumentar, cada vez mais, os óbices à clandestinidade do comércio es-*

DELSE RENAULT

vista». E o mesmo autor conclui: «Para tal estabelecia o estatuto de 1832, pena corporal, na forma do artigo 179 do Código Criminal vigente, e multa de 200\$000 por cabeça de escravo importado». (7)

com avanços e recuos o governo procura atacar as fontes que fornecem a escravaria e, antes de tudo, o seu comércio clandestino. E, não obstante a execução do famigerado bill-Aberdeen, o tráfico recrudescer.

Os anúncios dos jornais, que circularam por esses longos anos, formam documentário valioso da nossa evolução social e da situação do escravo negro na sociedade. Esses anúncios retratam a condição física do escravo fugido; o traje que veste denuncia o tratamento que recebe; a gratificação oferecida pelo proprietário por sua captura, representa o valor de seus braços no trabalho; o protesto contra seu acoitamento é uma defesa contra a sua apropriação indébita. Os jornais antigos estão repletos de anúncios, que refletem a penosa fuga do escravo.

Certo anunciante reclama a posse da

«preta, crioula Marcellina, de 35 annos de idade, estatura regular, um pouco magra, beiços grossos, *signaes de queimadura nas pernas*, uma verruga em um lado do pescoço, uma risca branca no cachaço, principiando na *raiz do cabello e seguindo pela espinha, unhas dos pés negras e farpadas*» . . . «quem levar á praça da Constituição n. 43 será generosamente *gratificado, protestándose com o rigor da lei* contra quem *lhe der couto*». (8)

Anúncios reproduzidos do jornal mais lido na Corte, são de 1871, ano em que se decreta o *ventre livre*, depois de muitas conquistas dos antiescravistas. A ganância e o desrespeito aos dispositivos legais originaram a burla.

Crianças são abandonadas nos vãos dos conventos e dos hospitais, enquanto a emancipação dos sexagenários é uma afronta: os senhores libertam os cegos e os doentes, que são recolhidos às poucas casas de caridade.

A luta à escravidão se faz em várias frentes, sucessivamente. E nas províncias distantes? A imensidão territorial e as precárias vias de comunicação dificultam o cumprimento sadio da lei e de suas sanções. Os proprietários de escravos lutam tenazmente contra a barreira que se antepunha à sua ganância. Agricultores e homens enriquecidos na lavoura e no engenho formam um bloco de resistência aos atos que o governo baixava para extirpar a exploração do braço escravo. No *tronco os açoites* são acionados ocultamente. Se o escravo reclamava o seu di-

reito, então desrespeitado, se ousava recorrer à autoridade judiciária da longínqua cidade, era devolvido ao seu senhor. E a punição redobrava sobre suas carnes de maneira desumana.

A exploração do escravo que vive na Corte é bem mais artificiosa. Em 1846 o JC anuncia a compra de escravos cacogênicos,

«com *chagas, empigens, bobas e lepra*»,

provavelmente utilizados na tarefa de esmolar pelas ruas. O escravo é explorado no corpo e no trabalho, deslealmente, — contam as crônicas — como se vê claramente em anúncios que oferecem

«*uma negrinha bonita, com principio de custura; e o motivo não desagradará ao comprador*». (9)

A propósito: a venda, a troca e a doação do escravo, por preço acima de 200\$000, têm de ser feitas por escritura pública e sujeitas ao selo proporcional e ao imposto. O débito da sisa (10) importa em nulidade do ato, dependente de ação própria.

Outro capítulo se abre no direito de propriedade sobre o escravo. como propriedade pode ele ser objeto de *seguro* e de *hipoteca*. Essa teria de recair sobre os escravos pertencentes a estabelecimentos agrícolas. E, como o escravo é tido como *cousa*, as crias provenientes da mãe hipotecada seguem o destino desta: a hipoteca as abrange!

O vício redibitório recai também sobre a transação do escravo. Inspirada na fonte da lei romana nossa legislação rezava:

«*Qualquer pessoa que comprar algum escravo doente de tal enfermidade, que lhe tolha servir-se dele, o poderá sujeitar a quem lho vendeu, provando que já era doente em seu poder de tal enfermidade*» [. . .]

A legislação nese aspecto, como em muitos outros, era capciosa, pois, o vendedor podia calar a respeito de qualquer *vício de ânimo* que tivesse a *cousa* vendida — exceto o de fugitivo — o que não impediria a transação.

Por escritura passada em Vila Rica, a 25/1/1819, Anna Benvinda vendeu uma escrava,

«*a qual hevendo fugido, foi preza por Capitaens do Matto, e recolhida na Cadeia da Cidade de Marianna; por essa cauza e ourra mais desgostando-me eu della, e muito principalmente*

DELSO RENAULT

por dizer que nao me queria servir, tomei a Resolução de a vender, procurando com isso o meu socego; e como com o mesmo vicio de fujona, e com todos os mais, que tenha assim mesmo a quer o Snr Coronel» ([...] ¹¹)

Enquanto a sociedade fluminense prefere o escravo para os serviços cotidianos, alguns estrangeiros fazem restrição ao negro para o trabalho doméstico. Anúncios de jornais que circulam na Corte — no decorrer do século XIX — atestam essa observação. Algumas casas de ensino, por sua vez, não permitem a presença do escravo negro. Em carta de 15/4/1847, certo serviçal escreve da Corte ao compadre, fazendeiro na Província de Minas, dando notícia de sua missão no internamento do menino num colégio no Rio de Janeiro:

«Não se admite no Collegio vezitas de Amigos» — diz ele na carta — «só sendo seu correspondente, ao que tudo se sujeitou o Snr Seu Filho, e porisso hoje deminham entrou para o referido Collegio, edei ao Mestre 340 rs de hum mez que se custuma pagar adiantado; vindo a ser 300 rs de insigno, e Comedorias, e 40 rs de lavage de roupa, por elle querer encarregar-se disto, para hevitar correspondencia de pretos, de entradas, e sahidas no Collegio». ⁽¹²⁾

Não se pode generalizar afirmando que os maus tratos eram usuais entre as famílias que se utilizavam da escravaria.

A forma de trabalhar e a disciplina no trabalho dependem da chefia. Nos engenhos essa disciplina fica a cargo do feitor. Se ele é de maus bofes ela degenera em perversidade. Boxer comenta que

«por pouco mais de nada chegaram alguns (senhores de engenho) a lançar vivos nas fornalhas os seus escravos e a tirar-lhes por varios modos, barbaros e inumanos a vida». ⁽¹³⁾

Português setecentista dá a receita certa para castigo a ser aplicado nos primeiros engenhos aqui instalados:

«o castigo que se fizer ao escravo, nam hade ser com pau nem tirarlhe com pedras, nem tejollos, e quando o merecer, o mandará botar sobre um carro, e darselheha com hum assoite seu castigo, e depois de bem assoitado, o mandará picar com navalha ou faca que corte bem, he darlheha com sal, summo de limão e orina e o meterá alguns dias na corrente, e sendo fcmea, será assoitada a guisa de bayona ⁽¹⁴⁾ dentro em hua caza e com o mesmo assoite». ⁽¹⁵⁾

ATOS CRUÉIS E HUMANOS — EXTREMOS DA ESCRAVIDÃO BRASILEIRA

Alguns senhores residentes no Rio de Janeiro não negociam seus escravos para negociantes do ramo, como este anunciante que

«vende 1 escrava moça e sem vicos, a qual coze e engomma perfeitamente», mas, «não se vende a negociantes de escravos». ⁽¹⁶⁾

Correspondência dos meados do século esclarece muito sobre o assunto, dando-nos exemplos dicotômicos. Numa carta a mulher dá notícia ao marido, que se acha na Corte, dos acontecimentos ocorridos na fazenda da família situada em Minas:

«Pella carta do Mano Antonio verás o que vai pela Fazenda; enfim tudo são afftiçoens e o pior é estarem morrendo os escravos por falta de tratamento ou para melhor dizer a fome como aconteceu ao pobre Antonio Bcnguela, bem me custa dizer-te estas cousas pois sei quanto te afliges com isto». ⁽¹⁷⁾

No mesmo ano de 1856, seu marido escreve da Corte a um dos irmãos, que cuida da Fazenda:

«não é possível conservarmos improductivamente urna tal propriedade com tantos Escravos sem o menor rendimento, ainda obrigados a despender considerável soma para os sustentar hoje que elles se atugão para Estradas até 240\$ livres de qual-quer despesa. Eu sou o 1º que não tenho animo de os vender pois tenho-lhes amor, e mesmo nunca os alugaria a quem os maltratasse, mas as Companhias, por exemplo, a União e Industria, que faz a Estrada do Parahybuna, trata muito bem os seus trabalhadores». ⁽¹⁸⁾

Já nos meados do século XIX dois fatos induzem os senhores a cuidar melhor de seus *instrumentos* de trabalho: o colera morbus, que devastara a escravaria e a impossibilidade de novas importações da Africa.

De certa forma, a fé cristã é o refrigerio a amenizar o castigo imposto no corpo negro da escravaria. O batismo do escravo aproximou-o do seu senhor e, na casa *grande*, com o tempo, tornou-se rotina a negra escrava chamar seu senhor para padrinho do filho.

BIBLIOGRAFIA

- (1) O grifo é nosso.
- (2) Documento dos Arquivos do Museu da Inconfidência em Ouro Preto, MG.
- (3) Perdigão Malheiro, A Escravidão no Brasil, série Brasília, t. 1, Ed. Cultura, 1944.

DELSO RENAULT

- (4) Oliveira Lima, Dom João VI no Brasil, 2ª v., Coleção Documentos Brasileiros, 2ª ed. Livraria J. Olympic Ed., 1945.
- (5) Tumbeiro — o que conduz a tumba; o que leva os mortos a enterrar. O vocábulo aqui significa — talvez por analogia — o que transporta a carga para o cativo.
- (6) Luanda, na Angola africana, é o local onde reúnem os pumbeiros ou agentes que compravam os negros no interior para vendê-los aos negociantes da exportação.
- (7) Maurilio de Gouveia, História da Escravidão, RJ, 1955.
- (8) Jornal do Comercio de 5/10/1871. O grifo é nosso.
- (9) Jornal do Comércio de 2/8/1846 e 25/10/1847.
- (10) Sisa — imposto a pagar sobre a venda de cada escravo.
- (11) Documento dos Arquivos do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. O grifo é nosso.
- (12) Documento dos Arquivos do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. O grifo é nosso.
- (13) Apud G. R. Boxer, A Idade de Ouro do Brasil, tradução de Nair de Lacerda, Comp. Ed. Nacional, SP.
- (14) Baiona — urtiga brava, eriçada de pelos, cuja picada produz ardor.
- (15) Apud G. R. Boxer, id. ib.
- (16) Jornal do Comércio de 7/10/1846. O grifo é nosso.
- (17) Documento dos Arquivos do Museu da Inconfidência, Ouro Preto, MG. O grifo é nosso.
- (18) Id. ib. Grifo nosso.

*Facímile de recibo da venda de um escravo por 400\$000, passado no Rio de Janeiro em 1850. O escravo de nação Cabinda, de nome Marcollino, estava registrado **pela** rua de S. Diogo n. 61-A.*



Peças utilizadas no castigo do escravo:

1) *Tronco (parte), onde o escravo era imobilizado para o castigo.*

2) *Anjinho-argolas de ferro, que se arrochavam nos pulsos e nos tornozelos.*

(Fotos do Arquivo do Autor. Reprodução reservada) .

O Advogado e os Direitos do Homem W

OTÁVIO MENDONÇA

No momento em que se instala esta V Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil — peço licença para duas invocações, com as quais homenagearemos simbolicamente todos os companheiros desaparecidos desde quando, em 1970, nos reunimos, em São Paulo, pela última vez.

Refiro-me a ADAUCTO LÚCIO CARDOSO e ORLANDO CHICRE MIGUEL BITAR. Conheci ADAUCTO apenas de nome, acompanhando o freqüente noticiário sobre a sua vida transbordante, como advogado, como parlamentar, como juiz. CARLOS CASTELO BRANCO diz que ele foi «uma presença moral na vida pública». DJALMA MARINHO chamava-o de «o gascão, o eterno estudante» e BARBOSA LIMA SOBRINHO traçou-lhe este perfil inapagável: — «ADAUCTO CARDOSO gostava das posições vanguardistas. Havia nele, até no olhar e nos gestos, alguma coisa de desafio, quase diria de provocação. .. Possuía a segurança de quem se dava todo aos seus combates, com absoluta sinceridade, sem planos e sem cálculos.» (*)

ORLANDO BITAR — professor de Direito Constitucional, antigo juiz dos Tribunais Eleitoral e do Trabalho, advogado militante, Conselheiro da nossa Ordem durante mais de 20 anos, membro do Conselho de Cultura, do Instituto Histórico e da Academia Paraense de Letras, era, sem dúvida, no meu Estado, o mais completo humanista da nossa geração. Seus trabalhos estão sendo coligidos por DJACIR MENEZES, a fim de

(*) Discurso na instalação da V Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil.

OTÁVIO MENDONÇA

serem editados pelo Conselho Federal de Cultura. Se vivesse, estaria relatando uma das teses deste conclave. Modesto até a humildade, estudioso até o fanatismo, desprendido até a renúncia — desapareceu com pouco mais de 50 anos, deixando, para quantos o conheceram, um dos mais nobres exemplos de que se poderá orgulhar para sempre a nossa profissão.

SENHORES CONFERENCISTAS

Recolho, não apenas para o meu Estado, mas para toda a Região Amazônica, a honra de agradecer, em nome das delegações visitantes, a carinhosa saudação do nobre Presidente da Seção da Guanabara, esse magnífico anfitrião que é ÁLVARO LEITE GUIMARÃES. Através dele congratulamo-nos com todos os colegas do Rio, sede desta Quinta Conferência, como o foi da Primeira, aqui reunida em 1958. E ao Conselho Federal, na pessoa de JOSÉ RIBEIRO DE CASTRO FILHO, asseguramos a solidariedade invariável de todas as Seções da Ordem, cuja Presidência ele exerce com aquele traço de genuína liderança que herdou dos seus grandes antecessores, desde LEVI CARNEIRO até JOSÉ CAVALCANTI NEVES. Além deste, aqui estão presentes alguns outros — PRADO KELLY, ALCINO SALAZAR, SEABRA FAGUNDES, HAROLDO VALLADÃO — todos eles, para orgulho nosso, padrões de inteligência e dignidade, que o país inteiro reconhece, proclama e reverencia. A iniciativa destes encontros é uma demonstração a mais da lucidez de NEHEMIAS GUEIROS, Presidente do Conselho Federal ao tempo da Primeira Conferência, após a qual voltamos a reunir em 60, 68 e 70, duas vezes em São Paulo e uma no Recife. Parece que nesse exemplo se inspiraram as Faculdades de Direito, cujos professores desde 71, debatem anualmente seus assuntos, em Juiz de Fora, Bagé, Campinas, há poucas semanas, em Belém. E como os Tribunais do Trabalho e os Tribunais de Contas adotaram rodízios semelhantes — vai pouco a pouco desaparecendo a irritante sensação de distância, menos geográfica do que psicológica, da qual resultava uma ausência quase completa de pontos de vista comuns entre os juristas brasileiros. Não há, talvez, categoria profissional nem atividade de cultura que mais necessite de contato do que a nossa. Representamos um sistema jurídico que, salvo regras secundárias, é uniforme, porém deve ser aplicado em condições da mais surpreendente disparidade. Nossas regiões diferem pelo estágio econômico, pelos produtos em que se baseiam o seu comércio, a sua indústria, a sua pecuária, a sua agricultura, o seu extrativismo, a sua pesca e a sua mineração. Nós, advogados, poderíamos e poderemos contribuir para o que RAUL FLORIANO chama a *constância na mutabilidade ou a consistência no movediço*. ⁽²⁾ Mas para isso é indispensável que nos conheçamos melhor, que nos habituemos a enfrentar em conjunto as dificuldades inerentes ao nosso «metier», que aceitemos as críticas recíprocas como um processo válido de aperfeiçoamento e compreensão. Esse me parece ser

O ADVOGADO E OS DIREITOS DO HOMEM

o saldo mais positivo destas Conferencias. De cada qual delas, através de suas teses, debates, conclusões, e, até dos amenos programas sociais e dos afetos que se cultivam — saímos certamente menos separados e menos egoístas, o que significa mais fortes, mais aptos para a luta, mais seguros do nosso destino.

* * *

Os *Direitos Humanos* são o tema geral desta reunião. Homenageamos, assim, o primeiro quarto de século, transcorrido em 73, da sua catalogação em termos universais. Revendo seus antecedentes, sua lenta evolução, os meios de que dispomos para defendê-los e as novas amplitudes que esses vetustos princípios adquirem sem cessar, pretendemos ser úteis à nossa classe, ao nosso país, — mas também ao mundo e ao tempo em que vivemos — de vez que não se trata de valores transitórios nem regionais, porém sim dos mais amplos e eternos que o espírito humano jamais concebeu.

A tradição coloca no início do Século XIII o primeiro documento que, limitando o arbítrio da Autoridade, consagrou o mínimo de Liberdade indispensável à dignidade da existência humana. É certo que conheço referências às Cortes de Leão, nas quais, algum tempo antes, D. Afonso teria jurado respeitar certos direitos fundamentais. Mas o episódio ibérico foi de escassa duração, enquanto o saxônico nunca mais se apagaria das instituições do seu país. Talvez por isso tornou-se habitual conceder à *Magna Carta* prioridade cronológica na garantia das liberdades. Após longo período de ruidosos fracassos, somente no século XVII essas franquias inglesas lograram firmeza, com a destituição dos Stuarts, de incorrigível vocação absolutista, e o chamamento ao poder de Guilherme de Orange pela «Glorious Revolution», de 1688. A *petição de direitos* (1628), o *Ato de Habeas-Corpus* (1679) e o *Bill of Rights* (1689) atualizaram e ampliaram a Magna Carta, constituindo, assim, as bases trisseculares do liberalismo na Inglaterra. Nessas diretrizes inspiraram-se os luminosos espíritos que transformariam a Europa e a América do Norte no século XVIII — um LOCKE, um MONTESQUIEU, um VOLTAIRE, um ROUSSEAU, um D'ALEMBERT, um SIEYÈS, um DIDEROT. Sua extraordinária contribuição não foi apenas a de haverem divulgado, muitas vezes em páginas de beleza imperecível, o avanço que as instituições britânicas representavam em uma época na qual ainda permaneciam como exemplo solitário. Mais importante foi construírem uma base filosófica para o sistema quase empírico que se instalara na Inglaterra. Daí resultou o caráter de *universalidade* dos documentos da Revolução Americana e da Revolução Francesa. Aquilo que os duros barões ingleses haviam concebido como sistema local de garantias transformou-se num ideário que passou a ser reclamado pelo mundo inteiro. A *Declaração de Direitos*, aprovada em França em agosto de 1789, não se destinou apenas aos franceses, mas sim a todos os *homens* e, treze anos antes, THOMAS JEFFERSON já inscrevera na *Declaração da Independência* aquele resumo

OTÁVIO MENDONÇA

que perdura como a melhor síntese jamais feita do mínimo irrecusável a qualquer indivíduo sobre a Terra:

«We hold these truths to be self-evident, that all men are created equal, that they are endowed by their Creator with certain inalienable Rights, that among these are life, liberty and the pursuit of Happiness»

Ai está realmente tudo: — a *vida*, a *liberdade* e a *busca da felicidade*. Por maiores que sejam, os desdobramentos posteriores cabem sempre em alguma dessas garantias fundamentais.

Nas primeiras décadas do Século XIX separou-se a América Latina das metrópoles ibéricas. O espírito prevalecente nessa mudança foi o das Revoluções Francesa e Americana, pelo qual seus líderes se haviam apaixonado nas Universidades européias. Isso explica a inclusão nos textos com que se organizaram essas jovens nações daquele mesmo elenco de direitos essenciais. E foi assim que eles surgiram no Brasil pela primeira vez, enumerados nos 35 itens do artigo 179 da Constituição de 1824.

Comemoramos este ano o *Sesquicentenário dessa Constituição*. Embora PEDRO I houvesse dissolvido a Constituinte que convocara antes de proclamar a Independência — cumpriu a promessa de outorgar uma Carta tão liberal, senão mais liberal, que o Projeto de ANTÔNIO CARLOS, em discussão quando fechara a Assembléia de 23. Projeto que permaneceu como base da Constituição, sem alterações de relevo, salvo a introdução do Poder Moderador, chave da autoridade do Monarca, idéia que o MARQUÊS DE CARAVELAS haurira em BENJAMIM CONSTANT para conciliar o temperamento despótico com as atitudes liberais dessa personalidade contraditória e fascinante que foi o nosso primeiro Imperador.

Quanto aos Direitos Humanos, a Carta de 24 foi das mais avançadas do seu tempo, acentua ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS, em Conferência comemorativa do seu 150º aniversário. ⁽³⁾ Cotejada com a Declaração Francesa, com a Constituição espanhola, aprovada em Cadiz, 1812, — e por alguns meses vigente em Portugal e no Brasil — o nosso texto é mais detalhado e, em vários pontos, mais claro e generoso. JOSÉ HONORIO RODRIGUES, no estudo que acaba de dedicar à Constituição de 23 ⁽⁴⁾ dá-nos um excelente exemplo, descrevendo a discussão sobre a liberdade religiosa. O projeto, proclamando o Catolicismo religião oficial, apenas permitia a prática das demais seitas cristãs, inibindo de direitos políticos os que professassem cultos diferentes. Porém a Constituição de 24 iria mais longe, instaurando, no item 50 do art. 179, a completa liberdade de crença no Brasil: — «Ninguém pode ser perseguido por motivo de religião, uma vez que respeite a do Estado e não ofenda a moral pública».

Nunca mais se alterou a vocação liberal brasileira. As Constituições de 91, de 34, de 37, de 46, de 67 e de 69 reproduziram e completaram as garantias de 24, com alterações resultantes das circunstâncias que as

O ADVOGADO E OS DIREITOS DO HOMEM

condicionaram. Merece, apenas, destaque a circunstância de que, a partir da Carta de 91, mantemos uma espécie de cláusula aberta e permanente, segundo a qual os direitos enumerados são exemplificativos e não exaustivos, sem excluírem, portanto, quaisquer outros resultantes da índole do regime. Graças a esse dispositivo é que se podem reputar inseridos na Constituição todos os Direitos Humanos proclamados na Declaração Universal, ou na Americana, ainda que essas Declarações não possuam caráter obrigatório e mesmo quando não estejam algumas garantias explicitamente transcritas no texto constitucional vigente.

Desde o fim da I Guerra Mundial duas circunstâncias modificaram, pouco a pouco, o panorama dos direitos individuais. Em primeiro lugar tornou-se evidente que a velha enumeração estava incompleta, ou melhor, era em muitos aspectos contraditória. A chamada «questão social», que durante milênios permanecera latente — tornara-se explosiva sob o impacto das enormes concentrações industriais. Os dois grandes princípios que a Revolução Francesa proclamara como irmãos — a *liberdade* e a *igualdade*, entregues a si mesmos, ao invés de se harmonizarem, repeliam-se. E o Estado moderno viu-se obrigado a passar da regra da *abstenção* para a regra da *intervenção*. O Tratado de Versalhes inscreveu as primeiras normas inspiradas na doutrina social da Igreja, que LEÃO XIII inaugurara com a Encíclica «*Rerum Novarum*». As Constituições do entre-guerra as repetiram. A Revolução Russa gerou o primeiro país socialista, proclamando a igualdade superior à liberdade. Os regimes democráticos foram acusados de incapazes para compatibilizarem os dois princípios que representavam sua própria razão de existir. Reagiram eles, procurando restabelecer o equilíbrio — pelo direito do trabalho, pela previdência social, pelos vastos programas de ensino, saúde e habitação, pelas reformas agrárias e, mais recentemente, pelo audacioso planejamento do progresso econômico e da integração. Abriram-se, em consequência, novos capítulos aos Direitos do Homem, que as Constituições Brasileiras incorporaram a partir de 1934.

A segunda circunstância ampliadora dos direitos humanos decorreu das brutalidades que vieram a lume durante a II Guerra Mundial. Elas inspiraram ao Presidente ROOSEVELT a necessidade de transplantar as garantias humanas para o piano internacional. Os imensos sacrifícios da guerra — dizia o grande líder democrático — não teriam sentido se os vitoriosos deixassem de assegurar à Humanidade do após-guerra aquele mundo das *quatro liberdades*, enunciadas em 41, e incluídas, em 45, no preâmbulo da Carta das Nações Unidas:

«freedom of speech, freedom of worship, freedom from want, freedom from fear *everywhere in the world*»

Em 1948 surgiram as duas primeiras Declarações Internacionais, a *Interamericana*, aprovada em Bogotá e, alguns meses depois, a *Universal*, aprovada em Paris. Quase idênticas no conteúdo, ambas englobam os

OTÁVIO MENDONÇA

antigos direitos individuais e os novos direitos sociais, ambas aspiram a proclamar princípios de vigência sem exceções e sem ruturas, quer no tempo, quer no espaço. Porém, nenhuma delas obteve, desde logo, o *caráter convencional*, isto é, obrigatório. Eram simples cartas de intenção, sem dúvida do mais alto valor e da maior repercussão, porém necessitando serem incluídas no direito interno ou, mais tarde, transformadas em verdadeiros compromissos internacionais para adquirirem força compulsória. com esse caráter, em verdade, o primeiro instrumento aparecido foi a *Convenção Européia de 1950*. Subscrita em Roma pelos 15 integrantes do Conselho da Europa, aceita mais tarde pela Áustria, está em vigor desde a Turquia até a Noruega, em toda a Europa Ocidental e Meridional, exclusive França, Espanha, Suíça e Portugal, que não a ratificaram, pelo menos até 1968, quando assim o informou DUNSHEE DE ABRANCHES. ⁽⁵⁾ Aspecto relevante dessa Convenção Européia foi a sua implementação eficaz, através dos primeiros órgãos internacionais permanentes, com força executiva, criados para defender os Direitos do Homem: — uma Comissão e uma Corte. Aquela examina queixas individuais, ou de organismos não estatais e, se as julga procedentes e não consegue solução amistosa, submete-as à Corte, que tem julgado alguns casos de enorme repercussão. CLOVIS RAMALHETE destaca, como data histórica, o dia 16 de dezembro de 1957 quando o advogado de um cidadão irlandês — GERARD LAWLESS — iniciou na Comissão de Estrasburgo processo contra o Governo da Irlanda por violências de que fora vítima o seu constituinte. Era, enfim, o reconhecimento da pessoa humana como sujeito também *atívo*, e não somente *passivo* do Direito Internacional. ⁽⁶⁾

Nas Américas, desde 1959, criou-se a *Comissão Interamericana de Direitos Humanos*, autônoma da OEA, cuja competência, a princípio meramente normativa, foi ampliada, em 65, para permitir-lhe examinar casos concretos. Em 1967, com a Reforma de Buenos Aires, a Comissão passou a integrar a Organização dos Estados Americanos. E um especialista do porte de KAREL VASAR não lhe regateia aplausos, afirmando que a plasticidade de sua atuação constitui exemplo estimulante à criação de organismos análogos na Ásia, África e Oceania, ou seja, no restante das áreas subdesenvolvidas, até agora as últimas não cobertas por qualquer entidade dessa espécie. ⁽⁷⁾ Finalmente em 1969, foi subscrita, em S. José da Costa Rica, a *Convenção Americana sobre Direitos Humanos*. Calcada no modelo europeu, absorve na nova estrutura a Comissão já existente e cria uma Corte destinada, como a de Estrasburgo, a julgar as reclamações quando se tenham malogrado as soluções amigáveis. A ambos esses órgãos é assegurado o acesso tanto de Estados como de indivíduos, grupos e associações. Esta Convenção não está em vigor, faltando que pelo menos 11 países signatários a ratifiquem. O professor JOHN HUMPHREY — em excelente publicação comemorativa do Primeiro Centenário da International Law Association — considera a Convenção Americana superior à Européia, porque inverte o critério de sua compe-

O ADVOGADO E OS DIREITOS DO HOMEM

tência num detalhe essencial: — enquanto as reclamações individuais somente são aceitas pela Comissão e Corte européias se o Estado sob acusação reconhecer-lhes previamente a competência específica, essas mesmas queixas poderão ser examinadas pelos órgãos americanos independente daquele limite opcional, bastando que o Estado tenha aderido integralmente à Convenção. (8)

Quanto à ONU, a Assembléia Geral, preocupada com a ausência de obrigatoriedade da Declaração Universal, aprovava dois *Pactos Internacionais*, um sobre Direitos Cíveis e Políticos e outro sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais, bem assim um Protocolo facultativo, estabelecendo o Comitê de Direitos Humanos, destinado a receber reclamações individuais. Tais acordos também não entraram em vigor por falta das ratificações necessárias. Mesmo, todavia, quando isso ocorra, faltar-lhe-á um elemento imprescindível à sua eficácia, que é a Corte julgadora, como existe nas Convenções Européias e Americanas. Todavia os Pactos, quando em vigor, terão o mérito de emprestar caráter obrigatório aos direitos proclamados pela Declaração Universal de 48.

Os Pactos da ONU constituem um modesto avanço no áspero caminho da implementação concreta das garantias fundamentais. Esse, realmente, é o grande desafio com que o problema se defronta neste derradeiro quartel do século XX. A luta pela enunciação, pelo reconhecimento, e até pela ampliação dos Direitos do Homem — pode não estar finda, mas certamente já está ganha. Porém a luta pelo seu *respeito eficaz* está apenas esboçada. Não é fácil conseguir de quase uma centena e meia de países hoje integrantes das Nações Unidas — cada qual em diferente estágio de civilização — que aceitem regras uniformes para um controle de que fatalmente resultarão limitações severas ao arbítrio de suas soberanias. Alguns desses Estados, como o bloco socialista, a Arábia Saudita e a União Sul Africana abstiveram-se até mesmo de subscrever a Declaração Universal. Outros, como a maioria das recém-independentes repúblicas africanas, retraem-se de qualquer compromisso específico naquele sentido. São necessários tempo, paciência e determinação. Porém se os Direitos do Homem levaram quase duzentos anos para serem reconhecidos no plano universal, não é de esperar que termine este século sem uma fórmula efetiva de assegurar o seu respeito onde quer que sejam violados.

* * *

Esse panorama aproximado da situação atual dos Direitos Humanos estaria incompleto sem uma palavra quanto aos seus acréscimos e desdobramentos mais relevantes. Nenhum deles ultrapassa em importância os que decorrem do *desenvolvimento*. É que o progresso econômico, ou seja, a redução das desigualdades entre povos e regiões, etapa imprescindível para reduzi-la entre os seus habitantes, transformou-se no anseio mais generalizado e no objetivo mais perseguido em todo o mundo contemporâneo.

OTÁVIO MENDONÇA

O artigo XXV da Declaração Universal estabelece que «todo homem tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar, a si e à sua família, saúde e bem estar». Poder-se-ia chamar a isso o *direito ao desenvolvimento*, que terá de ser equitativo, quer entre povos, quer entre regiões, quer entre indivíduos. ARNOLD WALD chama-o de *equidesenvolvimento*, sinônimo de *integração*, e cita PAULO VI para defini-lo: — «não há riqueza egoísta e desejável por si mesma, mas a economia a serviço do homem, o pão cotidiano distribuído a todos como fonte de fraternidade e signo da Providência». ⁽⁹⁾

Sucede, todavia, com o desenvolvimento o que antigamente aconteceu com a liberdade. Entregue ao livre curso de sua evolução, ele pode, pelo menos como resultado imediato, exigir sacrifícios que tornem infeliz a grande massa dos indivíduos, a despeito de pretender proporcionar-lhes, no futuro, tranqüilidade e bem-estar. Observa, contudo, MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO, em arguto ensaio que significativamente intitulou «*A Democracia Possível*» que a democracia não é incompatível com o desenvolvimento, porém, para conciliá-los ou o ritmo deste não pode ser tão rápido ou a plenitude daquela não pode ser completa. O realismo estará em aceitar o *desenvolvimento com democracia* ainda que não seja o mais veloz. Em retribuição será mais suave, mais justo na distribuição de sacrifícios pelas gerações, mais *respeitoso da pessoa humana*. ⁽¹⁰⁾

Creio, sinceramente, que é aí, exatamente aí, que interfere o advogado, ou melhor, o bacharel em sentido mais amplo — do legislador ao professor. Somente a ele que a formação profissional, o senso da medida e o gosto pela composição habituaram a não se extremar — antes se resignando às soluções intermediárias que quase nunca são as mais desejadas mas quase sempre as únicas possíveis — somente ao advogado, repito, poderá caber a tarefa de manter ou de recompor o equilíbrio ameaçado entre a liberdade e a autoridade, entre o desenvolvimento e a democracia.

* * *

Esta Conferência se desenrola sob uma densa atmosfera de dúvida universal quanto ao primado do Direito como suporte da conduta humana. Realmente, durante a existência da mesma geração — nascida entre as duas Guerras Mundiais e à qual pertencem todos ou quase todos os homens maduros de hoje — o mundo se transformou de tal maneira, e continua se transformando com tamanha velocidade, que raros são os valores estáveis e, portanto, as regras duradouras.

Os processos tradicionais de elaborar o Direito — concebendo, discutindo, emendando e recolhendo a paulatina experiência de sua aplicação — tornaram-se incompatíveis com as sôfregas necessidades de encontrar normas imediatas para situações pouco antes desconhecidas. Desse conflito se originou uma espécie de *insurreição dos [atos contra a lei]*, ou, como a denomina GASTON MORIN, «*La Revolte du Droit contre le Code*». (")

O ADVOGADO E OS DIREITOS DO HOMEM

Simultaneamente, a lentidão legislativa, uma certa presunção de frivolidade, com que cada vez mais se castiga, nos círculos lacônicos da técnica, o abuso da palavra; e uma crescente indiferença popular pelo debate, que a massa supõe inútil para resolver os seus problemas — geraram, ao lado de concausas peculiares, aquele «crepúsculo dos parlamentos» que MILTON CAMPOS e NELSON CARNEIRO encontraram, há poucos anos atrás, como opinião generalizada, no longo percurso que fizeram em missão do Senado Nacional.

Por outro lado, a *violência* que, pelo menos entre os indivíduos, parecia no início deste século adstrita aos insensatos e aos delinquentes, voltou a exhibir um impudor triunfante, a princípio disfarçada em represálias ideológicas — o que seria uma fórmula desesperada porém compreensível — para logo depois confessar-se instrumento de mesquinhas ambições e até por vezes de simples diletantismo irresponsável. Os aparelhos judiciários, sobretudo nas grandes regiões subdesenvolvidas, não estavam preparados nem para a explosão demográfica, nem para o progresso econômico em ritmo galopante, nem para as audaciosas transformações que os colocam diuturnamente perante novos textos, novos institutos e novas e sempre maiores lacunas a preencher. O ensino jurídico, por sua vez, participa da crise e para ela contribui, na medida em que seus currículos, seus programas e seus métodos reclamam atualização e flexibilidade, a fim de reduzir, sem demora, as enormes distâncias que separam o aprendizado das exigências com as quais se defronta o bacharel logo após a diplomação.

Finalmente, o *advogado*, que é a vítima predileta das vicissitudes do Direito, vem pagando um alto e injusto preço pela rutura do equilíbrio do qual ele hauria o oxigênio de sua atividade. Precário o ensinamento que recebe, instável a lei que invoca, fraco o Judiciário a que recorre — ele periclita no seu «status» social, e aos olhos da maioria, desatenta e insatisfeita, aparece como o responsável por uma crise que, em verdade, é apenas impotente para dirimir. O arauto mais famoso dessa crise parece ser GEORGES BURDEAU, que em dois estudos cujos títulos são simbólicos — «*Le déclin de la Loi*» e «*Le Dépassement du Droit*» — sustenta a desintegração do conceito e da autoridade da Lei, denuncia o crescimento da «regulamentação burocrática» e divisa uma resistência coletiva à coação externa da norma, que não parece mais aos homens derivar da natureza recôndita das coisas. Adverte, assim, que não é mais através da *lei*, mas sim do *Plano*, que o grupo social agora tende a dirigir o seu destino.

Não obstante a autoridade do mestre, diz JOSAPHAT MARINHO, sua doutrina é demasiado rígida ou pessimista. O que lhe parece desintegração da idéia e do prestígio da lei é apenas mudança no processo da elaboração e da função da norma». ⁽¹²⁾

Iludem-se, entretanto, os que supõem definitivamente esmagado o Direito. Enquanto subsistir dentro do indivíduo aquele resíduo ético

OTÁVIO MENDONÇA

instintivo, que o faz diferenciar o bem do mal — será imprescindível fortalecer a estrutura jurídica, porque somente através dela a comunidade assegura os comandos sociais decorrentes da convicção que se formou. Desse ponto de vista é simbólica a coincidência do nosso encontro com o ápice da tormenta que, há dois anos, se desencadeou sobre o Governo norte-americano. Pouco importam, em si mesmos, os fatos, as pessoas e os desfechos alcançados ou ainda por advir. Aos objetivos deste raciocínio interessa apenas a comprovação da sobrevivência e, quando necessário, da supremacia do ordenamento jurídico, que paira, de súbito, acima de quaisquer outras conotações, por mais invencíveis que antes se afigurassem. O incontestável é que alguns dos homens mais poderosos entre os habitantes deste Planeta viram-se, de repente, submetidos a um processo legal, ou melhor, a vários processos, com o traço comum de que em todos se buscava a apuração da verdade e a efetivação da Justiça. Em primeiro lugar, a crise se originou precisamente da violação de certos direitos fundamentais, como o sigilo das reuniões lícitas, o respeito aos adversários políticos e o resguardo à intimidade que é inerente à vida particular de cada qual. Este, «*the right of privacy*», previsto no item XII da Declaração Universal e no 8^o da Convenção Européia, é aquele sutil «*direito de estar só*» a que se refere PAULO JOSÉ DE COSTA JUNIOR (13), hoje uma das prerrogativas mais caras ao homem civilizado. Nada em todo o episódio Watergate deve ter contribuído tão decisivamente para que o cidadão americano se sentisse inseguro e reagisse com indomável resolução. Esse novo «*diritto alla riservatezza*», ao qual tanta ênfase dão os tratadistas italianos, é um dos mais belos institutos em que se desdobra o antigo direito à liberdade. Poucos haverá cujas violações sejam atualmente mais inquietantes. Sua proteção na lei brasileira acaba de ser incluída no artigo 161 do recente Código Penal, cuja tímida redação, diz SERRANO NEVES (14), é mesmo assim suficiente à tutela de todos os processos técnicos de devassamento da vida privada, inclusive pela imagem ou pelo som, e até pelo mero timbre da voz, quando bastante para identificar qualquer pessoa e, portanto, para atingir o direito à solidão individual.

Porém, o traço sobre todos relevante para o nosso tema nessa dolorosa e inédita perturbação em que mergulhou a vida pública da maior democracia contemporânea — é que os atingidos em seus direitos humanos eram indivíduos sem poder algum, enquanto entre os agentes da violação, seus mandantes ou protetores, estavam Ministros, Secretários e, ao que tudo indica, o próprio ex-Presidente. A despeito disso, as infrações foram denunciadas, a opinião pública se mobilizou e os esforços de encobrimento não apenas se baldaram porém comprometeram irremediavelmente seus autores. Abertos os procedimentos legais, que extraordinário espetáculo está testemunhado a Humanidade! Todos os personagens principais pertencem ao campo do Direito. São Juízes, promotores, advogados, parlamentares e professores. Nomes até então

O ADVOGADO E OS DIREITOS DO HOMEM

ignorados tornaram-se famosos, de repente, não pela fortuna ou pelo poderio, mas sim por uma sentença, um livro especializado, um parecer, um depoimento, por um voto justificado, ainda que vencido, por uma defesa corajosa, por uma solene acusação. É todo o ambiente dos juristas, e até o seu vocabulário, que se restaura no prestígio ameaçado. E que exemplos de bravura, de civismo, de inteligência! É um promotor que se demite para não ser infiel à sua consciência. É um Procurador-Geral que deixa o cargo para não abandonar o seu corajoso subordinado. É um juiz, até então anônimo, de cuja serenidade passou a depender a confiança do povo na Justiça. É uma Comissão de Deputados onde prevalece a consciência do dever jurídico sobre qualquer vínculo partidário. É uma Suprema Corte que, para chegar ao veredicto unânime, reuniu cinco votos de antigos correligionários do Presidente, inclusive três por ele nomeados. São, também, os próprios Presidentes, o que entra e o que sai: — este submetendo-se às instituições de seu país, num gesto em que se deve reconhecer a grandeza de poupar-lhe a continuidade de um mandato que perdera o livre consentimento da maioria dos outorgantes; aquele, assumindo a liderança da Nação, com estas palavras que resumem o sentido histórico dessa crise: — «*Nossa Constituição funciona; nossa grande República é um governo de leis e não de homens*». É, afinal e acima de tudo, uma opinião pública que acompanha interessada, quase fascinada, o drama empolgante de sua estrutura sacudida até os alicerces. E que, embora manifeste livremente amargas divergências, acata, com humildade, as decisões do Judiciário e do Legislativo, poderes inermes, porém cuja independência e dignidade estão entre os compromissos invioláveis da civilização americana.

Senhor Ministro ELOI JOSÉ DA ROCHA: —

Prevaleço-me deste ensejo para homenagear o Poder Judiciário, saudando Vossa Excelência na dupla qualidade de Presidente do Supremo Tribunal Federal e desta solene instalação da V Conferência da Ordem dos Advogados do Brasil. Não falo apenas em nome do meu longínquo Estado, embora entre as tradições de que mais se orgulham os paraenses perdurem os seus foros de cultura jurídica, centralizada no Tribunal de Justiça, que já completou um século, e na septuagenária Faculdade em que todos estudamos. Mas aqui tenho a certeza de que interpreto os bacharéis espalhados pelo país inteiro, sejam quais forem os rumos que hajam preferido — advogados militantes, professores de Direito, membros do Ministério Público — ao reafirmar a confiança que depositamos na magistratura brasileira. Em verdade pouco está ao nosso alcance fazer pelos Direitos Humanos além de procurar ampliá-los perante as Assembléias e defendê-los perante os Tribunais. Porém, ainda que o façamos com bravura e tenacidade, a eficácia dessa defesa dependerá menos de nós que dos responsáveis pela feitura das leis ou pela sua aplicação. E, em última análise, como órgão político, naquilo que

OTÁVIO MENDONÇA

a expressão tem de mais alto e de mais nobre, cabe ao Supremo Tribunal o equilíbrio entre a letra e o espírito da lei; entre a sua vigência e a sua superação; entre a sua limpidez e a sua ambigüidade; e, sobretudo, entre as suas falhas inevitáveis e as exigências intransferíveis da justiça social.

Biografando Rui, diz JOÃO MANGABEIRA que o órgão que mais faltou à República não foi o Congresso, foi o Supremo Tribunal. ⁽¹⁴⁾ Mesmo ao tempo dessa afirmativa, em 1943, ela constituía uma injustiça, somente explicável pelo áspero combate que então se travava contra a ditadura do Estado Novo e a Carta de 37. Bastaria lembrar a doutrina brasileira do *Habeas-Corpus*, estendida, pela influência do próprio Rui, e de juízes intemoratos como um PEDRO LESSA, à proteção de outras liberdades, além do clássico ir e vir de suas origens saxônicas.

Sucede é que o Judiciário em geral e o Supremo em particular se debatem em duro dilema entre a missão de aplicar a lei, tal qual ela se encontra, e o dever de inová-la e supri-la, em função de circunstâncias que ela não previu ou desprezou. É nesse sentido que ALIOMAR BALEEIRO define o desafio criador com que se defronta o órgão que ele, como V. Exa., tanto dignificam: — «Teoricamente essas linhas jazem na Constituição. Mas ela padece de lacunas, antinomias e obscuridades. E a ação do tempo, envelhecendo dispositivos ou desafiando o alcance de outros, senão o próprio silêncio do texto, engendra os problemas que o Supremo há de enfrentar pelo futuro a fora, às vezes como freio dos avanços temerários, outras vezes como acelerador das aspirações agudas e das reformas latentes. Ou os países realizam isso pela flexibilidade da interpretação constitucional, provocada pela audácia do legislador, ou as revoluções rompem violenta e tumultuariamente as comportas dos dispositivos estagnados pela hermenêutica rígida e conservadora. Mas o mesmo perigo resultará das inovações prematuras e inoportunas, assim sejam por simples imitações peregrinas, assim sejam pelo ativismo de líderes irrequietos e demagógicos». ⁽¹⁵⁾

Voltam-se, agora, todos os círculos jurídicos brasileiros para a Reforma do *Judiciário*. Ninguém ignora a sua oportunidade e é tanto mais louvável a iniciativa do Governo quanto necessariamente dela decorrerão maiores ônus para o orçamento federal. Creio, todavia, exprimir um dos mais arraigados anseios, não apenas dos advogados, mas também do próprio povo brasileiro ao manifestar nossa esperança de que as transformações a serem introduzidas alcancem a *democratização da fustiga*. Necessitamos demonstrar ao povo, como ensina SEABRA FAGUNDES, que a ordem jurídica não é um formalismo artificioso de bacharéis. ⁽¹⁶⁾ Esse foi o tema da penetrante análise que HAROLDO VALLADÃO acabou de fazer em Belém, durante o IV Encontro de Faculdades de Direito do Brasil. Democratizar a Justiça é colocá-la ao alcance de todos pela rapidez, pela simplicidade, pelo custo. É, também, aproximá-la materialmente dos que dela necessitam organizando, por exemplo, a Justiça nos bairros, como existe a Polícia, a Saúde e a Educação. A Carta Imperial

já falava na *comodidade dos povos*. E não é diferente o rumo que inspirou o parágrafo único do artigo 112 da Constituição de 69, bem assim os artigos 275 e seguintes do novo Código Processual. Tais diretrizes devem ser complementadas na reforma que se projeta, de tal maneira que a Justiça perca, na prática, o caráter de um privilégio e ganhe a condição de um pressuposto elementar para o exercício e a defesa dos direitos humanos.

Essa é a mensagem dos advogados aos juizes do Brasil. Corajosos, pacientes, perseverantes — nós os auxiliaremos com todo o entusiasmo da nossa fé. A Justiça não foi, não é. Deus permitirá que nunca seja o Poder que falhou. Ao contrário, prestigiada, rejuvenescida, democratizada, ela se afirmará como arbítrio supremo do equilíbrio, da moderação e da tolerância, que sempre foram o apanágio desta Nação. E através de quantos formulam, aplicam, exercem e amam o Direito — permanecerá fiel aos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade que há 150 anos foram inscritos em nossa primeira Constituição. Essas velhas palavras jamais se esvaziaram. Apenas foram enriquecidas de um novo conteúdo. Agora também estamos comprometidos com o desenvolvimento e a integração. Desejamos que a prosperidade e o bem estar sejam partilhados pelos brasileiros de todos os recantos e condições. Mas, no âmago de suas existências, não foi sempre esse o objetivo que, sob vários nomes e por mil caminhos diferentes, os homens perseguiram sem descanso desde quando apareceram sobre a Terra?

Deus permitirá que o alcancemos pela Justiça, e não pela desordem; pela paz e não pela violência; pelo Direito e nunca pela força.

BIBLIOGRAFIA

1. *jornal do Brasil* — 28.VII.74.
2. RAUL FLORIANO — Discurso de posse no Instituto dos Advogados Brasileiros — 17.IV.74.
3. A. C. FERREIRA REIS — A Constituição de 1824. Conferência em 25.IV.74. Carta Mensal do CFC — junho/74.
4. JOSÉ HONORIO RODRIGUES — A Assembléia Constituinte de 1823 — Rio, 1974.
5. DUNSHEE DE ABRANCHES — A Proteção Internacional dos Direitos. Tese à IV Conferência da OAB — Recife, 1968.
6. CLOVIS RAM'ALHETE — A Tutela dos Direitos Humanos — Problemas e Vicissitudes. Rev. OAB, Set/Dez — 73.
7. KAREL VASAR — La Commission Internationale de Droits de L'Homme — Paris, 1968.
8. JOHN HUMPHREY — The Present State of International Law. — Kluwer, Netherlands, 1973.
9. ARNOLD WALD — Dimensões da Democracia num País Subdesenvolvido — Tese na IV Conferência Nacional da OAB, S. Paulo, 1970.

OTÁVIO MENDONÇA

10. MANOEL GONÇALVES FERREIRA FILHO — A Democracia Possível. — Ed. Saraiva, S. Paulo, 1972, pg. 41.
11. CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA — Os Valores da Ordem e os Valores da Liberdade. Aula inaugural do ano letivo de 71 na Faculdade de Direito da UFRJ — *Rev. OAB, Ano III, nº 6*.
12. JOSAPHAT MARINHO — Reforma da Estrutura Jurídica. *Rev. INF. Leg., Ano I, nº 3*.
13. PAULO JOSÉ DA COSTA JÚNIOR — O Direito de Estar Só. Ed. Rev. dos Tribunais — 1970.
14. SERRANO NEVES — A Tutela Penal da Imagem e da Voz. *Rev. OAB, Jan/abril 74*.
15. JOÃO MANGABEIRA — Rui, O Estadista da República. José Olympio, 1943, pag. 77.
16. ALIOMAR BALEEIRO — O STF, Esse Outro Desconhecido. Forense, 1968, pg. 103.
17. SEABRA FAGUNDES — A Legalidade Democrática. Discurso proferido no Instituto dos Advogados, 1970.

As Peculiaridades da Cultura Brasileira no Continente e Nossas Afinidades Culturais com a Venezuela

NESTOR LUIZ DOS SANTOS LIMA

INTEGRAÇÃO

Um grande poeta hispano-americano, o mexicano Octavio Paz, recentemente disse o seguinte: «A integração no campo da economia é muito desejável, mas a integração cultural seria funesta. As diferentes culturas não se devem integrar. Ao contrário, cada uma deve desenvolver suas características próprias: o que é necessário, é uma intercomunicação melhor e um melhor reconhecimento de cada cultura pelas outras. Eu creio que os principais responsáveis pelo abismo cultural entre o Brasil e a América de língua espanhola fomos nós, que perdemos muito ao ignorar a civilização brasileira», disse Octavio Paz.

Concordo com o ponto-de-vista do notável poeta e ensaísta mexicano quanto ao desejável da integração econômica, quanto à inconveniência da integração cultural e quanto à necessidade de uma melhor relação entre nossas culturas afins. Porém, discordo fundamentalmente do luminoso poeta asteca em qualificar de «abismo cultural» a distância ainda existente entre nossas culturas hispano-americanas e o Brasil. Parece-me sumamente exagerada a afirmação do ensaísta do «Labirinto da Solidão».

LÍNGUA

Entre nós, sim há um véu transparente, uma diáfana fronteira sonora entre os dois idiomas de nossos avós portugueses e espanhóis, sem solução de continuidade porém no nosso fraterno relacionamento. Na Europa essa rutura de continuidade idiomática já se revelara insuficiente para gerar abismos. Na América, ainda que somada a preconceitos, ela é capaz de escurecer os amplos caminhos de comunicações entre nossas culturas afins. O que acontece é que, em vez de nos exprimirmos na língua de Cervantes, fonte de nossas expressões peninsulares, nós, os brasileiros, falamos, escrevemos e pensamos através do idioma português, não como foi imortalizado por Luis de Camões, mas enriquecido pela experiência multiracial de quatro séculos de vida americana e amenizado pelos calores tropicais que adoçam o modo de falar da gente do Brasil. Mesmo que, se houvesse um abismo entre brasileiros e hispano-americanos, a língua portuguesa do Brasil lançaria tais pontes entre as duas alturas que as duas beiras do abismo se aproximariam até permitir a intercomunicação implícita na quase identidade de vocábulos, de sintaxes, de gramática, salvo os modismos e os coloquialismos que resguardam nossas individualidades culturais. A língua portuguesa do Brasil não forma um abismo entre o Brasil e a Venezuela. Estabelece uma espécie de cortina de vidro, como um véu de nylon, que nos permite compreender-nos com a tranqüila segurança de quem fala com amigos naturais, com parentes afastados, que com o passar do tempo, adquiriram um modo e uma pronúncia característica de seu prolongado afastamento. Ao contrário do que se pensa, as semelhanças de nossas respectivas línguas constituem a primeira das nossas afinidades.

Das línguas românticas, não há duas tão próximas entre si como o espanhol e o português. No entanto, deste lado da fronteira se observa muito frequentemente com relação ao idioma do Brasil, a mesma atitude que tinha o romano com o idioma grego: «Graecum est, non lego».

uma vez, no México, uma pessoa me falou por telefone, de muito longe, para que eu traduzisse uma carta recebida do Brasil. Pedi que viesse à capital mexicana para tratar o assunto pessoalmente. uma vez na minha presença, pedi que tentasse ler a carta. Leu. Compreendeu?, perguntei. Sim, respondeu. Então que veio o Senhor fazer aqui vindo de tão longe?

Aqui na Venezuela, tive ocasião de conversar com uma importante personalidade que não estava certo de se o termo «*latino-americano*» poderia ser aplicado ao Brasil, por causa da cultura e do idioma, dizia ele para minha consternação. Foi suficiente mostrar-lhe um texto escrito em português para que exclamasse admirado: «*Pero es casi español*».

Línguas oriundas de uma mesma raiz ibérica e latina, com tantas palavras de origem árabe, que expressam costumes e vivências diversas,

AS PECULIARIDADES DA CULTURA BRASILEIRA NO CONTINENTE E ...

mas tão próximas como: *no* e *nao*, *ciudad* e *cidade*, *bianco* e *branco*, não separam povos; ao contrário indicam os caminhos que conduzem à compreensão recíproca.

Não se pode fazer juízo da língua do Brasil pelo idioma português da numerosa comunidade lusitana da Venezuela. O português falado em Portugal, nos Açores, na Ilha da Madeira não sofreu as influências do trópico, as mesmas que modelaram o castelhano falado na Venezuela, que o fazem mais maleável e menos ortodoxo do que o espanhol falado em outras áreas do mundo hispânico.

O idioma português falado no Brasil é mais acessível do que o português falado em Portugal. Lá, o falar tenso e com os lábios quase fechados é uma defesa contra o frio; deste lado do Atlântico, se pode vocalizar em liberdade, com a boca aberta às brisas quentes do trópico americano. Tropicalizando-se, o espanhol da Venezuela e o português do Brasil foram se distanciando de suas fontes peninsulares à procura de uma fisionomia própria que os faz peculiares no marco de nossas geografias americanas. Prosseguem nossas variedades idiomáticas o curso de diversificação iniciada há muitos séculos, na Europa, quando os dois idiomas eram como uma só língua o velho espanhol, ibérico, latino, arabizado, do século XI da era cristã.

Observem o mapa da América e verifiquem onde há línguas não ibéricas como a inglesa, a holandesa e a francesa. Essas línguas em verdade não têm janelas de cristal. Algumas parecem verdadeiros muros. Outras deixam passar alguma luz. Mas todas com suas barreiras léxicas e semânticas, obstaculizam qualquer passo, por tímido que seja, ao diálogo. Do outro lado, a extensa, aberta e franca fronteira brasileira, de sons nasais, que oferece a mais amável compreensão para todos aqueles versados em língua castelhana.

O idioma português não é pois uma barreira. Não configura um abismo. Forma, pelo contrário, um limite sonoro, uma cortina de sons no limiar de nosso mundo de vivências comuns e peculiaridades que não devem obnubilar nossas profundas afinidades.

OUTRAS PECULIARIDADES BRASILEIRAS

Se a língua não nos separa, se não forma nenhum abismo, se, ao contrário, nos convida ao conhecimento recíproco pela consciência em grande parte do vocabulário, só restam as peculiaridades históricas e culturais do Brasil. Enumerá-las-ei brevemente apenas, à guisa de justificação do fato do relativo isolamento cultural que ainda persiste entre nós, brasileiros e venezuelanos. Falo-ei rapidamente, apenas como exer-

NESTOR LUIZ DOS SANTOS LIMA

cício acadêmico, para mostrar o obstáculo e poder sugerir a maneira de contorná-lo:

- O Brasil foi descoberto oficialmente ao mundo pelo navegante português, Cabral, em 1500.
- O Brasil foi colonizado por portugueses, sob a coroa de Portugal, se bem que durante meio século teve que estar sob o domínio de Espanha.
- O processo de ocupação territorial do Brasil foi o enquadramento perimetral dos vazios geográficos.
- O passo à independência foi incruento, isto é, sem guerra.
- O Brasil viveu sob um regime monárquico durante quase cem anos de vida independente.
- Foi tardia a instalação de universidades no Brasil. Só foram abertas na primeira metade do século XX.
- Desde 1824, se instituiu no Brasil a tendência a um poder executivo forte — monárquico ou republicano — de direito ou de fato.
- O Brasil mantém certa coerência com o pragmatismo fundamental da variedade portuguesa do caráter ibérico.
- Há uma forte impregnação das origens portuguesas na maioria da população do país.

Seria este parco elenco de peculiaridades suficiente para justificar o «abismo», de que fala Octavio Paz, ou o relativo isolamento em que até há pouco tempo, Venezuela e o Brasil têm vivido, ainda que sejamos países contíguos? Não seria a atitude venezuelana talvez um reflexo da perspectiva hispano-americana para com o Brasil, por causa dessas diferenças superficiais no espectro de nossas histórias culturais paralelas, a despeito das afinidades profundas que unem os nossos países? Ou seriam as savanas desertas e as selvas do Sul venezuelano, confinantes com nosso território, as que sugerem falsas idéias sobre a inexistência de símbolos de cultura aquém e além do Amazonas?

DESCONHECIMENTO E ISOLAMENTO

Não é diferente a situação em relação ao quadro hispano-americano que moldeia a projeção continental brasileira. Em geral, o que ocorre no Brasil tem sido marginal às preocupações centrais, além de nossas fronteiras terrestres, salvo por considerações de segurança. As concepções políticas das grandes figuras históricas da América Espanhola (só

AS PECULIARIDADES DA CULTURA BRASILEIRA NO CONTINENTE E ...

excepcionalmente como no caso de Miranda), deixam sempre o Brasil ao lado de suas grandes formulações. O tênue véu da língua e da cultura portuguesa nos afasta do mundo hispânico e o desconhecimento alimenta erros recíprocos de apreciação. Estes erros foram inócuos enquanto grandes distâncias se interpunham entre nossos espaços respectivos; hoje, com a pequenez crescente de nosso mundo transformado em diminuta nave espacial, com a transferência do centro das decisões brasileiras para Brasília, no interior, a 1.200 quilômetros da costa atlântica, insinuando novos interesses pelos países que nos circundam, o desconhecimento do que é o Brasil, sua gente e sua cultura, só serve para gerar distorções de perspectiva e alimentar eventuais sementes da discórdia plantadas entre nossas nações irmãs.

Tomemos, por exemplo, a Brasília e a Transamazônica. E epopéia da fundação e inauguração de Brasília, a nova capital do Brasil, foi vista e seguida com cepticismo pelo continente, como se fosse uma extravagância carnavalesca e tropical dos brasileiros. Poucos têm conhecimento que, há mais de 150 anos, a preocupação de dar uma nova capital ao Brasil vinha figurando em memórias, em constituições monárquicas ou republicanas ao longo da história brasileira. O arranque final para a execução do plano, em 5 anos, foi vagamente interpretado como uma aventura espasmódica de um novo rico interessado em impressionar o mundo desde o alto de uma pirâmide inflacionária. Brasília foi feita. Venceu todos os cepticismos internos e externos e canalizou a expansão territorial interior do Brasil em direção do encontro fraterno com nossos vizinhos na América do Sul. Então alguns deles passaram, do cepticismo com que olhavam o plano da construção da nova capital brasileira, a ver Brasília como uma nova etapa do velho imperialismo português ameaçador, de novos «bandeirantes» à procura de alargar a extensão territorial do Brasil. Ninguém pensava em considerar o problema humano e demográfico do Brasil, da metade do século XX, um país onde os espaços vazios se alternam com pressões demográficas em extensas áreas.

Por sua vez, recentemente a Transamazônica, o plano de estradas com intenção de integrar o nordeste brasileiro — região de pobreza e de alto crescimento demográfico caracterizada pela escassez de água — com a região amazônica — de recursos hidráulicos infinitos e baixíssima taxa de população relativa — foi também tomada como um exercício de geopolítica a serviço dos apetites geofágicos dos descendentes dos «imperialistas» portugueses. A imagem de um Brasil independente, livre de estigmas de ação deixados pela Dinastia de Bragança, ainda não parece se haver decantado. Permanecem, em certos horizontes da intelectualidade hispano-americano o estereotipo obsoleto de um Brasil essencialmente português, imperialista, ligado à morta Santa Aliança, fixado em parâmetros do século XIX.

Até hoje a língua e literatura brasileiras continuam quase ignoradas na América Espanhola ou apenas apostiladas na lista do saber necessário

NESTOR LUIZ DOS SANTOS LIMA

para o conhecimento da cultura latino-americana, até por intelectuais hispano-americanos de reputação mundial, não obstante a palavra avisada de Octavio Paz.

Não posso deixar de contar uma anedota real. Certa vez, na Dinamarca, durante uma conferência em duas partes, sobre a novela latino-americana, ditada pelo célebre novelista Miguel Ángel Asturias, Prêmio Nobel de Literatura, o conferencista falou durante duas horas, sem mencionar um só autor brasileiro. No momento das felicitações, disse-lhe alto e claro: Professor ilustre: nunca ouvi uma conferência tão desequilibrada e falsa sobre um tema tão interessante». O famoso guatemalteco abriu os grandes olhos indignados e perguntou-me: com quem tenho a honra de falar? com o Encarregado de Assuntos Culturais do Brasil» disse-lhe. «A verdade é que o Senhor tem toda a razão. Esqueci-me da literatura brasileira», confessou Asturias. Durante a conferência seguinte, por insinuação de um ouvinte, esse guatemalteco universal falou meia hora sobre a literatura brasileira.

Aqui na Venezuela, país vizinho e em crescente aproximação física conosco, graças aos aviões a jato e ultimamente devido à abertura da via terrestre entre os dois países por Santa Elena de Uairén, tive o cuidado de perguntar várias vezes, aos coordenadores de cursos universitários sobre a poesia e literatura latino-americana, quem era o responsável pela parte relativa à literatura e poesia do Brasil. Invariavelmente a resposta tem sido — «Pois não há nada sobre o Brasil». .. E, entretanto, a duas horas de Caracas, em meu país, as obras de Jorge Amado, traduzidas universalmente, alcançam edições de cem mil exemplares, como o recente caso de Teresa Batista Cansada de Guerra, sua última produção literária, ou as novelas de Érico Veríssimo quase todas traduzidas em inglês; aos poetas Manuel Bandeira, Vinícius de Moraes, João Cabral de Melo Neto, ou Carlos Drummond, conhecidos dentro e fora do Brasil. Considero útil agregar que em matéria literária meu país produziu em 1969 mais títulos que cada um de seus demais irmãos da América Latina. O total brasileiro foi 6.395 novos títulos; México produziu 4.439 no mesmo ano.

Pelo que corresponde ao relativo atraso de nossa evolução cultural, devido em parte à tardia abertura das universidades no Brasil — feito do século XX — há que notar a circunstância de que os portugueses, na época do descobrimento do Novo Mundo, eram cerca de um milhão de pessoas apenas; não tinham gente para ocupar o Brasil nem tão pouco tinham interesse nem condições para instituir universidades em sua colônia americana. Bastava a de Coimbra. No entanto, com o apoio de algumas Escolas Superiores isoladas, abertas depois de 1808, passaria ainda mais de século antes que se sentisse no meu país a necessidade da Universidade. Talvez nossa desconfiança ancestral por conceitos universalistas nos atrasou tanto em relação à abertura das universidades, hoje florescentes em todo o país. É ainda pouco conhecido na Venezuela

AS PECULIARIDADES DA CULTURA BRASILEIRA NO CONTINENTE E . . .

nosso lado humano e espiritual; a não ser por algumas caricaturas em certos periódicos que às vezes nos pintam como herdeiros do «imperialismo» português, como gente alegre que só pensa em praia, carnaval e futebol. Sobre essas caricaturas há alguma coisa a dizer. Primeiro: com Brasília, deixamos a beira do mar para os turistas internos e externos. Sobre o falado imperialismo português, haveria de recordar que aqueles povos europeus que se lançaram sobre o continente americano a partir de 1492 eram todos, sem exceção, imperialistas: não só os portugueses, mas igualmente os espanhóis, os ingleses, os holandeses e os franceses. Além disso, é fácil, atribuir ao Brasil — que foi um império por quase cem anos, — a tendência a ser imperialista. É questão de prolongar uma visão obsoleta, ajudada por certa facilidade lingüística para generalizar: império — imperial — imperialista. Quanto ao carnaval, é injusto conceituar uma cultura por três dias de farra nacional. Ficam 362 dias do ano que seriam melhor parâmetro para conhecer-nos. O futebol sim é paixão nacional. No entanto, é também a melhor e mais feliz demonstração das possibilidades de nossa cultura e de nosso povo tropical. Falta-nos provar nossa capacidade em muitas atividades. Mas no futebol, já o fizemos.

DESAFIO TROPICAL COMUM

Por nossa posição, o destino do Brasil como povo e cultura é o de formar uma cultura e um povo dos trópicos, o que acarreta tôda uma conversão de hábitos trazidos da Europa e requer, ao mesmo tempo, a valorização de novas formas de ser e de viver inspiradas em culturas forjadas ao sol do equador. E como os exemplos de grandes culturas tropicais são escassos no presente e no passado, equivale a dizer que o Brasil tem em suas mãos o grande desafio de nossa época que é a valorização do espaço tropical, até agora deserddado pela cultura e até depreciado pela civilização que se vem renovando mediante amplos ciclos se bem que sempre fora da zona compreendida entre os dois trópicos. Nessa tarefa, Brasil e Venezuela terão que seguir juntos para unir nossos esforços e multiplicar nossos êxitos, porque o desenvolvimento das áreas tropicais constitui um dever e uma tarefa que nos cabe, a nós povos dos trópicos. Em vão esperaremos das técnicas desenvolvidas nas áreas temperadas a solução para nossos problemas mais complexos, nossos explosivos índices de crescimento da população, a invasão de nossas cidades pelas massas rurais, que sentem atração pelas metrópoles por causa da crise de alimentos. Convém estar atento ao fato de que a maior parte dos conhecimentos acumulados no setor agrícola tem-se obtido das zonas temperadas e não são aplicáveis a nossas terras tropicais. Nosso saber tropical está à espera de ser criado por nós, brasileiros e venezuelanos, povos feitos nos trópicos para os trópicos.

NÉSTOR LUIZ DOS SANTOS LIMA

com os poucos portugueses entrados no Brasil, degredados ou soldados da fortuna, somados ao potencial humano indígena nativo, misturados em seguida com os oito milhões de escravos africanos e os quatro milhões de imigrantes europeus depois do século XIX, já somos hoje mais de cem milhões de homens e mulheres. Somos um povo mestiço, de todas as cores e matizes imagináveis, capaz de enfrentamos a esse desafio tropical que se apresenta em todo o nosso território, com exceção dos 7% da zona sub-tropical, desde o Sul São Paulo até à fronteira do Uruguai. Os 93% restantes estão situados na faixa trópico-equatorial, sem elevações compensadoras das características climáticas reinantes nessas regiões.

No trópico, entre o paralelo norte 12 e as bordas do equador está situada a geografia venezuelana, onde um povo novo se vem formando desde que os primeiros espanhóis desembarcaram nas costas e se juntaram com os povos nativos, aos quais vieram a reunir-se depois os primeiros africanos trazidos como escravos. Hoje são onze milhões, concentrados nas ramificações venezuelanas dos Andes. Enquanto isso, as planícies, as savanas e as selvas em ambas margens do Orenoco aguardam a chegada dos homens que farão florescer a civilização no trópico baixo, caloroso e amplo, onde já se vislumbra em Ciudad Guayana o futuro da Venezuela.

Sob esse aspecto, são poucos os países latino-americanos com os quais temos tantas afinidades como com os venezuelanos, porque nossas culturas, nossos povos mestiços, significam a ausência de um predominante tipo humano e social. com povos compactamente negros ou brancos, ou mongólicos ou ameríndios, se tornaria extremamente difícil estabelecer o diálogo, dada a inflexibilidade de uma parte. O encontro povo a povo é sempre mais fluente se existe um mínimo de semelhanças antropológicas. No caso do Brasil e Venezuela a formação do povo segue em linhas paralelas, pela união de europeus e africanos com os respectivos ameríndios venezuelanos e brasileiros. Até mesmo os europeus estabelecidos em nossos dois países são quase todos peninsulares ibéricos, do mesmo tipo humano, apenas com variantes culturais da mesma matriz.

E se no passado foram úteis e sensíveis essas afinidades no processo de formação dos nossos povos, o presente as está ampliando pela adição de novos continentes de espanhóis, portugueses e italianos que não cessam de chegar a nossos países, para reforçar nossas semelhanças culturais e antropológicas.

Povos antropológica e culturalmente afins, sob um marco climático idêntico tendem a desenvolver características semelhantes. Venezuelanos e brasileiros, emoldurados geograficamente pela zona tropical, estão chamados à indeclinável tropicalização de seus costumes e a um estilo de vida que ao mesmo tempo esteja em consonância com o adiantamento da civilização em qualquer clima e que os saiba amoldar às condições de nossa vida tropical. Os alimentos tropicais, as raízes em lugar dos

AS PECULIARIDADES DA CULTURA BRASILEIRA NO CONTINENTE E ...

cereais das zonas temperadas, a rede, sempre fresca, em vez de colchão de lã termo-absorvente; enfim, uma vida adequada à benção de não sofrer frio. A nova conjuntura mundial de elevação do preço dos combustíveis, forçosamente nos levará à revalorização de nossas regiões tropicais, onde não haverá necessidade de aquecimento durante todo o ano. Serão essas as regiões preferidas pela humanidade. Sabemos que o homem emigrou do trópico para zonas temperadas, quando descobriu o fogo. Hoje a humanidade naquelas áreas de frios extremos tem dificuldades de obter combustível barato para aquecer-se nos duros invernos. E amanhã, será ainda mais difícil obtê-lo. Nos trópicos, não necessitamos aquecimento. Os tempos novos para a humanidade nos propõem como imperativo a valorização de nossos espaços tropicais. E o sonho de modificar as altas temperaturas tropicais mediante o uso do ar condicionado à base de eletricidade, parece também destinado a continuar no âmbito do onírico.

Para a Venezuela com uma população em elevado ritmo de crescimento, isto significa deslocar-se desde o alto vale de Caracas e desde aquelas outras cidades montanhosas e submeter-se ao trópico, domá-lo, adaptando-se o homem a ele, ou criando uma *nova etnia tropical*, que já está em magnífico estado de evolução precisamente na Venezuela e no Brasil.

Mas há muito que fazer antes de aceitar o desafio de vida tropical, porque entranhados em nossas culturas trazidas de zonas temperadas, persistem hábitos, maneiras, preconceitos, atitudes desfavoráveis à nova vida que nossas geografias nos vão impor.

RAÇA CÓSMICA

Formar um povo para o trópico é a missão etnográfica e antropológica do Brasil e da Venezuela, países que habitados por todas as raças, necessitam de uma composição dessas para enfrentar o desafio de forjar uma civilização tropical, com todos os adiantamentos das sociedades contemporâneas dos países industrializados. A disciplina do trabalho, a consciência do valor do tempo, a pontualidade, a dedicação ao estudo, são virtudes fáceis de adquirir se o clima castiga inexoravelmente a quem não as pratica. O inverno dos países de zona temperada é um ajuste anual de contas em que se pagam devidamente as infidelidades. O frio mata. O calor pode incomodar, mas jamais é mortal por si mesmo. Nos países tropicais, como os nossos, não poderíamos ser cultos, civilizados e modernos, se nos mantivéssemos compactamente ameríndios ou negros ou brancos. Temos que produzir um povo novo, uma «raça cósmica» como o advertiu o autorizado ensaísta mexicano José Vasconcelos. Teremos que ser *brancos-amorenados* ou *negros-esbranquiçados* se queremos dominar os trópicos, suportar com prazer a estabilidade das altas temperaturas de nossas terras quentes e ser capaz de continuar a busca

NESTOR LUIZ DOS SANTOS LIMA

incansável da verdade, livre de dogmas e de ortodoxias como o fizeram os povos mais bem sucedidos nas culturas das áreas temperadas. Este é o campo comum de trabalho para a Venezuela e o Brasil, unidos, trabalhando em colaboração para ir mais depressa; de costas só encontraremos soluções falsas e seremos castigados pelos feitos. Essa tarefa comum, numa área comum, é a mais concreta de nossas afinidades.

BUSCA DE PROTAGONISMO

Já é banal dizer que América do Sul é um continente que a geografia une e que a história se esforça para separar. Na realidade, há entre nós certos fantasmas de uma história que podem erigir obstáculos psicossociais a nossas ânsias de integração. À luz de prolongadas estadas minhas em países como Egito e Japão, de longuíssima tradição histórica, me parece que em comparação, nossos correspondentes passados históricos latino-americanos, ainda que muito respeitáveis, têm relativa transcendência devido a sua curta projeção no tempo. com 152 anos de vida independente brasileira, não acho muito próprio falar de *história independente*, quando ainda hoje somos tão críticos dos sinais de nossa dependência em relação aos grandes centros do poder. Nós, brasileiros, aqui na América do Sul, surgimos à história política independente como conseqüência de modificações da conjuntura mundial, ocorridas longe deste Continente. Paralelamente aos heróicos esforços de algumas personalidades de alto nível que expressaram as aspirações comuns de nossos povos, fomos o jogo de forças externas. Ainda hoje procuramos o caminho para assegurar-nos certa soma de protagonismo, na estreita margem permitida pelas bipolaridades e multipolaridades do mundo do último terço do século XX. O fato de estar a Venezuela e o Brasil nessa mesma atitude em relação ao mundo, é a principal das nossas afinidades políticas.

OS HOMENS-PONTE

O lento processo de ocupação de um território de mais de oito milhões de quilômetros quadrados, por uma escassa população e que além disso partia de núcleos costeiros, deixou imensos vazios entre o Brasil e seus vizinhos do norte, do oeste e do Sul. Talvez por isso chegavam enfraquecidos ao Brasil os ecos das lutas dos países irmãos do Continente por sua liberação do domínio espanhol. Por sua vez, as distâncias quase insuperáveis para aquela época, se interpunham entre as duas áreas latino-americanas e tornavam mais agudos velhos antagonismos peninsulares, aumentados por novas discrepâncias surgidas do acontecer histórico paralelo mais específico de cada uma delas. Talvez por isso,

AS PECULIARIDADES DA CULTURA BRASILEIRA NO CONTINENTE E ...

apesar do Brasil ser vizinho e contíguo de quase todos os países sul-americanos, só muito raramente brasileiros e hispano-americanos, de um modo geral se dispuseram a participar ou intervir individualmente nos eventos históricos internos de suas áreas vizinhas.

Unicamente, ao que sei, no caso do intercâmbio brasileiro-venezuelano podemos registrar com satisfação o interesse tomado por alguns de nossos proceres no processo de libertação de nossos países: no caso venezuelano, o interesse teórico de Francisco de Miranda pela independência do Brasil; no lado brasileiro, a fase venezuelana da vida de José Ignacio Abreu e Lima que alcançaria o generalato sob as ordens do Libertador, lutando pela libertação da Venezuela e da América do Sul de cariz hispânico.

Francisco de Miranda foi, a meu modo de ver, o mais autêntico representante de um pensamento ibero-americano suficientemente amplo para conter em sua formulação revolucionária e libertadora, um Brasil independente no quadro de uma América do Sul livre do domínio europeu. Cosmopolita de visão amplíssima, fronte larga, olhos profundos, tais como se vê no Museu de Belas Artes de Caracas, no magnífico retrato daquele procer, por Michelena, Miranda apenas com sua intenção lançou as primeiras bases de uma intercomunicação brasileiro-venezuelana que desejamos seja cada vez mais ampla e fraterna, e em perpétuo amadurecimento em direção ao horizonte de um futuro grandioso e comum.

Pelo caminho que abriu Miranda com a amplidão de suas visões americanas, viria depois José Ignacio Abreu e Lima, quando desencantado e perseguido pela Dinastia de Bragança por causa de sua participação na frustrada revolução republicana e libertária de 1817 em Recife, Pernambuco, Brasil, procurava refúgio numa Venezuela em chamas sob a ação de Bolívar, onde se lutava pela liberdade americana, a cujo serviço se vinha a colocar o valoroso e combativo militar brasileiro.

Abreu e Lima, alistado no exército militar do Libertador, fez na Venezuela tôda a memorável campanha que terminaria em Ayacucho. Ferido em Carabobo, firmaria com sangue brasileiro o compromisso de devoção de todos os brasileiros pela causa da liberdade da América. Assim o compreendemos e assim reconheceu a nação venezuelana ao registrar seu nome no alto do monumento da Praça dos Proceres.

A vida de Abreu e Lima, tanto no início de suas jornadas cívicas no Recife, como durante seu glorioso desempenho ao serviço do exército de Bolívar, O Libertador, e até o seu labor panfletário e político no Brasil, depois de sua volta, são páginas de uma história comum brasileiro-venezuelana que devem ser adicionadas ao processo atual de robustecimento dos vínculos que sempre têm unido a nossas pátrias irmãs.

NESTOR LUIZ DOS SANTOS LIMA

Homem-ponte entre a Venezuela e o Brasil, espada a serviço do sonho de Miranda sob a ação de Bolívar, Abreu e Lima está sendo pouco a pouco reconhecido como o pioneiro da amizade venezuelana-brasileira. E quando o seja integralmente, quando ingresse no Panteon de nossos heróis comuns haveremos construído uma ponte eterna sobre nossas peculiaridades, uma ponte profundamente ancorada na rocha de nossas perduráveis afinidades de povos irmãos, tropicais, raça cósmica que terá de fazer do trópico sul-americano o berço de uma nova civilização.

Geopolítica (*)

CARLOS DE MEIRA MATOS

FUNDAMENTOS. CONCEITUAÇÃO. TEORIAS E ESCOLAS GEOPOLÍTICAS

Geopolítica é palavra polêmica. como ciência, igualmente, é de aceitação polêmica. Sua composição semântica vem de geo — terra e política — arte de governar. As relações da terra e o homem já eram tratadas antes do surgimento da Geopolítica, no campo da Antropogeografia e da Geografia Política. com o seu atual conceito científico a Geopolítica surgiu no último quartel do século XIX.

Quem criou a palavra foi o Professor Rodolfo Kjéllen, sueco, da escola alemã, querendo dar uma marca política e não mais predominantemente geográfica aos estudos das relações entre os territórios e os habitantes no âmbito dos Estados.

A Geografia Política ficou no campo das ciências geográficas como a entendiam Whittlesey, Renner, Brunhes, Vallaux e tantos outros, enquanto que a Geopolítica de Kjéllen e de Ratzel adquiriu o sentido dinâmico das ciências políticas, indicadora de soluções governamentais inspiradas na geografia. Na escola ratzeliana alinharam-se Kjéllen, Maull, Mackinder, Spykman e o tenebroso Haushofer. Mahan, norte-americano, anterior a Ratzel, pode ser considerado o precursor da geo-

(*) Conferência proferida na ESCO!J de Guerra Naval, Rio de Janeiro, junho, 1974.

CARLOS DE MEIRA MATOS

política, com a sua concepção de «destino manifesto» que tanta influência teve nos rumos da política exterior dos Estados Unidos.

Entre os adeptos da Geopolítica abriu-se logo uma divergência, dividindo-se em duas escolas — determinista e possibilista.

Determinista foi chamada a escola alemã, porque defendia a tese de que *a geografia determina o destino dos povos*, enquanto a escola possibilista, — que teve como principal porta-voz o geógrafo francês Vidal de La Blache — ancorava-se na idéia de que *a geografia possibilita soluções favoráveis ao destino dos povos*.

Ratzel e Kjéllen, no fim do século XIX e no começo do presente, conseguiram elevar a geopolítica ao nível científico, enunciando-lhe conceitos básicos, princípios e a sistematização de critérios para a observação de fatos políticos. Partiram ambos não da pesquisa abstrata *do que devem ser os Estados*, mas da observação concreta *do que são os Estado*. Esse modo de analisar o fenômeno estatal é processo rigorosamente científico do molde usado pelas ciências físicas, naturais e sociais, em uma palavra, pelas ciências de observação. É de Kjéllen inclusive a teoria organicista do Estado, que o compara a um organismo vivo que, como tal, tem seus períodos de gestação, nascimento, infância, puberdade, juventude, maturidade, senectude e desaparecimento. A fronteira, segundo Kjéllen, é o «limite periférico do organismo estatal».

No campo da filosofia política, a contestação entre possibilistas e deterministas transcendeu dos limites da Geopolítica, para dar margem à discussão entre os adeptos do livre arbítrio e os defensores do determinismo histórico.

O desprestígio da Geopolítica como ciência vem de sua apropriação pelos adeptos do Gen Karl Haushofer que, depois do advento de Hitler, apoderaram-se do Instituto de Munich e transformaram a Geopolítica em um pretexto científico para justificar as teses do expansionismo nazista. A teoria do «lebensraum» — espaço vital, que dominou o espírito geopolítico da Alemanha nazista foi responsável pelo seu descrédito como ciência.

Sua reabilitação vem se processando lentamente, tamanha a distorção que lhe impuseram os teóricos nazistas e a repulsão que isto provocou no mundo ocidental. Mas, ciência ou não ciência, a Geopolítica, como indicadora de soluções políticas condizentes às realidades ou necessidades geográficas, vem sendo a inspiradora dos grandes estadistas do passado e da atualidade. Pode-se dizer que Ratzel e Kjéllen nada mais fizeram do que extrair leis do processo histórico de surgimento, crescimento, expansão e decadência dos grandes impérios do planeta, desde tempos imemoriais.

GEOPOLÍTICA

O General Golbery do Couto e Silva, (Geopolítica do Brasil) — no que se refere às escolas geopolíticas, apresenta o esquema de Renner, que as divide em três:

- escola da paisagem política (Wittlesey, Hartshorne, Brunhes, Vallaux;
- escola da ecologia política (White, Renner, Van Walkenburg);
- escola organicista (Kjéllen, Ratzel, Haushofer).

A primeira, como o nome indica, é contemplativa dos fenômenos de relação território — habitante. A segunda interpreta esses fenômenos e oferece aos políticos essa interpretação. A terceira imprime uma marca dinâmica à política inspirada na geografia.

com o mesmo objeto, — de extrair leis de comportamento das sociedades humanas, através da história — o inglês Arnold Toynbee chegou à teoria do «desafio e da resposta». Não é determinista nem possibilista; considera vitoriosas as sociedades humanas (nações) que foram capazes de responder ao desafio do meio físico e de suas próprias contradições psicossociais e fracassadas aquelas que não tiveram capacidade de responder a este desafio.

Há inúmeras conceituações de Geopolítica, ciência ou arte de governar os Estados inspirando-se nas realidades geográficas de seu território. como síntese desses conceitos vamos destacar o do Instituto de Geopolítica de Munich, bastante expressivo:

«A Geopolítica é a ciência das relações da terra com os processos políticos. Baseia-se nos amplos fundamentos da geografia, especialmente da geografia política, que é a ciência do organismo político no espaço e, ao mesmo tempo, de sua estrutura. Ademais, a Geopolítica proporciona os instrumentos para a ação política e diretrizes para a vida política em conjunto.

Assim, a Geopolítica se converte numa arte, a arte de guiar a política prática. A Geopolítica é a consciência geográfica do Estado».

Entretanto, o mais sintético e abrangente conceito de Geopolítica é de Ratzel «espaço é poder».

Este simples conceito, composto de três palavras, sintetiza todo espírito e dinâmica de ação da Geopolítica.

CARLOS DE MEIRA MATOS

A IMPORTÂNCIA DA FORMA E DA POSIÇÃO DO TERRITÓRIO NA ESTRATÉGIA DOS ESTADOS FORMA DO TERRITÓRIO

A forma do território de um Estado representa o seu corpo físico. A Geopolítica estuda a influência dessa forma em relação aos seus habitantes. Há que se distinguir, essencialmente, no território dos Estados, três aspectos:

- a forma, ou seja o espaço geográfico que ocupa;
- a linha periférica ou fronteira;
- a posição, sua localização no planeta.

Em termos de *formas territoriais* existem as que são mais favoráveis à coesão dos Estados, outras que são menos favoráveis e outras, ainda, que são contrárias.

Nem sempre é fácil identificar, mesmo aproximadamente, as formas dos Estados com uma figura geométrica, pois não apresentam, geralmente, simplicidade de contornos. Muitas vezes recorre-se a uma definição por analogia: península da bota (Itália), presunto (América do Sul), arquipélago do colar (pequenas Antilhas etc). Noutros casos identificam-se as formas territoriais com figuras geométricas: retângulo (Estados Unidos e Portugal), triângulo (Equador), hexágono (França).

Em busca de uma classificação simplificadora, em termos de estudos geopolíticos, Renner selecionou quatro formas principais:

- compacta (França, Brasil, Venezuela, Espanha);
- alongada (Estados Unidos, Chile, Itália);
- recortada (Grécia, Canadá, Suécia);
- fragmentada (Japão, Reino Unido, Indonésia).

As *formas compactas* são evidentemente mais favoráveis à coesão do Estado. Aproximando-se do círculo apresentam, por isso mesmo, a vantagem de serem aquelas que dentro do mesmo perímetro abrangem maior área. Isto oferece vantagem do ponto-de-vista estratégico porque, quanto menores as fronteiras, menores as áreas críticas passíveis de atrito internacional. Assim é que, possuir maior território dentro de menor fronteira torna-se, sem dúvida, vantagem política importante.

Além disso, nas formas compactas, é evidente a equidistância dos pontos extremos, em relação ao centro, favorecendo a evolução do povo em condições mais uniformes e a expansão do desenvolvimento de maneira mais equilibrada, em síntese, favorece a integração nacional. A

GEOPOLÍTICA

França é um exemplo de país de forma compacta onde a cultura do povo atingiu a invejável nível e o progresso nacional é equilibrado.

Nas *formas alongadas*, quanto maior for o alongamento maior será o perímetro.

Comparada com a forma compacta, a mesma área oferece muito maior perímetro e maior distância entre os pontos extremos no sentido do alongamento, agravando assim os problemas de fronteiras e aumentando os índices de diferenciação entre os grupos regionais. Estrategicamente, oferecem a desvantagem de grande vulnerabilidade, podendo facilmente o seu território ser cortado em dois na linha mais estreita.

Outra apreciação interessante diz respeito ao sentido do alongamento. Quando no sentido dos meridianos, aumentam as diferenciações climáticas entre os pontos extremos do Sul e Norte e, com essa diferenciação, variam os gêneros de vida, os usos e costumes, assim como a produção agrícola entre as populações mais distantes. As diferenças culturais e sociais podem levar ao desequilíbrio e aos antagonismos políticos, dificultando a coesão nacional. As diferenças climáticas, ao contrário, propiciam a existência de atividades econômicas que se complementam. O exemplo histórico do esfacelamento territorial sob a influência de um demasiado alongamento no sentido dos meridianos é oferecido pela América Espanhola; quando da independência das colônias foi impossível manter-se-lhe a unidade apesar da identidade de língua e religião, enquanto a América Portuguesa, em uma forma próxima da compactidade, conservou-se unida. Outro exemplo: são muito maiores as diferenças culturais e políticas entre o Sul e Norte da Itália (forma alongada), do que entre Sul e Norte da França, (forma compacta) .

Quando o alongamento é no sentido dos paralelos, Leste—Oeste, não ocorrem nítidas diferenciações culturais, políticas e econômicas, tornando-se mais fácil a manutenção da coesão (caso dos Estados Unidos) .

As *formas recortadas*, se em contigüidade com o mar, desempenharam na antigüidade (Grécia) e na Idade-Média (Dinamarca e Península Escandinava) importante papel: muito facilitaram o intercâmbio em épocas em que a navegação não era de longo curso. Hoje, esse tipo de navegação costeira tem menor importância. Oferecem em contrapartida a desvantagem de conterem extensas linhas de fronteiras.

A *forma fragmentada* mostrou-se, sem a menor dúvida, desvantajosa. Isto se percebe nos Estados cujo território é um arquipélago. Além da descontinuidade terrestre, cujas desvantagens do ponto-de-vista cultural e econômico são manifestas, há a dificuldade para o exercício da soberania. Do ponto-de-vista estratégico-militar, a defesa apresenta-se sobremaneira difícil. A descontinuidade pode ser terrestre ou marítima. A descontinuidade terrestre, exemplo da Alemanha após a 1^a Guerra Mun-

CARLOS DE MEIRA MATOS

dial, que teve parte de seu território parcelado em duas partes pelo corredor polonês (questão de Dantzig) que foi um dos estopins da 2ª Guerra Mundial. Outro exemplo foi a Prússia antes da unificação da Alemanha: além do núcleo central em torno de Brandenburgo, havia ilhas prussianas esparsas pela Renânia e no Hanover, os chamados exclaves. Este tipo de exclaves possuiu o Império austro-espanhol, quando exercia soberania sobre terras da Bélgica, Holanda, Sardenha, Sicília, Nápoles, Milão e Burgúndia.

A forma fragmentária com descontinuidade marítima (ilhas, arquipélagos) é característica dos impérios coloniais. A força de coesão necessária a impor a soberania nos Estados possuidores dessa forma é o poder naval (caso da Inglaterra e Japão).

Em conclusão ao aspecto forma dos Estados, aqui resumimos o que escrevem os tratadistas. Está claro que não se pode deduzir diretrizes políticas oriundas apenas pela «forma», pois esta determinante geográfica sempre é contrabalançada por outras influências, quer propriamente geopolíticas, quer de ordem psicossocial, quer de outra ordem. Cumpre pois ao estadista, sopesando em conjunto todas as diferentes influências, verificar criteriosamente quais as mais decisivas para o efeito político desejado. Podemos citar, por exemplo, que para a unidade política da Rússia, nação que se tem mantido coesa através de vários e contraditórios regimes políticos, influi sem dúvida a forma geométrica equilibrada, do tipo compacto. Mas também influi a uniformidade do solo, quase todo em planície e estepes, sem grandes altitudes na parte europeia. Assim como na Rússia, a influência centrípeta da forma se faz sentir na França e Espanha.

Em resumo, no tocante à forma, podemos sintetizar influências geopolíticas nos seguintes *princípios*:

1º *Princípio* — A *forma compacta* dos países é a mais conveniente ao centripetismo político e administrativo, ao intercâmbio comercial e à estratégia militar defensiva, se não intervierem decisivamente, em sentido contrário, outras influências geopolíticas ou de outra ordem.

2º *Princípio* — A *forma alongada* pode ser vantajosa apenas quando o alongamento tem o sentido dos meridianos, criando regiões antropogeográficas e econômicas complementares. Oferece grandes desvantagens e vulnerabilidades no que se refere à estratégia militar defensiva.

3º *Princípio* — As *formas recortadas marítimas*, que tiveram influência favorável na Antigüidade e na Idade-Média, em virtude dos meios precários de navegação, mantém ainda hoje algumas de suas vantagens, ao lado das desvantagens no tocante à estratégia militar de defesa. As *formas recortadas terrestres* são desfavoráveis, quer na paz, quer na guerra.

GEOPOLÍTICA

4º Princípio — As formas fragmentárias, com descontinuidade marítima, (ilhas, arquipélagos), por sua própria natureza centrífugas, exigindo instrumentos políticos e militares poderosos para conter a tendência dispersiva, tais como rígida centralização administrativa e poder naval. Quando a descontinuidade é terrestre formam os exclaves geradores de problemas políticos e militares muitas vezes insuperáveis.

5º Princípio — Na evolução da linha periférica (fronteiras) há espontâneo impulso nos Estados por simplificá-las e encurtá-los, donde aproximar a forma do país da figura geométrica do círculo, aquela na qual a mesma área é envolvida pelo menor perímetro.

A POSIÇÃO DO TERRITÓRIO

Por posição entendemos o lugar que o território do Estado ocupa no planeta e também certas características de sua situação geográfica. É o campo da Topopolítica segundo a classificação de Rodolfo Kjéllen.

A *posição* do território é apreciada do ponto-de-vista geopolítico sob os seguintes aspectos:

- latitude (posição matemática);
- proximidade ou afastamento do mar (maritimidade ou continentalidade do território);
- situação relativa aos países vizinhos (pressões e esferas de influência);
- altitude (planície, planalto ou montanhas).

Cada um desses aspectos de posição combinado à *forma do território* oferece fatores atenuantes ou agravantes. Ou, melhor, condições favoráveis ou desfavoráveis de *posição* podem atenuar ou agravar o fator *forma*. Assim é, por exemplo, que a forma alongada do Chile tem a sua vulnerabilidade militar atenuada pela elevada cadeia de montanhas que protege a fronteira leste desse país. A forma compacta da Bolívia é desfavorecida pela presença da cordilheira andina que cruzando o país de Norte a Sul cria um fator dispersivo do território já agravado pela sua mediterraneidade. A forma alongada da Argentina é atenuada pela latitude favorável e as facilidades de vida oferecidas pela imensa planície pampeana. A forma fragmentária das Grandes e Pequenas Antilhas é atenuada pela inexistência de grandes obstáculos ao trânsito humano e a amenidade do clima de suas ilhas.

Dos fatores acima, a latitude vem sendo objeto de teorias polêmicas sobre a influência do clima no destino das sociedades humanas.

CARLOS DE MEIRA MATOS

Segundo Huntington e seus seguidores o clima temperado exerceu um papel determinante na criação das grandes civilizações (Mesopotâmia, Egito, Grécia, Roma, Europa Ocidental, Estados Unidos, Japão e Rússia).

Segundo o critério geral dos estudiosos da Geografia Humana, a zona equatorial é a mais desfavorável ao surgimento das grandes civilizações. As condições climáticas dos trópicos são proporcionadoras ou dos grandes desertos (Saara, Arábia, Mongólia, Austrália) onde as condições de animal e vegetal se tornam precaríssimas, ou das florestas tropicais (Amazônia, Guiné, Congo, Malásia) onde a fixação do homem e a valorização econômica do solo constituem ainda um desafio da natureza ao engenho humano. Era hábito, entre importantes correntes de geógrafos europeus, como Buckle, Huntington e outros, estigmatizarem as regiões tropicais, prognosticando para elas a impossibilidade de virem a atingir níveis superiores de civilização, em virtude de suas condições climáticas desfavoráveis. Os trópicos, segundo eles, estariam fadados à estagnação, ou porque debilitam o homem, ou porque impõem «desafios» superiores à sua capacidade de resposta, como diria Toynbee. Ao lado desses teóricos da antropogeografia, não menos pessimistas sobre o destino das áreas de clima tropical, encontramos os chamados «biologistas», Gobineau, Lapouge, Ammon, Chamberlain, etc., que viam uma estreita dependência entre a condição racial e os índices de progresso e, por essa forma, procuravam justificar os baixos níveis de existência das populações consideradas não-arianas. Encontramos as idéias dessas duas correntes, que poderíamos chamar de «climatológica» e «biológica», bem fundamentadas nas obras, «O fator clima» e «Civilização e Clima» de Huntington e no «Essai de l'inégalité des races humaines», de Gobineau.

Esse critério dos antropogeógrafos, entretanto, não é absoluto. Há condições que neutralizam os efeitos negativos da latitude tropical: uma delas é a altitude do solo. Se é verdade que nos Trópicos, nas altitudes baixas, preponderam as condições climáticas desfavoráveis, elevando-se essas altitudes, transformam-se as condições mesológicas favorecendo as condições de vida.

Este é o caso dos países andinos onde em plena zona tropical encontram-se cumes eternamente gelados. Sobre a imensa costa nordeste do Brasil incidem fatores de amenização de temperatura proporcionados pelo clima marítimo.

Esse fator altitude, no caso brasileiro, veio influenciar favoravelmente. O planalto brasileiro cobre a maior extensão do nosso território, propiciando altitudes favoráveis à neutralização dos fatores negativos da climatologia tropical (em média cada 180 ou 200 metros de altitude representa o decréscimo de temperatura de 1º C).

A maritimidade do Estado é um fator positivo de intercâmbio e comércio. Dá-lhe maior liberdade de movimentos. Fortalece sua soberania.

GEOPOLÍTICA

A importância da maritimidade pode ser bem avaliada se atentarmos que 71% da superfície do globo é de oceanos e apenas 29% de terras. A mediterraneidade, ao contrário, tende a isolar o Estado, torna-o dependente dos vizinhos, enfraquece-lhe a soberania. Comparando-se dois Estados de forma compacta, França e Bolívia, com superfícies semelhantes, enquanto o território francês se debruça sobre dois mares articulando-se livremente com as ecumenes do Mar Mediterrâneo e Oceano Atlântico, o Estado boliviano vive asfixiado pela falta de pulmões marítimos, dependente da boa vontade de seus vizinhos. No que tange à maritimidade há que se considerar, ainda, a natureza da costa, favorável ou desfavorável à articulação continente-mar (litoral com portos protegidos, baías ou litoral hostil), e a situação do mar, se oferecendo facilidades de intercâmbio (Mediterrâneo, Atlântico, Pacífico) ou se de rarefação ecumênica como o Mar Ártico ou Antártico.

A posição relativa quanto aos países vizinhos impõe pressões muitas vezes inelutáveis ferindo o grau de soberania, como seja o caso dos países da Europa Oriental que têm fronteiras comuns com a União Soviética. Servem de exemplo, os casos da Hungria (1948) e da Checoslováquia (1968). Historicamente há que se lembrar a pressão de Roma transformando o Mediterrâneo no «Mare Nostrum» e, mais recentemente, da França Napoleônica, estendendo os seus domínios por todos os territórios vizinhos.

Por fim, a altitude gera condições favoráveis ou desfavoráveis à operação humana sobre a terra. As planícies sempre facilitaram a circulação do homem e a exploração da terra. Os planaltos, como as planícies, são «habitats» procurados para o exercício do engenho humano. As montanhas já foram obstáculos de difícil superação. Hoje em dia, com os progressos da tecnologia de engenharia, o seu fator dispersivo está muito atenuado quanto ao trânsito mas, quando muito altas, oferecem limitações à vida humana, animal e vegetal.

Os rios, quando navegáveis, desembocando no litoral, são extraordinários veículos da interação terra-mar. Quando navegáveis interiores favorecem as ligações terrestres, pois são uma estrada líquida. Já os rios com quedas abruptas, saltos, oferecem, hoje em dia, valiosas fontes de energia elétrica Propiciadora do progresso econômico e social.

Em termos de posição os Estados podem ser classificados ainda em:

- *marítimos* (quando predominam largamente as fronteiras litorâneas);
- *continentais* (quando essa predominância é a favor das fronteiras terrestres);
- *mistos ou do tipo continental-marítimo* (quando a uma massa continental se alia apreciável costa de mar).

CARLOS DE MEIRA MATOS

Os Estados marítimos mais característicos são as ilhas e arquipélagos (Japão, Inglaterra, Indonésia) .

Do tipo continental são mais nítidos os Estados mediterrâneos (Suíça, Paraguai, Bolívia) .

No tipo misto podem ser exemplificados Brasil, Estados Unidos, Equador, Argentina.

O quociente de maritimidade ou de continentalidade do território de um Estado pode ser medido aplicando-se as fórmulas:

$$Q_m = \frac{\text{extensão do litoral}}{\text{extensão da fronteira terrestre}}$$

ou

$$Q_t = \frac{\text{extensão da fronteira terrestre}}{\text{extensão do litoral}}$$

Quando se trata de ilhas a fronteira terrestre é nula e no caso do país mediterrâneo a extensão do litoral é igualmente nula. Entre esses dois extremos situam-se todos os demais casos. É de se observar que os países de costa bastante recortada têm quociente de maritimidade elevado: Grécia 13/4, Dinamarca 11/4, Noruega 8/1, Brasil 1/2. A Espanha oferece o melhor equilíbrio de quociente 2/2 podendo ser considerado o protótipo do tipo misto. O Brasil por força de sua extensa fronteira terrestre, confrontando com dez Estados diferentes (oito continentais e duas possessões européias) é um Estado do tipo misto, continental-marítimo, com predominância continental.

Cabe ao governo de um Estado ter consciência geopolítica de seu destino, indicado pelos fatores forma e posição e adequar-lhe uma política consentânea com suas realidades geográficas. Assim é que os quocientes de maritimidade e de continentalidade são indicadores de soluções políticas. Foram eles que geraram os conceitos de poder marítimo e poder terrestre. Vale a pena, aqui, recordar-se que a Inglaterra sempre entendeu que o seu destino dependia do mar e adotou uma política coerente. A Rússia também coerente com o seu elevado quociente de continentalidade orientou, no passado, e a sua herdeira a URSS orienta, hoje, sua política para o fortalecimento do seu poder terrestre. A política brasileira viveu até bem poucos anos quase que indiferente ao seu destino de país do tipo misto, esquecida das imensas áreas interiores, acentuando na administração pública apenas o lado de sua maritimidade. Percebida essa distorção desde a independência, por José Bonifácio, o corretivo só começou a se fazer presente por meio de uma política executiva apenas nos últimos 15 anos, com a mudança da capital para o centro do território,

GEOPOLÍTICA

a fim de despertar as forças mortas da continentalidade e, nos últimos anos, através do enorme esforço desenvolvimentista das áreas interiores do Norte e Oeste.

TEORIA DE FRONTEIRAS

A — *Um pouco de historia e algumas teorias*

Na Antigüidade os Estados não davam valor à fronteira minuciosamente fixada, à fronteira linear, como limite preciso de separação de soberanías. No império de Carlos Magno, séculos **VIII** e **IX**, foram estabelecidas as famosas *marcas carolingias*, verdadeiras fortalezas, nos pontos de passagem obrigatória que protegiam a Europa Ocidental contra as invasões vindas do território dos bárbaros.

A linha fronteiriça foi uma inovação que apareceu na Europa no século XIII de nossa era, quando seis nobres ingleses e seis escoceses, reunidos em Comissão, tentaram estabelecer os limites entre os seus reinos (ano de 1222). Esta Comissão chegou a um beco sem saída, tamanhas as discordâncias sobre os pontos em litígio.

Depois desse acontecimento, diz Stranz Hupé, passaram mais de cem anos para que todos os povos europeus aceitassem as fronteiras lineares como indispensáveis. Examinando-se os mapas europeus dos séculos XIV, XV, XVI e XVII, verifica-se que revelam muito pouca preocupação com a precisão da linha lindeira, predominava ainda a fronteira-faixa.

A importância das fronteiras nas considerações geopolíticas foi destacada pelos estudos e pareceres de Lord Curzon, antigo Vice-Rei da Índia e depois Ministro de Relações Exteriores da Inglaterra. Deve-se a ele um dos mais amplos e metódicos estudos dos princípios que regulam a formação das lindes entre Estados. Também se dedicaram ao assunto outros dois britânicos, Charles Fawcett (Frontiers) e Sir Thomas Holdich (Political Frontiers and Boundary Making). Sobre tão palpitante assunto disse Lord Curzon, na sua conferência sobre Fronteiras pronunciada em Oxford em 1907:

«Embora as fronteiras sejam a principal preocupação de quase todas as chancelarias e o tema principal de quatro em cada cinco tratados políticos, e tenham o mais profundo efeito sobre a paz e a guerra entre as nações que qualquer outro fator, político ou econômico, não há uma só obra, em qualquer idioma, que se destine a tratar do tema em conjunto».

Lord Curzon, baseado na sua dura experiência, como Vice-Rei da Índia, onde teve que enfrentar difíceis problemas nas áreas fronteiriças

CARLOS DE MEIRA MATOS

da Índia com a Rússia, particularmente no Punjab e na região do passo de Khyber, foi um dos mais decididos defensores da idéia de substituir-se as *fronteiras de tensão* por *estados-tampão*.

Considerava Curzon que as fronteiras demasiado rígidas, em áreas de tensos antagonismos, levavam fatalmente à guerra. Por isto, aconselhava o estado-tampão, como área de amortecimento de choques.

Antes das teorias de Lord Curzon, o Império do Brasil e a República Argentina, através do tratado de 1828, já haviam aplicado aqui na América do Sul as idéias depois desposadas por Curzon, ao garantirem a independência da República Oriental do Uruguai, como solução de amortecimento dos choques armados que desde os tempos coloniais se repetiam periodicamente naquela área continental.

A experiência de Lord Curzon como Vice-Rei da Índia, onde os povos de costumes nômades não aceitavam as fronteiras fixas, acostumados que estavam à elasticidade do movimento tribal pelos vazios geográficos que separavam os principais centros de população, deve ter tido grande influência nas posições que tomou e idéias que defendeu em 1919, quando Chanceler da Inglaterra, por ocasião da Conferência de Versalhes. Ali, de Versalhes, saiu a redivisão territorial da Europa de após I* Grande Guerra. A marca da teoria de Lord Curzon sobre estado-tampão ficou inconfundivelmente consagrada na criação do anel de novos Estados: Finlândia, Estônia, Letônia, Lituânia, Polônia, Checoslováquia, Áustria, Hungria, Rumania, Iugoslávia, Bulgária, Albânia, destinados a desempenhar o papel de amortecedores de choques e/ou retaliadores dos principais antagonismos políticos, até então existentes no continente europeu. A este anel europeu de estados tampões, acrescentou-se, com o mesmo fim, na ala euroasiática, o surgimento de novos Estados — Turquia, Irak, Pérsia, Afganistão e Tibet. O conceito de novo Estado que aqui empregamos significa a outorga ou restabelecimento de «status» soberano a grupos nacionais antes constitutivos de outras estruturas políticas, por fusão ou, principalmente, por desmembramento (desmembramento do império austro-húngaro e do império otomano, por exemplo) .

Não resta dúvida que não foi apenas o pensamento de Curzon que ditou as profundas alterações das fronteiras européias e euroasiáticas. Outro inglês, mestre da Geopolítica, criador da mais importante teoria sobre o Poder Terrestre, Sir Halford Mackinder, também participou da delegação britânica da Conferência de Versalhes. Não será difícil se perceber na solução de Versalhes «para assegurar uma paz duradoura no após guerra», como queria Woodrow Wilson, a idéia de retaliação da área do «heartland mackinderiano». O Centro de irradiação do poder terrestre capaz de dominar toda a massa continental euroasiática, segundo

GEOPOLÍTICA

Mackinder, seria uma região situada na Europa Central e Rússia Européia. A consolidação de um só poder político sobre esta área desencadearia o processo de criação de um só poder mundial, em detrimento da Inglaterra e da Europa Ocidental. Essa consolidação só seria possível fundindo-se, num poder único, a Alemanha e a Rússia, daí o anel dos estados-tampões de Curzon instrumentando os conceitos de Mackinder.

Aprofundando-se aos recônditos do pensamento de Curzon e de Mackinder, conclui-se que ambos eram movidos por conceitos defensivos. Os estados-tampões do Lord inglês visavam a conter russos e alemães, evitando que ambos se unissem, pelo acordo ou pela conquista, formando o centro do poder terrestre cuja periculosidade expansionista estava prevista na obra de Mackinder, o «heartland». Simultaneamente, a estratégia política de Versalhes teve em vista retaliar a Alemanha e os seus antigos aliados, os impérios austro-húngaro e otomano.

No período das entreguerras (de 1919 a 1939) se engendrou o nazismo. O seu principal teórico, cripto geopolítico, o General reformado Karl Haushofer, feito diretor do Instituto Munich, surpreendeu o mundo com uma doutrina ofensiva de fronteiras. Haushofer empolgou a intelectualidade nazista com o pretexto de corrigir as injustiças de Versalhes que visaram a «tolher a força natural, legítima e autêntica do expansionismo alemão» de que o nazismo se fez intérprete e por isto conseguiu aglutinar as maiorias de origem germânica. Segundo Haushofer, voltando às teses do organismo *kjeliano*, «as fronteiras são a epiderme de um ser vivente; respiram e transpiram; são indiferentes ou estão estimuladas; atraem e devoram». Por isso, diz Haushofer, por serem manifestações biológicas, as fronteiras não podem ser reguladas por princípios de direito internacional. Era já o rompimento do nazismo com os compromissos de Versalhes. Fiel às suas teorias, classificou as fronteiras da seguinte maneira:

fronteira de ataque,
fronteira de manobra,
fronteira de equilíbrio,
fronteira de defesa,
fronteira de decadência,
fronteira de apatia.

Rompe também o Instituto de Munich, nas mãos dos nazistas, contra os conceitos de fronteira natural. No dizer de Haushofer, «nem os rios, nem as bacias são verdadeiras fronteiras, porque dividem a *paisagem cultural*.

CARLOS DE MEIRA MATOS

Nesse conceito de paisagem cultural entendia Haushofer as identidades de técnicas, econômicas, raciais e lingüísticas. Era a já busca de argumentos para a reintegração das minorias germânicas, a procura do argumento científico para as futuras anexações do Ruhr, dos Sudetos e da Áustria.

A cripto Geopolítica de Haushofer fez um tremendo mal à idoneidade da Geopolítica como ciência. No mundo inteiro, escritores e jornalistas começaram a confundir, propositada ou ingenuamente, a verdadeira geopolítica, com as teses envenenadas de Haushofer.

Em síntese, podemos afirmar que as fronteiras definem a distribuição de áreas políticas e refletem, na medida de que «espaço é poder», as relações de poder entre os Estados. O acerto no traçado das fronteiras, através de acordos ou após as guerras, sempre representou uma garantia de estabilidade política posterior. Por isso, o problema da fronteira ocupa o primeiro lugar quando se trata de estabelecer os tratados de paz ou de convivência pacífica entre os Estados. As fronteiras são áreas nevrálgicas na relação entre Estados; são áreas críticas. Quando vivas (conforme a classificação de Brunhes e Vallaux), estão submetidas à pressão do Estado mais poderoso. Esta pressão é sempre real e se faz sentir pela expansão cultural ou econômica tendente a levar para o lado oposto a influência do lado mais forte. Nos períodos de tensão, essa pressão pode vir a assumir o caráter militar.

O estudo da evolução histórica das fronteiras, realizado por notáveis geógrafos e geopolíticos, chega a algumas conclusões merecedoras de séria meditação.

— *Função das Fronteiras*

Escreve o geógrafo alemão Otto Maull que as finalidades principais da fronteira e sua respectiva faixa são:

- distinguir o meu do teu;
- proteger o território nacional;
- isolá-lo quando necessário, e facilitar-lhe o intercâmbio quando conveniente.

Realmente, qualquer linha limite, uma cerca entre fazendas, um muro entre quintais, uma sébe, fios de arame farpado, valas, assim como linha fronteira, visam a «distinguir o meu do teu».

A proteção do território é o objetivo principal da fronteira tanto na paz como na guerra. Na paz garante os interesses econômicos, políticos e sociais do Estado que protege, através dos postos alfandegários, policiais e sanitários. Na guerra representa a linha ou faixa a ser defendida na preservação da inviolabilidade do território do país.

GEOPOLÍTICA

Durante muito tempo, isolar foi a função precípua das fronteiras. Os Estados antigos e medievais, preferiam, por motivos vários, segregar suas populações de qualquer contato com o exterior. Daí preferirem as fronteiras de difícil transposição — rios caudalosos, cadeias de montanhas, vazios ecumênicos.

Após a idade média vieram predominar os interesses de reunir antigos feudos confinados em organizações políticas maiores, passaram a prevalecer os interesses comerciais e de intercâmbio cultural entre os Estados. A fronteira passou a ser a porta de entrada dos países, onde se exercia o controle de sua soberania.

Segundo Ratzel, «só o mar oferece todas as características de uma fronteira completa» — separa, protege, isola ou favorece o intercâmbio, conforme a conveniência. Para Lord Curzon, antigo Ministro das Relações Exteriores da Inglaterra, o mar, também, «é a mais importante fronteira natural».

Otto Maull no seu estudo de fronteiras, distingue-as como as de: *concentração da circulação*, melhor diríamos de convergência, que facilitam o controle e a defesa (montanhas que obrigam a passagens obrigatórias ou rios caudalosos que restringem a passagem pelas pontes), *fronteiras de dispersão*, abertas, sem obstáculos, que dificultam o controle e a defesa.

B — *Fronteiras naturais e antropogeográficas*

No estabelecimento dos limites entre os Estados sempre houve a preocupação de encontrar uma linha nítida. Nem sempre, entretanto isto é possível. Vamos analisar em primeiro lugar as chamadas *fronteiras naturais*, as mais desejadas, por oferecerem maior grau de nitidez. Em seguida passaremos às *fronteiras antropogeográficas*, de nitidez mais precária.

Fronteiras Naturais

Destacamos o *mar*, os rios e *lagos* e as *montanhas* e *cordilheiras*.

O mar, como já dissemos acima, constitui a fronteira ideal — separa, protege, isola ou une conforme a conveniência. Antigamente a única inconveniência que oferecia a linde marítima era a variação da linha demarcadora, em face dos movimentos de altas e baixas marés, acrescidas de variações lentas dessa linha provocadas pelas acumulações de entulhos trazidos pelos rios e pelo próprio mar ou o deslocamento de sedimentos litorâneos causados pelos ventos, correntes e peló arfar das ondas.

Este pequeno fator de instabilidade física da linha demarcadora do litoral foi superado, há muitos anos, com a aceitação pelas potências

CARLOS DE MEIRA MATOS

navais, do *conceito de águas territoriais*, estendendo o limite de soberania além da costa. Esse limite, inicialmente de 3 milhas, visava os interesses de defesa e o critério de sua extensão tinha em mira colocar o litoral ao abrigo da artilharia naval da época. O conceito de águas territoriais está em plena atualidade pois com os avanços da ciência e da tecnologia o homem passou a dominar com facilidade o fundo do mar. O mar que era apenas uma massa líquida de interesse dos navegadores e pescadores tímidos, passou a ter grande interesse para cientistas e economistas. As riquezas existentes no mar, à disposição, hoje, dos modernos pescadores, pesquisadores e exploradores de riquezas minerais e animais, aparelhados com instrumental apropriado, faz aumentar o interesse do Estado em estender sobre as águas os limites de sua soberania. Muitas nações latino-americanas foram levadas a definir a extensão de seu mar *ferroterial* em 200 milhas, baseando-se no princípio de que é dever do Estado:

- proteger a soberania nacional do Estado;
- proteger a economia nacional, garantindo como bem patrimonial a plataforma continental do país e, por conseqüência, a exploração futura de seus recursos petrolíferos e minerais;
- proteger a economia nacional, exercendo a sua ação soberana para preservar e defender sua riqueza piscosa, perante o abuso da pesca indiscriminada;
- proteger e defender o «habitat nacional», ou seja o complexo vivente integrado pelos elementos inertes do solo e o mundo animado da flora e da fauna, incluindo o espaço aéreo situado sobre o território;
- evitar a criação de zonas habituais de pesca ao longo do seu mar que possa no futuro permitir alegações de outras nações sobre o seu direito sobre essas águas» (Conselho Interamericano de Jurisconsultos, reunido no México em 1956).

A *plataforma submarina*, ou *plataforma continental*, é considerada como bem patrimonial da Nação. Por plataforma continental definiu a Convenção de Genebra de 1958:

— o leito do mar e o subsolo das áreas submarinas adjacentes à costa.

A extensão da plataforma é governada pela expressão «até 200 metros de profundidade que permita a sua exploração», contida no texto da Convenção de Genebra (1958). como a inclinação da plataforma — parte submersa do território que precede o fundo do mar — varia em cada segmento da costa, conclui-se que a extensão dessa plataforma também ora se aproxima ora se afasta da costa.

GEOPOLÍTICA

Os conceitos de *mar territorial* e *plataforma continental* não contam com o consenso internacional. As nações da Europa e os Estados Unidos estão apegados ao conceito de 3 milhas de mar territorial. O Equador, o Brasil e outras nações latino-americanas (Peru, Chile, Costa Rica, Salvador, Nicaragua, Argentina e Uruguai) já decretaram a sua soberania sobre o mar territorial de 200 milhas.

Fronteira Aérea

Essa matéria é regulada no âmbito internacional pela CONVENÇÃO DE AVIAÇÃO CIVIL INTERNACIONAL (CONVENÇÃO DE CHICAGO) ratificada pelo Brasil em 08 Jul 46, cujos artigos 1º e 2º estabelecem:

«Art. 1º SOBERANIA — Os Estados contratantes reconhecem ter cada Estado a Soberania exclusiva e absoluta sobre o espaço aéreo sobre o seu território.»

«Art. 2º TERRITÓRIO — Para fins da presente Convenção considera-se como Território de um Estado, a extensão terrestre e as águas territoriais adjacentes, sob a soberania, jurisdição, proteção ou mandato do citado Estado.»

No âmbito doméstico, ou seja, no Brasil o mesmo assunto é regulado pelo CÓDIGO BRASILEIRO DO AR — Decreto-lei nº 32, de 29 Nov 66, com alterações consubstanciadas no Decreto-lei nº 234, de 28 Jan 67, onde encontra-se estabelecido:

«Art. 1º O direito aéreo é regulado pelas Convenções e Tratados que o Brasil tenha ratificado e pelo presente Código.»

«Art. 2º O Brasil exerce completa e exclusiva soberania sobre o espaço aéreo acima de seu território e respectivas águas jurisdicionais.»

Os rios. No passado os rios foram excelentes separadores entre Estados. Esse conceito vem mudando à medida que o progresso tecnológico passa a aproveitar os rios para a navegação intensa e o aproveitamento de suas águas como fontes de energia, irrigação e abastecimentos das cidades. Assim, os rios nas regiões mais ecumenizadas passou a ser ocupado e utilizado pelos dois vizinhos.

Em face dos variados aspectos de aproveitamento dos rios, o limite não pode mais ser ele, o rio como um todo, mas uma linha convencional estabelecida entre os vizinhos, por um acordo ou imposição de uma das partes. A escolha dessa linha vem sendo feita de modos vários, depois consagrada em tratados internacionais. Os principais critérios em voga para estabelecer os limites nos rios são:

— *Limite em uma margem.* Neste caso o domínio dos rios cabe apenas a um dos Estados contíguos; este critério que já foi usual está se tornando cada vez mais raro, por motivos óbvios;

CARLOS DE MEIRA MATOS

- *Linha de talvegue.* É a linha de sondagens mais profundas na vasante. Outros conceitos de talvegue, «canal principal do rio de maior profundidade e de mais fácil e franca navegação» (Tratado Brasil-Paraguai), ou «linha de nível mais baixo no leito do rio em tôda a sua extensão» (Tratado Brasil-Ínglaterra referente à antiga Guiana Inglesa).

O limite pelo talvegue permite o condomínio das águas para a navegação e para a sua exploração dentro de limites estabelecidos nos Tratados.

A escolha da linha de talvegue tem trazido inconvenientes vários, entre os quais citaremos: a determinação da linha mais profunda, ou do canal mais profundo, em alguns trechos em que há mais de um canal torna-se extremamente difícil; por outro lado, há que se considerar a instabilidade desse canal mais profundo, através do tempo, em face da acumulação de sedimentos no fundo dos leitos. Para evitar esses inconvenientes os tratadistas costumam aconselhar que se inclua nos tratados a cláusula da imutabilidade da linha de fronteira após a sua demarcação pelo talvegue reconhecido na época da assinatura do mesmo.

- *Linha média.* Lugar geométrico dos pontos equidistantes das margens. Esta linha é muitas vezes preferida por ser mais sensível ao interesse dos dois Estados; é mais visível do que o talvegue e divide a massa líquida ao meio. Favorece o condomínio da navegação. Mas, traz também inconvenientes tais como: a alteração das margens por força da erosão alterando a linha média; a «divagação» dos rios de planície que muitas vezes mudam o seu leito.

Ilhas Fluviais. A existência de ilhas dentro do rio, caso muito freqüente, tem sido motivo de sérias dúvidas e tempestuosas contestações na questão de fixação da linha limítrofe. Há casos simples, quando a ilha situa-se totalmente para certo lado do talvegue ou da linha média: pertencerá ao país de cujo lado estiver. Se forem atravessadas, ou pelo talvegue, ou pela linha média, criam o complicado caso político de dúplice soberania da ilha. O Brasil nos seus acordos de limites tem procurado, sempre que possível, evitar a dúplice soberania das ilhas, aceitando o critério de incorporá-la inteira, à soberania do território de cuja margem esteja mais próxima (princípio de proximidade das margens). Mas, a erosão algumas vezes, encarrega-se de alterar essa proximidade. Deve predominar, nesses casos, a fim de serem evitadas contendas e contestações infundáveis, o critério de se manter inalterada a linha constante do tratado.

As pontes e outros tipos de obras de arte que ligam dois países confrontantes terão que ser, igualmente, objetos de acordos, convenciô-

GEOPOLÍTICA

nando-se onde passa o limite: em uma das margens, no talvegue, na linha média, ou nos marcos ali colocados.

Os lagos são mares interiores. As mesmas regras aplicadas aos rios podem ser usadas no estabelecimento da linha limítrofe nos lagos. O critério mais comum é o da linha média. Convencionou-se, internacionalmente, que quando a largura do lago é superior a 6 milhas, cada Estado lindante estenda a sua soberania até a distância de 3 milhas de sua margem, ficando o restante das águas em domínio comum.

Montanhas. As dificuldades que as cadeias de montanhas oferecem às comunicações terrestres, mesmo usando os moderníssimos meios de transporte, as tem indicado como ótimas fronteiras. Nos tempos antigos, mais do que hoje, as montanhas ofereciam magníficas vantagens para isolamento e defesa.

As cadeias de montanhas e cordilheiras quando utilizadas como fronteiras, por sua conformação estrutural convergem as comunicações para as linhas de menor resistência (abertas, passos ou desfiladeiros) facilitando o controle aduaneiro e a vigilância militar.

Na escolha da linha preferível para passar a fronteira sobre as montanhas prevalecem dois critérios principais: *a linha dos picos mais altos e a linha do «divortium aquarum».*

Nos tratados, geralmente, tem sido preferida a linha do «divortium aquarum», ou a linha de divisão das vertentes, ou ainda a linha divisora de águas, por ser de mais fácil demarcação e, também, porque assegura que a fonte de abastecimento de água das populações fique do lado de sua fronteira. A linha de picos mais altos é de difícil demarcação.

Em 1902, Argentina e Chile tiveram grave conflito diplomático em virtude de dúvidas sobre a demarcação de sua linha de fronteiras passando pela Cordilheira dos Andes, resolvido graças ao laudo arbitral do rei da Inglaterra.

Nem sempre o que é fácil de se demarcar nas cartas geográficas e nas pranchetas é de fácil balizamento no terreno. Os demarcadores têm tido grandes surpresas e enfrentado enormes problemas, quando se trata de demarcar no terreno o que foi combinado e ajustado à luz da cartografia.

Ao terminarmos esta rápida análise das *fronteiras naturais* queremos ressaltar que predomina, em qualquer critério, a convencionalidade. Os tratados e ajustes sobre fronteiras devem ser minuciosos e prescrever os critérios aceitos por ambas as partes, a fim de evitar-se complicações futuras.

como se vê, a fronteira natural não é tão nítida e tão isenta de interpretações como muitos imaginam.

CARLOS DE MEIRA MATOS

Entre os tratadistas mais respeitados sobre o direito internacional envolvendo questões de fronteiras, há que se destacar Hildebrando Accioli, autor de «Direito Internacional Público», três volumes. Neste autor encontra-se alentado estudo sobre a questão dos rios internacionais, assunto de grande atualidade e objeto de posições polêmicas, quer no tocante à navegação, quer no que se refere ao aproveitamento de suas águas para fins hidroelétricos ou de irrigação. A internacionalidade dos rios e lagos é reconhecida quer quando separam dois países — *internacionalismo contíguo* — quer quando cruzam sucessivamente o território de vários Estados — *internacionalismo sucessivo*. O desenvolvimento da engenharia hidráulica, a serviço do progresso social e econômico, multiplica cada dia mais as possibilidades de aproveitamento dos rios e lagos provocando, quando estes são internacionais, fatos novos do interesse dos Estados situados na bacia comum, não previstos em antigos tratados de fronteiras.

Segundo o geopolítico brasileiro Everardo Backeuser, «as fronteiras naturais nunca satisfazem por completo». Na prática, muitas vezes, mostram-se ineficientes, dependentes sempre da interpretação de velhos tratados e da convenção de detalhes e minúcias entre os Estados confinantes. Quando surge a dúvida, a contestação, via de regra, tem levado vantagens ao mais forte. Ou pelas armas, ou pela pressão política ou, ainda, por meio de arbitragem quando a influência do mais forte ainda se faz sentir, pelas pressões que é capaz de realizar.

Antes de encerrar este resumido estudo sobre fronteiras naturais, queremos incluir o deserto que, segundo o Lord Curzon representa excelente fronteira de separação. Napoleão Bonaparte após sua experiência egípcia declarou: «de todos os obstáculos que podemos proteger a fronteira dos impérios, o deserto é inquestionavelmente o mais importante».

Fronteiras Antropogeográficas

Diante do acentuado caráter de conveniabilidade das fronteiras naturais, há autores, como Ancel, que defendem a conveniência das *fronteiras antropogeográficas*:

- lingüística
- raciais ou étnicas
- religiosas
- culturais

Na prática, entretanto, a adoção da fronteira antropogeográfica não dispensa o estabelecimento de uma linha convencional, utilizando, não importa, que acidente físico. As dificuldades na sua demarcação

GEOPOLÍTICA

são ainda maiores do que as já referidas para as fronteiras naturais. Entretanto, segundo Ancel, elas distinguem melhor «o meu do teu», particularmente as lingüísticas. Em alguns países andinos verifica-se facilmente a existência de fronteiras antropológicas, oriundas das antigas separações entre nações indígenas, superpostas e não coincidentes com as atuais fronteiras políticas (por exemplo: quechuas e aimaras, na Bolívia).

A *língua* pode ser utilizada, realmente, como elemento diferencial entre Estados. No passado, foi muito utilizado como critério separador. Na medida em que o mundo foi se tornando pequeno, face à variedade e velocidade dos meios de comunicações, a adoção do critério linguístico para determinar a fronteira política em determinadas áreas, como na Europa, tornou-se impraticável.

Raças. Diz o autor Everaldo Backeuser, que, «se penoso é traçar as fronteiras lingüísticas, por se traduzirem em desenho caprichoso e rendilhado, ainda maior seria o esforço a despender no traçado das fronteiras raciais ou étnicas. Primeiro porque não há raças puras, a mestiçagem dos caracteres somáticos ou psíquicos é regra».

O presidente Wilson, nos seus famosos 14 princípios, enunciados no final da 1ª Guerra Mundial, refere-se às fronteiras étnicas, como critério desejado em benefício da paz futura. Muitas vezes a fronteira étnica se confunde com a fronteira lingüística.

Religião. Tanto mais confusa do que a cartografia das línguas e das raças, seria, hoje em dia, a das religiões. Há países de unidade religiosa e também áreas onde predominam esta unidade. O exemplo atual são as tentativas de integração política do chamado «mundo árabe» à base da religião muçulmana. Em outras áreas, entretanto, como na Europa e nos Estados Unidos, seria impossível estabelecer-se limites religiosos.

A *cultura*, hoje, tão disseminada e entrelaçada, quer no tocante às suas origens, quer no referente aos seus níveis, não permite mais que se tracem divisórias. Seria utópico.

C — *Fronteira linha e fronteira faixa*

A observação e a experiência provaram que o elemento separador de dois povos (idéias, costumes, línguas) é sempre uma zona ou faixa de transição, mais ou menos larga, de caracteres imprecisos por reunirem características dos dois elementos em contato. Só quando já afastados dessa faixa de transição é que os elementos nacionais passam a se caracterizar com precisão. Rodolfo Ratzel tratou desse assunto chamando a atenção para «a realidade da faixa e o subjetivismo da linha».

CARLOS DE MEIRA MATOS

O reconhecimento desse fenômeno sociológico, da faixa de transição, faz com que a legislação da maioria dos países reconheça como fronteira — a *linha* e a *faixa*. No Brasil a faixa fronteira, no caso da fronteira terrestre, abrange uma extensão de 150 km a contar da linha limite, regida esta faixa, por legislação especial. A fronteira marítima também cai além da linha de praia, ou linha de contato do mar com a terra, variando este limite de país para país. No Brasil adotou-se o direito das 200 milhas de mar territorial. uma faixa menor, no entanto, beirando o mar, também é regido por um status de fronteira.

Os conceitos que desenvolvemos acima sobre fronteiras naturais, fronteiras antropológicas, fronteira-linha e fronteira-faixa, confirmam duas leis geopolíticas de Ratzel e de Sieber: de Ratzel sobre a *realidade da faixa* e a *subjetividade da linha*; de Sieber, sobre a *artificialidade das fronteiras, mesmo as chamadas artificiais, sempre resultado de convenções ou de imposições*.

D — *Evolução das fronteiras*

A noção de fronteira, através dos tempos, tem evoluído. Os povos primitivos não cogitavam de fronteiras. O que os separava eram os *vazios de ecumene*.

Entre os impérios egípcios e mesopotâmios existiam imensas áreas completamente vazias de população, cuja soberania ninguém disputava. O Império Romano, quando quis dilatar-se, estendeu-se sem óbices por esses vazios até encontrar os obstáculos físicos da natureza (desertos, pântanos, densas florestas, montanhas escarpadas) ou encontrar outro centro de poder distante onde teve que lutar para dominar.

O começo da idade média foi marcada pela invasão dos bárbaros que encontrando o império romano em decadência, enfraquecido, irromperam na Europa Ocidental e Meridional. As hordas de eslavos, germânicos, turcos e mongóis, cruzaram gargantas e desfiladeiros das montanhas do Cáucaso e dos Cárpatos instalando-se na periferia dos centros de poder de Roma. Aí, em contato com o brilho da cultura greco-romana foram, muitas vezes, culturalmente assimilados. Nesse ambiente de amálgama cultural proliferou o cristianismo, criando uma unidade espiritual. com o cristianismo surgiu a ocupação dos espaços vazios pelos catequistas evangélicos, imbuídos do espírito de propagação da fé, motivo que nunca preocupou os legionários de Roma. A ação dos catequistas cristãos alterou a noção de ocupação de terras desprezíveis na Europa, África e Ásia. De vazio absoluto, do ponto-de-vista político, essas terras se transformaram em centros de catequese religiosa despertando um interesse até então inexistente para essas áreas.

GEOPOLÍTICA

Esses interesses foram criando uma noção de fronteira cada vez mais aguda, de tal forma que a América teve uma linha fronteira antes de ser conhecida, o famoso Meridiano de Tordezilhas, constante da bula papal de Alexandre VI de 1494 (os primeiros contatos de Colombo com a terra americana foram em 1492). com os descobrimentos marítimos veio a criação dos impérios coloniais e a repartição dos territórios pelos colonizadores. Muitos desses limites, na África e América, foram traçados por linhas astronômicas com o desconhecimento do território; foram as chamadas fronteiras traçadas «a priori»

Os geógrafos franceses Brunhes e Valaux estudando as fronteiras segundo o estágio de evolução classificaram-nas em:

- esboçadas
- vivas ou de tensão
- mortas.

Esboçadas, são denominadas aquelas que ainda não adquiriram características definitivas, pelo seu desconhecimento e desinteresse do Estado. São geralmente despovoadas ou povoadas por grupos sociais primitivos.

Vivas ou *de tensão*, quando ligadas a interesses políticos, econômicos ou militares do Estado. Muitas vezes possuem estabelecimentos oficiais nas proximidades da linha de demarcação.

Mória é a fronteira que perdeu o interesse e entrou em decadência.

Já o geopolítico Backheuser nos ensina que a evolução natural da fronteira de confrontação entre dois centros de poder foi, através da história, a seguinte:

- os vazios de ecumene,
- largas zonas inocuadas,
- faixas, as vezes estreitas, inocuadas,
- linhas, de diversos tipos, astronômicas, geodésicas, físicas, étnicas, políticas, etc.

Esta ordem evolutiva, observa o próprio Backheuser, não se seguiu nos casos das fronteiras coloniais. Na América e na África vários países tiveram fronteira-linha «a priori», traçadas em mapas duvidosos e, por isto, fontes de muitas controvérsias mais tarde.

Rodolfo Kjellen, considerado um dos pais da geopolítica apresenta a seguinte classificação de fronteiras:

- *históricas*, quando oriunda de tradições seculares;

CARLOS DE MEIRA MATOS

- *naturais*, quando coincidem, com acidentes da geografia física;
- *planejadas* ou de *construção*, como por exemplo, as linhas astronômicas ou geodésicas, ou outras de caráter geométrico;
- e ainda, *étnicas*, *lingüísticas*, *estratégicas* e *econômicas*.

Os geógrafos Whitemore e Braggs, seguindo critério objetivo, formulado independentemente de pontos-de-vista teóricos, buscando-se apenas no que realmente existe, propõem a seguinte classificação:

- *físicas* (montanhas, rios, lagos, canais, etc.);
- *geométricas* (astronômicas, geodésicas, etc.);
- *antropogeográficas* (étnicas, lingüísticas, religiosas, históricas, culturais, estratégicas).

Instabilidade das fronteiras

Basta folhear-se um Atlas de Geografia Histórica, para certificar-se das profundas alterações sofridas no mapa político do mundo. Em períodos relativamente curtos — 50 anos — tem havido metamorfoses profundas na geografia política.

Kjéllen, com sua doutrina organicista, justifica o fenômeno emprestando às fronteiras o conceito de epiderme do organismo estatal, expandindo quando este cresce e refluindo quando este encolhe. Supan aceitando a doutrina de Ratzel afirma que «a fronteira atual de um Estado é sempre o resultado *de uma fase* de sua evolução».

Para Backheuser «o estabelecimento de fronteiras é um ato de vontade humana, pois decorrente de desejo de, pelo menos, um dos confrontantes, teoricamente dos dois, e muitas vezes de terceira potência poderosa, interessada no retalhamento e recomposição dos Estados menores. Em qualquer caso, *è um ato de vontade*, individual ou coletiva».

A extrema mutabilidade das fronteiras pode ser observada nos países europeus, particularmente na 1ª metade deste século. Na Europa ressurgiram antigos países (Estônia, Lituânia e Finlândia), surgiram países antes inexistentes (Checoslovaquia e Iugoslávia), retalharam-se impérios (Austro-Húngaro), ampliaram-se territórios (Polônia), e tantas outras modificações se processaram por força de guerras e tratados de pós-guerra. Mas há também o deslocamento da linha fronteira sem guerra, por efeito de pressão política. É a pressão do mais forte, cujos argumentos de direito são melhor estudados e melhor apresentados. Há a pressão sobre o país confinante, mas há também sobre outros países seus aliados ou ligados por interesses comuns.

GEOPOLÍTICA

Supan, com o seu espírito alemão, procurou dar uma expressão matemática a essa pressão, e o fez apresentando um *quociente de pressão demográfica* assim traduzido:

$$Q_p = \frac{\text{População do Estado A}}{\text{População do Estado B}}$$

Segundo Supan, obtidos os números representativos do quociente de pressão com cada Estado vizinho, pode um Estado organizar uma tabela das ameaças latentes a que estaria sujeito. O exemplo de Supan pode ser tomado apenas sob o aspecto didático, pois além de ser parcial, só considera a pressão demográfica, excluindo outras pressões válidas (militar, econômica, cultural, ideológica), ainda não leva em conta que mesmo na pressão demográfica influem outros fatores preponderantes, além do quantitativo (população numérica), quais sejam a cultura e o grau de desenvolvimento sócio-econômico dessa população.

Tendem os geopolíticos da escola alemã como Ratzel, Kjéllen, Maull, Supan, e outros, a emprestar caráter determinista às suas doutrinas. Preferimos ficar com Arnold Toynbee que aceita a geopolítica como conselheira, indicadora de soluções, mas coloca o destino dos povos nas mãos de suas elites. Para o sociólogo e historiador inglês as inferioridades geográficas, os obstáculos, são desafios que se antepõem ao processo de afirmação das nações. Ou estas superam esses desafios e se afirmam, ou não os superam, e são condenadas à estagnação ou à desagregação.

Diz o autor de «Study of History», obra em que estudou exaustivamente as causas de sucesso e de fracasso de 21 civilizações a partir do império sumérico (estabelecido cerca do ano 2143 ou 2079 antes de Cristo) :

«após um etapa de crescimento, algumas sociedades humanas entraram em colapso, pela perda do poder criador das minorias dirigentes que, à míngua de vitalidade, perderam a força mágica de influir sobre as massas não criadoras e de atraí-las».

Concluindo estas considerações sobre a *instabilidade das fronteiras*, fenômeno histórico-sociológico de fácil constatação, pensamos como Toynbee que *é a vontade do homem* que impera, superando mesmo os fatores desfavoráveis da geografia. Mas não deve o homem com responsabilidade política, não pode o estadista, ignorar a existência e a influência desses fatores geográficos.

CARLOS DE MEIRA MATOS

CONCLUSÕES

como vimos no correr desta exposição, a terra (meio físico) sempre teve uma influência muito grande no destino do homem, assim como o país no dos povos e, juridicamente falando, o território no destino dos Estados.

Essa influência se traduz através de vários fatores, entre os quais se destacam, como principais, a forma, a extensão, a posição, a altitude, o clima e a cobertura vegetal. Esses fatores geográficos «condicionam, estimulam e dinamizam a vida dos povos» (Malagrida).

No palco da eterna luta entre o homem e o meio ambiente entrechocam-se as qualidades do homem e as condicionantes da terra. O estudo do homem situa-se no campo da psicologia individual e coletiva (raças). Mas, na psicologia do homem influi também o meio físico, assunto sobejamente estudado pelos tratadistas da geografia humana, entre os quais se destacam Gobineau, Lapouge, Huntington, Buckle. Essa influência das condições geográficas sobre a «psiche» humana já ultrapassou as paragens científicas e difundiu-se em versões populares: diz-se que o homem da montanha é triste, fechado, desconfiado enquanto o homem da costa, que vive à beira do mar, é alegre, aberto e otimista; que a «psiche» do homem da planície (gaúcho) é ampla, como os espaços que domina e a do montanhês é defensiva porque tem o seu horizonte fechado pelas serras que compartimentam o seu habitat.

Os oceanos e mares desempenham também um papel importante na façanha do homem no planeta. Essa relevância das águas salgadas no contexto global não deve ser minimizada, uma vez que 70% da superfície do planeta é coberta por oceanos e apenas 30% por extensões continentais, além do fato da ciência e tecnologia, cada vez mais, nos dias de hoje, capacitarem-se para extrair recursos de toda a ordem do mar e do fundo do mar.

O tema da enorme superação das extensões marítimas sobre as continentais vem sendo cogitação de sociólogos, geógrafos e geopolíticos desde há muitos anos, gerando doutrinas de poder diversas. O norte-americano Mahan «The Influence of Sea Power upon History (1890)» pode ser considerado o precursor de uma doutrina de Poder Marítimo, ensinando aos ingleses a teoria daquilo que eles vinham fazendo há muitos anos. Mackinder, inglês, filho de uma nação marítima por excelência, foi o autor de uma das mais importantes obras sobre o Poder Continental ou Poder Terrestre, «The Heartland», o coração do mundo, localizando o centro do poder mundial numa área continental situada no centro da massa euro-asiática.

O desenvolvimento e os progressos da aeronáutica já deram nascimento a uma doutrina de Poder Aéreo cuja idéia pioneira se

GEOPOLÍTICA

encontra nos livros de Douhet, Mitchell e Seversky, e já se esboça a tentativa de abrir um novo campo na Geopolítica, — o da Aeropolítica.

Toynbee ilustrando os estudos sobre a interação entre o homem e o ambiente, conclui «que a facilidade é inimiga da civilização» e, ainda, «que o estímulo humano aumenta de força na razão direta da dificuldade». O sociólogo e historiador inglês divide os estímulos em duas classes: *estímulos do ambiente físico* e *do ambiente humano*.

Entre os estímulos do meio físico destaca:

- das regiões ásperas,
- do novo solo.

Entre os estímulos do ambiente humano realça:

- dos reveses,
- das pressões,
- das inferiorizações.

Justifica Arnold Toynbee sua teoria citando exemplos vários do comportamento de povos diante desses estímulos, desde a Antigüidade. Heródoto, por volta do ano 424 AC, já havia se expressado sobre as influências da terra sobre o ânimo das populações sentenciando: «terras férteis, homens indolentes; terras ásperas, homens duros».

O Gen. Golbery (Geopolítica do Brasil), dedica parte importante de sua obra ao estudo do fenômeno histórico da lealdade do homem às causas que o atraem e muitas vezes o apaixonam. Analisa o autor as lealdades ao burgo, ao senhor feudal, ao rei, ao líder religioso, ao seu povo, às idéias (ideologias), para terminar afirmando: «hoje subsiste a nação como polarizadora suprema dessa lealdade, sem a qual o homem nem mesmo seria homem, incapaz de transcender-se abnegadamente, nos sacrifícios mais heróicos, reduzido a um egotismo esterilizador e anti-social.

Vivemos ainda, para o bem maior ou a maldição irredimível da humanidade — em que pesem as esperanças redentoras — a era do nacionalismo, isto é, «da lealdade máxima do cidadão consagrada à nação».

Todas as teorias e doutrinas da Geopolítica — conselheira de soluções ou meta política, conforme a posição possibilista ou deter-

CARLOS DE MEIRA MATOS

minista de seus autores, — resultam, a nosso ver, numa só — *a do desafio e da resposta de Arnold Toynbee*. A geografia condiciona, dificulta, sugere, inspira, estimula, enfim *apresenta o seu desafio*. Caberá ao homem *responder a esses desafios*. Ou responde e os supera, ou não responde e é derrotado.

BIBLIOGRAFIA

1. «A Geopolítica Geral do Brasil», Everardo Backheuser, Biblioteca do Exército, 1952.
2. «Geopolítica do Brasil», General Golbery do Couto e Silva, Editora José Olímpio, 1967.
3. «Tratado Geral de Geopolítica», Vicens Vives, Universidade de Barcelona, 1950.
4. «El Factor Geográfico en la Política Sul Americana», Carlos Badia Malagrida, Madrid.
5. «The Earth and The State», Derwnte Whittlesey, Trad. Fondo de Cultura Economica, México.
6. «Geopolítica do Brasil», Brig. Lysias Rodrigues, Biblioteca Militar, 1947.
7. «Geografia Universal», Vidal de la Blache e Galois, Trad. Barcelona, 1947.
8. «Projeção Continental do Brasil», Mário Travassos, Edição Brasileira, 1938.
9. «Geografia Política», Arthur Dix, Editora Labor, Barcelona.
10. «Geopolítica», Robert Strausz — Hupé, Editorial Hermes, México.
11. «Democratic Ideals and Reality», Sir Halford J. Mackinder, NY, 1942.
12. «America's Strategy in World Politics», Nicholas Spykman, NY, 1942.
13. «The Influence of Sea Power Upon History», Mahan, Little Brow and Co. USA.
14. «Geopolítica, Generales y Geógrafos», Hans W. Weigert, The MacMillan Co.
15. «Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras», Mário Travassos, Editora José Olímpio, 1942.
16. «Projeção Mundial do Brasil», Carlos de Meira Mattos, Gráfica Leal Limitada, São Paulo, 1960.
17. «La Defensa del Occidente», Liddel Hart, Biblioteca dei Oficial, Buenos Aires.
18. «The Cold War: A Study in US Foreign Policy», Harper and Brothers, NY, 1947.
19. «Teoria Geral do Estado», Rudolph Kjellen, Universidade de Upsala, Suécia.
20. «Dér Staat ais Lebens Form», Rudolph Kjellen, Universidade de Upsala, Suécia.

GEOPOLÍTICA

21. «Geografia Politica», Friedrich Ratzel, Munich.
22. «Study of History», Arnold Toynbee, Londres.
23. «Frontiers», Charles Fawcet, Londres, 1911.
24. «Political Frontiers and Boundary Macking», Thomas H. Holdich, Londres, 1916.
25. «Frontier», Lord Curzon, Oxford, 1907.
26. «The Significance of The American Frontier in American History», Frederick Turner, USA.
27. «Geopolitik», Karl Haushofer, Munich.

Geologia de Canudos em "Os Sertões"

GLYCON DE PAIVA

De Salvador a Joazeiro do S. Francisco são 25 horas de trem, pela «E.F. Leste Brasileiro», pouco mais de 600 km. Queimadas é metade da viagem. De Queimadas a Canudos são 200 km por caminho carroçável. Igual distância, pela estrada de Uauá, metade de Joazeiro é o histórico arraial.

Da estação de Calçada (Salvador) até Serrinha, ou antes um pouco, o trem corre sobre rochas sedimentares, cretáceas, a «Série do Recôncavo», salvo curtas incursões no «gnaisse da Bahia», entre Calçada e Água Suja. A expressão fisiográfica da «Série do Recôncavo» é o «tabuleiro», no remate da topografia, ou «massapé», nas férteis baixadas, onde, há mais de três séculos, planta-se cana-de-açúcar.

De Serrinha, para NNW, até Joazeiro, apóiam-se os trilhos sobre gnaisse e granito, ou, em exíguas áreas, sobre rochas subordinadas costumeiramente complementares do complexo cristalino brasileiro. No sertão baiano é, a «caatinga», a expressão fisiográfica e florística do escudo arqueano.

Rochas da «Série do Recôncavo», no início reparadas, preenchem fossa tetônica, funda de 1.500 a 2.000 metros, larga de 50 km, estendida para Norte, onde biselam-se as formações que a empilham, e estreita-se a fossa que as contém, até extinguirem-se, no Jatobá, já em solo pernambucano. O contato geológico oriental do tabuleiro e caatinga; isto é, entre os sedimentos e o escudo arqueano, passa próximo

GLYCON DE PAIVA

a Canudos, pois perlonga o Aracati, entre o arraial do Cumbe e Cocorobó.

Foi a fração arqueada do vale do Vasa Barris, teatro da rebelião de Canudos. Em 1897, durante onze meses, defrontaram-se dez mil praças de linha e número menor, talvez, de insurretos.

A descrição do ambiente, do rebelde, e da luta, em Canudos, constituem as 600 páginas de «Os Sertões», o grande clássico da literatura brasileira.

No quadro geral da ossatura geológica do país, situando a geologia local, pinta-a Euclides, em largos traços, ao esboçar o cenário do conflito.

Pede-me o Prof. Venâncio Filho que examine o mérito do esboço quanto ao fundo, independentemente da forma impecável. Vou tentá-lo.

Porque aí reside a chave do panorama de imensos tratos do Brasil semi-árido, importa apreender o mecanismo do estouro e estono de rochas cristalinas em clima seco, para compreender a «Arabia Pétreá» que demora no arqueano de Canudos.

Em países quentes e secos, as rochas, principalmente as cristalinas, desprotegidas de vegetação ou de manto residual de decomposição, aquecem-se durante o dia até 75 ou 80 graus centígrados. Desigualmente dilatam-se, porque compostas de dois, três ou mais minerais, cada qual com seu coeficiente de dilatação específico. De outro lado, associam-se na mesma rocha minerais claros e escuros; mais se aquecem estes que aqueles, e, diferentemente, alongam-se, ou contraem-se. Ambas as causas conjugam-se para relaxamento da textura da rocha, precipuamente se eruptiva ou metamórfica. Por desintegrar em fragmentos a massa rochosa, sem alteração química, acaba o repetir freqüente e superficial de esforços internos alternados, decorrentes de aquecimento diurno e arrefecimento noturno, particularmente acusados nos climas secos. Sobre o dorso escaldante das pedras, acelera o processo o desabar de aguaceiros súbitos. Daí estouro e estono das rochas que, extensivos à generalidade dos acidentes topográficos positivos, à região emprestam inconfundível selo de paisagem esfoliada ou descarnada. Trincas pretéritas de consolidação das eruptivas, ou planos de cisalhamento, satélites de deformações principais, contemporâneos de passadas orogêneses, muitas vezes, as tensões internas reavivam, dessa maneira provocadas pela irradiação solar. Pela disjunção, a descamação é dirigida, ou pelas deformações permanentes latentes nas rochas, promovendo, com freqüência, individualização de matações com certo arranjo geométrico, de acordo com mecânica retrospectiva.

Da umidade ambiente depende a intensidade da ação descamadora e disjuntora. Mais úmido o clima, contra ela mais protegidas as rochas, porque melhor conduz o calor a água que a pedra, e maior capacidade

GEOLOGIA DE CANUDOS EM «OS SERTÕES»

de absorvê-lo ou cedê-lo dispõe, graças a mais elevado calor específico, poupanço, esse trabalho, à rocha que embebe.

A prática do processo, em clima seco, comanda a disposição das formas topográficas em região petrologicamente homogênea, em grande escala, caso do Nordeste do Brasil: — perdem altura as áreas de rochas negras ou multimineriais; permanecem elevadas ou ganham mais saliência as rochas claras ou monomineriais.

As unidades topográficas rochosas positivas assim se protegem, aos poucos, com um manto de matacões, quando o declive das escarpas não ultrapassa o ângulo natural de repouso de pedras empilhadas. Resulta, afinal, que a estrutura das saliências topográficas, no Nordeste, dispõe de ossamenta monolítica nuclear, a prova de irradiação solar, recamada, em todos os flancos, de matacões, ciclópicos. Procure-se, em Euclides, a descrição das encostas do Cambaio, pois exemplos abundam:

«patamares sucessivos lembrando desmedidas bermas de algum baluarte derruido de titans»;

«Serras de pedra naturalmente sobrepostas formando fortalezas e redutos inexpugnáveis»;

«nécropoles vastas»; «rimas de blocos em alinhamentos de penedias»;

«barbacans de velhíssimos castelos»; «silhares em desordem»;

«renques de plintos, torres e pilastras truncadas»; «montanhas em ruínas».

Se o declive não permite mútuo repouso dos matacões, rolam até o vale intermontano, e nova superfície da ossamenta monolítica apresenta-se, para sofrer a ação do processo de estouro e estono. Alteiam-se, assim, aqui e acolá, lisos como dorsos isolados, pães de açúcar sobre o mar de matacões.

Se umedecessem os ares do Nordeste, por vários séculos consecutivos, a topografia responderia à mudança, estabelecendo-se outra, formada de «meias laranjas», como acontece no planalto fluminense.

Simplesmente, tradução lapidar da continuidade e permanência de um clima, desde as últimas horas do passado geológico até o instante atual é a topografia da região cristalina do Nordeste do Brasil. Significa reação física da rocha regional à inclemência de clima peculiar.

A observação, comezinha ao profissional, certo não escapou à compreensão do estilista; não o satisfaz, porém. Para esculpir Canudos, pediu agentes menos prosaicos: chamou pelas misteriosas forças geológicas de caráter catastrófico, tão de agrado dos geólogos franceses dos meados do século XIX.

GLYCON DE PAIVA

Já as rochas sedimentares, como arenitos e folhelhos, litologicamente homogêneas, mesmo em pequena escala, se horizontalmente dispostas, ao clima não reagem como granitos e gnaisses. — De fato, porque monominerais, não propiciam nascimento a tensões internas de apreço; porque mais porosas, amplo espaço interno oferecem a ajustamentos de dilatações; porque estratificadas, dispõem de juntas de dilatação que a camada imediata poupam a transmissão do processo; porque possuidoras de muito espaço interparticular, guardam a umidade que existe, ainda que escassa, e a água restante age como volante frente ao calor, a rocha eximindo o papel.

Embora permaneça o clima, mudadas as rochas, cessa a topografia pontilhada de matacões: extensíssimos areais, mesquinhas barreiras de terra vermelha, ou raros *boulders* isolados de canga são a múltipla resposta de sedimentos horizontais ao mesmíssimo clima. Em suma: um clima, duas rochas e duas topografias antípodas.

Ora, acontece que, nos arredores de Canudos, acerca de 25 km ao oriente, passa importante contato geológico: o das rochas sedimentares da fossa baiana com os terrenos graníticos e gnáissicos do escudo de Canudos, Monte Santo e Queimadas. Dá-se, aí, brutal contraste entre «caatinga» e «tabuleiro», onde se acham Gere-moabo, Bom Conselho e Cumbe. E mais violenta não poderia ser a mudança, nem mais propícia ao efeito psicológico necessário para emprestar a Canudos o mistério de que precisava, como teatro da representação processada, **que** Euclides descreve.

Todas as expedições militares trilharam os matacões do arqueano, salvo duas: a 3ª de Moreira César, quando deixou-o no arraial do Cumbe, para palmilhar o tabuleiro da «Série do Recôncavo», e àquele regressar antes de Rosário; e a 4ª, do General Savaget, que cruzou tôda a fossa baiana para simultaneamente esbarrar, com o arqueano e o inimigo, em Cocorobó.

Tal a observação geral que um geólogo pode fazer sobre a substância da obra de Euclides quando buscou, descrevendo a geologia, fundamentar o capítulo «A Terra».

Se se pretende esmiuçar, importa dizer que causam estranheza ao geólogo profissional as seguintes expressões ou concepções de Euclides («Os Sertões», 11ª edição — 1929):

1. Pg. 4 — 8ª linha: «formações geognósticas», em lugar de «sistemas geológicos» ou «séries geológicas»;
2. Pg. 4 — 10ª linha: «estratificações discordantes», em lugar de «discordâncias»;
3. Pg. 4 — 32ª linha: «grès» em lugar de arenito (termo aliás cunhado após);

GEOLOGIA DE CANUDOS EM «OS SERTÕES»

4. Pg. 4 — 33ª linha: «emersões calcáreas», em lugar de «camadas calcáreas»;
5. Pg. 5 — 22ª linha: O apelo à força viva da corrente de um curso d'água para explicar o «canyon» do Rio Grande, na Serra da Canastra;
6. Pg. 5 — 3ª linha: «mudança estrutural», em vez de «mudança estratigráfica»;
7. Pg. 6 — 21ª linha: «horizonte geológico» em lugar de «sistema ou série geológica». A palavra «horizonte» significa limite: não tem espessura;
8. Pg. 7 — 16ª linha: «lençóes de grès», em vez de «bancos ou camadas de grès» (arenito);
9. Pg. 8 — 32ª linha: «lençóes de grés», vide observação nº 8.
10. Pg. 9 — 16ª linha: a filiação da Serra de Itiuba aos terrenos que integram a Chapada Diamantina. Esta, é constituída por séries cambrianas e silurianas, sedimentares; aquela, é massa gnáissica nucleada de granito, fácilmente visível para quem viaja do Salvador a Joazeiro. Geologicamente, Itiuba é mais antiga que a Chapada: existia antes dela, de modo que não pode ser «último rebento».
11. Pg. 11 — 25ª linha: «emersões calcáreas de Inhambupe», em lugar de «a área gnáissica de Inhambupe», porque lá, conspicuamente, não há calcáreo;
12. Pg. 15 — 4ª linha: «*dike* de quartzito» em lugar de «carnadas de quartzito»;
13. Pg. 15 — 9ª linha: erosão eolia em lugar de «erosão», porque é nula a importância do vento na escultura topográfica de Canudos e arredores;
14. Pg. 16 — 25ª linha: «dinâmica portentosa das tormentas» que não devia ser invocada para explicar o relevo da terra, por inadequada, como anteriormente explanado;
15. Pg. 19 — 8ª linha e seguinte: — Aí procura Euclides enumerar supostos característicos do fundo recém-sublevado de mar extinto, nos arredores de Geremoabo, onde jazem formações sedimentares, de água doce ou salobra, da «Série do Recôncavo»;
 - a) Estranho desnudamento da terra;
 - b) Disposição de *boulders* segundo curvas de nível;
 - c) escarpas de tabuleiros, recordando [*alaises*];
 - d) Restos de fauna *Mastodon*;

GLYCON DE PAIVA

Adiante, Euclides refere-se ao cretáceo da bacia de Jatobá (terras circunjacentes a Paulo Afonso) com fósseis idênticos, afirma o escritor, aos do Peru, México e Panamá.

De modo que, segundo o genial artista, a «presunção derivada da situação anterior» estaria agora exposta em «dados positivos» e vasto oceano cretáceo teria coberto os Estados setentrionais do Brasil e ligado Atlântico e Pacífico. Teriam permanecido, como ilhas, as altiplanuras das Guianas, o maciço de Goiás e parte de Minas e São Paulo, onde fulgurava, em atividade, o vulcão de Caldas. O cretáceo atingia Monte Santo e Itiuba. com o movimento andino, a epirogenese ter-se-ia feito sentir até a Bahia, seguida de regressão do mar cretáceo, exondação da costa e exposição do fundo marinho pela regressão. Sobre este, instalara-se uma topografia em antagonismo com a geografia, onde a escarpa remanescente nada recorda das depressões sem escoamento dos desertos clássicos.

É forçoso confessar que esta profecia retrospectiva de Euclides ressuma fragilidade insanável. — Porque, encerra anacronismos gritantes. Ao lado de freqüentes deslizes de terminologia, alguns citados, a reconstituição convence, mesmo ao mais apaixonado admirador do escritor, que sua cultura não alcançava nem o espírito, nem o método da geologia, embora não ignorasse a maneira de agir da dinâmica externa na escultura do modelado.

De fato, na página 17, ao descrever Geremoabo, atribui as formações ao siluriano; na página 19, refere vagas e correntes da idade terciária; adiante, a fauna, salteada pela transgressão marinha que imagina, é quaternária; o mar epicontinental brasileiro que idealizou é de idade cretácea; e, em uma de suas ilhas, fulgurava um vulcão cuja erupção se deu, sabe-se, no jurássico.

De outro lado, as quatro características mencionadas por Euclides não simbolizam o que supõe; ainda mais, o cretáceo de Jatobá não é marinho, nem o do Recôncavo baiano, o que totalmente invalida a reconstituição.

De modo geral, nada mais precário que profecias retrospectivas. Na maioria delas importa epigrafar, como nos filmes: «Qualquer semelhança com fatos, objetos ou processo do passado geológico terá sido mera coincidência».

A meu ver, Euclides não ganha nem perde em ser anatomicamente examinado por um profissional de geologia. Não é, nesta ciência, que reside a imortalidade de seu gênio. Muitos geólogos escreveram e escreverão páginas mais acertadas sobre a geologia da Bahia e não serão lembrados pela posteridade. Não me cabe dizer onde paira seu valor, para não incidir no engano do sapateiro de Apeles.

GEOLOGIA DE CANUDOS EM «OS SERTÕES»

Sinto, todavia, em tôda a sua obra, afirmação vertical. Tenho impressão que Euclides criou nova técnica de escrever, fazendo-o da maneira como os engenheiros representam perfis de estradas: com a escala vertical sobre-alçada. Dou exemplo para justificar a afirmativa e finalizar:

Veja-se, na página 28, a expressão: «incendeiam-se as acendalhas de silica fraturada, rebrilhantes, numa trama vibrátil de centelhas». Para mim, trata-se de maneira sobre-alçada de dizer «faíscam pedaços de cristal de rocha».

É claro que o autor procurou forma para emocionar seu leitor, buscando nove palavras, cinco que possuíssem sons sibilantes repetidos, e quatro sons molhados sucessivos. Ganhou música a frase, ao passo que a substância, para suportá-la, não passa de mero reflexo de sol em cascalho quartzífero, tão enconradiço nos caminhos do Brasil.

Se procuro, na arquitetura, símbolo plástico de sua prosa, à minha mente ocorre o perfil da ogiva.

«Os Sertões» parecem-me catedral gótica: cada detalhe, por mais insignificante, reponta em alto relevo. Todas as massas ganham tanta grandeza com o artifício que o ponto-de-vista é encurtado. . Daí, dificuldade de apreensão da perspectiva. Em «Os Sertões», a forma é substância, e o fundo mero suporte dela. — Não recomendo visita a Canudos, nem a fria análise objetiva da rebelião, porque desaponta. A pobreza do tema mal merece a grandeza do livro.

Se Canudos demorasse em Geremoabo ou Bom Conselho, sobre a chateza do tabuleiro, creio não seria possível o milagre da galvanização da rebeldia inexpressiva, fundindo-a em imortal obra-prima.

Plácido de Castro

JACK CORRÊA

O HOMEM

Já o Pai, os tios, o avô e até mesmo o bisavô de Plácido de Castro, no período que compreendia os anos de 1801 a 1870, delineavam em suas personalidades uma rígida estrutura militar que alcançaria seu apogeu de glórias na pessoa do jovem gaúcho. Como eles, Plácido de Castro iria também arrebatar-se de sacrifício pela soberania e integridade do Brasil.

A infância foi sensivelmente um marco na rigidez de sua personalidade. O árduo trabalho já aos nove anos de idade preparava-o para que, chegando aos 12 anos, tivesse condições de arcar com o sustento de toda a família por motivo da morte do pai.

Se o destino tão diferentemente traçara a infância daquele jovem, sabia por que fazê-lo. Onde não há compensação não haverá equilíbrio. E assim o foi. Plácido arrancara da puberdade toda a experiência, a frieza e a firmeza peculiares a um grande homem e, mais ainda, a um grande militar.

As constantes mudanças em busca de melhores condições de vida davam-lhe o tato com os homens, suas manhas e suas fraquezas. Todas as situações difíceis e melindrosas que pudessem lhe afrontar, certamente, já lhe eram conhecidas.

Abrem-se-lhe, então, as portas do Exército. É aí que surgirá toda a compensação da vida até então sofrida. Dos inúmeros atos de

JACK CORRÊA

bravura ao ato de rebeldia em favor da sua posição eminentemente apolítica, seu caráter retumbará e chegará até o Acre onde um dia será o preservador-mor da Unidade e Integridade de sua Pátria.

Major aos 21 anos, e com uma carga de 40 ações de combate na Revolução de 1893 no Rio Grande do Sul. Plácido se desliga do Exército e vai tentar a vida civil.

Em que pese uma certa instabilidade nos empregos que se seguiram pela possível não acomodação imediata à vida civil, Plácido deixava patente a sua adaptabilidade a qualquer tipo de tarefa. Foi assim que no ano de 1899 chega ao Acre na qualidade de «agrimensor», com o que consegue reunir dados extraordinários sobre aquele território ainda não muito bem delimitado.

Seu espírito militar não trairia o Acre numa questão com um país estrangeiro. Após se convencer da legalidade da causa acreana, toma a frente de um grupo de revoltosos e, com um furor incessante, luta e vence a causa que o glorificou.

Talvez tenha sido João Craveiro Costa quem melhor conseguiu sintetizar sua personalidade:

«em sua pessoa, fisicamente frágil, reuniam-se as mais raras qualidades de chefe-energia sem explosões que provocassem surdas hostilidades: prudência nos atos e nas palavras — uma serena resignação se as conseqüências eram más e um suave e nobre desprendimento se desses atos surtia triunfo: tino raríssimo de mando e organização, império sobre si mesmo, capaz dos mais difíceis empreendimentos e das maiores abnegações: destituição completa de vaidade pessoal mesmo quando o Brasil inteiro o aclamava auxiliar máximo de Rio Branco e privava da confiança do grande chanceler. Emoldurava tão preciosas qualidades um sentido perfeito de dignidade pessoal e dever cívico».

Plácido era, pois, o homem predestinado a comandar a Questão do Acre. Chefe sereno, prevenido e de fabulosa estratégia. Insuflou aos acreanos o que lhes faltava: a perfeita tática militar e levou-os à vitória traçando planos, estabelecendo QGs, organizando os homens e disciplinando a luta.

Cuidoso de sua responsabilidade, da importância do conflito e da ignorância militar dos seus soldados. Plácido a tudo assistia e a todos comandava. Imperdoável seria não ressaltar aqui a sua força de vontade e bravura: eis que acometido de impaludismo seguiu todos os movimentos fisicamente debilitado, chegando até mesmo a ser transportado em rede durante as ações de combate e deslocamentos.

PLÁCIDO DE CASTRO

Foi soldado, engenheiro, até mesmo legislador no Estado independente do Acre.

Vitorioso, seu feito engrandeceria também a glória diplomática de Rio Branco. Orgulhoso, refutou o convite desprestigiado ao cargo de Coronel da Guarda Nacional, justificando que: «Fizemos a revolução por conta própria, não temos direito a recompensas».

como grande homem de visão que foi, Plácido de Castro sentiu logo após o conflito a necessidade do trabalho na região. Trocou as armas pelos instrumentos agrícolas e se dedicou a uma nova conquista: a conquista da terra, onde se escondiam os mananciais, os filões do outro líquido, a borracha.

Jovem gaúcho, líder militar nato e combatente sem tréguas, impelido caprichosamente ao Acre para se tornar expoente de nossa História, foi, por seu grande feito, uma das maiores figuras ligadas à defesa e preservação da Integração e Soberania Territorial do Brasil.

ACRE — A CANAAN NORDESTINA

Só o perfeito conhecimento da ocupação do território do Acre elucidará satisfatoriamente o conflito conhecido por «Questão do Acre» e os efeitos da ação de Plácido de Castro no mesmo.

A ocupação do Acre se deve ao povo nordestino, ao cearense sobretudo, e a complexidade do seu destino permite-nos mesmo afirmar que foi um processo de implicações sociais, religiosas e ecológicas «Sul generis».

O Acre apresentava uma floresta rica, bem regada e virgem. Intacta à espera de um povo que a explorasse. Não havia variedade de matéria passível de exploração. Porém, a abundância da única matéria — a seringueira, existente, bastou para que o povo nordestino aceitasse o seu convite e, imbuído de aventura, esperança e cobiça, para lá se deslocasse.

Encontrava-se o nordestino cada dia mais inconformado com a sua vida. As calamidades que assolavam o sertão, a aridez da terra, e a falta de esperança faziam dele um homem ríspido, explosivo e fanático, elevando-lhe aos extremos as superstições e transformando-lhe a crença em motivo de luta.

uma nova cortina se abria ao nordestino no teatro da vida e o cenário que se lhe apresentava era o Acre — uma paisagem nova, a riqueza promissora.

Ao povo, que no dizer de João Craveiro Costa, «sobrevivia como um fenômeno humano», cruzaram-se os caminhos do Acre. Contudo,

JACK CORRÊA

a terra promissora devia ser conquistada. Os aventureiros sertanistcs estreitavam-se em solidariedade na nova e difícil tarefa de, como os bandeirantes coloniais embrenharem-se no território desconhecido daqueles desertos inviolados.

Enfrentavam a terra virgem, navegavam os rios desconhecidos viviam entre os selvagens e as feras, numa perseverança imbatível sem vacilações ou arrependimentos. Naquelas paragens longínquas não se tinha uma tenda para repousar nem mesmo um casebre para dormir. Dormiam sob as sombras das árvores. O corpo desprotegido de camisa como os pés de sapatos, iam os aventureiros aumentando, sem saber, a extensão territorial de sua pátria. Foi nesse ponto que os analisou Ester Leão da Cunha Melo em 1942:

«Heróis anônimos, continuavam a rota dantesca... Nas plagas distantes fincavam o marco de brasilidade. Sabendo impossível o retorno ao lar amigo, procuravam amoldar-se aos alcantilados remotos».

Ou, ainda, o sintetismo de Craveiro Costa:

«Só o nordestino podia resistir no Acre porque só o nordestino trazia tempera de cactus».

Um complexo de mudanças religiosas e morais teria lugar com a troca da terra. Religiosamente monoteista, com tendências para as aberrações místicas bem como para o fanatismo e o fetichismo, o nordestino era facilmente atraído para as superstições e credices. No que tange à moral, apresentava-se sem amor próprio, agressivo, valente, praticamente canibal. Assim, saídos desta estrutura, é que os nordestinos entram num sistema de economia florestal, no mais íntimo contato com o índio e com o seu meio ambiente. Há o impacto iminente. A nova ambiência social transmuda-os. Não eram hóspedes, mas desbravadores, donde guerreiros e não cangaceiros. Pode-se dizer que o nordestino não levou ao Acre a moral sertaneja e que, se o fez, esta foi abatida pelo impacto com a terra, com o trabalho, com a riqueza natural.

A terra à qual os bolivianos chamavam «terras não descobertas» tomava aspecto de acampamentos.

Pela cabeça daquela gente não passava jamais a preocupação de estarem criando qualquer tipo de conflito internacional, Não se davam conta da propriedade estrangeira daquele território que, às duras penas, vinham desbravando.

O alastramento de novos territórios e a constante produção de borracha — seringais — é a mola mestra das intenções dos colonos

PLÁCIDO DE CASTRO

da nova terra. É bom que se ressalve a particularidade da iniciativa daquela exploração que não contou com nenhum apoio do governo federal.

Manaus e Belém haviam se tornado as duas principais praças de comércio e o território do Acre se desenvolvia a franco vapor.

Todavia, a tributação, as armas e as ameaças bolivianas que daí surgiram, tocaram profundamente os brios daquele povo colonizador.

Há de se compreender e acatar por qualquer julgador de sensibilidade normal a reação do povo acreano. O espírito nacionalista que ali se desenvolveu, decorrente dos duros sacrifícios dos desbravadores, não poderia jamais ser ultrajado por aquela invasão estrangeira que buscava sua legalidade numa atitude tão entreguista do governo pátrio que pouco valorizava sua luta.

Não importava, àquela altura, a nacionalidade daquele povo. Fossem de que raça fossem, tratava-se de uma questão de direito. O sertanejo que já amainava seu instinto violento e rebelde que a própria terra do sertão lhe fundira na alma como qualidade nata, retomou-se de furor íntimo não aceitando o esquecimento do governo brasileiro e foi às armas. Defendiam não somente seus interesses mas também seu lar que se tornara a redução da Pátria.

Não quis ser sem pátria aquela população de ádvenas. Doentes, abandonados e rotos, os acreanos se rebelaram. Pudemos, assim, **ver** a força do amor a uma terra, a um trabalho. Forasteiros antes da decisão, acreanos na hora da revolta.

É Genesco de Castro, irmão de Plácido, quem também gritou em defesa dos nordestinos:

«Não aceitamos o título de propriedade com que se apresenta a Bolívia sobre o Acre pelo mesmo motivo por que recusaríamos reconhecer a propriedade de qualquer país sobre um pedaço da lua: porque aquele país só veio a saber da existência do Acre depois que os nordestinos começaram a exportar borracha das terras que «descobriram» e «povoaram» sem auxílio de governos e à custa de sacrifícios que país algum seria capaz de fazer sem certeza de lucro imediato».

Logo, podemos dizer, em defesa do nordestino que o espetáculo do Acre foi a ocupação de uma terra virgem e exuberante, conquistada galhardamente, por gente psicologicamente falida e abastada pela miséria.

JACK CORRÊA

AYACUCHO: UM ADEUS AO ACRE

Solenizou o Tratado de Ayacucho a posse do Acre pela Bolívia! Embora o passivo aceite de chancelaria brasileira, a opinião nacional tornou-se adepta ao incentivo da ambigüidade explícita constante do artigo 2º do mesmo tratado: Ou adotar-se-ia a limitação da fronteira por uma linha oblíqua que daria, então, a posse total do território acreano à Bolívia, num total de 442.000 km², ou tornar-se-ia como base o paralelo 10º20' pelo qual parte do território seria brasileiro.

A fronteira do Acre era totalmente desprovida de demarcação. A fronteira pelo lado da Bolívia era praticamente morta enquanto que a exploração da chamada «árvore da fortuna» impregnava o lado brasileiro de dinamismo. Daí, a expansão invasora brasileira como povoamento espontâneo.

O boliviano tomava a região do Acre como um deserto. Chamava-a em seus mapas, de «terras não descobertas». Supunha que fosse uma zona dominada por índios, bichos e poucos mas perigosos aventureiros. Completamente enganado, o boliviano não conhecia dos dois impressionantes vales e do triângulo florestal de 152 km² de que se compunha a região. Diferentemente do calor de um deserto, havia ali um perfeito processo de irrigação que, de leste a oeste levava a vida em forma de humus e clorofila à floresta.

A verdade é que a Bolívia não tinha condições de administrar normalmente a região do Acre a qual já tinha dado o nome de Território de Colonias. Teria, então, de fatalmente, lançar mão de recursos incômodos para o Brasil com o fim de suprir as condições essenciais de domínio que lhe faltavam.

Os primeiros sinais de desprezo do Brasil ao trabalho que se erigia no Acre surgiram com o acordo de 12-11-1898 entre o Ministro Paravicini e o Chanceler Dionisio Cerqueira, no intuito de se estabelecer no Acre uma alfândega brasileira. O representante declarou, inclusive, na ocasião, tratar-se o território do Acre de território «incontestavelmente boliviano».

Já a primeira manifestação boliviana demonstrava que por se omitir a administrar aquele território — sem relevância das causas — já notava o movimento econômico cada vez maior que tinha lugar nos seus «territórios de colonias».

Não seria possível mais a cegueira por parte da Bolívia ao que ali se desenrolava: 60% da borracha amazônica fluía do Acre. Produzia-se ali 12.000 toneladas por ano, trabalho que exigia, no mínimo, 12.000 homens para consumá-lo, e isto, sem se contar os agricultores, pecuaristas e os povoados que aos poucos se formavam.

PLÁCIDO DE CASTRO

O fenómeno acreano foi exaltado até mesmo na obra de Euclides da Cunha (Peru x Bolívia):

«Em menos de 30 anos, o Estado que era urna vaga expansão geográfica, um deserto empantanado a se estirar, sem limites, pelo sudoeste, define-se, de chofre, avantajando-se aos primeiros pontos de nosso desenvolvimento econômico».

O descuido para com aquela região por parte do Governo era total, nao se tendo notícia de nem uma medida oficial que visasse incorporar ou fixar à terra, aquela população. Abandonava aquele considerável desenvolvimento econômico, entregando-o, passivamente, sem examinar a situação de «fato» que se criara à Bolívia, bem como, pelo lado social deixava 70.000 brasileiros desamparados de apoio além de ceder à Bolívia o fruto valiosíssimo de um trabalho que não semeara. Aquela população taxativamente brasileira é que afirmava:

«Se o Brasil não quer o Acre,
os acreanos não desejam ser bolivianos».

Carlos Carvalho, Dionisio de Cerqueira e Olinto Magalhães foram três ministros das Relações Exteriores que se colocaram à margem do problema criado no Acre. O governo brasileiro, por protocolo firmado a 23-08-1898, afirmava a incontestabilidade do território acreano como de propriedade boliviana além de fornecer as infelizes condições de instalação de uma alfândega, de uma delegacia de terras e até mesmo uma imprensa que só fazia criticar os brasileiros.

Diante do firme propósito da Chancelaria brasileira de respeitar, a qualquer preço, o tratado de Ayacucho outra solução não se apresentou àquele povo senão o recurso das armas.

Consolidando a vitória dos acreanos, tão magnificamente dirigidos por Plácido de Castro, Rio Branco, novo dirigente da diplomacia brasileira, simpatiza-se com a causa acreana e numa nova política dinâmica e mais nacionalista solidifica definitivamente a propriedade do Acre pelo Brasil.

À expansão territorial brasileira aos territórios do Acre contra-pôs-se uma compensação tanto moral quanto material que se configurou num magnifico documento diplomático — o Tratado de Petrópolis.

BOLIVIAN SYNDICATE OU CAVALO DE TRÓIA AO BRASIL

Após passarem pelas armas, brasileiros e bolivianos já haviam, inclusive acertado um acordo de convivência fraterna entre ambos

JACK CORRÊA

quando, a 11-06-1901, solenizou-se o arrendamento do território do Acre pela Bolívia ao que se chamou «Bolivian Syndicate» — uma amálgama de empresas alemãs, inglesas e americanas, principalmente, a U.S. Rubber Company.

Não havia muito, a África e Ásia haviam sido exemplos dessa mesma espécie de transação comercial. O saldo das negociações foi a colonização e posterior domínio de importantes áreas de vários países.

Era indiscutível a periclitacão da Soberania Nacional. Por aquele arrendamento, pela maneira por que o fizera a Bolívia, teria o Syndicate, segundo o texto contratual, não só a faculdade de administrar comercialmente a região mas também fiscal e policialmente, podendo explorar territórios e armas e manter ali exército e esquadra:

«... para a defesa dos rios ou a conservação da ordem interna ou «outros objetivos», em adição à força de polícia».

Era realmente um plano de conquista mal disfarçado em empresa comercial.

Assim, arrendando um território que incluía área reconhecidamente brasileira, segundo afirmou o próprio Plácido de Castro, a Bolívia introduziria no Acre um verdadeiro «Cavalo de Tróia» de poderosos capitais internacionais sob o apoio officioso dos Estados Unidos.

como se ressaltar a soberania do Brasil para que o Bolivian Syndicate não fosse uma cópia do que se dera na África e Ásia? É justamente nesta questão que se encontra a essência da ação do grande homem que foi Plácido de Castro. Salvaguardando a soberania estava ele fazendo um inestimável trabalho de integração, ao mesmo tempo que não abandonando à própria morte milhares de brasileiros acreanos, desbravadores e povoadores da região desde quase meio século. Reconhecendo ainda, que no Acre encontravam-se sepultados milhares de nordestinos imolados na luta para dominar aquela região selvagem e remota.

É de Plácido de Castro a idéia que se segue acerca do Bolivian Syndicate, condensada do livro de João Craveiro Costa, «A Conquista do Deserto Ocidental»:

«Veio-me à mente a idéia de que a pátria brasileira se ia desmembrar, pois, a meu ver, aquilo não era mais do que um caminho que os Estados Unidos abriam para futuros planos, forçando, desde então a lhes franquear a navegação nos nossos rios, inclusive o Acre. Qualquer resistência por parte do Brasil ensejaria aos poderosos Estados Unidos o emprego da força e a nossa desgraça, em breve, estaria

PLÁCIDO DE CASTRO

consumada. Guardei apressadamente a bússola de Cósela, de que me estava servindo, abandonei as balisas e demais utensílios e saí no mesmo dia (23-06-1902) para a margem do Acre».

Por suas idéias e experiências anteriores, o próprio Plácido de Castro se viu na contingência de não somente participar do movimento para impedir que se consumasse o arrendamento como também, se possível, chefiá-lo.

Daí, foi elemento catalisador, organizador e pregador da Revolução. Libertando a região daquela séria ameaça potencial de grupos estrangeiros defendeu e manteve a integração, soberania e unidade do Brasil.

Em que pese o cancelamento do contrato de arrendamento se dever oficialmente a um acordo pelo qual o Brasil indenizava a companhia estrangeira em 10.000 libras esterlinas, os louros da vitória assentam-se sobre José Plácido de Castro que já antecipadamente cancelara o referido contrato, nem que para isso tivesse que dispor de força e das armas ou mesmo da própria vida.

O GRANDE CAUDILHO

Em 1899, os bolivianos acomodavam-se no Acre. com eles uma série de impostos e taxas abomináveis também chegavam para esbulhar o pequeno lucro existente.

Foi assim que a 1-5-1899 se deu o primeiro ato de rebeldia acreana contra os bolivianos: José de Carvalho expulsa a expedição boliviana que chefia o Acre. Era o início da revolução Acreana, na qual os acreanos se indispunham contra a Bolívia e contra o Itamarati ao mesmo tempo.

Armas, vontade e fibra, possuíam-nas os sertanejos que desenvolviam o movimento. Porém, um chefe ciente de táticas e estratégias, capaz de imprimir disciplina militar em prol de um combate organizado lhes carecia. Luiz Galvez, aventureiro que, aproveitando-se da boa intenção dos acreanos e da ajuda do governo do Amazonas, proclamou a República do Acre, foi deposto por uma esquadra do governo brasileiro.

Rodrigo de Carvalho, intelectual bem intencionado, levou a cabo uma outra tentativa libertadora: a «Expedição dos Poetas» que, pela falta de organização militar foi fragorosamente derrotada.

Orlando Lopes e Gentil Norberto foram os amigos de Plácido de Castro que o convidaram para se transferir para a Amazônia. Cientes de toda a vida militar exuberante do amigo, dela se encarregaram de noticiar aos seringalistas e chefes revolucionários acreanos.

JACK CORRÊA

Dessa maneira chegou a notícia a Rodrigo de Carvalho em Manaus que, prontamente, apresentou o convite a Plácido de Castro, que após algum tempo responde afirmativamente mediante três exigências:

- A não aceitação da participação de Silvério Neri, governador do Amazonas e pessoa de sua não afeição, no movimento.
- Criação da Junta Militar, formadora e organizadora do exército, que se auto-extermiaria no início das operações, passando a ele, Plácido, a chefia geral do movimento.
- Tudo o que fosse previamente estabelecido não poderia deixar de ser cumprido, estando aquele que violasse qualquer ordem automaticamente condenado ao fuzilamento.

Já a 6-08-1902 declara o Estado Independente do Acre e a 2-10-1902 é aclamado general e comandante do seu Exército. Eram 850 homens divididos em 4 batalhões: Novo Destino, Pelotas, Acreano e Xapuri.

Foram 171 dias para se consolidar o Estado Independente do Acre de 6-08-1902. A campanha foi árdua. Plácido de Castro adaptou à realidade amazônica, diametralmente oposta à do Rio Grande do Sul, critérios, táticas e estratégias de Arte e Ciência Militar que aprendera na Escola do Rio Pardo.

Várias vitórias seguiram-se como também a desastrosa emboscada de «Volta da Empresa» em que se perdeu grande número de homens e armas. Nada batia o vigoroso Plácido que reorganizando-se venceu a batalha de Nova Empresa ao sitiá-la a forte tropa boliviana, impedindo-a de obter água, no que economizava tanto munição quanto vidas humanas.

Fisicamente abatido uma vez que havia sido acometido de impudismo, muitas vezes comandava seu exército carregado numa rede, deslocando-se daqui para ali, até que a 24-01-1903 consagrou sua vitória final em Puerto Alonso com a rendição do coronel Rojas. Aqui, a exuberância do grande chefe militar desceu ao mais fino trato às tropas vencidas.

São célebres suas palavras ao recusar receber a espada do chefe boliviano:

«Sr. Coronel, não fazemos a guerra senão para conquistar o que é nosso; aos vencidos, abrimos o braço de amigo. Não infligiremos uma humilhação aos adversários depois de derrotados. Não receberemos de suas mãos as armas com que, bravamente, nos hostilizavam e arrancavam a vida a tantos companheiros, cuja perda hoje choramos. Guardai a vossa espada e fazei depositar o armamento nas arrecadações.»

PLÁCIDO DE CASTRO

E a posterior confirmação de sua afirmação foi patente em palavras de um capitão boliviano prisioneiro:

«La frecuencia dei trato y la gentileza de su comportamiento engendro el cariño. Nuestros soldados se poniam todos de pié para salutarlo, y nos acostumbramos a ver en el um digno adversário de la víspera y un excelente amigo de la hora presente». «Y asi se explicaba como este joven riograndense, todavia en la manna de sua vida, ha podido a su paso levantar un ejercito y convertir en soldados a los tímidos seringueros».

O trabalho militar de Plácido se encerrou a 17-11-1903 com a assinatura do Tratado de Petrópolis e definitiva anexação do Acre ao Brasil.

A PRINCIPAL MEDIDA INTEGRACIONISTA

Plácido de Castro não havia estudado a situação do Acre somente no que diz respeito às contingências militares. Explorando aquela região anteriormente como agrimensor, ficou conhecendo a terra e todas as suas possibilidades.

A análise pura da situação nos apresentava o seringueiro investido eterna e solitariamente no íntimo da floresta ao que se denominava «centro». Os «patrões» — poderosos proprietários residentes às margens dos rios — se restringiam ao recolhimento da matéria-prima e sua posterior venda. Pouco se davam conta de que o seringueiro já não se acomodava mais com a falta do que lhe era caro: a casa, a mulher, os filhos e a igreja. O imenso porte das negociações (50% da borracha amazonense provinha do Acre onde 40.000 homens viviam no intenso labutar) não atentava para a situação social do servidor florestal até que, como remédio divino, as pretensões bolivianas sobre o território deram causa à revolução. O êxodo dos seringais foi iminente.

Ao lado do gênio militar de Plácido de Castro surge, então, sua nova versão de um homem de plenitude de visão incontestável. Diante do problema, teve Plácido uma decisão inefável, de cujos efeitos só hoje se consegue medir a extensão: utilizando as atribuições plenas de chefe da revolta, proclamou a «isenção do serviço militar a todos que quisessem se dedicar à lavoura».

Corolário do sistema econômico de plantação é o fato da fixação do homem à terra. Se o homem resolve plantar é porque resolveu

JACK CORRÊA

permanecer. Foi o que decorreu da medida de Plácido de Castro, que assim a justificava:

«Temia que com a continuação da guerra nossas forças tivessem de se medir com um segundo inimigo: a fome».

É João Craveiro Costa quem analisa, em maior âmbito, a medida tomada por Plácido de Castro:

«Se, para Plácido de Castro, a agricultura do milho e do feijão era uma forma de guerra contra a fome, para os seringueiros isto era uma forma de guerra contra o regime florestal».

Os efeitos maiores do ato de Plácido de Castro foram visíveis após a revolta. Continuou firme e progressiva a ligação homem-plantio. As causas eram simples: diferentemente do início, quando a extração da borracha tinha o monopólio das atividades, o cultivo da terra deu ao homem novas condições de vida como é decorrência lógica de toda mudança de ciclo econômico. A lavoura prostrou-o à margem dos rios num ritmo de atividade alternado: nos períodos de intervalo da safra da borracha raro era o seringueiro que não plantava o seu «roçado». Além disso, propiciou-lhe o retorno ao lar e à família. Equilibra-se agora o martírio das florestas com a cultura ribeirinha. Mais tarde, em 1907, Plácido de Castro justifica em relatório ao ministro da Justiça, Augusto Tavares de Lima, sua preocupação com a lavoura:

«Amanhã, quando o problema da borracha estiver resolvido no laboratório e se esgotarem os nossos ricos mananciais, será ela (a agricultura) a mão protetora que nos há de salvar de uma miséria fatal.»

Ainda Craveiro Costa é que, analisando o problema confirmou as previsões de Plácido:

«Não voltaria mais para o Nordeste, porque encontrava novas condições para sobreviver. E foi este o fator que impediu, mais tarde, com a decorrência da queda total da produção de borracha, o êxodo total das populações adventícias. A parte já radicada com a lavoura permaneceu e salvou-se no ciclo da castanha.»

Não fosse a astutíssima ação de Plácido de Castro, como homem de visão que era, e os fatos não percorreriam o caminho que percorreram.

Talvez, devidamente pesadas e medidas, atitudes de reflexos econômicos e sociais como as de Plácido se equiparem ou mesmo tenham

PLÁCIDO DE CASTRO

maior relevância do que todo um procedimento bélico no que diz respeito aos efeitos futuros.

Militar, social ou economicamente, Plácido de Castro dirigiu a revolta no Acre, integrando-o ao Brasil.

PLACIDO: O FENÔMENO DA INTEGRAÇÃO

Vários e interessantes são os aspectos da participação de Plácido de Castro na região do Acre.

A primeira intenção que lhe veio à mente com relação à sua ida para a Amazonia foi a de satisfação material, a ambição da riqueza. Na verdade, chegou a ser um grande seringalista, tendo às mãos considerável fortuna. Porém, nada lhe foi mais caro do que a oportunidade que lhe deu o destino de glorificar o nome militarmente, como representante de um povo que só desejava continuar sob a tutela das leis brasileiras.

Interessantíssimo o fato de sendo filho do Sul, Plácido de Castro ir ao Norte reunir e dirigir sentimentos brasileiros:

«São os extremos da alma nacional que se vivificam pela unidade de cultura, porque, apesar das diversidades regionais, encontramos boas condições de confraternização e de mobilidade social.»

Plácido foi assim um sinônimo de integração da época.

Um segundo fenômeno de integração no Acre se constata na situação social da região na época; encontrava-se o Acre a uma distância enorme do sul do Brasil, centro cultural e social da época. Faltava-lhe o telégrafo e a navegação dos vapores só se fazia durante seis meses do ano. Além disso a influência francesa no norte era flagrante àquela época, haja vista os exemplos de europeização de Manaus e Belém. Não se contando também estar o Acre vizinho ao Peru e à Bolívia. Não obstante, todas as populações que para ali se dirigiram em um só minuto abandonaram a sua brasilidade contrariando assim, as preocupações de Euclides da Cunha de se criar em tão longínquas paragens uma nova civilização. Eram, ao contrário, de nacionalismo ferrenho os acreanos e até mesmo na moda nada deviam ao Rio de Janeiro.

De toda essa gente, de todo esse nacionalismo. Plácido de Castro foi incentivador, organizador e representante. A multiplicidade de aspectos de responsabilidade que teve nos ombros a muito sobrepujou o preço pago à Bolívia pelo Brasil para propriedade do Acre: porções

de terra, estrada de ferro Madeira-Mamoré e 2.000.000 de libras esterlinas.

O trabalho de integração não se restringiu à campanha. Em 1907 saía da tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues & Cia. a primeira edição de «A Navegação do Rio Acre» assinada por Plácido de Castro. Trabalho de engenheiro, deixava Plácido no papel o conhecimento que os anos de vida no Acre lhe proporcionaram. uma série de mapas por ele elaborada descreve minuciosamente o leito do rio Acre, em excelente documento geográfico cujo valor para a integração do território na época dispensa palavras. E, como acentua no prólogo, é de pura utilidade pública sua intenção com a obra sobre aquela terra que não sendo sua já lhe tomara o coração.

Trata -se pois de documento histórico, pouco conhecido, mas que mostra não ter sido o trabalho de integração feito por Plácido somente de caráter bélico e até mesmo topográfico como a «navegação do Rio Acre».

* * *

A pessoa de Plácido de Castro é injustiçada na História desde o real valor atribuído ao seu papel na questão do Acre até mesmo à sua clamorosa morte em uma emboscada de causas políticas.

Plácido assistiu à integração do Acre ao Brasil não coroado das glórias que merecidamente lhe cabiam pela longa luta contra o inimigo boliviano e o inimigo natural — a terra.

Muitos estudaram as causas do esquecimento de nossa História ao relevo que merece a figura de Castro sendo Cláudio de Araújo Lima quem talvez melhor e sinceramente o explique:

«A glória de Plácido de Castro permanece ignorada no Brasil por força de múltiplos e diversíssimos interesses pessoais e de facções. O silêncio que abafa o vulto do libertador do Acre reflete, primeiro, e na sua maior parte, o propósito de um reduzido grupo de militares exageradamente suscetíveis, que, por ocasião da ocupação da região litigiosa pelo governo federal, entrou em choque com a autoridade do chefe da revolução cuja grandeza do destino, aliás, já fora consagrada justamente pela unanimidade das classes armadas do Brasil as quais viram nele acima de um pueril motivo de ressentimentos de castas, a personificação do mais sadio patriotismo. Talvez, a causa das causas, o esquecimento de Plácido de Castro trai o interesse daqueles que, um dia, depois da vitória, houveram por bem premiar-lhe o feito com um assassinio de emboscada que ficou para sempre na sombra

PLÁCIDO DE CASTRO

a despeito de estarem gravados aos pés de seu túmulo de mártir os nomes dos carrascos que o trucidaram.»

Araújo Lima afirma ainda que foram os bolivianos, exclusivamente aqueles que souberam enaltecer em seus livros os traços fundamentais da personalidade do grande militar. Na verdade os livros históricos brasileiros que são especializados no tema não provam o contrário.

Todavia, é o atual, melhor do que nenhum outro, o momento propício para se reabilitar a memória ultrajada da figura que anexou o Acre ao Brasil com a bravura em punho e o nacionalismo no coração.

Sua vida e obra devem ser hoje exemplo de inspiração a todos quantos, solidariamente, se dedicam à defesa e preservação da soberania e integridade brasileiras na Amazônia. A todos aqueles que nela construindo, nela habitando, desbravam-na e desenvolvem-na, participando assim da grande cruzada patriótica.

A figura de Plácido de Castro que sempre se tornou atuante nos momentos em que interesses de forças externas se voltavam para a grande riqueza da região amazônica, porque não haveria de ser cantada e decantada agora que uma nova revolução — a desenvolvimentista — abrange aquela região, que o domínio brasileiro é absolutamente seguro dentro de uma fronteira perfeitamente demarcada e que se sente na carne os sacrifícios que, embora com técnicas super desenvolvidas, são necessários a qualquer processo de integração? Cantemos e decan-temos, pois, Plácido de Castro, combatente sem tréguas ao qual devemos a incorporação do território acreano ao patrimônio nacional e o exemplo secular de patriotismo e trabalho.

* * *

CRONOLOGIA DE JOSÉ PLÁCIDO DE CASTRO

- 09.12.1873 — Nasce na cidade de São Gabriel no Rio Grande do Sul, filho do Capitão Prudente da Fonseca Pinto e de D. Zeferina de Oliveira Castro. Recebe o mesmo nome do avô.
- 1881 — Aprende as primeiras letras numa pequena escola de São Gabriel.
- 06.10.1886 — Cai-lhe sobre os ombros a carga da manutenção da grande família Castro com a morte do pai. Vivia, então, os seus 12 anos.
- 1888 — Emprega-se na cidade de São Francisco de Assis no Cartório do Tabelião João Evangelista de Castro, seu irmão por parte de pai.
- 1889 — Transfere-se para a cidade de Bagé onde labuta como relojoeiro e comerciante.
- 27.12.1889 — Seguindo a tradição militar da família e concretizando, ao mesmo tempo, um seu antigo sonho, ingressa no 1º Regimento de Artilharia de Campanha.

JACK CORREA

- 27.09.1890 — Assenta praça no 1º Regimento de Artilharia de Campanha de onde sairá, poucos meses depois, para a Escola Tática do Rio Pardo onde faz um excelente curso de estratégias militares, galgando as divisas de 2" Sargento.
- 1893 — É aluno da Escola Militar de Porto Alegre ao tempo da Revolução do Rio Grande do Sul.
- 03.10.1894 — Fechada a Escola Militar de Porto Alegre. Recusa apoio ao comando militar da Região e é preso, na categoria de «SUSPEITO», sendo mandado ao 13º Batalhão de Infantaria e, daí para o corpo de Transporte de Bagé. Foge e vai lutar ao lado do inimigo. Os inúmeros atos de bravura em Rio Negro, Cavará e Vacai deram-lhe o posto de major no Batalhão de Antônio Vargas.
- 21.02.18% — Dá baixa como militar.
- 11.09.1897 — Ocupa o cargo de inspetor dos alunos do Colégio Militar.
- 3.1898 — Transfere-se para a cidade de Santos onde trabalha como funcionário nas «docas», procurando reunir algum dinheiro para se transferir para a Amazônia, aceitando assim, o convite que lhe fora feito pelos seus amigos Orlando Lopes e Gentil Norberto, bem como a tentação da riqueza no novo «Eldorado» amazônico.
- 1899 — Chega ao Acre na qualidade de «AGRIMENSOR» embrenhando-se nos seringais. É acometido de doenças e acidentes.
- 06.08.1902 — Comanda, em Xapui, a batalha vitoriosa de uma série que libertaria o Acre da Bolívia.
- 02.10.1902 — General e Comandante do Exército do Estado Independente do Acre.
- 24.01.1903 — Vitória final em Puerto Alonso.
- 17.11.1903 — Assinatura do Tratado de Petrópolis solidificando sua vitória.
- 01.04.1904 — Volta ao Rio de Janeiro. Ê saudado pelo gaúcho Pedro Moacir. Vai ao Rio Grande do Sul e revê D. Zeferina, o que pensava não mais acontecer. De volta ao Rio de Janeiro, é convidado pelo Presidente da República a ocupar o posto de Coronel da Guarda Nacional ao que recusou.
- 24.06.1906 — Prefeito do Alto Acre.
- 08.1907 — Relatório ao Ministro Augusto Tavares de Lima sobre a situação do Acre. Sua dureza e sinceridade no relatar os fatos foram causas de sua morte.
- 11.08.1908 — 16 horas, 35 anos incompletos, morre no Acre, vítima de uma emboscada de natureza política.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS

- CLÁUDIO DE ARAÚJO LIMA — Um caudilho contra o imperialismo — segunda edição Cia. Editora Nacional — SP — 1952.

PLÁCIDO DE CASTRO

GENESCO DE CASTRO — José Plácido de Castro e o Estado Independente do Acre — Excertos Históricos — RJ — 1930.

HÉLIO VIANA — *História do Brasil* — Volume 2^o — 8^a edição — pagina 243
Editora Melhoramentos.

LEANDRO TOCANTINS — Formação Histórica do Acre.

JOÃO CRAVEIRO COSTA — A Conquista do Deserto Ocidental — 2^a edição — SP — 1952.

Múcio LEÃO — Autores e Livros — Ano II — Vol. III — 1942.

CLÁUDIO ARAÚJO LIMA — Amazonia — A Terra e o Homem — 2^a edição — 1937.

Rui BARBOSA — A Transação do Acre no Tratado de Petrópolis.

EUCLIDES DA CUNHA — Peru x Bolívia.

CONFERÊNCIAS

LEANDRO TOCANTINS — Conferência realizada em comemoração à elevação do Território do Acre a Estado.

GERMANO HASSLOCHER — Conferência «Plácido de Castro».

PERIÓDICOS

ESTHER LEÃO DA CUNHA MELO — A Conquista do Acre — Suplemento Literário do «Jornal da Manhã» — 1.11.42.

CLÁUDIO MOREIRA BENTO — Correio Brasiliense — 9.12.1973.

DANILO GOMES — Plácido de Castro — 60 anos depois — 15.9.68.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)